

ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS  
DO CENTRO DE LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
volume 2

*Organização*

Isabel Margarida Duarte

Joaquim Barbosa

Sérgio Matos

Thomas Hüsgen

ENCONTRO COMEMORATIVO  
DOS 25 ANOS

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto

**Organização:** Isabel Margarida Duarte | Joaquim Barbosa | Sérgio Matos | Thomas Hüsgen

**Edição:** Centro de Linguística da Universidade do Porto

**ISBN:** 972-9350-71-X

**Depósito legal:** 183635/02

**Execução gráfica:** Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Julho 2002

Actas do  
ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS  
DO CENTRO DE LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto, 22-24 de Novembro de 2001

volume 2

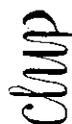
*Organização*

Isabel Margarida Duarte

Joaquim Barbosa

Sérgio Matos

Thomas Hüsgen

 Centro de  
Linguística da  
Universidade  
do Porto

Com o apoio da  
*Fundação para a Ciência e Tecnologia*  
e da  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*



# CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO CONTEXTUAL E REGIONAL DAS VOGAIS NASAIS DO PORTUGUÊS EUROPEU

*Lurdes Castro Moutinho, Rosa Lúcia Coimbra, Raquel de  
Castro Lisboa*

Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 3810 193 Aveiro  
Tel. 234 370358 Fax 234 370940  
email pfonetica@dlc.ua.pt

*António Teixeira e Francisco Vaz*

Dep. Electrónica e Telecomunicações, Instituto de Engenharia Electrónica  
e Telemática de Aveiro (IEETA), Universidade de Aveiro, 3810 193 Aveiro  
Tel. 234 370500 Fax 234 370545  
email {ajst,fvaz}@det.ua.pt

## 1. Introdução

Nesta comunicação, pretendemos apresentar as motivações e os primeiros resultados de um projecto em Fonética Experimental dos sons nasais do Português Europeu (PE). Neste projecto, participam membros com formação em Engenharia e membros com formação em Linguística. Ambas as partes estiveram, anteriormente, envolvidas em pesquisas diferentes mas que agora se conjugam num estudo conjunto.

Desde 1995 que se tem vindo a desenvolver pesquisa no domínio da síntese dos sons nasais do Português (Teixeira, 2000), com resultados muito encorajadores. As experiências efectuadas mostram que a variação do velo, e mesmo de outros articuladores, influencia a produção e percepção da nasalidade. No entanto, não existe um estudo acústico detalhado, considerando a variação das características ao longo da produção das vogais nasais. Informação acerca do comportamento da fonte glotal durante a produção de sons nasais é também necessária para a continuação deste trabalho, bem como informação acerca da sua variação regional.

Pelo exposto, constata-se que se torna imprescindível a obtenção de dados sobre a forma como estes sons são naturalmente produzidos. Foi já recolhida informação acerca da posição da língua, lábios e véu palatino, durante a produção de palavras e frases contendo nasais (Teixeira & Vaz, 2001a e 2001b), utilizando um sistema de *ElectroMagnetic Midsagittal Articulography* (EMMA). Esta técnica, no entanto, não é viável para um número alargado de falantes nem fornece informação acerca do processo de fonação.

No âmbito do projecto “Fonética Aplicada ao Processamento da Fala: As Nasais do Português” (<http://www.ii.ua.pt/cidlc/gcl/fap/>), financiado pela FCT, encontra-se em fase final de definição uma base de dados de voz, que será recolhida, quase na sua totalidade, até finais de 2001, prevendo-se que fique

concluída no primeiro semestre de 2002. Este novo corpus justifica-se por ser necessária uma cobertura das várias regiões e a recolha de informação que permita o estudo do comportamento das cordas vocais na produção destes sons, o que não é possível com os dados existentes. Além do sinal de voz, será recolhida informação acerca das cordas vocais, utilizando um Electroglotógrafo (EGG), para facilitar a obtenção da frequência fundamental e de outros parâmetros como, por exemplo, o quociente de abertura. Pretende-se, ainda, contribuir para uma melhor determinação das formantes através da utilização de análise *pitch-synchronous*.

De uma forma resumida as motivações para a criação de novos corpora foram:

- Trabalho na síntese articulatória das vogais nasais revelou que estes sons são de natureza dinâmica;
- Falta de informação acerca das variantes regionais;
- Desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar entre foneticistas e investigadores do processamento da fala;
- Existência de outros Projectos, já em curso, que se relacionam com este: DLC/CLC-Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico (AMPER); DET/IEETA – investigação sobre Processamento de Sinal e Síntese Articulatória.

## 2. Trabalhos anteriores

### 2.1. Sobre nasais do Português: *Articulografia Electromagnética – Corpus EMMA*

A principal motivação para o trabalho que tem vindo a ser efectuado no Departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro tem sido a obtenção de síntese com qualidade próxima da natural (Teixeira, 2000). Um dos caminhos mais promissores para atingir esse objectivo é a utilização de síntese articulatória, técnica baseada na modelação directa do processo de produção humano.

A Articulografia Electromagnética é uma técnica para obtenção de informação, em tempo real, acerca do movimento de sensores posicionados na superfície da língua e outros articuladores. O acrónimo EMMA provém da designação inglesa “ElectroMagnetic Midsagittal Articulography”, nome proposto por J. Perkell, em 1992, para o sistema desenvolvido no MIT. Esta técnica pertence à categoria dos dispositivos que permitem obter dados sobre as trajectórias de pontos dos articuladores num espaço bidimensional (Stone,

1991). A EMMA é muito adequada a estudos de coarticulação pois permite recolher uma grande variedade de frases e/ou palavras numa única sessão. A EMMA é também capaz de monitorizar os movimentos no plano médio-sagital da maioria dos articuladores, como lábio inferior, maxilar, língua e velo. Os resultados das primeiras análises foram já apresentados (Teixeira e Vaz, 2001b).

## 2.2. *Sobre a variação regional do PE: Projecto AMPER*

No Centro de Línguas e Culturas, tem vindo a ser desenvolvida pesquisa conducente à realização de um Atlas Multimédia, onde estarão contempladas as diferentes realizações prosódicas de enunciados comparáveis (declarativos e interrogativos), em diversos falares do espaço românico (Contini et al., 1998). A equipa portuguesa tem vindo a trabalhar em seis variedades regionais do Português Europeu – Trás-os-Montes, Minho, Beira Litoral, Beira Interior, Alentejo, Algarve (Moutinho et al, 2000, pp. 387-391). O conhecimento da diversidade regional a nível prosódico será uma das questões a ser também equacionada no novo corpus para uma futura melhoria do sintetizador articulatório.

O projecto AMPER, sendo anterior ao presente estudo, permitiu à equipa de investigação adquirir experiência no que respeita a técnicas de compilação de corpus, selecção de informantes, técnicas de gravação e aprendizagem de programas especializados no tratamento do sinal acústico.

## 3. Novo Corpus

### 3.1. *Constituição do corpus*

Na constituição do novo corpus, teve-se a preocupação de incluir todas as vogais nasais do Português inseridas nos diversos contextos fonéticos em que podem ocorrer. Para além disso, pretendeu-se que as palavras seleccionadas fossem, o mais possível, de uso comum e fácil representação gráfica. Na verdade, a recolha no terreno é realizada junto de informantes pouco escolarizados e com base em estímulos visuais, utilizando-se a leitura apenas como solução de recurso.

Para o primeiro esboço de corpus, considerámos a competência linguística dos investigadores, bem como de outros falantes de PE. Em seguida, tentou completar-se as lacunas do referido corpus, com palavras procuradas exaustivamente em dicionários, quer em formato papel, quer em dicionários electrónicos. Com este procedimento, tínhamos assegurada a representatividade possível dos sons em análise no interior de vocábulos não demasiadamente herméticos ou artificiais. Apesar de todos estes procedimentos, verifica-

-se a existência, no corpus final, de áreas lacunares devido sobretudo aos seguintes factores:

- à já referida tentativa de eliminar a artificialidade;
- ao facto de algumas das palavras escolhidas não serem facilmente representadas por imagem, mesmo tendo-se recorrido a software específico, pesquisa na Internet, digitalização de imagens de revistas, etc.;
- à escassez, ou mesmo inexistência de determinados contextos na língua portuguesa.

Com base nestas pesquisas, foi elaborada uma primeira tabela para todos os contextos fonéticos, como a seguir se apresenta:

| C1 →       | oclusivas  |  |  |  |  |  | nasais                                     |   |            |
|------------|--|--|--|--|--|--|--|---|------------|
| C2 ↓       | p  | t  | k  | b  | d  | g  | m  | n   | ɲ          |
| oclusivas  | p<br>pompa<br>espampanante<br>perlimpimpim                               | t<br>tampa tempo<br>tímpano                            | k<br>campo<br>compras e<br>cumprimentar<br>compota                         | b<br>subemprego  | d<br>estudante<br>dente pedinte<br>mantodonte<br>dautes        | g<br>gigante<br>aguentar<br>seguinte<br>pergunta<br>garganta<br>elegante | m<br>monte manta<br>semente<br>mentiroso   | n<br>tenente<br>sonante                     |            |
|            | k<br>penca pancada<br>acupunctura  | t<br>tanque  | k<br>conquistador<br>cáctero   | b<br>banco   | d<br>adunco<br>pedúnculo                                       | g<br>gamba   | m<br>manco                                 | n<br>nunca                                  |            |
|            | b<br>pinha pombo<br>punha  | t<br>tambor<br>Setembro<br>tombe tombo<br>tumba tonbar | k<br>cambalhota<br>combóio<br>incumbir<br>catacumba                        | b<br>bambu bimbo<br>bombeiro<br>bumba bombo                                | d<br>Edimburgo   | g<br>gamba   | m<br>membrana<br>membro                    | n<br>sonâmbulo                              |            |
|            | d<br>pandeireta<br>perpendicular<br>pêndulo panda<br>apêndice<br>pândega | t<br>estendal<br>rotunda tenda                         | k<br>candeieiro<br>condão<br>corcunda<br>secundário<br>conde<br>candelabro | b<br>bandeira<br>cabendo<br>cabinda<br>firubundo<br>bardo bonde<br>abundar | d<br>dando<br>podendo<br>redondo<br>redundante<br>donde adenda | g<br>Uganda<br>propaganda<br>guindaste<br>gôndola<br>segunda<br>gândara  | m<br>amêndoa<br>mandar<br>remendo<br>mundo |   |            |
|            | g<br>pinguim ping-<br>pong pinga   | t<br>tango extinguir<br>ditongo                        | k<br>canguru canga   | b<br>Lubango<br>bengala bingó  | d<br>fandango<br>dengue<br>candongueiro<br>dengoso             | g<br>ganga<br>Reguengos<br>gongo   | m<br>manga<br>Domingo                      | n<br>ninguém                                |            |
| nasais     | m  |  |  |  |  |  |  |   |            |
|            | n  |  | connosco   |  |  |  |  |   |            |
|            | ɲ  |  |  |  |  |  |  |   |            |
| laterais   | l  |  |  |  |  |  |  |   |            |
|            | ʎ  |  |  |  |  |  |  |   |            |
| vibrantes  | r  |  |  |  |  |  |  |   |            |
|            | R  | tenro  |  |  |  |  |  |   |            |
| fricativas | f  | panfleto   | conforto<br>circunferência<br>confeitaria                                  | Benfica  |  |  | mânio                                      | ninfa                                       |            |
|            | s  | pança pincele<br>pinça penso                           | conserve<br>cancela<br>cansaço côasul                                      | abeçoar  | dançar denso   | ganso  | romance<br>manso<br>mancebo<br>mensal      | península<br>anúncio<br>bonança<br>finanças | vizinhança |
|            | ʃ  | ponche<br>pinchar                                      | concha   |  |  | gancho<br>guincho  | mancha                                     |   |            |
|            | v  |  | conversa<br>convite  |  |  |  |  |   |            |
|            | z  | chimpanzé  | canzarrão  | benzer benzina<br>quinze   |  | gonzo  | romazeira                                  | anázado                                     |            |
|            | ʒ  | esponja  | canja<br>congelado   | banjo  |  |  | monge mungir                               | ninja                                       |            |

Tabela 1a

| C1 →            | laterais   |                         | vibrantes  |                          | fricativas                             |  |                                  |   |  |                                  |
|-----------------|--|-------------------------|--|--------------------------|--|--|----------------------------------|---|--|----------------------------------|
| C2 ↓            | l  | ʎ                       | r  | R                        | f                                      | s  | ʃ                                | v   | z  | ʒ                                |
| oclusi-<br>vas  | p<br>lâmpada<br>limpar                                       |                         | grampo<br>trompete   | rampa romper<br>rompante |  | sempre<br>simpatia<br>simpático              | champô<br>chimpanzé<br>champanhe | vampe                                     | desempatar<br>desimpedir<br>desempregado               |                                  |
|                 | r<br>pelintra lento<br>lontra galante<br>Atlântico<br>planta | milhentos<br>humilhante | parente<br>atarantado<br>labirinto                                     | rente<br>pachotrento     | fonte finta<br>fantoche                | sentir cinto<br>assunto santo                |                                  | vento vinte<br>vontade                    | aposentar<br>desinteresse<br>presunto<br>cinzento      | gente jantar<br>junto            |
|                 | k  |                         | carimbo<br>arengue<br>furdículo<br>branco brincar                      | arrancar<br>roncar       | afincar                                | cinco  | chancas<br>achincalhar           | vincar                                    | zinco<br>desencostar                                   | junco                            |
|                 | h<br>lumbago<br>lamber<br>lambada lamba                      |                         | carambola<br>tromba  | arrombar                 | fimbria                                | samba sombra<br>símbolo                      | chumbo<br>chambre                |   | zimbros<br>desembrulhar<br>zombar zombi<br>desembolsar |                                  |
|                 | d<br>lindo cilindro  |                         | brando brinde<br>estrondo  | render ronda<br>renda    | alfândega<br>fenda fundo<br>fundir     | sandes sonda<br>sindicato<br>incêndio        |                                  | vender<br>lavandaria<br>vindima           |  | agenda                           |
|                 | g<br>loogo língua<br>língua                                  |                         | frango seringa<br>caranguejo   | ringue                   | fungo fanga<br>fungar                  | sangue<br>singular                           |                                  | viogaça                                   | zangão zangar  |                                  |
| nasais          | m  |                         |  |                          |  |  |                                  |   |  |                                  |
|                 | n  |                         |  |                          |  | recém-nascido                                |                                  |   |  |                                  |
|                 | ɲ  |                         |  |                          |  |  |                                  |   |  |                                  |
| laterais        | l  |                         |  |                          |  |  |                                  |   | desenlace  |                                  |
|                 | ʎ  |                         |  |                          |  |  |                                  |   |  |                                  |
| vibran-<br>tes  | r  |                         |  |                          |  |  |                                  |   |  |                                  |
|                 | R  |                         |  |                          |  |  |                                  |   | desenrascar<br>desenrolar                              | genro                            |
| frica-<br>tivas | f  | língua línfático        | profundo   |                          | fanfarra                               | sanfona<br>sinfonia                          | chantana<br>chanfrado            |   | desenformar<br>desinfectar                             |                                  |
|                 | s  | lançar lenço<br>lince   | princesa trança<br>circunferência<br>extrínseco<br>lembrança<br>prensa | rançaço                  | Alonso<br>defensável<br>ofensa função  | Sansão<br>ascensor sono<br>censo<br>consenso |                                  | vencimento<br>vencer avançar<br>província | presunçoso   | diligência<br>regência<br>junção |
|                 | ʃ  | lanche<br>avalanche     | caruncho<br>frincha<br>prancha<br>trincha                              | ranchho                  | funcho<br>Funchal                      | Sanecho cincho                               | chinchila<br>pechincha           |   |  |                                  |
|                 | v  |                         |  |                          |  |  |                                  |   |  |                                  |
|                 | z  |                         | bronze trânsito  |                          |  | cinzel cinzento<br>sanzala                   |                                  |   | zozzo  |                                  |
|                 | ʒ  | longe                   | faringe granja<br>laranja  | ranger                   | fungir esfinge<br>fungicida<br>alfange | cingir                                       |                                  |   | deçojar  | ginginha<br>gunja<br>gengiva     |

Tabela 1b

Com base nesta tabela geral, foram elaboradas tabelas parciais, por contextos:

Tabela 1: consoante oclusiva surda – vogal nasal – consoante oclusiva surda

Tabela 2: consoante oclusiva sonora – vogal nasal – consoante oclusiva sonora

Tabela 3: consoante oclusiva surda – vogal nasal – consoante oclusiva sonora

Tabela 4: consoante oclusiva sonora – vogal nasal – consoante oclusiva surda

Tabela 5: consoante fricativa – vogal nasal – consoante fricativa

Tabela 6: consoante nasal

Tabela 7: (1) outra consoante – vogal nasal – consoante fricativa ou (2) consoante fricativa – vogal nasal – outra consoante

Tabela 8: vogal nasal seguida ou precedida de consoante líquida

**Tabela 9:** consoante oclusiva – vogal oral – consoante oclusiva<sup>1</sup>

**Tabela 10:** vogal nasal no início e no fim de palavra [corpus lido]

**Tabela 11:** sequências (incluindo vogal nasal) não existentes dentro de palavra

**Tabela 12:** vogal oral – vogal nasal

A selecção final do corpus foi feita tendo em conta o equilíbrio entre contextos, isto é, tentando evitar uma disparidade entre o número de palavras a serem analisadas em cada tabela. Constituiu-se, deste modo, uma amostragem que, sendo representativa do primeiro levantamento exaustivo, fosse portátil, em termos de tempo de gravação por informante. A principal preocupação, nesta segunda triagem, foi a de manter, dentro de cada tabela, exemplos de todas as vogais e de todos os contextos possíveis. Nesse sentido, optou-se, em primeiro lugar, por seleccionar todas as palavras que podiam ser representadas por imagem e de fácil identificação pelo informante, recorrendo-se, só em último caso, à sua representação escrita. Dentro desta selecção, embora o corpus constituído seja gravado na totalidade, considerou-se como prioritário o conjunto de palavras que integram as tabelas 1 a 4:

**Tabela 1 – consoante oclusiva surda – vogal nasal – consoante oclusiva surda**

|     | ẽ               | e           | i               | õ                      | ũ            |
|-----|-----------------|-------------|-----------------|------------------------|--------------|
| p-p |                 |             |                 |                        |              |
| p-t | pantufa         | pente       | pintor          | ponte                  |              |
| p-k | pancada         | penca       |                 |                        |              |
| t-p | tampa           | (mau) tempo |                 |                        |              |
| t-t | estante         | oitenta     | (vinho) tinto   | tonto                  |              |
| t-k | tanque          |             |                 |                        |              |
| k-p | campo (futebol) |             |                 | compras                | cumprimentar |
| k-t |                 | quente      | quinta (-feira) | conta                  |              |
| k-k |                 |             |                 | conquistador (cognome) |              |

**Tabela 2 – consoante oclusiva sonora – vogal nasal – consoante oclusiva sonora**

|     | ẽ        | e       | i         | õ       | ũ                |
|-----|----------|---------|-----------|---------|------------------|
| b-b |          |         | bimbo     | bombo   |                  |
| b-d | bandeira |         |           |         |                  |
| b-g |          | bengala |           |         |                  |
| d-b |          |         |           |         |                  |
| d-d |          |         |           | redondo |                  |
| d-g |          |         |           |         |                  |
| g-b | gamba    |         |           |         |                  |
| g-d |          |         | guindaste | gôndola | segundos(1min=?) |
| g-g | ganga    |         |           |         |                  |

<sup>1</sup> A tabela 9 é incluída no corpus por necessidade de confrontar, nos mesmos falantes e nos mesmos contextos, as nasais estudadas com as vogais orais correspondentes.

Tabela 3 – consoante oclusiva surda – vogal nasal – consoante oclusiva sonora

|     | ẽ              | e              | i       | õ       | ũ |
|-----|----------------|----------------|---------|---------|---|
| p-b |                |                | pimba   | pombo   |   |
| p-d | pandeirola     |                |         |         |   |
| p-g |                |                | pinguim |         |   |
| t-b | tambor         |                |         | tombo   |   |
| t-d |                | tenda/estendal |         |         |   |
| t-g | tango          |                |         |         |   |
| k-b | cambalhota     |                |         | combóio |   |
| t-d | candeeiro      |                |         | conde   |   |
| t-g | canga, canguru |                |         | congro  |   |

Tabela 4 – consoante oclusiva sonora – vogal nasal – consoante oclusiva surda

|     | ẽ        | e            | i       | õ | ũ        |
|-----|----------|--------------|---------|---|----------|
| b-p |          |              |         |   |          |
| b-t |          | (água) benta |         |   |          |
| b-k | banco    |              |         |   |          |
| d-p |          |              |         |   |          |
| d-t |          | dente        | pedinte |   |          |
| d-k |          |              |         |   |          |
| g-p |          |              |         |   |          |
| g-t | garganta |              |         |   | pergunta |
| g-k |          |              |         |   |          |

Obtivemos, assim, um total de 90 palavras a gravar por informante.

### 3.2. *Locais de recolha e características do informante*

Os trabalhos desenrolar-se-ão tendo como base inquéritos no terreno. As regiões que constituirão objecto de estudo, numa primeira fase, serão as seguintes: Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Alentejo, Algarve, Beira Litoral e Estremadura.

Todos os informantes devem preencher os seguintes requisitos:

- serem naturais e residentes da localidade escolhida, ou, pelo menos, terem iniciado aí a sua escolarização;
- saberem ler, mas não terem uma escolaridade superior ao actual ensino obrigatório ou seu correspondente;
- terem uma idade compreendida entre 35 e 70 anos.

A escolha recairá sobre informantes de ambos os sexos (2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino por região).

Na recolha do corpus, para além da obtenção do sinal de fala, é-nos possível, simultaneamente, recolher informação objectiva acerca do comportamento das cordas vocais através da utilização do EGG, uma tecnologia não invasiva. Esta dupla recolha é desejável e necessária para obtenção mais fiável da frequência fundamental e identificação dos períodos de fecho das cordas vocais.

#### 4. Metodologia de análise

Dois tipos de análise serão efectuados:

- 1) obtenção de parâmetros relacionados com as cavidades supraglotais, como as formantes e antiformantes, tendo em conta a natureza dos sons nasais, especialmente das vogais nasais, usando técnicas de análise recente;
- 2) obtenção de parâmetros relacionados com as cordas vocais, como a frequência fundamental, quociente de abertura, etc.

Numa segunda fase, e com base nos resultados das análises, deverá ser efectuada uma caracterização das consoantes e vogais nasais do Português Europeu. Pretende-se, por exemplo, saber qual o valor médio da frequência fundamental de vibração das cordas vocais; se esses valores se encontram relacionados com a região onde foi efectuada a recolha ou com as características intrínsecas de cada uma das vogais. Esta fase envolve, essencialmente, análises estatísticas dos resultados das análises efectuadas.

O programa utilizado para a gravação do corpus e para a segmentação é o SFSWin (<http://www.phon.ucl.ac.uk/resource/sfs/>), que permite a gravação simultânea dos dois canais de entrada que se pretendem utilizar: o microfone e o electroglotógrafo. O SFSWin permite visualizar todas as formas de onda, em simultâneo, ou individualmente, (oscilograma e sinal acústico que representa os movimentos das cordas vocais na produção do som). Para além disso, permite também operar sobre determinados segmentos seleccionados, ouvir, apagar, anotar, etc. O programa possui uma ferramenta que permite a visualização das formas de onda, em tempo real, do sinal acústico. Assim, é possível monitorizar a forma de onda e a forma espectral dos sons que estão a ser gravados.

Após a gravação procede-se à organização de ficheiros:

- Um directório por informante, contendo ficheiros para cada, ou para várias, tabelas, para cada uma das repetições efectuadas;
- Posteriormente seleccionaram-se apenas as palavras que constituem cada tabela, e que nos interessam para análise;
- Finalmente, é adicionada anotação, contemplando-se a vogal nasal, bem como o contexto fonético em que ela ocorre. Esta anotação é realizada utilizando o sistema SAMPA para o Português.

O sistema SFS permite a conversão dos ficheiros no formato SFS em ficheiros WAV, por forma a poderem ser processados por outros programas, nomeadamente pelo MatLab.

## 5. Apresentação de um caso exemplar

Apresenta-se de seguida informação acerca da primeira recolha efectuada, um falante da Beira Litoral, exemplificando o processo de análise e apresentando os primeiros resultados obtidos.

### 5.1. *Processo de recolha*

A gravação decorreu no Laboratório de Fonética do CLC, uma sala não insonorizada, tendo sido utilizada recolha directa para um portátil usando o sistema CSL 4400 da Kay Elemetrics Corp. A aquisição do sinal de voz, proveniente de um microfone Shure SM48, e o sinal EGG, proveniente do Kay model 6103, foi efectuada em simultâneo e a 22050 Hz.

Durante a gravação, para uma parte substancial do corpus, foram apresentadas ao informante imagens seleccionadas por forma a induzi-lo à produção da palavra, ou frase contendo a palavra, pretendida. Em casos, felizmente raros, como último recurso foram dadas indicações acerca da grafia da palavra.

O informante produziu duas repetições de todo o corpus.

### 5.2. *Segmentação e anotação*

Os vários ficheiros resultantes das gravações, contendo material sonoro para além do pretendido para o corpus, foram segmentados, com vista à obtenção de ficheiros individuais para cada uma das formas do corpus.

Parte dos ficheiros assim obtidos, concretamente os referentes às tabelas 1 a 4 – a parte fundamental do corpus –, foi etiquetada manualmente. Pretendeu-se na etiquetagem ter informação sobre o início e fim da vogal nasal, bem como do contexto fonético em que essa mesma vogal se encontrava inserida. Constatou-se que, sobretudo quando a vogal se inseria entre consoantes vozeadas, a utilização do sinal proveniente do EGG facilitava esta tarefa. Entre consoantes não vozeadas o EGG confirma a informação do sinal e seu espectro.

### 5.3. *Primeira análise: Estudo de parâmetros relacionados com a excitação glotal*

As primeiras análises efectuadas tiveram por objectivo a obtenção de informação referente à fonte glotal. Aproveitou-se para aferir as potencialidades do sinal EGG na obtenção da frequência fundamental, F0, e do quociente de abertura, habitualmente designado na literatura anglo-saxónica por Open Quotient (OQ).

Resumidamente, obtém-se F0 usando o seguinte processo: cálculo da derivada e determinação, no sinal assim obtido, do máximo, representado na Figura 1 por t0 e t5. O inverso da diferença entre t5 e t0 dá-nos o valor de F0 nessa zona do sinal.

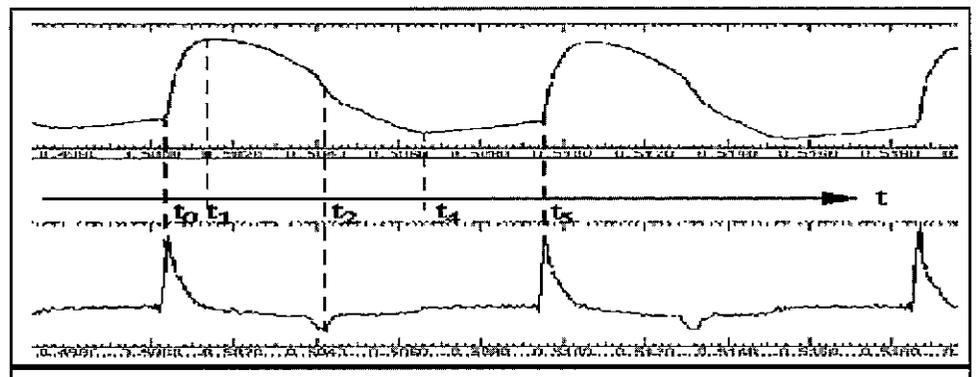


Figura 1 – Sinal EGG e respectiva derivada, com indicação dos instantes necessários para o cálculo de  $F_0$ .

Um exemplo de aplicação deste procedimento a um dos itens do corpus é apresentada na Figura 2. Nesta Figura apresentam-se, também, os instantes de abertura e fecho determinados pelo SFS, assim como os intervalos temporais  $d_1$  e  $d_2$  necessários para o cálculo do OQ.

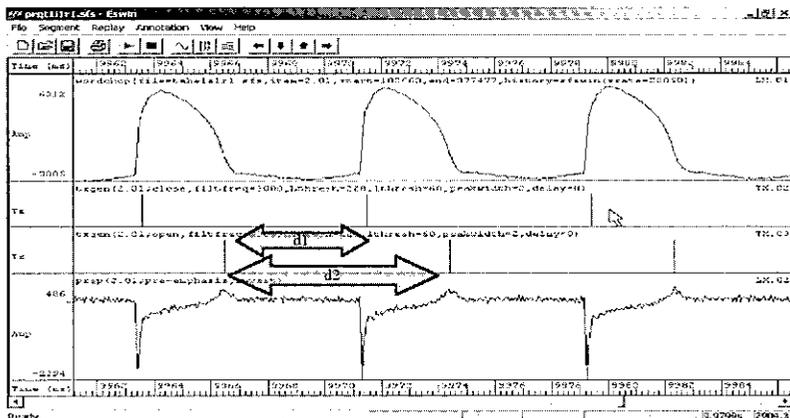


Figura 2 – Exemplo de um item do corpus recolhido. Apresenta-se o instante de abertura e fecho das cordas vocais determinadas pelo sistema SFS, assim como dos intervalos temporais  $d_1$  e  $d_2$  necessários ao cálculo do OQ.

#### 5.4. Primeiros resultados

Os resultados apresentados devem ser encarados como demonstradores das análises que, quando o corpus estiver recolhido, se pretendem efectuar. Como o que se pretende é uma análise o mais automatizada possível apresenta-se, a título exemplificativo, um segmento de código em SML, Speech Measurement

Language, demonstrativo da simplicidade com que se poderão obter análises estatísticas do corpus na sua totalidade.

#### 5.4.1. Duração das várias vogais nasais

Os resultados da análise da duração, em Matlab, usando dados obtidos pela execução de um programa SML, encontram-se na Figura 3.

```

file out
init {
  print "Calculation of Portuguese nasal
  vowel durations \n"
  openout (out,"duracoes.dat")
}
main{
  var d,num,dur
  print "PROCESSING ->", $filename, " \n"
  context="6~"
  num = numberof(context)
  for (l=1;l<=num;l=l+1) with(context l,1)
  {
    dur = length(context)
    print # out l:l, dur:7:4, " \n"
  }
  ...
}
summary{
  close(out)
  print "All done. Processed
  ", $filecount:l, " files. \n"
}

```

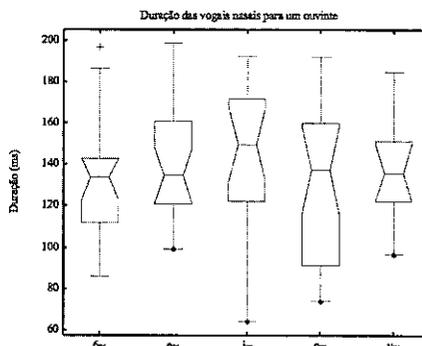


Figura 3 – Fragmento do programa SML usado na análise das durações e, à direita, o diagrama de extremos e quartis (em Inglês *boxplot*) com os resultados.

As diferenças não são estatisticamente significativas – possivelmente pelo número ainda reduzido de dados existentes- notando-se no entanto uma maior duração média da vogal [i~] e uma menor duração de [6~].

Em termos muito gerais, o programa em SML para obtenção dos dados começa por abrir um ficheiro para escrita, processa todos os ficheiros um a um, define o contexto, e para todos os segmentos desse contexto obtém a duração guardando-a em ficheiro para posterior análise em Matlab.

#### 5.4.2. Frequência fundamental (F0)

Os resultados para outro parâmetro analisado, F0, são apresentados na

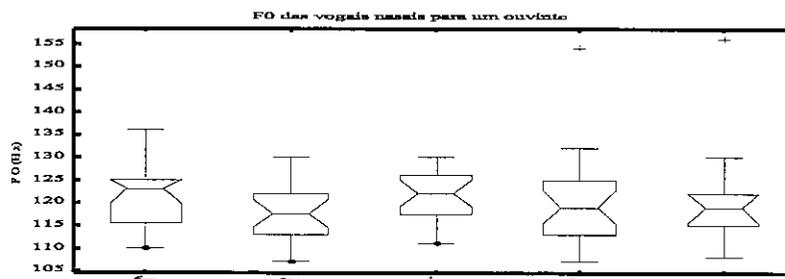


Figura 4 – Resultados da análise estatística da frequência fundamental em função da vogal nasal, para o primeiro informante da base de dados.

Figura 4. Os valores médios são típicos de um informante masculino, cerca de 120 Hz, havendo algumas diferenças, não significativas estatisticamente.

#### 5.4.3. Quociente de Abertura (OQ)

Os resultados relativos ao OQ apresentam-se na Figura 5. Os valores médios situam-se entre os 55 e 60 %, valores normais num adulto. As vogais elevadas [u~] e [i~] apresentam os maiores valores. O reduzido número de dados, por agora disponíveis, não permite ter diferenças estatisticamente significativas.

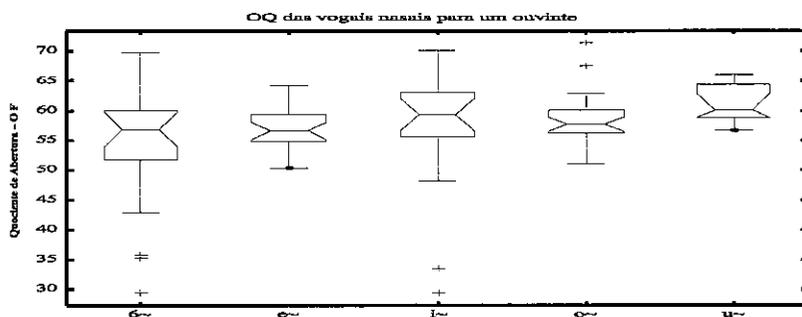


Figura 5 – Resultados do OQ para as cinco vogais nasais do Português, para um falante da Beira Litoral (resultados provisórios).

## 6. Comentários finais

São apresentados, neste trabalho, novos corpora relativos aos sons nasais do Português Europeu, bem como os resultados de uma primeira análise.

A pesquisa em curso deverá permitir:

- caracterização e descrição aprofundada dos sons nasais do PE, com incidência nas suas variantes regionais;
- melhoria da qualidade do sintetizador articulatório da Universidade de Aveiro, nomeadamente na produção das vogais nasais do PE e modelação da fonte glotal;
- futuras aplicações no âmbito da terapia da fala;
- elaboração de materiais de ensino.

A evolução desta pesquisa poderá ser acompanhada na *web*, através do *site* <http://www.ii.ua.pt/cidlc/gcl/default.asp>. Pretende-se divulgar, desta forma, os novos corpora, facilitando a sua utilização pela comunidade científica interessada nesta temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONTINI, M., Lai, J. P., Romano, A. & Roullet, S., 1998 – “Vers un Atlas prosodique parlant des variétés romanes”, comunicação apresentada em Aix-en-Provence (a publicar in *Mélanges Ravier*).
- MOUTINHO, L. C., Coimbra, R. L., Ruiivo, S. S. & Bendiha, U. P., 2001 – “Atlas prosódico multimédia: curvas de uma trajetória” in *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 387-391.
- STONE, M., 1997 – “Laboratory Techniques for Investigating Speech Articulation” in Hardcastle, W.J. e Laver, J. (eds.) *The Handbook of Phonetic Sciences*, Blackwell, cap. 1.
- TEIXEIRA, A., 2000 – *Síntese articulatória das vogais nasais do Português Europeu*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- TEIXEIRA, A. e Vaz, F., 2001a – Base de Dados EMMA dos Sons Nasais do Português Europeu. Relatório SAP4/2001 projecto P/PLP/11222/1998.  
<http://www.iceta.pt/~ajst/projects-sintese.html>
- TEIXEIRA, A. e Vaz, F., 2001a – “European Portuguese nasal vowels: An EMMA Study” in *Proc. Eurospeech'2001*, Aalborg, Dinamarca, vol 2, pp 1483-1486.
- TEIXEIRA, A., Vaz, F. e Príncipe, J. C., 1999 – “Influence of the dynamics in the perceived naturalness of Portuguese nasal vowels” in *Proc. ICPHS*, San Francisco.



# A CONVERSÃO EM PORTUGUÊS, COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE SUBSTANTIVOS DEADJECTIVAIS

*Margarita Correia*

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Instituto de Linguística Teórica e Computacional  
SILEX (UMR 8528 CNRS)

## 1. Introdução

Sendo um dos processos de formação de palavras mais disponíveis em português contemporâneo, a conversão (denominada ‘derivação imprópria’ na gramática tradicional) constitui um dos aspectos da construção de palavras menos estudados quer na tradição gramatical, quer na linguística contemporânea em Portugal. A confirmá-lo, note-se por exemplo, o tratamento que é dado a esta questão na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, onde são apresentados, como exemplos de derivação imprópria, fenómenos de natureza diversa, como será demonstrado neste trabalho.

O peso da conversão como processo de construção de palavras pode ser avaliado ao atentar-se, nos dicionários, no número de formas que equivalem a categorias morfossintácticas distintas.

A presente comunicação tem como principal objectivo chamar a atenção para uma área a merecer investigação aprofundada, contribuindo para a determinação dos tipos de conversão efectivamente disponíveis em português. Dar-se-á especial atenção à conversão adjectivo > nome, certamente a forma de conversão mais disponível em português contemporâneo.

Nesse sentido, num primeiro momento, será feita a apresentação do tratamento conferido à conversão em Cunha & Cintra 1984, seguida de um breve comentário que servirá, em simultâneo, para distinguir fenómenos que, efectivamente, relevam de conversão doutros que relevam de outros processos disponíveis para o enriquecimento do léxico.

Em seguida, após delimitar o conceito de conversão adoptado neste trabalho, delimitar-se-ão casos efectivos de conversão adjectivo > nome, por oposição a casos de mera ‘distorção categorial’ (cf. Kerleroux 1996). Por fim, caracteri-

zar-se-ão três tipos distintos de conversão de adjectival: a conversão de focalização, a conversão de abstracção e a conversão de espacialização. Ao fazer esta caracterização, contribuir-se-á para uma melhor compreensão da organização e do funcionamento da categoria dos nomes em português.

## 2. Tratamento da conversão na Nova Gramática do Português Contemporâneo

Em Cunha & Cintra (1984: 105-107), a conversão (denominada ‘derivação imprópria’) é inserida nos processos de formação de palavras, a par da derivação e da composição, e recebe o seguinte tratamento:

«As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. Basta, por exemplo, antepor-se o artigo a qualquer vocábulo da língua para que ele se torne um substantivo. Assim:

Ele examinou os **prós** e os **contras** da proposta.  
Esperava **um sim** e recebeu **um não**.

A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA, e por ele se explica passagem:

- a) de substantivos próprios a comuns: *damasco, macadame* (de Mac Adam), *quixote*;
- b) de substantivos comuns a próprios: *Coelho, Leão, Pereira*;
- c) de adjectivos a substantivos: *capital, circular, veneziana*;
- d) de substantivos a adjectivos: *burro, (café)-concerto, (colégio)-modelo*;
- e) de substantivos, adjectivos e verbos a interjeições: *silêncio! bravo! viva!*
- f) de verbos a substantivos: *afazer, jantar, prazer*;
- g) de verbos e advérbios a conjunções: *quer... quer, já... já*;
- h) de participípios (presentes e passados) a preposições: *mediante, salvo*;
- i) de participípios (passados) a substantivos e adjectivos: *conteúdo, resoluta*.

### Observação

A rigor, a derivação imprópria (também denominada CONVERSÃO, HABILITAÇÃO ou HIPÓSTASE por linguistas modernos) não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras que estamos examinando, pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia.»

Cunha & Cintra (1984: 105-107)

Várias observações poderão ser feitas a propósito do tratamento proposto nesta gramática de referência da língua portuguesa.

Tendo em conta apenas os tipos de conversão propostos que envolvem classes de palavras abertas<sup>1</sup> quer como classe de partida, quer como classe de chegada, poderá aduzir-se o seguinte:

- i. Tendo em conta os tipos de conversão propostos nas alíneas *a)* e *b)*, rapidamente se verifica que, nestes casos, a passagem ocorre não de uma classe de palavras para outra, mas, sim, de uma subclasse de palavras para outra. Efectivamente, se se atentar na classe dos nomes em português, rapidamente se verifica que uma das subdivisões possíveis dos elementos desta classe consiste precisamente na distinção entre nomes próprios e nomes comuns. Assim sendo, aquilo que efectivamente aqui se encontra em causa é a possibilidade, aberta para praticamente todos os nomes de língua, de poderem adquirir novas significações (i. e. de se tornarem polissemicos), em virtude de processos semânticos variados, cujo estudo não cabe no âmbito desta comunicação.<sup>2</sup> A aquisição de novos significados por parte destes nomes implica a assunção de comportamentos sintácticos consentâneos com esses significados e próprios das diferentes subcategorias de unidades nominais (comuns / próprios, concretos / abstractos, contáveis / não-contáveis, colectivos / individuais).
- ii. Em rigor, a passagem de verbos a nomes apresentada na alínea *f)* não pode ser entendida como um caso de conversão, dado que a forma verbal de partida não é a forma correspondente ao radical verbal, mas, sim, uma das formas flexionadas do verbo, a sua forma de infinitivo. Assim sendo, e no quadro de uma visão modular da gramática, um tal caso deverá ser considerado como um caso de transferência de uma unidade já flexionada para a componente lexical, fenómeno descrito por D. Corbin como ‘transcategorização’ (1991: 20)<sup>3</sup> ou como ‘desflexionação’ (D. Corbin, a publicar). Tendo em conta estes factos, apenas podem ser considerados resultantes de conversão verbo > nome, os casos de construção de palavras até agora tratados como relevando de derivação regressiva, como, de resto, foi demonstrado por Rodrigues 2001.
- iii. A assunção dos pressupostos enunciados em ii. leva, contudo, a incluir entre os casos de conversão, o dos verbos que apresentam a estrutura  $[[X]_N]_V$  (exs.: *digitar*, *olear*), nos quais *-ar* (vogal temática e marca de infinitivo) não corresponde a um afixo derivacional, mas, sim, a uma marca flexional.
- iv. Também os casos de transferência descritos na alínea *i)*, quando se refere a passagem “de participios (passados) a substantivos e adjectivos” relevam de ‘transcategorização’ ou de ‘desflexionação’. Assim, a língua portuguesa permite a passagem de formas de particí-

<sup>1</sup> Os processos que envolvem classes fechadas de palavras são restritos na língua até pelo próprio carácter fechado das classes envolvidas e não serão alvo de análise neste trabalho.

<sup>2</sup> Encontram-se tratamentos destes tipos de polissemia (‘lógica’ ou ‘sistemática’ segundo os autores), por exemplo, em Pustejovski 1995, Nunberg & Zaenen 1997 ou Correia 1999.

<sup>3</sup> Ao enumerar os constituintes da componente de base do léxico, D. Corbin refere que dela fazem parte: «2) la liste des mots dits « transcategorisés », c’est-à-dire ceux qui proviennent d’un autre composant de la grammaire, soit par le figement de groupes syntaxiques, éventuellement soumis à des règles sémantiques de métaphore, métonymie, etc. (*hors-la-loi*<sub>N</sub>, *je ne sais quoi*<sub>N</sub>), soit par le passage d’une catégorie verbale fléchie à une catégorie nominale ou adjectivale (passage de l’infinitif à la catégorie nominale, dans certaines conditions, et des participes, présent et passé, à la catégorie adjectivale) ; » – Corbin 1991: 20.

pio passado (regulares e irregulares) a adjectivos, que, posteriormente, de acordo com necessidades denominativas específicas podem, por conversão de focalização, adquirir o estatuto de substantivos.

- v. Não é referida, nesta gramática, a passagem de adjectivos a advérbios, fenómeno com algum significado em português, observável em (1) e (2):

(1) O Belmiro começou a falar *alto*.

(2) A Maria apostou *forte* no totoloto desta semana.

As observações feitas, particularmente as que constam de ii. e iii., convidam a uma reflexão mais aprofundada sobre a construção de nomes deverbais e a de verbos denominais em português. A passagem de nomes a adjectivos, enquadrável nos tipos de conversão que envolvem classes abertas de palavras, mereceria, por si só, toda uma descrição que, no entanto, não é possível levar a cabo neste âmbito, merecendo tão-só uma breve referência em 2.

### 3. O conceito de conversão

Não é objectivo deste trabalho questionar os pressupostos teóricos que subjazem ao próprio conceito de conversão, mas tão-só delimitar ocorrências concretas deste processo construcional em português europeu.<sup>4</sup> No entanto, sempre se frisarà que a assunção de um processo de construção de palavras do tipo da conversão implica a assunção prévia de que, na delimitação de uma qualquer unidade lexical, é imprescindível a confluência de uma forma fónica, de uma categoria morfossintáctica e de um significado inerente (forçosamente estável no seio de uma dada língua).

Neste sentido, não poderão ser considerados casos de conversão aqueles em que uma dada unidade lexical adquiriu um novo significado sem, concomitantemente assumir uma nova categoria morfossintáctica. Porém, é claro que a conversão surge muitas vezes (se não sempre) associada a tipos particulares de metonímia.

No presente trabalho defende-se, então, que a conversão faz parte do morfologia construcional, dado que ela envolve, *de facto*, a criação de novas palavras pela passagem de uma categoria a outra, com aquisição, por parte do convertido, do conteúdo semântico da nova categoria, mas, também, com a aquisição do padrão flexional próprio da categoria de chegada.

Nem todos os casos de conversão são “bons exemplos” deste processo. Por exemplo, verifica-se que muitos dos adjectivos resultantes de conversão deno-

<sup>4</sup> Uma discussão deste tipo, em relação à língua francesa, é apresentada em Kerleroux 1999.

minal dificilmente se adaptam ao padrão flexional próprio dos adjectivos (englobando a flexão em género – masculino e feminino – e em número). A confirmá-lo, note-se a duvidosa gramaticalidade de exemplos como:

- (3) a. <sup>2</sup>O João é (*um*) galinha.  
 b. <sup>2</sup>Os rapazes adolescentes não são tão galinhas quanto as raparigas nessa idade.  
 a. As camisas verdes são bonitas.  
 b. As camisas \*verdes águas / <sup>2</sup>verdes água<sub>Q</sub> / <sup>ok</sup>verde<sub>Q</sub> água<sub>Q</sub> são bonitas.

Aparentemente, a história derivacional destes adjectivos convertidos impede-os de assumirem plenamente o seu estatuto adjectival com a sua consequente “flexibilidade flexional”, isto é, com a capacidade de assumir as quatro formas distintas (masculino singular, masculino plural, feminino singular, feminino plural) que lhe permitam concordar, em qualquer circunstância com o nome que modificam.

Deste modo, importa definir uma conversão prototípica, a partir da qual poderão ser classificados outros casos de conversão como casos mais periféricos:

A conversão (prototípica) consiste na passagem de uma unidade lexical de uma categoria morfossintáctica A para uma categoria morfossintáctica B (tipicamente um substantivo), com a consequente aquisição de todas as características gramaticais da categoria de acolhimento (padrão flexional, comportamento sintáctico, conteúdo semântico e capacidade denominativa). Os exemplos seguintes são exemplos de conversão prototípica:

- (5) O verde é a cor da esperança.  
 (6) A Ricardina toma sempre abatanados, pelo que acho que não seria capaz de beber uma italiana.

A conversão não deve, porém, ser confundida com a elipse (fenómeno de índole predominantemente discursiva)<sup>5</sup>, por um lado, nem com a distorção categorial, fenómeno que consiste no caso em que uma unidade da categoria Y ocupa uma posição sintáctica etiquetada X,<sup>6</sup> sem que tal uso corresponda à efectiva construção de uma nova unidade lexical por conversão, mas, sim, a uma estratégia sintáctica.

<sup>5</sup> Entende-se, neste contexto, elipse como o caso em que, em certas situações de comunicação ou em certos enunciados, alguns elementos da frase podem não ser expressos, sem que, por isso, os destinatários deixem de compreender esses enunciados – cf. Dubois *et alii*, *v. g. elipse*.

<sup>6</sup> «Nous avons proposé d'appeler «distorcion catégorielle» le cas où un terme de catégorie Y occupe une position étiquetée X, soit la figure générale: (58) [<sub>X</sub> (Y)].» – F. Kerleroux 1996: 103.

#### 4. A conversão adjectivo > nome

Sendo, de longe, o tipo de conversão mais disponível em português contemporâneo, a conversão adjectivo > nome pode, no entanto, assumir três tipos distintos, não igualmente disponíveis pelas razões que adiante se esclarecerão:

- A. conversão de focalização;
- B. conversão de abstracção;
- C. conversão de especialização.

##### 4.1. Conversão de focalização

O conceito de “conversão de focalização” foi primeiramente apresentado em D. & P. Corbin (1991: 77). Consiste na adopção do adjectivo que denomina a qualidade que é vista como a mais relevante do objecto em causa para denominar o objecto que é portador dessa qualidade. Exs.:

- (7) *Quero um fino (estupidamente) gelado!*
- (8) *A imperial que me serviu não estava bem tirada.*
- (9) *Tire-me um descafeinado curto, s. f. f.*
- (10) *Comprei um impermeável com carapuço para levar para o Porto.*

A conversão de focalização é, de longe, o tipo de conversão mais disponível em português contemporâneo e, provavelmente, um dos processos de construção de palavras mais disponíveis, sobretudo, se forem tidos em conta os registos especializados da língua. Aparentemente não existem restrições de cariz morfológico que limitem o escopo da conversão de focalização, isto é, qualquer adjectivo, independentemente da sua estrutura interna e da sua história derivacional, é um potencial candidato a base de uma conversão de focalização.

Tal como os restantes tipos de conversão, também a conversão de focalização implica uma metonímia, na medida em que o termo que denomina a qualidade de um objecto se constitui em termo denominador do próprio objecto, o que pode ser considerado uma forma de nomear o todo pela parte.<sup>7</sup> Importa descrever de forma sistemática que tipos de qualidades são passíveis, na língua portuguesa, de se constituírem em denominações das entidades que as apresentam.

<sup>7</sup> Em rigor, está-se aqui a falar de sinédoque e não de metonímia. Porém, dadas as dificuldades que frequentemente se registam na distinção entre os dois conceitos, opto por tratar os dois fenómenos como casos de metonímia, de acordo, de resto, com a bibliografia anglo-saxónica a este respeito – cf. Correia 2001: 71.

#### 4.2. Conversão de abstracção

O conceito de “conversão de abstracção” foi, também, inicialmente proposto em D. & P. Corbin (1991: 77), por oposição à conversão de focalização. De acordo com os autores, a conversão de abstracção consiste na adopção de um adjetivo para denominar (substancialmente) a qualidade correspondente, passando o produto da conversão a constituir um nome de qualidade.

Nome de qualidade é entendido, neste trabalho, como um substantivo abstracto, predicativo, sincategoremático, denominando uma entidade referencialmente dependente e com ocorrências múltiplas, e não-contável. Como os nomes em geral, também os nomes de qualidade são potencialmente polisémicos. Fundamentalmente, os nomes de qualidade *de facto* caracterizam-se por denominarem entidades que não são delimitáveis nem no tempo nem no espaço.

Verificou-se (Correia 1999) que, na língua portuguesa, os nomes de qualidade são, sobretudo, nomes deadjectivais resultantes da sufixação por meio de *-ia* (*anomia*, *valentia*), *-idade* (*fecundidade*, *instabilidade*), *-ismo* (*baçoquismo*, *cinzentismo*, *vira-casaquismo*), *-ez* e *-eza* (*hirsutez*, *beleza*), *-eira* (*ton-teira*, *snoqueira*), *-ice* (*baçoquice*, *meiguice*), *-idão* (*amarelidão*, *podridão*) e *-ura* (*abertura*, *friura*).<sup>8</sup> Importava, então, entender de que forma poderia a língua permitir, aparentemente, a geração simultânea de pares de sinónimos deadjectivais<sup>9</sup>, sendo um membro do par construído por conversão e o outro por sufixação (exs.: *belo<sub>N</sub>* / *beleza<sub>N</sub>*, *branco<sub>N</sub>* / *brancura<sub>N</sub>*).

Verificou-se que existem casos em que a língua portuguesa não permite a construção de um nome deadjectival por sufixação, principalmente por razões fonológicas ou morfológicas. Disto são exemplos os substantivos *oco* e *animalesco* inseridos nos exemplos (11) e (12):

- (11) a) O *oco* é inimigo do cheio.  
 b) <sup>\*P?</sup>O *oco* cerâmico torna as peças mais frágeis.  
 c) O *oco* desta jóia faz com que valha menos.  
 d) O *oco* que se sente ao bater nos azulejos resulta de um mau ladrilhamento.
- (12) a) O *animalesco* é inimigo do humano.  
 b. <sup>\*P?</sup>O *animalesco* aparente desencoraja uma observação mais detalhada.  
 c. O *animalesco* da sua aparência desencoraja qualquer aproximação.  
 d. O *animalesco* que se manifesta nos seus actos impede um relacionamento afectivo normal.

<sup>8</sup> Em Correia 1999 são considerados também nomes de qualidade não-construídos, para além de produtos denominais (nomes de estatuto/condição e colectivos) e produtos deverbais (nomes de acção) que podem, em algumas circunstâncias, assumir significado e comportamento sintáctico próprio de nomes de qualidade.

<sup>9</sup> Note-se que, numa perspectiva estrutural do léxico, parece paradoxal e antieconómica a proliferação incontrolável de sinónimos não necessários ao sistema.

Nos casos anteriores, a impossibilidade de construir um nome de adjectival por sufixação prende-se com a insuficiência de substância fónica que permita a *oco-* constituir-se como base de derivação (no caso de *oco<sub>N</sub>*), e com a impossibilidade de sufixar sobre adjectivos construídos por meio de *-esc-* a não ser por meio do sufixo adverbial *-mente* (no caso de *animalesco<sub>N</sub>*).

Note-se que o carácter nominal destes derivados se manifesta na possibilidade de constituírem núcleos de sintagmas nominais, modificáveis por sintagmas preposicionais ou por orações relativas, como pode verificar-se nas alíneas c. e d. de cada exemplo. O carácter anómalo das alíneas b. dos exemplos (11) e (12) pode explicar-se pela ambiguidade resultante da ocorrência consecutiva de duas formas que podem representar um substantivo ou um adjectivo. Assim, por exemplo, os sintagmas seguintes:

(11) b. \*<sup>12</sup>?O *oco cerâmico*

(12) b. \*<sup>12</sup>?O *insólito ficcional*

correspondem a sintagmas em que qualquer das unidades pode funcionar como núcleo do SN, a saber, *oco* e *cerâmico* em (11) e *animalesco* ou *aparente* em (12).

Pelo contrário, nas frases de (13), *belo* não constitui um nome *de facto*, mas apenas um adjectivo que, em (13) a., ocupa a posição sintáctica de um nome, como pode verificar-se pela impossibilidade de ser modificado no caso de (13) b. por um sintagma preposicional (mas também por um adjectivo ou por uma oração relativa).

(13) a. O *belo* é o carácter do que é belo.

b. \*O *belo* deste quadro reside na harmonização das cores usadas.

c. A *beleza* deste quadro reside na harmonização das cores usadas.

O verdadeiro nome de qualidade correspondente a *belo<sub>Adj</sub>* é o nome construído por sufixação, *beleza*, como é facilmente verificável a partir de (13) c.

A conversão de abstracção é um subtipo de conversão de âmbito muito restrito, uma vez que apenas actua desde que se constate a impossibilidade de construir um de adjectival por sufixação, pelo que o número de adjectivos potenciais candidatos a bases desta conversão é relativamente limitado.

#### 4.3. Conversão de espacialização

“Conversão de espacialização” é o termo aqui proposto para denominar o tipo de conversão que permite a construção dos nomes das cores em português. Esta denominação considera-se provisória e apta a ser substituída por uma que melhor expresse o conceito em causa.

Sendo as cores, do ponto de vista ontológico, das qualidades mais típicas dos objectos, pode parecer estranho não considerar os nomes das cores como nomes de qualidade *de facto* e não os incluir, portanto, na categoria dos nomes de qualidade. Porém, razões linguísticas justificam esta posição, como ficou demonstrado em Correia 1999: 134-138, seguindo Van de Velde 1996: 146-158. Efectivamente, os nomes de cores não constituem nomes da qualidade, dado apresentarem comportamento sintáctico e semântico distinto dos nomes de qualidade *de facto*, como tentarei demonstrar em seguida.

Do ponto de vista semântico, um nome de cor é passível de denominar não apenas a qualidade de cor, mas, além disso, de denominar o espaço (superfície) que é portador dessa cor – distinguindo-se, assim, estes nomes dos nomes de qualidade *de facto*. Do ponto de vista sintáctico, esta possibilidade semântica manifesta-se na leitura “concreta” que podem assumir estes nomes em exemplos do tipo do apresentado em (14) b., impossível de realizar com nomes de qualidade *de facto*, como nos exemplos (15) a. e b.:

- (14) a. O branco (= a cor branca) é a cor preferida da Fernanda Serrano.  
 b. O branco deste quadro incomoda-me (= a extensão de cor branca).  
 (15) a. A beleza (= qualidade de belo) das pessoas vem-lhes da alma.  
 b. A beleza deste quadro perturba-me (\*= extensão da beleza / <sup>ok</sup>= intensidade da beleza).

Por outro lado, a intensificação dos nomes de cor não permite a expressão da intensidade da cor, mas, sim, da extensão da superfície coberta por essa cor, como é verificável no exemplo (16), por oposição àquilo que acontece com os nomes de qualidade e que é verificável no exemplo (17):

- (16) *Este quadro tem muito branco!* (= tem uma grande porção da sua superfície de cor branca).  
 (17) *Este quadro tem muita beleza!* (= tem uma beleza muito intensa).

A reforçar o carácter específico dos nomes de cor resultantes de conversão deadjectival, note-se que, à excepção de *azul*, todos os adjectivos de cor básica em português apresentam um nome de qualidade *de facto* por sufixação: *amarilidão*, *vermelhidão*, *verdura*, *brancura* / *branquidão*, *pretidão* / *negridão* / *negrura*, *roxidão*.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Não sendo o roxo uma cor básica, mas o resultado da mistura de azul e vermelho, em português ele apresenta um nome básico por razões históricas explicitadas em Saïd Ali 1931: 155-162. Segundo este autor, o adjectivo *vermelho* (do lat. *vermiculus*) ocupou em português o lugar do adjectivo *roxo* para denominar a cor vermelha, pelo que a área referencial de *roxo* passou a cobrir a cor violácea, que é uma cor composta (cf. o espanhol *rojo* e o francês *rouge*).

## 5. Conclusão

No trabalho agora apresentado, cujo objectivo primordial foi dar conta de diferentes tipos de conversão em português, verificou-se que particularmente aqueles que envolvem verbos carecem de uma abordagem mais sistemática e esclarecedora.

Alguma luz foi, no entanto, lançada sobre o tipo conversão que permite a construção de nomes deadjectivais. Assim, postulou-se que é possível delimitar três tipos distintos de nomes deadjectivais convertidos, relevando de conversão de focalização, de conversão de abstracção e de conversão de espacialização.

Tendo sido os conceitos de conversão de focalização e de conversão de abstracção inicialmente delimitados por D. & P. Corbin 1991, o contributo deste trabalho foi procurar demonstrar que, no caso do português, a conversão de abstracção não constitui um processo construcional produtivo de modo irrestrito (gerando múltiplos pares de nomes de qualidade sinónimos), mas, sim, um processo paliativo utilizado para suprir restrições à construção de nomes sufixados, restrições resultantes, frequentemente, de razões fonológicas e morfológicas.

Por outro lado, propôs-se delimitar o conceito de conversão de espacialização, procedimento restrito à construção dos nomes de cores básicos, dado estes nomes, apesar de denominarem qualidades, apresentarem características semânticas e sintácticas muito específicas que os distinguem dos restantes nomes de qualidade.

Postas todas as questões que neste trabalho foram apenas afloradas, a conversão em português afigura-se um aliciante tema de pesquisa que importa desenvolver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSQUE, Ignacio 1999 – «El nombre común», in BOSQUE, Ignacio & Violeta DEMONTE (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, 3 vols., Madrid, Editorial Espasa Calpe – vol. I, pp. 3-75.
- CORBIN, Danielle 1991 – « Introduction – La formation des mots: structures et interprétations », in *Lexique 10*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille, pp. 7-30.
- CORBIN, Danielle (a publicar) – *Le lexique construit*, Paris, Librairie Armand Colin.
- CORBIN, Danielle & Pierre 1991 – “Un traitement unifié de *-ier(e)*”, in *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille, pp. 61-145.
- CORREIA, Margarita 1999 – *A denominação das qualidades – contributos para a compreensão da estrutura do léxico do português*, Diss. do Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa (inédita).
- CORREIA, Margarita 2001 – “Homóníma e polissemia: contributos para a delimitação dos conceitos”, in *Palavras*, n.º 19, pp. 57-75.

- DUBOIS, Jean *et alii* 1973 – *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.
- KERLEROUX, Françoise 1996 – *La coupure invisible: Études de syntaxe et de morphologie*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.
- KERLEROUX, Françoise 1999 – « Identification d'un procédé morphologique: la conversion », in *Faits de Langues n.º 14 – La catégorisation dans les langues*, pp. 89-100.
- NUNBERG, Geoffrey & Annie ZAENEN 1997 – « La polysémie systématique dans la description lexicale », in *Langue Française*, n.º 113, pp. 12-23.
- PUSTEJOVSKI, James 1995 – *The Generative Lexicon*, Cambridge Mass./Londres, The MIT Press.
- RODRIGUES, Alexandra Soares 2001 – *A construção de postverbais em português*, Águeda, Granito Editores e Livreiros.
- SAID ALI, Manuel 1931 – “Nomes de cores”, in *Revista de Philologia e de Historia*, Tomo I, 143-164.
- VAN DE VELDE, Danièle 1996 – *Le spectre nominal: des noms de matières aux noms d'abstractions*, Louvain / Paris, Éditions Peeters.



# CONECTORES FÁTICOS E CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO INTERLOCUTIVA

*Maria Aldina Marques*

Instituto de Letras e Ciências Humanas – Universidade do Minho

O objectivo deste trabalho é, tão-só, trazer a público uma pequena reflexão sobre o lugar dos conectores fáticos na construção da relação interlocutiva e, a partir daí determinar a sua importância para a análise do(s) discurso(s).

Para Jakobson, retomando o conceito introduzido por Malinowski, a função fática é característica de

«... mensajes que sirven fundamentalmente para establecer, prolongar o interrumpir la comunicación, para comprobar que el canal está actuando («Oiga, ¿me escucha?»), para atraer la atención del interlocutor o para confirmar su atención continuada («¿Me estás escuchando?»). Este sesgo hacia el CONTACTO (...) puede ser representado por um profundo intercambio de fórmulas ritualizadas, por diálogos enteros con el simple propósito de prolongar la comunicación.».

(JAKOBSON, 1988: 371),

No desenvolvimento do tema, Jakobson enumera alguns tipos de marcas linguísticas a que, na sua opinião, comete a «empresa de començar y sostener una comunicación», uma dimensão afinal tão básica – e tão pouco «linguística» – que, acrescenta o autor, «es típica de las aves parlantes; de este modo, la función fática del lenguaje es la única que comparten con los hombres cuando conversan con éstos» (*idem, ibidem*).

Marcada na sua marginalidade, a função fática é mais um sinal de uma disposição genética para a actividade de comunicação, mero intercâmbio de fórmulas ritualizadas, onde a comunicação toma forma:

«Es también la primera función verbal adquirida por los niños; estos se hallan dispuestos a restablecer una comunicación antes de estar capacitados para enviar o recibir una comunicación informativa.» (*idem, ibidem*).

O carácter periférico e residual que lhe é atribuído entende-se se se compreende que, apesar de considerados, os interlocutores, emissor e receptor, são exteriores à língua, exteriores ao processo de construção de uma comunicação que é essencialmente informativa, e apropriadamente designados como ponto de origem e de chegada de uma mensagem que, essencialmente também, os deixa e se deixa incólume(s).

O quadro de funcionamento de algum modo redutor em que Jakobson a apresenta, e, por consequência, o pouco interesse que poderá vir a ter na análise linguística, quase exclusivamente preocupada com o texto escrito, favoreceram a marginalização desta vertente da construção discursiva.

Por outro lado, contrariamente a qualquer expectativa, a atenção à linguagem oral dicotomicamente oposta à linguagem escrita<sup>1</sup> – e passemos sem referir a relativa artificialidade, mas comodidade metodológica, das dicotomias – não contribui de imediato para uma reorientação na análise destes elementos cuja tradicional marginalidade impregna o próprio termo que as designa: «partículas», «apêndices», ou ainda, «bordões de linguagem<sup>2</sup>».

Com efeito, os estudos com vista à caracterização da linguagem oral centraram predominantemente a sua atenção nas estruturas sintácticas, em busca de especificidades e divergências, que, pelo menos nos primeiros trabalhos, eram determinadas em função da «gramática da escrita<sup>3</sup>». Ora, a sua caracterização a partir da sequencialidade verbal é uma excessiva simplificação que fragiliza a distinção e limita a interpretação e compreensão de tais diferenças, que decorrem também de outras dimensões constitutivas da interacção verbal.

É preciso, pois, esperar pelos desenvolvimentos da pragmática linguística e em particular da análise do discurso (no seu sentido mais amplo) para encontrar aí o lugar propício à atenção aos conectores fáticos e aos seus funcionamentos discursivos. Tal significa sair de uma investigação que tinha como ponto de partida um conceito da língua como código, para, num novo enfoque teórico, postular uma concepção dinâmica da língua, que, como se afir-

<sup>1</sup> À dicotomia oralidade/escrita parecem ter sido atribuídas mais responsabilidades que as que na realidade pode assumir. Na complexa heterogeneidade das produções discursivas, é, pois, necessário lembrar que estes dois pólos de uma real gradação coexistem com outras possíveis dicotomias/gradações de que salientamos, por exemplo, o par «discurso planeado/não planeado».

<sup>2</sup> Persistentemente perseguidos em contextos pedagógico-didáticos, como vícios de linguagem a evitar. Aliás, as características da «linguagem oral» sempre – e só – foram objecto de discussão a propósito do texto literário ou das composições escolares de alunos que «escrevem como falam».

<sup>3</sup> É uma indistinção que em nada favorece a análise da linguagem oral ou escrita. São importantes os trabalhos de Blanche-Benveniste, que se interessa pelas estruturas sintácticas da linguagem oral, desfazendo preconceitos quanto à simplicidade destas, onde predominaria a frase simples, em comparação com as estruturas marcadas pela frase complexa da linguagem escrita. Marie-José Béguelin (1998: 229) aponta, também, alguns dos problemas que suscita «l'opposition langue parlée vs langue écrite», porque, nomeadamente, se trata de uma oposição que «n'est pas saisissable».

mou já, «integra as suas condições de uso» (FONSECA, 1994: 53). Opera-se, deste modo, uma reorientação teórica, e metodológica, que coloca no centro da actividade de comunicação os (inter)locutores.

A função interpessoal da linguagem, assim evidenciada, obriga à consideração dos intervenientes no acto comunicativo e, por conseguinte, das categorias linguísticas que mostram essa presença na superfície discursiva. São marcas de alteridade, do dialogismo fundamental da linguagem, que, deste modo, se mostra como «linguagem-para-o-outro».

A determinação do quadro comunicativo deixa de ser um interesse que apenas concerne a sociólogos e antropólogos. Como coordenada fundamental, os interlocutores e a relação comunicativa que assumem, e da qual são indissociáveis, estão implicados, a par de outras vertentes, na estruturação do discurso<sup>4</sup>. Porque, como a propósito assinala Lorenza Mondada<sup>5</sup>, as formas da língua tanto quanto as práticas linguísticas configuram-se, estruturando e sendo estruturadas pela situação de enunciação e de interacção. Ou, no que agora nos importa – e as palavras são de Robert Vion<sup>6</sup> –, os interlocutores não podem ocupar um lugar comunicacional fora da construção do sentido, que por sua vez não funciona fora dos interlocutores.

Não é, pois, inócua a relação particular que em cada acto de comunicação se estabelece. Na correlação de forças que a relação interpessoal instaura assenta o jogo de influência que nos discursos se joga e no qual intervêm, entre outras vertentes,

- a) a imagem que o locutor faz /dá de si mesmo.
- a) a imagem que o locutor faz/dá do alocutário.
- b) a imagem que o locutor faz/dá da relação entre locutor/alocutário.

Os conectores fáticos são alguns dos dispositivos linguísticos, de que o locutor dispõe para marcar verbalmente essa relação interlocutiva, de forma tanto mais importante quanto diferentes participantes se relacionam com modos diferentes de interacção. A relação interaccional condiona, é importante acentuá-lo

<sup>4</sup> C. Kerbrat-Orecchioni (1996: 30) apresenta essa dimensão da investigação que se torna central no âmbito da análise conversacional: «...l'investigation s'est étendue aux aspects que je dirai globalement relationnels, c'est-à-dire qui ne concernent plus la construction du texte conversationnel, mais les relations qui se construisent, par le biais de l'échange verbal, entre les différents acteurs engagés dans les processus communicatifs»

<sup>5</sup> «Les formes de la langue autant que les pratiques langagières se configurent en structurant et en étant structurées par leur situation d'énonciation et d'interaction.» (MONDADA, 2001:3),

<sup>6</sup> «...on ne peut occuper une place qu'en construisant des contenus et on ne peut espérer communiquer sans établir un positionnement réciproque.» (VION, 1992: 112).

mais uma vez, o conteúdo proposicional comunicado<sup>7</sup>. Mas é, também, condicionada por este, enquanto relação que se constrói no discurso e com o discurso.

A importância dos conectores ou marcadores discursivos – enquanto categoria discursiva – na estruturação do discurso tem merecido a maior atenção dos investigadores das mais diversas correntes da vasta área da linguística do uso/funcionamento do sistema. São trabalhos que têm essencialmente como objectivo determinar o seu estatuto teórico: nomeadamente identificando-os, determinando o seu significado, as funções que manifestam, quer numa perspectiva global, quer a propósito do funcionamento de um conector em particular (FRASER, 1999: 932).

A par da terminologia proposta, e a que já fiz referência<sup>8</sup>, as definições propostas apresentam também alguma diversidade. Mais ou menos abrangentes, são avançadas definições dos conectores/marcadores que privilegiam ora uma dimensão interaccional ora instrucional

- (a) «...un medio de lengua para facilitar la articulación entre lo dicho y el contexto» (ZORRAQUINO e PORTOLÈS LÁZARO, 1999: 4079);
- (b) «...In very general terms, pragmatic markers presuppose one speaker and at least one addressee taking part in a speech situation...» (ERMAN, 2001: 1339).
- (c) «...a group of expressions (...) usually lexical expressions, [that] do not contribute to the propositional content of the sentence but signal different types of messages» (FRASER, 1999: 936).

O carácter instrucional dos conectores é acentuado pelos investigadores, nomeadamente por Blakemore (apud FRASER: idem) cujos trabalhos neste domínio têm merecido larga divulgação, e que, em oposição às «expressões nominais» que considera terem significado representacional, acentua o facto de aqueles serem constituídos por instruções sobre como manipular a representação conceptual do enunciado.

Este é, por essa razão, um dos critérios mais considerados na classificação dos conectores discursivos, sendo o segundo decorrente deste: a possibilidade, dada a sua relativa autonomia, de ocorrerem em início ou final de enunciado, individualizados por pausas.

<sup>7</sup> É uma relação afirmada já por Benveniste (1974:82): «La condition même de cette mobilisation et de cette appropriation de la langue est, chez le locuteur, le besoin de référer par le discours, et, chez l'autre, la possibilité de co-référer identiquement, dans le consensus pragmatique qui fait de chaque locuteur un co-locuteur. *La référence est partie intégrante de l'énonciation.*» (itálico meu)

<sup>8</sup> E que é apenas o início de uma longa lista. Sem preocupações de exaustividade, recenseei: expressões de interlocução, sinais de interlocução, marcadores de situação interaccional, sinais interlocutivos, marcadores de interactividade, operadores discursivos, marcadores pragmáticos, entre outros.

Não poderá inferir-se desta sucinta apresentação que se está perante uma categoria homogénea e sistemática. Com efeito, é uma classe de difícil sistematização, que torna quase utópica qualquer tentativa (ensaiada sobretudo nos primeiros trabalhos) de um tratamento exaustivo, embora só muito recentemente tenham sido alvo de atenção acurada e sistemática por parte dos investigadores. Os conectores formam uma categoria aberta, marcada por um processo básico de gramaticalização que tende à invariabilidade dos marcadores discursivos. Acresce ainda que a esta variedade gramatical se junta a variedade originada nas vertentes diafásica e diastrática que também caracterizam estes elementos.

Na sequência desta preponderante preocupação «gramatical», surgem tentativas de classificação que propõem, segundo critérios diversos, subclasses onde os conectores fáticos têm lugar. Contudo, o lugar marginal em que os colocou Jakobson, relativamente ao funcionamento do acto de comunicação e às funções da linguagem, parece manter-se e obliterar sentidos e funções veiculados por estes elementos linguísticos.

Creio que tal se relaciona, com a especificidade dos textos/discursos onde aparecem, mas também com a desvalorização que acarreta a sobrecarga de ocorrências registadas em certas realizações do quotidiano, na origem, aliás, do jogo de palavras entre «fáticos» e «fá-tiques». Ou seja, são recorrências que se cíclicas, de carácter automático, que pontuam o discurso sem dele parecerem fazer parte.

Tal constatação não poderia, todavia, prevalecer, e os conectores fáticos são cada vez mais alvo de investigação, preocupada essencialmente em analisar o funcionamento de algumas das formas mais frequentes<sup>9</sup>.

Neste momento, estão já coligidas algumas conclusões, que individualizam o funcionamento dos conectores fáticos, a que são cometidas funções sociais e discursivas:

- a) o conector fático chama a atenção para a mensagem que está a ser transmitida, é uma estratégia discursiva de «getting-attention», como propõe Romero Trillo<sup>10</sup>.
- b) tem uma função social que regula o seu uso: o locutor tende a omiti-los num registo mais formal<sup>11</sup>.
- c) É uma marca de cortesia.

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, os trabalhos, citados na bibliografia, de Mariana CHODOROWSKA, Anna de FINNA e Jesús ROMERO TRILLO.

<sup>10</sup> «...speakers make use of markers to draw attention to what is being talked about, even though the turn is already in progress. The reason for using attention-getting or attention-maintaining techniques may be a speaker's feeling that s/he is not being listened to, or the need to emphasize part of an utterance because of its importance for the correct understanding of the message.» (TRILLO, 1997:220)

<sup>11</sup> Sem que isso signifique que o locutor renuncia marcar no discurso essa relação interpessoal. Antes usa outros dispositivos linguísticos.

Aceitando estas conclusões, não é possível deixar de considerar que não atingem a dimensão fulcral do funcionamento dos conectivos fáticos. Para o Português, gostaria de chamar a atenção para o conector «ouviu?», incluindo as variantes gramaticais «ouviste?» e «estás a ouvir?».

Terei como ponto de partida alguns trabalhos realizados para o Espanhol e o Inglês, que me permitirão acentuar a importância e alcance da função interpessoal que estes conectores marcam.

Daí decorre a importância a acordar à determinação do quadro comunicativo e, em particular, do estatuto comunicativo dos interlocutores.

Com efeito, a presença ou ausência física dos locutores é uma variável fundamental desse quadro comunicativo que se instaura em cada interação. A compreensão física ou facilitada pela tecnologia, de que o telefone é o exemplo mais comum, é necessária a uma relação que se pretende e mostra baseada na reciprocidade.

Neste enquadramento, os conectores 'fáticos' recensados são, realmente e em primeiro lugar, sinais que ratificam os papéis comunicativos assumidos, ao focalizarem o alocutário<sup>12</sup>. São também, recuperando a expressão de Jakobson, sinais que servem para comprovar que o canal está a funcionar e, finalmente, são a marca de uma relação interaccional cortês, que procura captar a benevolência do alocutário.

Estas são, com efeito, as características elencadas para os usos mais documentados, que se caracterizam, em Português, pela ocorrência no início do enunciado ou num enunciado autónomo:

- (1) *Maria, estás a ouvir...?*
- (2) *Ouve, quero dizer-te uma coisa.*
- (3) *Ouve, ainda não acabei.*
- (4) *Estás a ouvir? É que estavas tão calada!*

Nos exemplos agora elencados, se são fortes as funções comunicativas e interacionais realizadas por estas expressões, a verdade é que o semantismo do verbo permanece ainda de forma clara, ou talvez mesmo preponderante.

Mas este contexto não esgota a sua ocorrência nem a descrição dos seus funcionamentos. Em final de frase, a mesma forma gramatical tem funcionamentos e funções diferentes, que evidenciam a importância deste tipo de elementos na estruturação do discurso:

<sup>12</sup> «...?me entiendes? (...) It does not add anything to the basic propositional meaning of of a sentence, but rather it appears to draw attention to the importance of the hearer in the conversation. The speaker (S) overtly acknowledges his/her search for the hearer's (H) approval and cooperation.» (CHODOROWSKA, 1997:356)

(5) Nunca mais saias sem me avisar, ouviste?

(6) É a última vez que o aviso, ouviu?

Neste contexto, «Ouviste?/Ouviu?» é marca de conflito entre os interlocutores. A relação construída entre ambos é claramente assimétrica, ou vertical nos termos de Kerbrat-Orecchioni, marcada pela autoridade do locutor relativamente ao alocutário.

Fora de qualquer interpretação similar às que acima apresentei para as ocorrências em início de enunciado, este conector cria uma ameaça à autonomia do alocutário, enquanto questiona o seu papel comunicacional, ou melhor, a competência para o desempenhar. O semantismo do lexema quase se esvai<sup>13</sup>. Com efeito, aqui não há nenhum problema físico de comunicação, originado por causas externas ou pela não assunção, ou demissão do (possível) interlocutor, do seu papel de alocutário<sup>14</sup>.

A agressividade decorre do facto de o locutor, exercendo o «pouvoir exorbitant que s'arroge le questionneur» (DUCROT, 1983:99), questionar o alocutário sobre o cumprimento de uma atitude que lhe é afinal indispensável para o desempenho da função de alocutário.

Complementarmente, desenha o estado emocional do locutor, incapaz de cumprir a norma social «seja cortês». Mais ainda, «ouviste?» não constitui nunca um acto de pergunta, é sempre uma ameaça que maximiza o valor ilocutivo do acto de linguagem realizado.

A presença do conector fático é tão mais fundamental quanto influi ao nível macro e microdiscursivo. Exerce uma função reguladora da imagem dos interlocutores, da relação que estabelecem entre si e da continuidade do discurso, na medida em que todo o eixo da argumentatividade própria do discurso fica condicionado pelas imagens que aí se constroem.

Não é possível, pois, aceitar a afirmação de M<sup>a</sup> Antonia Zorraquino e Portolés Lázaro, que é tributária de uma definição de função interaccional paralela a uma função informativa:

«Además de cumplir una función 'informativa' ('transaccional'), orientada hacia el message – fundamental y predominante en el texto escrito – la conversación presenta una función 'interactiva' ('interaccional'), orientada hacia el interlocutor.» (ZORRAQUINO e PORTOLÉS LÁZARO, 1999: 4143, in BOSQUE e DEMONTE).

<sup>13</sup> Repare-se, por exemplo, que, para o Brasil, os mesmos contextos seleccionam também a forma «Viu?»

<sup>14</sup> Marcada no enunciado: «Ouve! Ainda não acabei!»

Reforçar a imagem positiva ou negativa não é apenas uma dimensão da cortesia, é essencialmente marcar uma relação que condiciona a argumentatividade do discurso, que intervém na construção do sentido<sup>15</sup>.

Pela função discursiva que desempenham, os conectores fáticos são compatíveis essencialmente com um discurso cujo quadro comunicativo implica a compreensão e relação recíproca e assimétrica dos interlocutores. Marca uma relação entre interlocutores identificados ou identificáveis, e justifica, por outro lado, a ausência deste tipo de dispositivos linguísticos em textos escritos que seleccionam um alocutário «universal», impossível na relação dialogal. Este é o caso dos ‘avisos’, afixados em lugares públicos. Mas a relação de impessoalidade a que a generalização conduz está marcada na estruturação dos conteúdos, pelo uso, nomeadamente, de formas não finitas do verbo<sup>16</sup>.

(7) Não fumar.

(8) Fechar a porta.

(9) Proibida a entrada.

constituem a realização de actos linguísticos de ordem que, dirigidos a um alocutário despersonalizado, por um locutor igualmente despersonalizado, perdem força ilocutória na actualização particular que implicam.

De tal teve certamente consciência um anónimo jardineiro de Aveiro que, cansado de não ser ouvido/lido, plantou uma placa no jardim que dizia:

(10) Não pise a relva, ouviu?

Podemos sorrir ao lê-la, mas certamente somos sensíveis a esta ordem que claramente nos é dirigida e contornaremos o jardim para não molestar a relva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÉGUELIN, Marie-José. 1998. «Le rapport écrit-oral. Tendances dissimilatrices, tendances assimilatrices». *Cahiers de Linguistique Française* 20. Faculté de Lettres – Université de Genève. pp. 229-253
- BENVENISTE, Émile. 1974. «L'appareil formel d l'énonciation». *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Gallimard. pp. 79-88
- CHORODOWSKA, Marianna. 1997. «On the polite function of ¿me entiendes? in Spanish.». *Journal of Pragmatics* 28. Amsterdam: North Holand. pp. 355-371.

<sup>15</sup> Recordo o que atrás afirmei sobre o facto de os interlocutores não ocuparem um lugar comunicacional fora da construção do sentido.

<sup>16</sup> O uso do imperativo, em alternância a esta construção não impede a construção de um mesmo alocutário generalizado: «Feche a porta.»

- DUCROT, Oswald. 1983. «La valeur argumentative de la phrase interrogative». in *Logique, argumentation, conversation. Actes du colloque de Pragmatique*. Fribourg (1981). Berne: Peter Lang
- ERMAN, Britt. 2001. «Pragmatic markers revisited with a focus on you know in adult and adolescent talk». *Journal of Pragmatics* 33. Amsterdam: North Holland. pp. 1337-1359.
- FINNA, Anna de. 1997. «An analysis of Spanish bien as a marker of classroom management in teacher-student interaction». *Journal of Pragmatics* 28. Amsterdam: North Holland. pp. 337-354.
- FONSECA, Joaquim. 1994. «A heterogeneidade na língua e no discurso». in *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora. pp. 49-94.
- FRASER, Bruce. 1999. «What are discourse markers». *Journal of Pragmatics* 31. Amsterdam: North Holland. pp. 931-952.
- JAKOBSON, Roman. 1988. «El metalenguaje como problema lingüístico». in *Obras selectas*. I. Madrid: Gredos. pp. 369-376
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. 1996. «L'analyse des conversations». *Le Français dans le Monde – le discours: enjeux et perspectives* (numéro spécial). Paris: Hachette. pp. 30-38.
- MONDADA, Lorenza. 2001. «Pour une Linguistique Interactionnelle». *Marges Linguistiques* 1. [http:// www.marges-linguistiques.com](http://www.marges-linguistiques.com)
- TRILLO, Jesús Romero. 1997. «Your attention, please: Pragmatic mechanisms to obtain the addressee's attention in English and Spanish conversations». *Journal of Pragmatics* 28. Amsterdam: North Holland. pp. 205-221.
- VION, Robert. 1992. *La communication verbale*. Paris: Hachette.
- WILSON, John. 1993. «Discourse marking and accounts of violence in Northern Ireland». *Text* 13. pp. 455-475
- ZORRAQUINO, M<sup>a</sup> Antónia Martín e PORTOLÉS LÁZARO, José. 1999. «Los marcadores del Discurso». in Bosque, Ignacio e Demonte, Violeta (org). 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.



# PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS SOBRE A NOÇÃO DE *ESTILO*

*Maria Antónia Coutinho*  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## 1. Introdução

Que qualquer produção linguística fica necessariamente marcada em termos de estilo, é um facto que tem sido suficientemente sublinhado<sup>1</sup>. Apesar de reconhecida como inevitável, a dimensão estilística permaneceu, não apenas entre nós, à margem das tarefas de descrição e análise linguísticas – verificando-se hoje, pelo contrário, um movimento inequívoco de reconsideração e revalorização desta problemática<sup>2</sup>. É neste contexto que se insere a presente comunicação – propondo-se sublinhar a centralidade da noção de *estilo*, numa perspectiva de linguística do texto. Não se tratará de reconstituir a evolução da noção de estilo nem de equacionar questões de história da(s) estilística(s)<sup>3</sup>. Serão apenas recuperados alguns marcos tidos como fundamentais para o processo de revalorização da noção de estilo, em linguística. Ou, se preferirmos, utilizando os termos de Jean-Michel Adam, para definir “les conditions d’une réintégration du style dans une théorie de la langue et du texte.” (ADAM, 1996, 12)

---

<sup>1</sup> Entre outras referências, pode-se lembrar Genette, afirmando, de forma lapidar – e por isso frequentemente citado – que qualquer texto tem estilo (GENETTE, 1991, 135). Também entre nós se tem dado relevo a esse mesmo ponto de vista. Para além do contributo de Herculano de Carvalho – que será à frente retomado, mais pormenorizadamente – poder-se-á citar Fernanda Irene Fonseca: “A noção de estilo há muito extravasou do domínio literário e foi considerada como inerente a qualquer prática linguística e, mais radicalmente, como inerente a qualquer prática.” FONSECA, 1992, 49.

<sup>2</sup> Veja-se a multiplicidade de publicações dedicadas a questões de estilo, na bibliografia linguística de língua francesa – de que poderão dar conta, ainda que não de forma exaustiva, as referências bibliográficas no final deste artigo.

<sup>3</sup> Sobre esta questão, poderá consultar-se a obra recente de Étienne Karabétian, precisamente intitulada *L’histoire des stylistiques* (KARABÉTIAN 2000).

## 2. Estilo e intenção estética

O nome de Charles Bally é referência obrigatória em matéria de estilo ou estilística. Um aspecto essencial da perspectiva deste autor tem a ver com a oposição entre *língua espontânea* (ou *natural*), por um lado, e *estilo* e *língua literária*, por outro. Tanto estilo como língua literária estão associados a uma visão estética do mundo e das coisas: mas enquanto o primeiro corresponde à expressão criativa ou artística, a língua literária é entendida como resíduo de estilos acumulados, ao longo de gerações<sup>4</sup>. A língua espontânea, por sua vez, caracteriza-se pela ausência de intenção estética – manifestando no entanto (tal como o estilo) efeitos expressivos, afectivos ou de sensibilidade. São esses efeitos – tidos como “germes du style” (BALLY, 1952, 61) – que deverá descobrir a estilística interna preconizada por Bally:

La tâche de la stylistique interne est précisément, tout en se confinant dans la langue commune, de mettre à nu les germes du style, de montrer que les ressorts qui l'actionnent se trouvent cachés dans les formes les plus banales de la langue.

Bally, 1952, 61

São dois os aspectos assim assumidos, que vale a pena sublinhar: por um lado, que os efeitos estilísticos (criadores) se encontram contidos na própria língua espontânea – sem serem, no entanto, deliberadamente pretendidos ou procurados<sup>5</sup>; por outro, que o estilo (no sentido de estilo literário ou artístico) se serve dos mesmos recursos – os recursos linguísticos – que permitem os efeitos criadores não literários<sup>6</sup>.

Por outro lado, Bally reconhece que também na língua espontânea pode haver intenção estética – mas considera que ela é suplantada pelas necessidades decorrentes do que chama “função natural e social da linguagem”:

Ne soyons pas trop absolus, cependant, et disons que cette intention, quand elle existe chez le sujet parlant, est constamment refoulée à l'arrière-plan par les nécessités impérieuses auxquelles obéit le langage dans sa fonction *naturelle* et dans sa fonction *sociale*: besoin d'adapter son expression aux mille exigences de

<sup>4</sup> Bally opõe “style créateur” a “langue littéraire consacrée et organisée”. Cf. BALLY, 1952: 27

<sup>5</sup> “Un gamin des rues emploie des mots pittoresques et façonne ses phrases d'une manière imprévue et piquante; il fait du style sans le savoir.” BALLY, 1952, 27

<sup>6</sup> Bally evita sistematicamente a confusão entre *estilo* e criação espontânea: “(...) les créations du style d'un écrivain et les créations du langage spontané (...)”, “(...) trouvailles spontanées du parler et trouvailles du style, (...)”. BALLY, 1952, 28

la vic, besoin de dire ce qu'il importe de dire, besoin de tenir compte du ou des interlocuteurs, de se faire comprendre, de faire prévaloir sa pensée, etc.

Bally, 1951, 179-180 (sublinhado meu)

Como se pode constatar, os aspectos apontados por Bally poderiam hoje ser (re)formulados em termos enunciativos e argumentativos – ou apenas, de forma englobante, pragmáticos. Fica assim em evidência que, ao falar de “língua espontânea”, Bally não pressupõe uma espontaneidade absoluta – no sentido de um mero exercício de expressão passiva e automática. A língua dita espontânea só o é relativamente à procura deliberada de valor estético – o que não impede a intenção de observar critérios de eficácia comunicativa ou adequação social. (ou mesmo o esforço, mais ou menos consciente, para os atingir). A oposição entre língua espontânea e língua literária, que assenta no critério de ordem estética, é de certa forma complementada pela consideração da língua literária como sendo apenas um dos casos das “línguas especiais” – “aux côtés de la langue administrative, de la langue scientifique, de la langue des sports, etc.” (BALLY, 1952,28).

### 3. Estilo e adequação linguística

Independentemente da presença ou ausência de intenção estética, qualquer produção linguística implica escolhas (mais ou menos conscientes), que correspondem a um *trabalho de formulação* a que, em última análise, se poderá chamar *estilo* – não no sentido de “língua artística”, segundo Bally, mas na perspectiva, que diríamos hoje pragmática, magistralmente definida por Herculano de Carvalho, já nos anos sessenta<sup>7</sup>:

A esta adequação das formas que constituem o saber linguístico de um sujeito falante às finalidades específicas de cada um os seus actos de fala daremos o nome de estilo.

Carvalho, 1967-1983<sup>6</sup>, 302

Sublinhando que a adequação pode ser tomada como escolha, por parte do sujeito, de meios linguísticos apropriados a uma determinada finalidade, Herculano de Carvalho desenvolve-a sobretudo como manifestação das características formais que, num determinado produto verbal, dão conta da relação

<sup>7</sup> O autor filia a definição proposta no pensamento de La Bruyère, citado em nota de rodapé (CARVALHO, 1967-1983<sup>6</sup>, 302-303, n.11.

entre meios linguísticos e finalidades – de que decorre a hipótese de textos com funções (parcialmente) idênticas manifestarem uma idêntica adequação linguística (ou idênticas propriedades formais)<sup>8</sup>. A confirmação desta hipótese é assumida pelo autor através da identificação de dois estilos (isto é, dois modos de adequação linguística) que, abstraindo de todas as possibilidades intermédias, podem ser tomados como opostos:

- o estilo coloquial: frequentemente realizado na modalidade oral (que não é, no entanto, exclusiva), está associado a situações de comunicação quotidiana em que prevalecem intenções práticas e imediatas, verificando-se normalmente um baixo nível de consciência, por parte do sujeito falante, relativamente ao processo de adequação estilística;
- o estilo reflectido: predominantemente realizado na modalidade escrita (que também não é exclusiva), está associado a situações de elaboração intelectual (de carácter especulativo ou estético) e de actuação social, verificando-se altos níveis de consciência, por parte do sujeito falante, relativamente ao processo de adequação estilística<sup>9</sup>

Vale a pena confrontar coincidências e assimetrias, nas perspectivas dos dois autores em causa. Tanto a noção de *língua espontânea* (Bally) como a de *estilo coloquial* (H. de Carvalho) têm a ver com situações de comunicação quotidiana; mas enquanto Herculano de Carvalho parece reduzi-la a casos de comunicação simples e imediata (altamente estereotipada, pela elevada frequência de uso, no quotidiano<sup>10</sup>), Bally enfatiza, como atrás se viu, a importância de múltiplos factores contextuais. Por outro lado, à oposição entre *língua espontânea* e *língua literária*, em função do critério estético, parece necessário acrescentar a divisão entre *língua espontânea* e *línguas especiais* – como a literária, a administrativa, a científica, a do desporto, etc.. E se o âmbito literário e artístico a que se referem as noções de *língua literária* e *estilo*, para Bally, ficam muito aquém das possibilidades de ocorrência do *estilo reflectido* – associadas a circunstâncias de ordem científica, cultural ou política, para além da literária – a assimetria parece resolver-se quando se tomam em consideração línguas especiais e usos contextualizados. Veja-se, esquematicamente representada, a análise proposta:

<sup>8</sup> Vale a pena sublinhar que Herculano de Carvalho não deixa de assinalar o carácter único e irreplicável de cada produção linguística.

<sup>9</sup> Cf. CARVALHO, 1967-1983<sup>6</sup>, 304-312.

<sup>10</sup> Como mostram os exemplos referidos pelo autor: “Dá-me um copo de água”, “Abre essa janela”, “Bom dia”, entre outros. Cf. CARVALHO, 1967-1983<sup>6</sup>, 305.

|   |   |   |  |                       |
|---|---|---|--|-----------------------|
|   | Ausência de critério estético   |   | Critério estético                                      |                       |
| Bally   | <i>Língua espontânea</i><br>situações de comunicação<br>quotidiana                  |   | <i>Língua literária<br/>e estilo</i>                   |                       |
|   | simples e<br>estereotipada  | condicionada<br>por factores<br>pragmáticos<br>(nomeadamente<br>argumentativos) | âmbito literário/artístico                             |                       |
|   | <i>Língua espontânea</i>  |   | <i>Línguas especiais</i>                               |                       |
|   |   |   | Língua administrativa,<br>científica, do desporto, ... | e língua<br>literária |
| H. de Carvalho                                  | <i>Estilo coloquial</i><br>comunicação<br>quotidiana,<br>simples e<br>estereotipada | <i>Estilo reflectido</i>  |  |                       |
|   |   | circunstâncias de carácter científico,<br>cultural, político, ou literário      |  |                       |
| Critérios [pragmáticos] de adequação à situação |   |   |  |                       |

Nas duas propostas, estão em causa produções linguísticas – mas também as circunstâncias sociais e institucionais em que elas emergem. Importa, por isso, tomar em consideração a noção de *gênero* – tendo em conta, em particular, a perspectiva de Bakhtine, pioneiro na revalorização linguística desta problemática que articula, de resto, com a noção de estilo<sup>11</sup>.

#### 4. O estilo como componente de gênero

Sem pôr em causa o carácter único de cada produção verbal, Bakhtine sublinha a necessária relação com uma determinada esfera de actividade humana, daí passando para a concepção de *gêneros do discurso*, enquanto formas estáveis (orais ou escritas) associadas a cada esfera de actividade – caracterizáveis pelas regularidades associadas ao conteúdo temático, à construção composicional e ao estilo:

Ces trois éléments (contenu thématique, style et construction compositionnelle) fusionnent indissolublement dans le tout que constitue l'énoncé, et chacun d'eux

<sup>11</sup> Está fundamentalmente em causa “Les genres du discours”, texto do início da década de cinquenta que integra o volume *Esthétique de La création verbale* – publicado postumamente em 1979, em Moscovo, data de 1984 a edição francesa, da responsabilidade da Gallimard (BAKHTINE 1984). Sublinhe-se o papel de Todorov – que prefacia o volume referido – na tradução da obra de Bakhtine e na divulgação do seu pensamento.

est marqué par la spécificité d'une sphère d'échange. Tout énoncé pris isolément est, bien entendu, individuel, mais chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses types relativement stables d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les genres du discours.

Bakhtine, 1984, 265

Bakhtine refere como exemplos a réplica breve do diálogo quotidiano, a narrativa familiar, a ordem militar estandardizada, o repertório de documentos oficiais, o discurso dos publicitários – sendo este último termo, curiosamente, tomado em sentido lato, de forma a abarcar a vida social e política; são ainda explicitamente associados aos géneros do discurso as produções literárias (sublinhando aliás Bakhtine o facto de serem os géneros literários os mais estudados) e as produções científicas – ou, mais exactamente, “as formas variadas da exposição científica”<sup>12</sup>. Ficam assim sugeridas áreas de utilização da linguagem, que variam entre as situações menos formais (como as do quotidiano) e os contextos sociais e institucionais a que, de alguma forma, se ligam práticas socioprofissionais (instituição militar, publicidade, actividade política, literária e científica).

Assinalando a dificuldade de descrição associada à grande heterogeneidade dos géneros, Bakhtine considera que ela possa ser organizada, ainda que parcialmente, tendo em conta uma subdivisão de géneros. Distingue assim:

- os géneros primeiros (ou simples), associados a trocas verbais espontâneas;
- os géneros segundos (ou complexos), associados a circunstâncias culturais de natureza artística, científica ou sociopolítica (como o romance, o teatro, o discurso científico ou ideológico); privilegiando normalmente a modalidade do escrito, constituem-se por absorção e reorganização dos géneros primeiros.

Poder-se-á naturalmente admitir o paralelismo entre *géneros primeiros e estilo coloquial*, por um lado, *géneros segundos e estilo reflectido*, por outro. Mas esse paralelismo significa também admitir que, a cada um dos estilos postulados por Herculano de Carvalho, correspondam diferentes géneros – formas, ou modelos textuais, social e culturalmente associados às circunstâncias de comunicação, que os falantes conhecem (implicitamente) e dominam. Esse conhecimento – que poderá ser visto como uma questão de competência textual – constitui um recurso fundamental para que o trabalho de formulação / adequação linguística (ou estilo, no sentido de Herculano de Carvalho)

<sup>12</sup> Cf. BAKHTINE, 1984, 266.

não constitua, em cada caso, um esforço inviável de criação absoluta – como sublinhou o próprio Bakhtine:

Nous apprenons à mouler notre parole dans les formes du genre et, entendant la parole d'autrui, nous savons d'emblée, aux tout premiers mots, en pressentir le genre, en deviner le volume (la longueur approximative d'un tout discursif), la structure compositionnelle donnée, en prévoir la fin, autrement dit, dès le début, nous sommes sensibles au tout discursif qui, ensuite, dans le processus de la parole, dévidera ses différenciations. Si les genres du discours n'existaient pas et si nous n'en avions pas la maîtrise, et qu'il nous faille les créer pour la première fois dans le processus de la parole, qu'il nous faille construire chacun de nos énoncés, l'échange verbal serait quasiment impossible.

Bakhtine, 1984, 285

O domínio dos géneros passará, certamente, pelo (re)conhecimento do repertório disponível – num dado contexto, ou numa dada actividade. Mas implicará também a capacidade de gerir adequadamente, para cada género, a articulação entre as três componentes que definem a sua identidade – a saber, tema, estrutura composicional e estilo.

Postulando uma relação indissociável entre género e estilo, Bakhtine é levado a distinguir *estilos individuais* e *estilos de língua*. Os primeiros traduziriam a individualidade do sujeito que fala ou que escreve – havendo então a distinguir géneros permissivos ao estilo individual (de que os géneros literários seriam o melhor exemplo) e géneros que, exigindo uma forma altamente estandardizada, o rejeitam em absoluto (como os documentos oficiais e militares). Apesar dessa distinção, o autor acaba por definir o estilo individual como um epifenómeno, meramente complementar, que não participa propriamente dos objectivos do enunciado – constituindo excepções a esta constatação os géneros ditos artísticos ou literários. Será então o que Bakhtine chama *estilo de língua* (ou estilo de função) que surge como inerente ao género, justificando-se este, por sua vez, em termos de adequação à esfera de comunicação em causa:

En fait, le style de langue ou de fonction n'est rien d'autre que le style d'un genre propre à une sphère donnée de l'activité et de la communication humaine. Chaque sphère connaît ses genres, appropriés à sa spécificité, auxquels correspondent des styles déterminés.

Bakhtine, 1984, 269

Explicitando, na sequência desta passagem, a dupla articulação do géneros com a função que assume o discurso e com as condições específicas de cada

esfera de comunicação, Bakhtine reitera também a ideia de que cada género se caracteriza por uma relativa estabilidade, a verificar-se nos planos temático, composicional e estilístico. Embora à primeira vista estes três aspectos pareçam em pé de igualdade, o plano estilístico assume afinal uma posição de destaque, determinando os outros dois (ou sendo por eles determinado):

Une fonction donnée (scientifique, technique, idéologique, officielle, quotidienne) et des conditions données, spécifiques pour chacune des sphères de l'échange verbal, engendrent un genre donné, autrement dit, un type d'énoncé donné, relativement stable du point de vue thématique, compositionnel et stylistique. Le style est indissociablement lié à des unités thématiques déterminées et, ce qui est particulièrement important, à des unités compositionnelles: type de structuration et de fini d'un tout, type de rapport entre le locuteur et les autres partenaires de l'échange verbal (rapport à l'auditeur, ou au lecteur, à l'interlocuteur, au discours d'autrui, etc.). Le style entre au titre d'élément dans l'unité de genre d'un énoncé.

Bakhtine, 1984, 269 (sublinhado meu)

## 5. Estilo e texto – uma questão de variação

A problemática dos géneros tem vindo a adquirir uma importância crescente, no quadro dos estudos linguísticos sobre o texto<sup>13</sup>. Trata-se, fundamentalmente, de reconhecer que qualquer texto (enquanto texto empírico, efectivamente produzido) participa necessariamente de um género – ou modelo – que regula a relação entre a produção linguística e a situação socio-comunicativa, correspondendo portanto a uma forma de codificação, a par daquela que exerce a língua<sup>14</sup>. No entanto, como já Bakhtine sublinhou, a codificação genérica é muito mais maleável do que a codificação linguística:

Les formes du genre dans lesquelles nous moulons notre parole se distinguent substantiellement des formes de la langue, du point de vue de leur stabilité et de leur prescriptivité pour le locuteur. Elles sont, dans l'ensemble, plus souples, plus plastiques et plus libres que les formes de la langue.

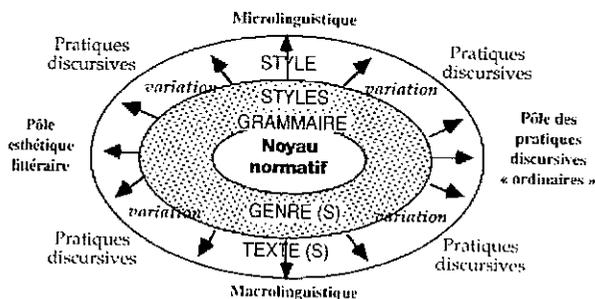
Bakhtine, 1984, 285

<sup>13</sup> Veja-se, nomeadamente, BRONCKART 1996 e ADAM 1999. O caso de Adam é particularmente significativo: tendo assumido os géneros como géneros do discurso (na sequência, aliás, de Bakhtine) e projectando-os para o exterior da análise linguística do texto, as obras mais recentes tendem a falar apenas de géneros – explicitamente entendidos, no entanto, como modelos de texto (veja-se por exemplo ADAM 1999: 92-93).

<sup>14</sup> Pode-se destacar o contributo de François Rastier, na defesa desse ponto de vista: “Il n'existe pas

Qualquer texto participa portanto de um género, que reproduz de forma mais ou menos fiel – que repete, subverte, inova ou renova. Este ponto de vista, que parece hoje bastante consensual, é apresentado por Jean-Michel Adam como uma questão de variação, a nível macrolinguístico – entre o género (ou modelo textual) e os textos (objectos empíricos, mais ou menos próximos do modelo) – a que corresponde, ao nível microlinguístico, a possibilidade de variação estilística a partir da gramática (como instância normativa). O autor distingue assim três zonas diferentes, no que diz respeito às possibilidades ou probabilidades de variação: uma zona normativa, definida pelas constantes de mais alta frequência (ADAM, 1999, 93); uma zona de relativa normatividade, a que corresponde a gramática e os géneros (com normas mais rígidas no caso da gramática, mais flexíveis no caso dos géneros, como já se viu); e a zona de variação do sistema, em que se situam o estilo e o texto. (ADAM 1999, 93). É o que mostra o esquema seguinte:

Schéma 15



reproduzido de ADAM 1999: 93

Como se pode constatar, a questão do estilo ocorre duas vezes no esquema proposto por Adam: “style” (no singular) corresponde à variação individual, enquanto “styles” (no plural) pretende dar conta dos casos de “phraséologie d’un groupe social (juridique, médicale, sportive, etc., notées “styles” dans le schéma 15)”. Explicitamente filiadas, as duas noções, na concepção de Bakhtine, Adam parece no entanto ter empobrecido consideravelmente a perspectiva de estilo enquanto componente de género (reduzindo-a, como se viu, a uma questão de fraseologia). A análise de texto que se segue pretende evidenciar outras possibilidades de entendimento da relação entre estilo e género.

de texte (ni même d’énoncé) qui puisse être produit par le seul système fonctionnel de la langue (au sens restreint de mise en linguistique). En d’autres termes, la langue n’est jamais le seul système sémiotique à l’œuvre dans une suite linguistique, car d’autres codifications sociales, le genre notamment, sont à l’œuvre dans toute communication verbale.” RASTIER, 1989, 37.

## 6. Análise de uma crónica de Adelino Gomes

O texto em análise – disponível em anexo – intitula-se “Tragédia da Ponte sobre o Douro”, e é assinado por Adelino Gomes; foi publicado no jornal *Público* (revista *Pública*) a 12 de Março de 2001 (pouco depois do trágico acontecimento que o título evoca). Admitamos tratar-se de uma *crónica* – género do discurso jornalístico que, autorizando a expressão do redactor (jornalista ou figura pública), revela a importância, mais ou menos polémica, de um facto ou acontecimento tido como significativo (ou que se quer fazer valer como tal)<sup>15</sup>.

Entre outros aspectos que seria pertinente analisar no texto Adelino Gomes, enquanto objecto que instancia a categoria *crónica*, será aqui privilegiada a inscrição do *eu* – ou, posta já a questão em termos linguísticos, a construção enunciativa de tipo *discurso*. De uma forma muito resumida – e, como tal, necessariamente simplificada – poder-se-á dizer que este tipo de enunciação se caracteriza pela ancoragem directa na situação de enunciação (configurada pelos parâmetros *eu-tu, aqui, agora*)<sup>16</sup>. De facto, à primeira vista, é o que se passa na crónica em análise: formas de primeira pessoa (possessivos, morfemas de pessoa, sujeitos sintácticos de primeira pessoa, sob forma de anáforas sem realização lexical); formas verbais flexionadas no presente e no futuro (tempo que marca o valor de posterioridade, na série temporal de referência déictica directa, ou actual)<sup>17</sup>. No entanto, as marcas linguísticas assinaladas apenas simulam uma ancoragem directa na situação de enunciação, como facilmente se poderá constatar, observando, em primeiro lugar, alguns grupos nominais introduzidos por demonstrativo (“*este hotel*”, “*Esta carne, este peixe, estes ovos, estas alfaces*”, “*Este leite, este vinho, esta água da câmara, esta água engarrafada*”). O funcionamento déictico não corresponde, neste caso, à mostração de quaisquer objectos efectivamente presentes na situação de enunciação – trata-se antes de os tornar presentes, mostrando-os *in absentia* e, como tal, fazendo com que se tornem mentalmente acessíveis e partilhados. De igual modo, a recorrência do pronome pessoal de primeira pessoa não remete linearmente para uma única origem enunciativa, contextualmente aces-

<sup>15</sup> Não se trata aqui de uma definição formal, mas de uma formulação de trabalho – assente sobretudo no conhecimento geral do género. Pode no entanto confrontar-se a definição proposta pelo próprio jornal *Público*: “Texto de carácter mais ou menos polémico regularmente subscrito por um jornalista prestigiado ou por uma figura publicamente reconhecida”, *Livro de Estilo do Público*, parte II – Alfabeto do Público, edição *on line*, de Fevereiro de 1998.

<sup>16</sup> Cf. BENVENISTE 1966, FONSECA 1992 e 1994.

<sup>17</sup> Por oposição ao condicional, que marca a posterioridade, na série temporal de referência déictica não directa, ou inactual. Sobre esta questão, veja-se em particular FONSECA 1994.

sível; através da recorrência da forma linguística emergem, ou fazem-se ouvir, diferentes imagens do “eu”<sup>18</sup>: “eu-viajante”, desdobrado ainda em imagens mais particulares (eu que viajo por estrada / por Itinerários Principais / de avião), “eu-errante” (eu que acampo / descanso em paz na margem do rio / dos rios)<sup>19</sup>; “eu-executivo” (que durmo em hotéis / frequente edifícios públicos), “eu-igual a toda a gente” (que aluguei casa/comprei apartamento, que como/bebo, que dependo de empresas e de marcas).

A análise que acaba de ser feita mostra que estamos perante uma construção deíctica de tipo *fictivo* ou *narrativo* – assim designada por Fernanda Irene Fonseca (FONSECA, 1992, 151-157), que tem sistematicamente posto em destaque a possibilidade de *transposição enunciativa* operada pelos deícticos (FONSECA, 1987, 1990, 1992):

(...) o marco de referência enunciativo, por essência único, pode ser fictivamente projectado numa espécie de “centrifugação explosiva” que dá origem a um número potencialmente infinito de marcos de referência transpostos, à volta dos quais se tece uma rede referencial que reproduz mimeticamente a rede referencial deíctica: quer dizer, neste processo de “translação referencial” característico do modo de enunciação narrativa, as coordenadas de referência são criadas pela própria linguagem, que se torna assim fictivamente autónoma em relação ao seu contexto de produção.

Fonseca, 1992, 153-154

No texto em análise, a deixis fictiva ou narrativa permite utilizar o lugar que o género *crónica* cede ao *sujeito*, ocupando-o com a diversidade de *sujeitos* postos em cena – sujeitos fictivos (criados pelo próprio processo de referência deíctica, de tipo fictivo) que (re)produzem as perguntas / as angústias (verosímeis) de sujeitos reais (e, nessa mesma medida, contam com a identificação dos leitores). Ter-se-á perdido, neste texto, o traço característico da crónica que corresponde à (possibilidade) de inscrição do *eu*, enquanto produtor do texto? Não, mas essa inscrição aparece quase sempre dissociada da ocorrência do pronome de primeira pessoa. Esta questão prende-se ainda, de forma igualmente curiosa, com a estruturação composicional: o texto é segmentável em unidades que, além de uma coerência semântica de tipo macroestrutural,

<sup>18</sup> A entender *imagem* no sentido específico, distinto do de *representação*, que lhe atribui Grize: quem fala ou escreve, e o respectivo interlocutor/destinatário, têm representações (cada um de si próprio, do outro, do tema), ao passo que o discurso propõe imagens (de quem fala, daquilo de que se fala, de quem ouve). Cf. GRIZE 1990, 33

<sup>19</sup> “Que margem de que rios habitarei? Em que margem de que rios acamparei em paz?”: ficam sugeridas as figuras do nómada, do aventureiro e do que espera a vida eterna – o último caso evocando, em particular, a própria tragédia das mortes, na queda da ponte sobre o Douro.

se estruturam e acordo com o tipo de construção referencial deíctica (fictiva ou directa) e com a função (meta)textual. Para não alongar a análise, esta aparece esquematizada no quadro que se segue.

| Unidades textuais   | Características  |
|---|--|
| Desde o início até<br><i>“Em que empresas, em que marcas posso confiar?”</i>  | Recorrência do funcionamento deíctico de tipo fictivo, ou narrativo, que permite ouvir uma multiplicidade de “eus” – ou vozes, ou pontos de vista. Excepção: a ocorrência do pronome pessoal de primeira pessoa, plural ( <i>“alertou-nos um catedrático”</i> ), a remeter para a coordenada pessoal da situação de enunciação que aparece aqui dilatada, se assim se pode dizer: nós – interlocutores diferidos desta crónica, nós – que acompanhamos mediaticamente os acontecimentos (e conhecemos portanto o discurso do catedrático pontualmente citado), nós – nós todos, portugueses, alertados pelo discurso (citado) de um catedrático.   |
| Desde<br><i>“A quem punir, para que a culpa de Entre-os-Rios não morra solteira?”</i><br>até<br><i>“Como repor a confiança do cidadão no Estado?”</i> | Marcas de ancoragem (directa) na situação de enunciação: ocorrência de grupos nominais contextualmente identificados – em particular, <i>“Entre-os-Rios”</i> mas também <i>“(A) os 19 engenheiros de todos os institutos de estradas que há em Portugal”</i> ou <i>“a fiscalização”</i> ; valor temporal deíctico (directo) associado a formas verbais ( <i>“limitaram”, “tomaram”</i> ) e, também, ao constituinte <i>“(d)os últimos anos”</i> . Apesar da ancoragem directa na situação de enunciação, não ocorrem formas deícticas de pessoa. Mas o ponto de vista do sujeito enunciador – enquanto imagem do produtor (social) do texto – é claramente perceptível, em termos de valores axiológicos – dos adjectivos ( <i>“esse ridículo número”, “a perigosíssima desestruturação”</i> ), de outras unidades lexicais ( <i>“punir”, “culpa”, “erosão”, “inverter”</i> ), e dos pressupostos associados a formas derivadas ( <i>“desestruturação”, “repor (a confiança)”</i> ). |
| <i>Tantas inevitáveis perguntas quantas urgentes respostas. Para nossa profilaxia, enquanto país.</i>   | Manifesta-se de novo o ponto de vista do enunciador – fundamentalmente, através do valor ilocutório assertivo (que aparece pela primeira vez). Mas ao enunciador podem corresponder duas imagens diferentes:<br>– a do produtor do texto enquanto agente social: através, uma vez mais, de valores axiológicos – associados aos adjectivos ( <i>“inevitáveis perguntas”, “urgentes respostas”</i> ) e à escolha lexical ( <i>“profilaxia”</i> ); através da ocorrência do pronome pessoal de 1ª pessoa, plural – a ser interpretado no âmbito mais lato ([todos nós, portugueses]) definido pelo esclarecimento metadiscursivo ( <i>“enquanto país”</i> );<br>– a do produtor do texto enquanto agente de comunicação – através da função metadiscursiva do primeiro segmento ( <i>“Tantas inevitáveis perguntas”</i> ), a assumir, simultaneamente, a função de organizador textual (marcando o início de uma nova unidade textual)   |

Se a possibilidade de inscrição de *eu* pode ser vista com um traço característico do género *crónica* – um aspecto, portanto, do estilo próprio da crónica – o texto de Adelino Gomes aproveita-o habilmente: multiplicando fictivamente os “eus” que se fazem ouvir, faz ouvir a voz prevista (ou a opinião do responsável do texto) prescindindo das *marcas* do *eu*. A qualidade – que

indiscutivelmente atravessa o texto em análise<sup>20</sup> – passará por este equilíbrio entre preservação e inovação (de um traço) do estilo próprio do género? Talvez, na medida em que ficam preservadas as diferentes possibilidades de entendimento da relação entre estilo de um género e qualidade:

Une vision centripète, rhétorique et classique, verra dans le respect des normes du genre, du choix de styles propres, un indice de qualité des œuvres. En revanche, une vision centrifuge, romantique, localisera, elle, la qualité du côté de la variation géniale, singulière, novatrice. L'une et l'autre proposent une définition pertinente de la qualité...

Adam 1998:22

## Anexo

“Tragédia da Ponte Sobre o Douro” – texto de Adelino Gomes, publicado no *Jornal Público* (revista *Pública*), a 12 de Março de 2001

Que pontes poderei atravessar em segurança entre as 3 500 pontes registadas no meu país? Que estradas hei-de escolher para chegar seguro ao destino? Que Itinerários Principais haverei de evitar para me proteger de um altamente provável acidente? Quais são e onde se encontram esses quatro mil quilómetros de rodovias desclassificadas e que “bóiam”, alertou-nos um cate-drático, “na indiferença técnica”? Em que aeroporto poderei embarcar? Em que aeroporto poderei aterrar? Que margem de que rios habitarei? Em que margem de que rios acamparei em paz? Cumpre este hotel as normas de segurança contra incêndios? Não ameaça ruína este edifício público que preciso de frequentar? Esta casa que aluguei, este apartamento que comprei, quanto tempo de vida útil lhe deixaram, aos canos às paredes aos chãos à instalação eléctrica, as margens de lucro que o construtor e o vendedor nela garantiram? Qual a percentagem da Lisboa edificada que se desmoronaria em sismo de grau igual ao de Seattle? Esta carne, este peixe, estes ovos, estas alfaces, posso comê-las? Este leite, este vinho, esta água da câmara, esta água engarrafada, posso ingeri-las? Em que empresas, em que marcas posso confiar? A quem punir, para que a culpa de Entre-os-Rios não morra solteira? Aos 19 engenheiros de todos os institutos de estradas que há em Portugal? Aos que limitaram a fiscalização a esse ridículo número? Àqueles que antes dessa decisão

<sup>20</sup> Como é evidente, ficam por analisar muitos outros aspectos do texto que seriam pertinentes, numa perspectiva de estilo(s).

outras tomaram levando à erosão da componente técnica da Administração Pública em Portugal? Como inverter a perigosíssima desestruturação dos órgãos e instituições públicas do Estado dos últimos anos? Como repor a confiança do cidadão no Estado? Tantas inevitáveis perguntas quantas urgentes respostas. Para nossa profilaxia, enquanto país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.-M., 1997a. *Le style et la langue*, Lausanne-Paris, Delachaux & Niestlé.
- ADAM, J.-M., 1997b, “Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite”, *Pratiques* 94, 3-18.
- ADAM, J.-M., 1998, “La qualité des productions discursives: réflexions théoriques et études de cas”, *Cahiers de Linguistique Française* 20, 13-29.
- ADAM, J.-M., 1999, *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*, Paris, Nathan.
- BAKHTINE, M., 1984, *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard.
- BALLY, Ch., 1951, *Traité de stylistique française*, Genève, Georg.
- BALLY, Ch., 1952, *Le langage et la vie*, Genève, Droz, *Cahiers de Linguistique Française* 20, 1998 (Le discours écrit: qualité(s), spécificités, et acquisitions) apresentado por A. Auchlin.
- CARVALHO, J. H. de, 1967-1983<sup>6</sup>, *Teoria da Linguagem*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.
- CHISS, J.-L., 1998, “Le discours écrit entre modèle(s) et style(s)”, *Cahiers de Linguistique Française* 20, 129-138.
- CHISS, J.-L. & Puech, Ch., 1999, “Langue, écriture et style: relativité historique des partages disciplinaires”, *Le langage et ses disciplines. XIXe-Xxe siècles*, Bruxelles, Duculot.
- FONSECA, F. I., 1987, “Referência, ‘translacção’ de referência, e ‘excesso referencial’: uma leitura do “excesso” em dois textos de Óscar Lopes”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, vol IV, Porto; também in Fonseca, 1994, 75-86.
- FONSECA, F. I., 1990, “Dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma abordagem enunciativa da ficção”, *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto; também in Fonseca, 1994, 87-103.
- FONSECA, F. I., 1992, *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida.
- FONSECA, F. I., 1994, *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.
- GENETTE, G., 1991, *Fiction et diction*, Paris, Seuil.
- KARABÉTIAN, Étienne, 2000, *Histoire des stylistiques*, Paris, Armand Colin *Langages* 118, 1995 (Les enjeux de la stylistique). *Le français aujourd’hui* 116, 1996 (Styles).
- MOLINIÉ, Georges & Cahné, Pierre (dirs.), 1994), *Qu’est-ce que le style?*, Paris, P.U.F.
- RASTIER, F., 1989, *Sens et textualité*, Paris, Hachette.
- RASTIER, F., 2001, “Stylistique et linguistique des styles”, *Arts et sciences du texte*, Paris, P.U.F.

# TRANSCRIÇÃO ORTOGRÁFICA DE TEXTOS ORAIS: problemas e perspectivas

*Maria Celeste Ramilo e Tiago Freitas*  
Instituto de Linguística Teórica e Computacional

## 1. Introdução

Como investigadores responsáveis pela transcrição ortográfica no projecto REDIP, temos vindo a conviver directamente com os problemas inerentes à transcrição ortográfica de textos orais. Este projecto, que está a ser desenvolvido no ILTEC, em cooperação com o CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e a Universidade Aberta, tem como objectivo estudar a linguagem dos meios de comunicação social portugueses. Está previsto um *corpus* com um total de trezentas e vinte e quatro mil palavras, dois terços do qual correspondem à língua oral.

Existem duas regras básicas no domínio da transcrição do oral, e estão enunciadas em FRENCH (1991):

- (i) Don't type anything that isn't there.
- (ii) Do include everything that is there.

Isto significa, por um lado, que o transcritor não deverá ser zeloso ao ponto de tentar resolver todas as lições, principalmente quando estas lhe são totalmente incompreensíveis. Por outro lado, não deverá subtrair elementos do texto, ainda que sejam geradores de confusão e dificultem a inteligibilidade. Deverá acautelar-se ao máximo no sentido de não impor sobre a transcrição quaisquer marcas pessoais, distinguindo o seu idiolecto daquilo que realmente está a ser dito.

É fácil compreender a boa vontade que normalmente acomete os transcritores e que é muitas vezes responsável pela má qualidade das transcrições: neste tipo de trabalho aparentemente mecânico, quanto maior for o número de lições resolvidas, maior será o sucesso (ou a ilusão de sucesso) do transcritor.

Não é, no entanto, da maior ou menor competência do transcritor que nos ocuparemos aqui. Falaremos sim de alguns dos problemas inerentes à prática da transcrição ortográfica e dos diferentes métodos usados para ultrapassá-los.

## 2. Problemas e perspectivas

Embora isso nem sempre seja claro para as pessoas que trabalham noutras áreas, existe uma série de questões relativas à transcrição ortográfica que, apesar de poderem parecer excessivamente minuciosas, assumem uma importância vital, uma vez que podem condicionar todo o trabalho de análise feito posteriormente. Na verdade, todas as decisões tomadas relativamente ao método de transcrição influem no resultado final do projecto e no seu posterior aproveitamento.

Nós vamos debruçar-nos, em primeiro lugar, sobre o problema das pausas e da pontuação. Esta questão tem levantado alguma controvérsia ao longo dos anos, sendo alvo de tratamentos muito diversos. Em seguida, consideraremos o problema da representação dos enunciados simultâneos. Como veremos, este fenómeno é sempre tratado de uma forma generalizada a não ser num dos sistemas estudados. Por fim, analisaremos a forma como os ideofones e as interjeições são representados nas transcrições, observando que também neste caso existem tratamentos generalizados e tratamentos específicos.

### 2.1. *As pausas e a pontuação*

Um dos aspectos mais marcantes da língua oral é, sem dúvida, o facto de as pausas não corresponderem de modo nenhum aos nossos hábitos de pontuação na escrita. Por isso, há muitos investigadores que pura e simplesmente abdicam da pontuação convencional, optando por sistemas de representação mais abstractos. Outros há, no entanto, que preferem pontuar os textos de uma maneira mais simples e intuitiva, conservando os símbolos usados na ortografia. Esta dualidade coloca muitas vezes os investigadores em posições antagónicas, como se pode observar nas seguintes citações, extraídas de BACELAR DO NASCIMENTO (1987) e BLANCHE-BENVENISTE & JEANJEAN (1987), respectivamente:

- «Os textos não pontuados tornam-se-nos praticamente incompreensíveis;»
- «Les textes livrés sans ponctuation sont, moyennant une certaine accoutumance, assez faciles a lire.»

Na verdade, o favorecimento ou não do uso da pontuação depende sempre, em última análise, dos objectivos do projecto. Há certos casos em que a

pontuação convencional é seriamente desaconselhada, podendo mesmo tornar os textos inutilizáveis. Nos projectos especificamente destinados a análises prosódicas ou sintácticas, por exemplo, é natural que a pontuação seja posta de parte. Foi isso que aconteceu nas transcrições do GARS<sup>1</sup>.

Nos projectos que não se destinam a utilizações tão específicas, contudo, a tendência é para adoptar a pontuação convencional, ainda que com algumas restrições. Não conhecemos, com efeito, nenhum projecto em que sejam usados todos os símbolos sancionados pela ortografia. Pelo contrário, em alguns, apenas é usada uma pequena parte desse conjunto de símbolos. É o que acontece no NURC<sup>2</sup>:

| Frases interrogativas | Qualquer pausa |
|-----------------------|----------------|
| ?                     | ...            |

Este método de representação é o mais simples de todos aqueles que aqui contemplamos. Trata-se de um sistema que permite uma grande uniformidade gráfica, o que de certo modo o aproxima do contínuo sonoro da fala. No entanto, não podemos deixar de notar que tem algumas desvantagens ao nível da legibilidade, uma vez que não nos dá uma ideia muito clara da fragmentação do texto.

Observemos, então, um texto<sup>3</sup> transcrito de acordo com o sistema do NURC:

- 1 Inf2. só se tu acreditares... que é possível mudar... é que tu vais mudar... se tu partires da atitude de que ah não a universidade é uma coisa VELHA CADUCA... não se pode fazer nada... então tu não vais fazer nada... eu nesse caso não estaria na universidade... portanto se
- 5 ESTOU... é porque acredito que é possível fazer coisas e que é possível inovar...

Um sistema igualmente simples, mas que apresenta diferenças substanciais face ao NURC, sendo porventura mais forte ao nível da legibilidade, é o do NERC-47<sup>4</sup>. A principal divergência consiste na introdução de um símbolo próprio para delimitar as fronteiras frásicas:

<sup>1</sup> Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe, dirigido por Claire Blanche-Benveniste.

<sup>2</sup> Norma Urbana Culta, projecto de investigação brasileiro relacionado com a língua falada.

<sup>3</sup> Programa Conversas Secretas, SIC, *corpus* REDIP.

<sup>4</sup> Network of European Reference Corpora, projecto da Comissão Europeia para o estabelecimento de convenções gerais em *corpora* de referência. As referências NERC-47 e NERC-50 correspondem a diferentes versões do sistema proposto pelo projecto.

| Frases frásicas | Frases interrogativas | Pausas inesperadas |
|-----------------|-----------------------|--------------------|
| .               | ?                     | [pausa]            |

Vejamos como é que isso resulta na prática:

<F01>: Só se tu acreditares que é possível mudar é que tu vais mudar. Se tu partires da atitude de que ah não a universidade é uma coisa velha caduca não se pode fazer nada então tu não vais fazer nada. Eu nesse caso não estaria na universidade. Portanto se estou é porque acredito que é possível fazer coisas e que é possível inovar.

É claro que esta diferença tem os seus custos, potenciando em muito o nível de subjectividade da transcrição, ao fazer apelo a uma noção sintáctica. Deste modo, fica sempre a cargo do transcritor a delimitação das fronteiras frásicas, o que poderá conduzir a resultados pouco consistentes. Por outro lado, é interessante verificar que este sistema permite a utilização de pontos de interrogação mas não de pontos de exclamação. Na verdade, cremos que se trata de um sistema que possibilita a subjectividade mas só até certo ponto.

De todos os projectos aqui considerados, o mais conservador em relação à ortografia é, sem dúvida, o REDIP. O seu sistema mantém grande parte dos sinais ortográficos, o que torna as transcrições mais subjectivas e graficamente mais complexas. Aqui está o quadro com os símbolos usados:

| Pausa (sintáctica) longa |   | Pausa (sintáctica) breve | Outras pausas |
|--------------------------|---|--------------------------|---------------|
| Contexto declarativo     | . | ,                        | ...           |
| Contexto interrogativo   | ? |                          |               |
| Contexto exclamativo     | ! |                          |               |

Neste caso, as principais vantagens verificam-se ao nível da inteligibilidade, dada a proximidade com a ortografia vigente. Somente as pausas sintacticamente motivadas podem ser representadas por ponto final ou vírgula, havendo em todos os outros casos recurso às reticências. Este sistema é bastante apelativo, apesar de se distanciar sobremaneira do contínuo sonoro do oral. O problema surge, contudo, nas sequências em que há fronteiras sintácticas que não são marcadas, no discurso, por nenhuma pausa. Nesse tipo de contextos, o sistema fica aquém do seu carácter eminentemente ortográfico, o que motiva alguma inconsistência. Este fenómeno é visível no texto em apreço, por exemplo na sequência <coisa velha caduca>, que, de acordo com o padrão ortográfico, deveria ser grafada como <coisa velha, caduca>:

L2: só se tu acreditares... que é possível mudar é que tu vais mudar. se tu partires da atitude de que ah não a universidade é uma coisa velha caduca, não se pode fazer nada, então tu não vais fazer nada, eu nesse caso não estaria na universidade. portanto se estou, é porque acredito que é possível fazer coisas e que é possível inovar.

Depois de termos analisado um sistema que usa uma pontuação muito próxima daquela que normalmente usamos na escrita, é altura de observarmos um método de transcrição que se distancia por completo da grafia convencional. Trata-se do sistema do GARS, grupo de que já falámos acima, cujas transcrições se destinavam a uma análise da sintaxe do francês oral. Consideremos, então, o conjunto de símbolos usados:

| Pausa curta | Pausa média | Pausa longa | Interrupção bastante longa |
|-------------|-------------|-------------|----------------------------|
| +           | --          | ---         | ////                       |

Verifiquemo-lo na prática:

- L2 1 só se tu acreditares +que é possível mudar +é que tu vais  
 2 mudar -- se tu partires da atitude  
 3 de que ah não a universidade é uma coisa velha caduca +  
 4 não se pode fazer nada +então tu  
 5 não vais fazer nada eu nesse caso não estaria na  
 6 universidade -- portanto se estou +é  
 7 porque acredito que é possível fazer coisas e que é possível  
 8 inovar ---

Uma das críticas que podem ser apontadas a este sistema prende-se com a ininteligibilidade destes símbolos. O seu uso requer um determinado grau de adaptação, facto que poderá afastar um leitor não especializado. BACELAR DO NASCIMENTO (1987) é bastante clara em relação a isso, justificando o sistema de pontuação adoptado nas transcrições feitas para o Português Fundamental:

«Se numa transcrição ortográfica a parcial inadequação dos símbolos gráficos ao sistema fonético empobrece já, irremediavelmente, o enunciado oral, a adopção de mais notações tão arbitrarias como as próprias convenções ortográficas, menos rigorosas do que as notações fonéticas e igualmente afastadas dos nossos hábitos de leitura e escrita, teria, ainda, acentuado o carácter artificial desta representação gráfica.»

Resta-nos ainda falar dos sistemas que dão prioridade à delimitação das fronteiras entoacionais do enunciado, em detrimento da marcação das pausas.

Tal é o caso do NERC-50<sup>4</sup> e da versão italiana do CHAT<sup>5</sup>. Começaremos pelo mais simples dos dois, o NERC-50. Este é já um sistema multilinear, mantendo, no entanto, a simplicidade da versão anterior:

| Fronteiras fráscas | Delimitação das fronteiras entoacionais |
|--------------------|---|
| .                  | /                                       |

Como se vê, não existe nenhuma notação específica para as pausas. A delimitação das fronteiras fráscas é feita no primeiro nível, ao passo que a delimitação das fronteiras entoacionais é feita no terceiro. O quarto e último nível está reservado para informação de carácter prosódico, o que torna a introdução de símbolos como o ponto de interrogação (presente no NERC-47) redundante.

No entanto, num sistema tão simplista, e dada a prioridade à delimitação das fronteiras entoacionais, talvez fosse preferível abdicar de todo da pontuação, uma vez que, como os próprios autores reconhecem, esse é sempre um campo aberto à subjectividade. Observemos, então, como funciona o sistema do NERC-50:

<F01>: SÓ se tu acreditares que é possível muDAR/ é que tu vais muDAR./ se tu partires da atitude de que AI não/ a universidade é uma coisa VELha caDUca/ não se pode fazer NAda/ então tu não vais fazer NAda/ eu nesse caso não estaria na universiDAdE./ Portanto se esTOU/ é porque acredito que é possível fazer COIsas e que é possível inoVAR./

A versão italiana do CHAT apresenta-nos aquele que é provavelmente o sistema mais criterioso em relação à questão das pausas e da fragmentação. Como dissemos, este é um sistema que dá prioridade à delimitação das fronteiras entoacionais. Fá-lo, no entanto, explicitamente, usando apenas os símbolos relativos a pausas quando estas correspondem, nas palavras de CRESTI (2000), a «una prominenzza particolare di silenzio nel flusso parlato». A pausa deverá corresponder a pelo menos quatrocentos milésimos de segundo de silêncio, sendo considerada longa ou muito longa a partir de um segundo. No seguinte quadro estão expostos os símbolos usados:

Esta é uma forma bastante elegante de resolver o problema da fragmentação do texto, se bem que restem algumas dúvidas relativas à delimitação das fronteiras entoacionais e à sua maior ou menor objectividade. Observemos, então, como funciona na prática:

<sup>5</sup> Codes for the Human Analysis of Transcripts. Ao longo do texto, falaremos sempre do formato CHAT tal como foi implementado nos *corpora* do projecto italiano LABLITA, razão pela qual usamos a expressão *versão italiana do formato CHAT*.

| Unidade entoacional terminal do enunciado |     | Unidade entoacional não terminal | Pausa | Pausa longa | Pausa muito longa |
|---|-----|----------------------------------|-------|-------------|-------------------|
| Contexto declarativo                      | //  | /                                | [#]   | [##]        | [###]             |
| Contexto interrogativo                    | ?   |                                  |       |             |                   |
| Contexto exclamativo                      | !   |                                  |       |             |                   |
| Suspensão intencional                     | ... |                                  |       |             |                   |

\*MFA: só se tu acreditares [#] que é possível mudar / é que tu vais mudar // se tu partires da atitude de que ah não / a universidade é uma coisa velha caduca / não se pode fazer nada / então tu não vais fazer nada / eu nesse caso não estaria na universidade // portanto se estou [#] é porque acredito que é possível fazer coisas e que é possível inovar //

Antes de terminar, gostaríamos ainda de falar um pouco sobre o Val.Es.Co<sup>6</sup> e o Português Fundamental. Trata-se de projectos que usam sistemas completamente distintos, mas que não devem deixar de ser referidos. O Val.Es.Co emprega um sistema semelhante ao do GARS, mas com indicações mais precisas e símbolos mais intuitivos:

| Pausa curta, inferior a meio segundo | Pausa entre meio segundo e um segundo | Pausa de um segundo ou mais | Indicação do número de segundos de silêncio |
|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|---|
| /                                    | //                                    | ///                         | (5»)  |

O Português Falado, por sua vez, emprega um sistema que pura e simplesmente abdica de qualquer notação relativa a pausas ou a fronteiras entoacionais. Isso deve-se ao facto de as transcrições poderem ser sempre acompanhadas do respectivo alinhamento sonoro, o que torna a fragmentação do texto uma questão secundária<sup>7</sup>.

## 2.2. Os enunciados simultâneos

Como é que representamos a sobreposição das falas numa transcrição unilinear? Obviamente não podemos pôr as diferentes elocuições na mesma

<sup>6</sup> Valencia, Español Coloquial, grupo de investigação dedicado ao estudo do espanhol falado. Agradecemos a Maria Helena Sereno a gentileza de nos ter dado a conhecer este grupo.

<sup>7</sup> No entanto, é preciso ver que o alinhamento não beneficia directamente o *corpus* constituído, mas sim a relação com o utilizador final da transcrição.

linha, ainda que essa fosse uma estratégia defensável em termos de fidelidade de transcrição<sup>8</sup>:

L1: o senhor é independente?

L2: completamente!

L1: senhor doutor, perante todos os agentes, a lista que eu tenho é independente.

Tal como em relação ao problema das pausas, as soluções variam consoante o projecto ou grupo de trabalho. Na maior parte dos casos, porém, as diferenças manifestam-se a nível meramente gráfico.

Nas transcrições do grupo GARS, todas as falas sobrepostas são sublinhadas, não havendo nenhuma outra indicação. Este tipo de tratamento simplificado tem algumas vantagens. Uma delas reside no facto de nos permitir acompanhar de uma forma dinâmica a evolução do discurso, já que é possível observar súbitas mudanças de tópico (fenómeno muito frequente em enunciados simultâneos) por meio da translineação. Não é, no entanto, um sistema adequado a determinadas análises discursivas, uma vez que não prevê a existência de diferentes tipos de sobreposição.

Observemos, então, um texto com sobreposição de falas<sup>9</sup> transcrito de acordo com o sistema do grupo GARS:

L4 1 ó senhor doutor tenha calma ~~que o senhor doutor tem~~

2 tempo de ganhar o campeonato

L3 3 calmíssimo

L4 4 já anda há tantos anos

L3 5 estou calmíssimo

L4 6 à espera dum campeonato

Convém referir que este sistema não é totalmente preciso, uma vez que apenas tem em conta a sobreposição de palavras e não a de sílabas ou segmentos. Por isso, quando temos palavras com muitas sílabas, a discrepância entre a sobreposição real e a sobreposição representada na transcrição pode tornar-se óbvia. Este é um defeito comum a todos os sistemas observados.

Como nas transcrições do GARS, a representação dos enunciados simultâneos no REDIP é feita sublinhando as falas:

L4: ó senhor doutor tenha calma, que o senhor tem tempo de ganhar o campeonato.

L3: calmíssimo!

L4: já anda há tantos...

<sup>8</sup> O trecho que se segue é do programa Livre e Directo, Antena 1, *corpus* REDIP.

<sup>9</sup> Programa Os Donos da Bola, SIC, *corpus* REDIP.

L3: estou calmíssimo!

L4: anos à espera de um campeonato.

No NURC, porém, a representação do fenómeno é feita de outro modo. É usado um parêntese recto, ficando este no enquadramento da primeira palavra a partir da qual houve sobreposição:

- 1 Inf4. ó senhor doutor tenha calma... que o senhor tem tempo de ganhar o campeonato...  
 [  
 Inf3. calmíssimo  
 Inf4. já anda há tantos  
 [  
 5 Inf3. estou calmíssimo  
 Inf4. anos à espera dum campeonato.

O NERC-47 não prevê nenhuma notação especial para as falas sobrepostas. No entanto, os transcritores podem inserir comentários pessoais relativos a fenómenos desse tipo, desde que estejam delimitados pelos códigos pré-definidos no projecto. Vejamos em que é que isto se traduz:

- <M04> Ó senhor doutor tenha calma que o senhor tem tempo de ganhar o campeonato  
 <ZZ1> sobreposição das três últimas palavras com a fala que se segue <ZZ0>  
 <M03> Calmíssimo  
 <M04> Já anda há tantos <ZZ1> sobreposição das últimas palavras com a fala que se segue <ZZ0>  
 <M03> estou calmíssimo.  
 <M04> anos à espera dum campeonato.

No NERC-50, os enunciados simultâneos recebem já um tratamento mais específico, existindo dois símbolos próprios para a sua representação. O momento em que se dá o início da sobreposição é marcado com um asterisco e o final com um cifrão. Esta informação faz parte do terceiro nível. Vejamos como funciona na prática:

- <M04> /Ó senhor doutor tenha CALma/ que o senhor tem TEMpo de \*ganhar o campeonato\$./  
 <M03> /\* CalMÍssimo\$/  
 <M04> /Já \*anda há TANtos\$  
 <M03> /\* Estou calMÍssimo\$/  
 <M04> anos à espera dum campeonato./

Os sistemas que temos vindo a observar até agora caracterizam-se pela sua simplicidade. Essa simplicidade traduz-se, por exemplo, numa maior compa-

tibilidade a nível informático. No entanto, pelo facto de serem muito simples, não se prestam a determinados tipos de utilização.

Na versão italiana do CHAT, pelo contrário, o caso dos enunciados simultâneos é tratado de uma forma especial. Em primeiro lugar, é feita a distinção entre sobreposição de falas e sobreposição de diálogos. A sobreposição de falas é aquela que ocorre dentro de um mesmo diálogo, havendo um fio condutor claramente definido. É mais frequente em diálogos com dois intervenientes. A sobreposição de diálogos, por seu lado, surge quando a conversa se dispersa simultaneamente por vários tópicos, criando pólos divergentes dentro da mesma situação conversacional. Esta sobreposição é típica nas conversas com muitos intervenientes (quatro ou mais).

Dentro da sobreposição de falas, são ainda assinalados dois casos diferentes: a sobreposição que é interna a uma determinada unidade de informação (que corta a fala precedente, criando um choque, originando muitas vezes interrupção) e a sobreposição que surge no seguimento da fala anterior, estando perfeitamente enquadrada no discurso (não gera interrupção, aproveita hesitações e tons descendentes). No primeiro caso, a situação é assinalada com um parêntese angular de fecho; no segundo, com um parêntese angular de abertura. Vamos, então, visualizar o tratamento dado pelo CHAT ao caso da sobreposição de falas, recorrendo, desta feita, a um outro trecho do nosso *corpus*<sup>10</sup>, de modo a poder visualizar melhor as diferenças:

\*MF: antigamente não se fazia sobre os livros / como sabes / depois começou-se a fazer sobre os <livros> [>]

\*BB: <isso> isso é umas coisas loucas da universidade / a universidade é <extremamente> [>]

\*MF: <a universidade> tem coisas muito boas <também>

\*BB: [<] <tem> tem mas também / quer dizer lá está / não sejas corporativista //

\*MF: não sou <corporativista> [>]

\*BB: <porque> a universidade é uma coisa conservadora tem sido, ouviste?

\*MF: a universidade é uma instituição profundamente <conservadora>

\*BB: [<] <de acordo>

Segue-se agora um caso de sobreposição de diálogos, em que a disposição do texto é feita em colunas:

\*HA: o [/] o boavista-guim

\*EB: fácil falar dos outros!

\*DB: não há muitos dirigentes no

<sup>10</sup> Programa Conversas Secretas, SIC, *corpus* REDIP.

\*DB: futebol português que não protestem contra a arbitragem //

\*HA: desculpe / o boavista-guimarães também

\*HA: também neste [//] nesta [//]

\*HA: no início

\*EB: lembra-se de

Por fim, para concluir esta parte, apresentamos um quadro onde é possível comparar as diferentes soluções gráficas adoptadas nos sistemas em que se verifica um tratamento generalizado, por oposição àquilo que acontece na versão italiana do CHAT:

| Projectos         |             |                             | CHAT<br>(Versão Italiana)                          | GARS/REDIP                                       | NURC                               | NERC-47  | NERC-50<br>(Nível 3)                              |
|-------------------|-------------|-----------------------------|--|--|------------------------------------|--|---|
| Sobre-<br>posição | De<br>falas | Discurso interrompido       | *MF: texto<br><texto> [>]<br>*BB:<br>texto         | L1: texto <u>texto</u><br>L2: <u>texto</u> texto | AL.<br>texto<br>[<br>Inf.<br>texto | <F01> texto<br><ZZ1><br>sobreposição<br>com a fala<br>seguinte <ZZ0> | <F01> texto<br>*texto\$<br><M01>*texto\$<br>texto |
|                   |             | Discurso seguido            | *MF: texto<br><texto><br>*BB: [<] <texto><br>texto |  |                                    |  |   |
|                   | De diálogos | *HA: texto<br>*EB:<br>texto |  |  |                                    |  |   |

### 2.3. Ideofones e interjeições

Os ideofones são sons que não desempenham um papel funcional na gramática da língua e que não são susceptíveis de receber uma representação ortográfica, sendo, no entanto, usados pelos locutores para veicular um determinado tipo de ideia ou reacção (agrado, desagrado, espanto, prazer, repulsa, etc.). É o caso do som normalmente usado pelo locutores portugueses para manifestar concordância, que, no nosso projecto, recebe a representação <hum>, mas que pode ser escrito de outras maneiras (<hmm>, <hm-hm>, <hum-hum>, etc).

Este tipo de sons, juntamente com as interjeições e onomatopeias, constitui um problema para os transcritores, que muitas vezes não sabem como reagir perante tais produções. Para as transcrições do grupo GARS, por exemplo, não existe nenhuma tabela definida, e as interjeições, onomatopeias e outros sons são grafados de acordo com os dicionários de língua. No projecto REDIP, também não temos nenhuma tabela, se bem que exista a grafia específica <hum> para representar os acordos, como já referimos.

No NURC, existe um conjunto de representações previstas para estes casos, mas está reduzido a oito elementos, e não vem acompanhado por nenhum tipo de descrição fonética, articulatória ou semântica:

|         |    |    |    |     |     |     |    |
|---------|----|----|----|-----|-----|-----|----|
| Fáticos | ah | eh | éh | ahn | ehn | uhn | tá |
|---------|----|----|----|-----|-----|-----|----|

Já os transcritores que estiverem a trabalhar de acordo com as estipulações do NERC<sup>11</sup> têm ao seu dispor uma tabela bastante detalhada, devendo reger-se por ela sempre que necessário. O quadro que apresentamos seguidamente dá conta dos ideofones e interjeições previstos para o inglês:

| Tipo de som     | Representações adoptadas         | Descrição fonética, articulatória ou semântica   |
|-----------------|----------------------------------|--|
| Sons de espanto | ah<br>oh<br>ooh                  | [ɑ]<br>[əʊ]<br>[u:]  |
| Sons grunhidos  | mm<br>hm<br>mhm<br>uh huh<br>ugh | uma sílaba, lábios fechados<br>uma sílaba, lábios juntos, iniciando uma explosão de ar<br>duas sílabas, lábios juntos<br>duas sílabas, lábios afastados<br>ruído de desagrado, muitas vezes só um grunhido |
| Outros          | hey<br>eh<br>oi<br>ah hah        | para chamar a atenção ou expressar surpresa<br>expressando perplexidade ou procurando acordo vocativo<br>expressando surpresa  |

Na versão italiana do CHAT, também existe um conjunto de interjeições (do italiano e especificamente do dialecto toscano) pré-definido, correspondendo *grosso modo* à descrição apresentada na coluna da direita:

| Interjeições gerais | Descrição semântica                              |
|---------------------|--|
| ah                  | compreensão de um enunciado precedente           |
| ah!                 | espanto, maravilha                               |
| oh! ih! uh!         | espanto, contrariedade                           |
| ohiohi              | dor, contrariedade                               |
| &che                | apoio fonético numa indecisão                    |
| mh                  | chamada de atenção, aprovação, dúvida            |
| eh                  | incompreensão, pedido de explicação, confirmação |
| hei                 | reclamação                                       |
| bah                 | incredulidade                                    |
| bè                  | pedido de explicação (começo)                    |
| boh                 | indecisão  |
| mah                 | incredulidade                                    |

<sup>11</sup> O caso aplica-se tanto ao NERC-47 como ao NERC-50.

| Interjeições exclamativas (toscano) | Descrição semântica                |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| nananà                              | = <i>etc</i>                       |
| ecé                                 | = <i>etc</i>                       |
| va'                                 | comentário exclamativo             |
| sie                                 | concordar pela negativa (ironia)   |
| zà                                  | onomatopeia para altas velocidades |
| uah                                 | onomatopeia para chorar            |

Este sistema contempla igualmente os sons que acompanham acções ou gestos e sons como os do choro, o riso, etc. Para transcrever estas realizações, é seleccionado um símbolo pré-definido, sendo este independente dos sons realmente produzidos. À direita do símbolo aparece sempre um comentário explicativo:

hhh [!= risos]

Este método tem uma vantagem que consiste em evitar a utilização de símbolos arbitrários para representar os ideofones, optando por uma caracterização explícita do sentido veiculado pelo sinal (ainda que despreze a componente fonética).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR DO NASCIMENTO, F. et aliae, 1987 *Português Fundamental – Métodos e Documentos*, Lisboa: INIC/CLUL.
- BACELAR DO NASCIMENTO, F. et aliae, 1989 *Como Escrever o Oral?*, in *RILP*, número 2, Lisboa: AULP.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. e C. Jeanjean, 1987 *Le Français Parlé*, Paris: INALF/CNRS.
- BRIZ, A., 2000 *¿Cómo se Comenta un Texto Coloquial?*, Barcelona: Editorial Ariel.
- CALLOU, D. (coord.), 1991 *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro: Materiais para o Seu Estudo*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- CRESTI, E., 2000 *Corpus di Italiano Parlato*. Volume I, Firenze: Presso l'Accademia della Crusca.
- FRENCH, J. P., 1991 *Updated Notes for Soundprint Transcribers*. NERC-WP 4-47, Birmingham: JP French Associated, York e Cobuild.
- FRENCH, J. P., 1992 *Transcription Proposals: Multi-Level System*, NERC-WP 4-50. Birmingham: University of Birmingham.
- SINCLAIR, J. e J. Ball, 1995 *Spoken Language within a Written Language Corpus*, texto copiado.



# POLISSEMIA: a chave de acesso ao sistema conceptual das línguas

Maria Clotilde Almeida  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

*“Sentir é crear...  
O mundo exterior é uma hallucinação em comum,  
uma criação-média das imaginações sommadas.”*

Pessoa inédito (org. de T Rita Lopes), Lisboa. Horizonte, 1993

0. O presente trabalho, gizado no contexto do Ano Europeu das Línguas, foi elaborado na confluência de três áreas linguísticas vizinhas: a das Tipologias Linguísticas, a da Gramática da Construção e da Semântica Lexical Cognitiva.

Neste contexto teórico preconiza-se que cada uma das línguas em estudo, a saber, o português, o francês, o alemão e o neerlandês aufere de um sistema conceptual específico, acessível, em larga medida, a partir das representações simbólicas da(s) categoria(s) em análise.<sup>1</sup>

Na prossecução deste objectivo, opta-se pelo estudo semântico da categoria polissémica de *abrir* nas várias línguas acima referidas, tendo por base o trabalho de Almeida (1995) que consiste na análise prototípico-analogista das categorias de *abrir* e de *cortar* em português e em alemão. Inspirado nos princípios do realismo experiencialista (cf. Langacker 1997, entre outros), a abordagem cognitiva postula *lato sensu* uma interligação entre significado e experiência.

Note-se, porém, que se registam algumas diferenças entre Almeida (1995) e o presente que se pauta pela restrição da análise à categoria de *abrir* e pelo alargamento do *corpus* às representações de *abrir* correlatas do francês e do neerlandês, mediante inquéritos a informantes nativos, com o intuito de aceder a uma dimensão tipológica.

---

<sup>1</sup> O sistema conceptual é designado por Lakoff/Johnson, 1999 – de “Hidden Hand” (mão oculta).

Também no plano metodológico se operam, no presente, algumas mudanças em relação a Almeida (1995) visto que os mapeamentos foram distribuídos por padrões construcionais, inspirados na Gramática da Construção de Goldberg (1995).

1. Delimitaremos sumariamente as convergências do enfoque tipológico com a Gramática da Construção, seguindo de perto Croft (1999). De facto, as duas metodologias são parcialmente coincidentes, na medida em que ambas visam o estudo de construções gramaticais.

A única diferença reside no facto de que, no âmbito das tipologias, a análise decorre no plano interlinguístico com o objectivo de determinar os universais tipológicos.

Assim, na óptica de qualquer um dos enfoques, as construções podem ser consideradas sob dois prismas. Por um lado, constituem entidades gramaticais independentes, representadas, no plano conceptual, como conjuntos cujo valor transcende largamente o somatório do valor das partes; por outro, são consideradas unidades simbólicas produzidas no seio de um determinado sistema conceptual, pelo que se afiguram específicas de cada língua.

Assim, a dupla caracterização das construções serve de fundamento à definição dos universais tipológicos, a saber, “mapas num espaço conceptual, organizados de tal modo que as categorias/construções específicas de cada língua desempenham funções numa região coerente do mapa cognitivo” (Croft 1999: 76). Nesta base, a análise é orientada para o estudo de categorias específicas, construções simbólicas geradas no âmbito de um determinado sistema conceptual.

2. O estudo da categoria polissémica de *abrir* nas quatro línguas em foco contempla, em primeiro lugar, a delimitação das representações prototípicas e, em segundo, a inventariação dos mapeamentos metafóricos, cunhados directa ou indirectamente a partir das representações prototípicas. Por motivos de limitação de espaço, não se inclui o conjunto das representações metonímicas de *abrir* nas línguas analisadas.

É de salientar que os referidos mapeamentos metafóricos, produtos da projecção de um domínio de origem (x) para um domínio alvo (y), constituem modelos cognitivos idealizados (MCIs) (Lakoff 1987) que, na óptica do realismo experiencialista, resultam de processos de lexicalização culturalmente orientados (cf. Langacker 1987, 1991, 1997; Albertazzi 2000; Violi 2001, entre outros).

Note-se, porém, que, no presente, se visa articular a teoria lakoffiana da metáfora com a teoria dos espaços de mesclagem, vulgarmente conhecida como “mesclagem conceptual” (Fauconnier/Turner 1996; Fauconnier 1997, 1999; Turner 1996; Coulson 1996, 2001; Brandt 2001).

Definiremos sumariamente o processo cognitivo de mesclagem na base de Fauconnier/Turner (1996:113): “In blending, structure from two input spaces is projected to the a separate space, the “blend”. The blend inherits partial structure from the input spaces, and has emergent structure of its own.” Nesta perspectiva, equaciona-se a construção mesclada como uma nova conceptualização, resultado da projecção (parcial) de dois espaços mentais de entrada. Trata-se, então, de uma unidade, ou seja, uma representação simbólica indivisa, conforme especificado por Turner (1996:83): “The blend counts as a unit that can be manipulated efficiently as a unit...”.

Embora cientes da ubiquidade do processo de mesclagem no contexto do uso linguístico que, conforme é amplamente referenciado na literatura acima mencionada, inclui também as representações metafóricas<sup>2</sup>, para efeitos do presente, utilizaremos a designação ‘construções mescladas’ em sentido restrito, ou seja, apenas para as construções lexicais complexas, formadas a partir da mesclagem de duas representações verbais distintas (assinaladas nos exemplos a negrito). As restantes representações simbólicas são referidas, em sentido lato, como mapeamentos metafóricos, dado que não se identificam com as formações lexicais do tipo acima referido.

2.1. Para possibilitar a abordagem de um elevado número de dados nas quatro línguas em estudo, elaboraram-se 4 quadros independentes, um para cada língua, nos quais se inscrevem, na coluna da esquerda, as representações prototípicas e, nas duas colunas à direita, respectivamente, os mapeamentos metafóricos de primeiro e segundo nível. As representações assinaladas com A pertencem ao conjunto das construções transitivas (sujeito, verbo objecto), as assinaladas com B ao grupo das construções transitivas mistas (sujeito, verbo, objecto1 Prep Objecto 2) e as assinaladas com C ao grupo das construções intransitivas (sujeito, verbo).

Cada um dos quadros acima referidos é complementado por uma figuração espacialmente restrita que inclui o conjunto das conceptualizações divergentes de *abrir*. Como se depreende, estas congregam representações simbólicas diversas, utilizadas para enquadramentos cénicos semelhantes.

---

<sup>2</sup> Fauconnier/Turner (1996: 116): “Metaphor is one of the phenomena that give rise to blends. It has the appropriate features: partial projection from input spaces; emergent structure in the blend; counterpart structure between input spaces; projection of integration of events from the source, the unconscious status of the blend until it is highlighted; cognitive work specific to the blend, and so on.”

Deste modo, a abordagem semasiológica de base, que se estrutura das representações simbólicas para os conceitos, é complementada pela abordagem onomasiológica, que se estrutura dos conceitos para as representações simbólicas (cf. Geeraerts 1999, entre outros), conferindo a este estudo uma maior abrangência no contexto da várias línguas em análise.

2.2. No quadro 1 abaixo apresentamos as construções metafóricas do português, numeradas sequencialmente na base do grau de afastamento em relação ao cerne prototípico. Não é nossa intenção representar a cadeia polisémica de *abrir*, dado que este foi o objecto do estudo de Almeida (1995), mas apenas referenciar os mapeamentos metafóricos constantes do referido trabalho.

É de salientar a existência de dois tipos de mapeamentos metafóricos: os de primeiro nível e os de segundo nível, produtos de uma segunda projecção metafórica a partir do primeiro nível, constituindo, como tal, mapeamentos metafóricos de mapeamentos metafóricos.

Quadro 1 – Mapeamentos metafóricos de *abrir* em português

|                       |  |   |
|-----------------------|--|---|
| O João abriu a porta  | Map.A1 A Ana abriu a gaveta bruscamente                  |   |
| O João abriu a janela | Map.A2 A criança abriu o casaco                          |   |
|                       | Map.A3 O hóspede abriu a cama                            |   |
|                       | Map.A4 A criança abriu um buraco na parede               |   |
|                       | Map.A5 Desta vez a professora abriu uma excepção         |   |
|                       | Map.A6 Dentro de água o bebé abriu os olhos              | Map.A6a Devido a alguns comentários o chefe abriu os olhos          |
|                       | Map.A7 A Maria abriu a mão e mostrou o berlinde          | Map.A7a Apesar de ter razão o estudante abriu mão dos seus direitos |
|                       | Map.A8 Ele abriu o jogo                                  | Map.A8a Finalmentete o professor abriu o jogo                       |
|                       | Map.A9 A Maria abriu a torneira para lavar as mãos       |   |
|                       | Map.A10 Ao chegar a casa, o Carlos abriu o interruptor   |   |
|                       | Map.A11 Após uma longa espera a polícia abriu o trânsito |   |
|                       | Map.A12 A presidente da APL abriu a reunião              |   |
|                       | Map.A13 O presidente da República abriu a exposição      |   |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | Map.A14 A Ana abriu o envelope com a faca    |  |
|  | Map.A15 O João abriu o livro com o dedo      |  |
|  | Map.A16 O Pedro abriu o pão com a faca       |  |
|  | Map.A17 A Maria abriu o bolo                 |  |
|  | Map.A18 O Figo abriu a defesa inglesa        |  |
|  | Map.B1 O Pedro abriu o coração à Maria       |  |
|  | Map.B2 A polícia abriu fogo sobre a multidão |  |
|  | Map.B3 O Pedro abriu caminho pelo mato       |  |
|  | Map.C1 As flores abriram mais cedo este ano  |  |
|  | Map.C2 A criança abriu durante as férias     |  |
|  | Map.C3 O sol abriu por entre as nuvens       |  |
|  | Map.C4 O João ia a abrir na auto-estrada     |  |

2.3. Tendo por base o processo de organização dos dados seguido para o português, o quadro 2 abaixo reúne os mapeamentos metafóricos de *ouvrir* em francês. Registe-se que as representações metafóricas divergentes de *ouvrir* constam de um agrupamento separado, figurando sequencialmente pela mesma ordem em que ocorrem em português.

Quadro 2 – Mapeamentos metafóricos de *ouvrir* em francês

|                          |   |  |
|--------------------------|---|--|
| João a ouvert la porte   | Map.A1 Ana a brusquement ouvert le tiroir               |  |
| João a ouvert la fenêtre | Map.A2 L'invité a ouvert le lit                         |  |
|                          | Map.A3 L'enfant a ouvert un trou dans le mur            |  |
|                          | Map.A4 Cette fois-ci la maîtrise a ouvert une exception |  |
|                          | Map.A5 Le bébé a ouvert les yeux dans l'eau             | Map.A5a En raison de quelques commentaires le chef a ouvert les yeux |
|                          | Map.A6 Maria a ouvert la main et montré la bille        |  |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | Map.A7 Maria a ouvert le robinet pour laver les mains        |  |
|  | Map.A8 Le président de l'APL a ouvert la réunion             |  |
|  | Map.A9 a Le président de la République a ouvert l'exposition |  |
|  | Map.A10 Ana a ouvert l'enveloppe avec un couteau             |  |
|  | Map.A11 João a ouvert le livre avec le doigt                 |  |
|  | Map.B1 a ouvert son couer à Maria                            |  |

### Conceptualizações divergentes de *ouvrir* em francês

L'enfant a debouttoné son manteau.  
 Malgré avoir raison, l'étudiant a renoncé à ses droits.  
 Les fleurs on fleurit plus tôt cette année.  
 L'enfant s'est épanoui pendant les vacances.  
 Finalement le professeur a demasqué ses plans.  
 En arrivant à la maison Carlos a allumé la lumière.  
 Maria a fait couler l'eau pour se laver les mains.  
 Après une longue attente la police a remis la circulation en route.  
 La police a tiré sur la foule.  
 Pedro a coupé le pain avec un couteau.  
 Maria a coupé le gateau.  
 Figo a percé la défense anglaise.  
 Pedro a frayé par la brousse.  
 Le soleil a luit a travers les nuages.  
 João allait à fond la caisse sur l'autoroute.

2.4. O quadro 3 configura os mapeamentos metafóricos de *aufmachen* e de *öffnen* em alemão que., segundo os informantes, não são intersubstituíveis. De facto, reconhecemos tratarem-se de casos de saliência onomasiológica formal (cf. Geeraerts 1999:95) que, segundo o autor, consistem na selecção preferencial de um item lexical num contexto pragmático específico (ou numa variedade de língua específica).

Tal como ocorria no francês, as representações simbólicas divergentes de *aufmachen* e de *öffnen* constam de um agrupamento separado que se segue ao quadro 3.

Quadro 3 – Mapeamentos metafóricos de *aufmachen* e de *öffnen* em alemão

|                             |  |  |
|-----------------------------|--|--|
| João machte die Tür auf     | Map.A1 Ana machte plötzlich die Schublade auf                            |  |
| João machte das Fenster auf | Map.A2 Das Kind öffnete den Mantel                                       |  |
|                             | Map.A3 Das Kind öffnete die Augen im Wasser                              |  |
|                             | Map.A4 Maria öffnete die Hand und zeigte ein Glaskügelchen               |  |
|                             | Map.A5 João öffnete die noch nicht aufgeschnittenen Bücherseiten mit dem |  |
|                             | Finger   |  |

### Conceptualizações divergentes de *aufmachen* e de *öffnen*

Der Gast hat die Bettdecke aufgeschlagen.  
 Das Kind machte ein Loch in die Wand.  
 Dieses Mal hat die Lehrerin eine Ausnahme gemacht.  
 Infolge einiger Bemerkungen gingen dem Chef die Augen auf.  
 Obwohl der Student Recht hatte, verzichtete er auf seine Rechte.  
 Dieses Jahr blühten die Blumen früher auf.  
 In den Ferien blühte das Kind auf.  
 Endlich hat der Lehrer die Karten aufgedeckt.  
 Maria drehte den Wasserhahn an, um sich die Hände zu waschen.  
 Bei der Ankunft zu Hause machte Carlos das Licht an.  
 Nach langem Warten gab die Polizei den Verkehr frei.  
 Die Präsidentin der APL hat die Versammlung eröffnet.  
 Der Präsident der Republik hat die Ausstellung eröffnet.  
 Die Polizei eröffnete das Feuer auf die Menge.  
 Ana schnitt den Umschlag mit dem Messer auf.  
 Pedro schnitt das Brot mit dem Messer auf.  
 Maria schnitt den Kuchen an.  
 Figo brach die englische Verteidigung auf.  
 Pedro bahnte sich einen Weg durch den Wald.  
 Die Sonne strahlte durch die Wolken,  
 Auf der Autobahn gab João Gas.

2.5. Os mapeamentos metafóricos de *open* do neerlandês constam no quadro 4 abaixo. É de salientar que, em contraponto às representações simbólicas das outras línguas, a ocorrência de vários itens lexicais mesclados, resul-

tado da interpenetração de dois domínios cognitivos diversos. Tal como ocorreu na metodologia de análise das outras línguas, o conjunto das conceptualizações diversas de *open* foi agrupado isoladamente.

Quadro 4 – Mapeamentos metafóricos de *open* em neerlandês

|                              |  |  |
|------------------------------|--|--|
| João heeft de deur geopened  | Map.A1 de baby heeft zijn augen geopened                     | Map.A1a De baas heeft zijn ogen geopened |
| João heeft het raam geopened | Map.A2 Maria heeft haar hand geopened                        |  |
|                              | Map.A3 De politie heeft het verkeer geopened                 |  |
|                              | Map.A4 De president van de APL heeft de vergadering geopened |  |
|                              | Map.A5 De president heeft de tentoonstelling geopened        |  |

#### Conceptualizações divergentes de *open* em neerlandês

Ana heeft de la **opengetrokken**.

Het kind heeft zijn jas **opengenoopt**.

De gast heeft zijn bed **opengeslagen**.

Het kint heeft een gat in de muur **gemakkt**.

Deze keer heeft de docent een uitzondering **gemaakt**.

Hoewel hij gelijk had, heeft de student van zijn rechten **afgezien**.

Dit jaar bloeien de boemen **vroeger**.

Het kint heeft zich de vakantie **ontpooïd**.

Pedro heeft Maria zijn Hart **uitgestort**.

Eindelijk heeft de docent zijn plannen **onthuld**.

Maria heeft de kraan **opengedraaid** om haar handen te wassen.

Toen Carlos thiuksam, heeft hij het licht **aangedaan**.

De politie heeft op de menigte **geschoten**.

Ana heeft de envelop **opengesneden**.

João heeft het boek met haar vinger **opengesneden**.

Pedro heeft het brood **opengesneden**.

Maria heeft de taart **aangesneden**.

Figo heeft die Engelse verdediging **gebroken**.

Pedro heeft zich een weg door de wildernis **gebaand**.

De zon komt door tussen de wolken.

João ging in een noodvaart over de snelweg.

3. Resumiremos os resultados obtidos no estudo interlinguístico nos quadros abaixo que visam uma caracterização, ainda que necessariamente parcial, do sistema conceptual das línguas em estudo. Em primeiro lugar, o quadro 5 reflecte a incidência dos diversos tipos de construção com *abrir* nas línguas estudadas( xx= elevada; x=média; - = nula)

Quadro 5 – Construções com *abrir* do tipo A, B e C

|            | A   | B  | C |
|------------|-----|----|---|
| Português  | x x | xx | x |
| Francês    | x   | x  | - |
| Alemão     | x   | -  | - |
| Neerlandês | x   | -  | - |

O quadro 6 regista a incidência das construções mescladas que, conforme já referido, reúnem duas concepções verbais diversas de domínios cognitivos diferentes:

Quadro 6 – Construções mescladas (verbo/verbo *abrir*)

| Português | Francês | Alemão | Neerlandês |
|-----------|---------|--------|------------|
| -         | -       | -      | x          |

O quadro 7 abaixo ilustra a incidência das construções prefixadas de *abrir*, formadas a partir de um domínio cognitivo, simbolicamente representado por uma categoria verbal, e de um esquema imagético<sup>3</sup>, configurado no prefixo:

Quadro 7 – Construções prefixadas de *abrir* (verbo *abrir*+prefixo):

| Português | Francês | Alemão | Neerlandês |
|-----------|---------|--------|------------|
| -         | -       | x      | -          |

No quadro 8 regista-se a incidência das construções prefixadas com conceptualizações diferentes de *abrir* que constam de uma categoria verbal e de um prefixo:

Quadro 8 – Construções prefixadas com conceptualizações diferentes de *abrir* (verbo+prefixo)

| Português | Francês | Alemão | Neerlandês |
|-----------|---------|--------|------------|
| -         | -       | xx     | x          |

<sup>3</sup> Segundo Johnson (1987:XIV): “An image schema is a recurring, dynamic pattern of our perceptual interactions and motor programs that gives coherence and structure to our experience.”

#### 4. Observações finais

Através da presente análise semântica, foi possível comprovar a organização conceptual diversa da categoria polissémica de *abrir* nas quatro línguas estudadas, pelo que corroboramos a afirmação de Violi (2001) de que o processo de lexicalização não é arbitrário, mas antes motivado pelo grau de saliência de certas experiências (2001:46): “Lexical meaning can be seen as the site where salient points of experience are manifested, and, because of their importance, are expressed in language. In this respect lexicalization is never arbitrary, but is motivated by the salience of certain experiences compared to others.” (sublinhados nossos).

Nesta base, o apuramento do número de experiências salientes de *abrir* para cada língua permite-nos ainda constatar que:

- o português regista o maior número de mapeamentos metafóricos que se distribuíram pelos três tipos de construção A, B e C;
- o francês apresenta alguns mapeamentos metafóricos nas construções do tipo A, embora em menor número do que o português. Saliente-se não só um número reduzido de mapeamentos do tipo B, mas também a inexistência de mapeamentos metafóricos no grupo C;
- o alemão e o neerlandês não realizam construções metafóricas dos tipos B e C. Refira-se ainda o reduzido número das construções de tipo A ;
- Entre o alemão e o neerlandês estabelecem-se algumas diferenças no seio das categorias divergentes de *abrir*. Na base de um sistema conceptual de teor fundamentalmente espacial (cf. Almeida 1995, 1999 a, 1999 b, 1999c, 2000, 2001, entre outros), o alemão opta quase exclusivamente por construções prefixadas, representações simbólicas resultantes da associação de uma conceptualização verbal e de um esquema imagético. Pelo contrário, o neerlandês tende para construções mescladas, produto da lexicalização complexa de dois domínios cognitivos.

Em virtude destes resultados, afigura-se-nos verosímil, embora cientes das limitações da presente investigação, distribuir as línguas estudadas por escala gradativa de graus de polissemia, conforme ilustrado abaixo:

|              | Português           | Francês | Neerlandês | Alemão |             |
|--------------|---------------------|---------|------------|--------|-------------|
| Polissemia + | _____  _____  _____ |         |            |        | Polissemia- |

Assim, no pólo mais polissémico inscreve-se o português, logo seguido do francês. Em seguida, figura o neerlandês, dado que apresenta um elevado número de construções mescladas com *open*. No pólo menos polissémico insere-se o alemão que, com maior frequência, conceptualiza as cenas em foco, recorrendo a conceptualizações diferentes de *abrir*.

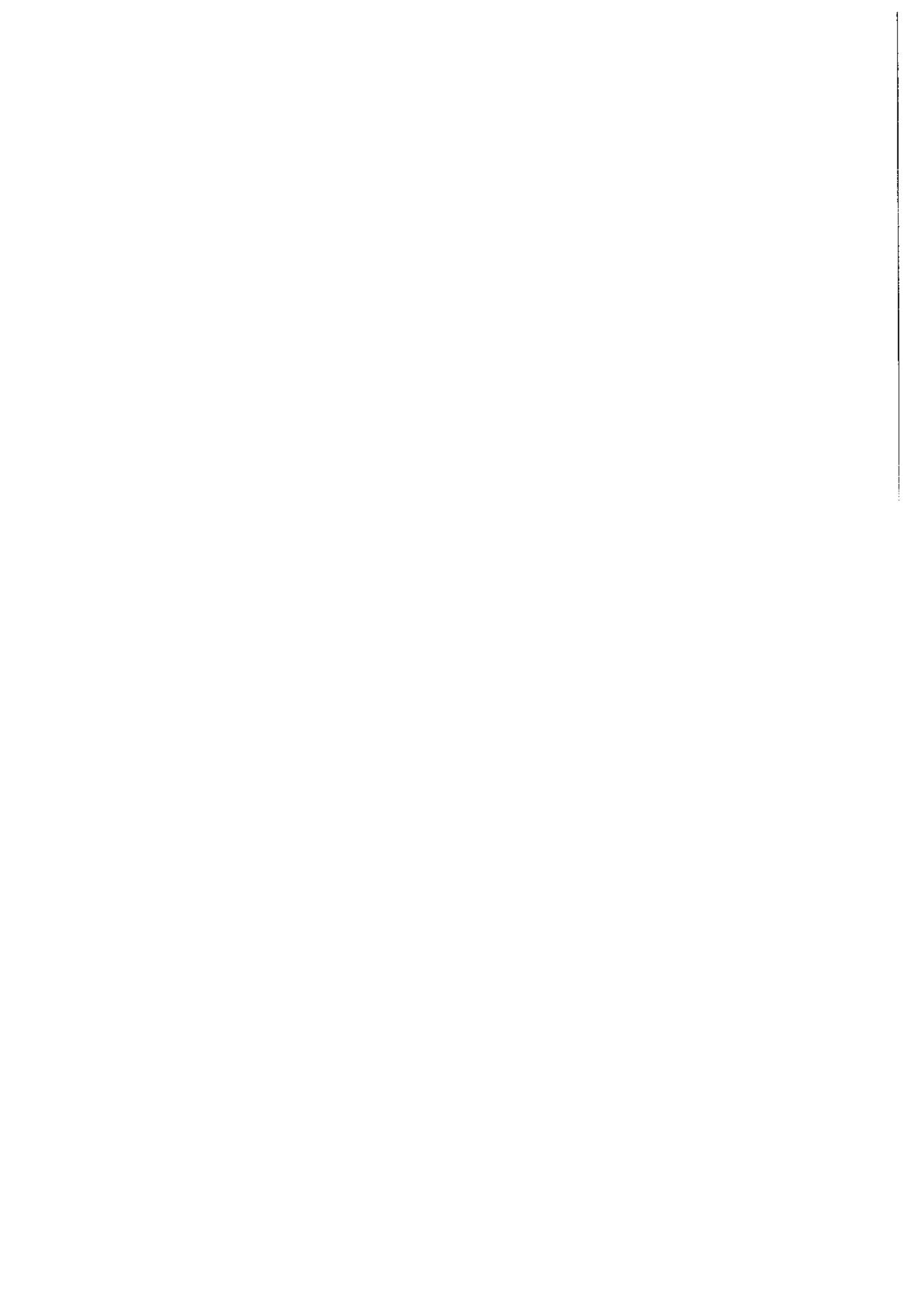
Nesta linha, foi, então, possível corroborar a tese de Ullmann (1964) de que a polissemia constitui um dos critérios para a classificação semântica das línguas. De facto, o grau diverso de polissemia da categoria *abrir* nas línguas em foco constitui uma prova inequívoca de diferentes visões do mundo, fruto de diversas formas de sentir, porque, tal como dizia Fernando Pessoa “sentir é crear”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTAZZI, L., 2000 – “Which Semantics?” in Albertazzi, L. (ed), *Meaning and Cognition. A multidisciplinary approach*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 1-24.
- ALBRECHT, J., 1995 – “Le français langue abstraite? Neue Antworten auf eine alte Frage aus der Sicht der Prototypensemantik” in Hoinkes, U. (hrsg.), *Panorama der lexikalischen Semantik, thematische Festschrift aus Anlass des 60. Geburtstag von H. Geckeler*, Tübingen, Narr, pp. 23-40.
- ALMEIDA, M. C., 1994 – “Agenssätze im Portugiesischen und im Deutschen: eine konstative Analyse aus kultureller Sicht” in Thielemann, W., Welke, K. (hrsg.), *Valenztheorie – Werden und Wirkung*, Münster, Nokus, pp. 101-108.
- ALMEIDA, M. C., 1995 – *Transitividade e Trajectória nas Concepções de Abrir e de Cortar em Português e Alemão: análise prototípico-analogista*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Lisboa.
- ALMEIDA, M. C., 1997 – “A semântica de *prever* à luz da perspectiva cognitiva” in *Actas do XIII Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, pp. 29-43.
- ALMEIDA, M. C., 1999 a – “A arte de ser metáfora: estudo interlinguístico português-alemão de índole cognitiva” in *Polifonia 2*, Lisboa, Colibri, pp. 59-74.
- ALMEIDA, M. C., 1999 b – “Space-oriented Accusative versus Dative Symbolic Constructions in German and Portuguese Counterparts: A Cognitive Approach” in *Actas do 1º Encontro de Linguística Cognitiva*, Porto, Fac. de Letras, pp. 17-32.
- ALMEIDA, M. C., 1999 c – “A Geometria dos Enquadramentos à luz da Perspectiva Cognitiva” in *Revista de Faculdade de Letras nº 25, Entre-Culturas*, Lisboa, Faculdade de Letras, pp.117-131.
- ALMEIDA, M. C., 2000 – “Léxico e Espaço: o modelo cognitivo alemão”, (Comunicação às IV Jornadas da UNIL “O Léxico”) (a publicar in <http://www.flul.pt/unil.polifonia.htm>).
- ALMEIDA, M. C., 2001a – “Body-based Space Conceptualizations in German” in *Actas do Encontro de Primavera da APL: Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, APL/ Universidade Católica, pp. 305-323.
- ALMEIDA, M. C., 2001b – “Arrepios, angústias e medos no *Fausto*: abordagem cognitiva “in *A Ideia Romântica de Europa: novos rumos – antigos caminhos*, v.II, (org. Fernanda Gil Costa), Lisboa, Colibri (no prelo).

- ALMEIDA, M. C., 2001c – “Espaços de Interior na Língua Alemã: abordagem cognitiva”, Comunicação às *II Jornadas de Tradução* (ESTG-Leiria), (a publicar).
- ALMEIDA, M. C., 2001d – “Elementos para uma História Natural das Emoções: estudo cognitivo de um texto medieval alemão” (Comunicação ao XVII *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*) (a publicar).
- BALLY, C., 1965 – *Linguistique Générale et Linguistique Française*, Bern, Francke, 4. Ed..
- BRANDT, P. A., 1993 – “Cognition and the Semantics of Metaphor: a general outline” in *Acta Linguistica Hafniensia*, v. 26, Copenhagen, Linguistic Circle of Copenhagen, pp. 5-21.
- BRANDT, P. A., 1996 – “Pour une sémantique de la métaphore” in *Versus* 75, pp. 3-14.
- BRANDT, P. A., 2001 – “Mental Space Networks and Linguistic Integration” in *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, (org. de Augusto Silva), Braga, APL/Universidade Católica Portuguesa, pp. 63-78.
- COULSON, S., 1996 – “Menendez Brothers Virus: Blended Spaces and Internet Humor” in Goldberg, A. (ed.), pp. 67-82.
- COULSON, S., 2001 – *Semantic Leaps. Frame-shifting and Conceptual Blending in Meaning Construction*, Cambridge, C.U.P.
- CROFT, W., 1999 – “Typology and Cognitive Linguistics” in T. Janssen/G. Reddeker (eds.), pp. 61-95.
- FAUCONNIER, G., Turner, M., 1996 – “Blending as a Central Process of Grammar” in A. Goldberg (ed.), pp.113-130.
- FAUCONNIER, G., 1999 – “Methods and Generalizations” in T. Janssen/G. Redeker (eds.), pp. 95-128.
- GEERAERTS, D., Groenlaenders, S., Bakema, P., 1994 – *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming and Context*, Berlin, de Gruyter.
- GEERAERTS, D., 1999 – “Idealist and empirist tendencies in cognitive linguistics” in T. Janssen/G. Redeker (eds), pp. 163-194.
- GIBBS, R. W., Steen, G. (ed.), 1999 – *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam, J. Benjamins.
- GOLDBERG, A., 1995 – *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, Chicago, The University of Chicago Press.
- GOLDBERG, A. (ed.), 1996 – *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford, CSLI publications.
- JÄKEL, O., 1997 – *Metaphern in abstrakten Diskurs-Domänen*, Frankfurt, Lang.
- JANSSEN, T., Redeker, G. (eds.), 1999 – *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope and Methodology*, Berlin, de Gruyter.
- JOHNSON, M., 1987 – *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*, Chicago, Chicago U. Press.
- LAKOFF, G., 1980 – *Metaphors we live by*, Chicago U. Press, Chicago.
- LAKOFF, G., 1987 – *Women, Fire and Dangerous Things. What categories reveal about the Mind*, Chicago, Chicago U. Press.
- LAKOFF, G., Johnson, M., 1999 – *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*, New York, Basic Books.
- LANGACKER, R., 1987 – *Foundations of Cognitive Grammar, v.I: Theoretical Prerequisites*, Stanford, Stanford U. Press.
- LANGACKER, R., 1991 – *Foundations of Cognitive Grammar: v. II: Descriptive Application*, Stanford, Stanford U. Press.
- LANGACKER, R., 1997 – “The contextual basis of cognitive semantics” in J. Nuyts, E. Pederson (eds.), *Language and Conceptualization*, Cambridge, Cambridge U. Press, pp. 229-252.

- PANTHER, K.-U., Radden, G. (eds.), 1999 – *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam, John Benjamins.
- SILVA, A. S., 1999 – *A Semântica de Deixar. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, A. S., 2001 – “O que é que a *polissemia* nos mostra acerca do significado e da cognição?” in *Linguagem e Cognição. A perspectiva da Linguística Cognitiva*, (org. de Augusto Soares da Silva), pp. 147-172.
- TURNER, M., 1996 – *The Literary Mind. The Origins of Thought and Language*, Oxford, Oxford University Press.
- ULLMANN, S., 1964 – *A Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- VIOLI, P., 2001 – *Meaning and Experience*, Bloomington, Indiana.
- WEINRICH, H., 1976 – *Sprache in Texten*, Stuttgart, Klett-Cotta.



# PROVÉRBIOS E IRONIA NA NARRATIVA DE JOSÉ SARAMAGO

*Maria Helena Sampaio Sereno*  
Grupo Val.Es.Co. – Universidade de Valência  
Centro de Linguística da Universidade do Porto

0. Apesar da ideia corrente de que os provérbios, como vestígios de antigas civilizações, actualmente, são usados apenas por pessoas mais velhas, com objectivos didácticos e mensagens conservadoras, e que, conseqüentemente, se encontram fora de moda e em vias de extinção<sup>1</sup>, um autor contemporâneo como José Saramago faz uso continuado do refraneiro nas páginas da sua criação literária.

Na tentativa de esclarecer este paradoxo, depois de apresentar a terminologia adoptada e da delimitação do conceito de provérbio, apreciaremos um corpus constituído pelas narrativas deste escritor. Começamos por estabelecer a extensão da frequência e distribuição deste tipo de enunciados nesta parte da sua obra, e, partindo da identificação dos mais utilizados<sup>2</sup>, extrapolamos relações com a trama narrativa e analisamos exemplos de ocorrências, em contextos típicos e nas suas várias configurações.

1. Ao longo deste trabalho, preferimos a designação de «provérbio», mas socorremo-nos dos termos «enunciado fraseológico» e «parémia».

No âmbito dos estudos portugueses, o termo «provérbio» é largamente utilizado, desde as primeiras abordagens dos etnógrafos, folcloristas e filólogos

---

<sup>1</sup> Esta perspectiva, herança das explicações históricas positivistas, e as concepções racionalistas da gramática explicam o carácter marginal do seu estudo pelos investigadores da literatura, o desinteresse dos linguistas e por quê ainda hoje se justifica o título da colectânea de artigos *Proverbs are never out of season: popular wisdom in the modern age* (Mieder, 93) e a proposta, contida na apresentação do número de *Langages* dedicado a «La parole proverbiale», de provar que os provérbios são dignos de interesse e constituem um subsistema do sistema geral da língua (Anscombe, 2000: 3).

<sup>2</sup> Os resultados quantitativos apresentados pertencem à análise, ainda em decurso, do corpus recolhido para a tese de doutoramento *As funções dos provérbios na narrativa de José Saramago*, tendo, por isso, carácter meramente ilustrativo. Como a publicação de *A Caverna* (2000) foi posterior à reunião do corpus, este romance não é considerado.

(como Leite Vasconcellos, Michäelis de Vasconcellos e Braga), baseadas em métodos comparativos e históricos, que explicavam, entre outros aspectos, a multiplicidade de designações conhecidas, até às recentes teses de doutoramento sobre esta matéria<sup>3</sup>, já atentas a aspectos textuais e contrastivos. Nestes últimos trabalhos, a opção terminológica pode dever-se, quer à leitura de *The proverb* (Taylor, 31), pioneiro estudo extensivo e descritivo, e de *How proverbs mean*, que define linguisticamente o conceito e aprofunda a sua caracterização semântica, tendo em conta a interpretação padrão (Norrick, 85:1)<sup>4</sup>, quer simplesmente reflectir o uso e a consciência linguística do português, que distingue *adágio*, *ditado*, *provérbio* e *rifão*, com carácter colectivo e anónimo, de *aforismo*, *apoteagma*, *máxima*, criações individuais eruditas<sup>5</sup>.

Quanto à designação «enunciado fraseológico», oposta a locuções (e colocações), é típica da fraseologia hispânica que segue a taxonomia de Zuluaga (Zuluaga, 80:135-139). A palavra «enunciado» consagra a dimensão superior ao sintagma e a autonomia comunicativa, testemunhando um enquadramento linguístico atento à relação entre formas e usos<sup>6</sup>. O adjectivo «fraseológico», derivado da designação «fraseologia» para expressões cristalizadas ocorrentes no discurso, resulta da influência dos estudos de estilística de Bally (Bally, 1909=1951:65-6) nos desenvolvimentos da linguística e semiologia. Com efeito, a partir dos anos sessenta, com as teorizações de Greimas, Coseriu e Permiakov, aprofunda-se a caracterização formal e interna das diversas unidades (principalmente, nos planos sintáctico-semântico e fónico), num esforço de descrição e delimitação, que contribui para estabelecer a estrutura do provérbio<sup>7</sup>.

Ainda no mesmo quadro, décadas mais tarde, o incremento de estudos especializados sobre esta unidade, alguns influenciados pela pragmática, interessada no texto e na oralidade<sup>8</sup>, justifica a proposta de adopção do termo neutro e genérico «parémia» para a necessária especificação de vários subtipos:

<sup>3</sup> Intituladas *Texto proverbial português: elementos para uma análise semântica e pragmática* (Lopes, 92) e *A função do provérbio em Português e em Alemão: análise contrastiva de um corpus de provérbios contextualizados* (Funk, 93).

<sup>4</sup> Esta focagem é continuada por *African-american proverbs in context*, que analisa actualizações de provérbios na oralidade e nos «blues», aplicando a teoria dos actos de fala (Prahlad, 96).

<sup>5</sup> No que não difere, substancialmente, das outras línguas românicas (Cunha, 1882:6-20; Silva, 1989: 159-160; Conca, 1987:55-58; Muñoz, 1993:15-18; Ansbombe, 1997:41-45).

<sup>6</sup> Tais os casos de Corpas (Corpas, 96:50-52) e Ruiz (Ruiz, 98:25-51) que seguem esta tipologia, de resto, devedora de Casares (Casares, 50:167-242).

<sup>7</sup> Dentro dos contributos estruturalistas, há que destacar os trabalhos de Milner e Dundes. Além disso, todos estes estudiosos anotaram aspectos com incidência pragmática, como a natureza textual (Coseriu, 68=81:115-6) e de citação (Greimas, 60:56; Coseriu, 68=81:113-4), a importância da situação de comunicação (Arewa e Dundes, 64:262) e referencial (Permyakov, 70=79:20-1).

<sup>8</sup> São exemplos deste movimento *Paremiologia* (Conca, 87), *Los refranes en el Quijote: texto y contexto* (Colombi, 89) e *Análisis del discurso y paremias en H. de Balzac* (Navarro, 94).

propriamente ditas (rifão, provérbio, adágio e máxima, princípio, sentença, apotegma); jocosas ou irónicas (dialogismo, welerismo); científicas (aforismo); cavaleirescas (grito de guerra, divisa, parémia épica); publicitárias ou propagandísticas («slogan»); quasi-parémias; unidades linguísticas com alguns traços paremiológicos; unidades não pertencentes ao universo paremiológico que, às vezes, podem participar de alguma propriedade paremiológica (Sevilla, 93:15-19)<sup>9</sup>.

1.1. Um provérbio é uma unidade discursiva, com autonomia sintático-semântica e funcional, em cuja enunciação o locutor reproduz tal qual uma sequência de fala já conhecida (Taylor, 31:135; Greimas, 60:56-7; Coseriu, 66:113; Zuluaga, 80:95, 139; Norrick, 85:67-8, 70; Corpas, 96:132), ou seja, trata-se de um potencial “turno” na fala, mas que, na conversação como na escrita, também se integra como texto, embora mínimo, dentro doutro texto mais longo (Coseriu, 66:115-6; Permiakov, 79=88:34-5; Norrick, 85:11-30; Zuluaga, 80:200-3; Lopes, 92:55-6; Corpas, 96:135-7; Anscombe, 2000:12-4). Consequentemente, consiste num discurso cujo criador, enunciador-primeiro, nunca coincide com o locutor ou enunciador-segundo, sendo um SE-enunciador<sup>10</sup>, numa indeterminação que implica toda a comunidade linguística (Lopes, 92:56-8; Anscombe, 2000:10-12). Além disto, tal texto veicula uma mensagem de referência temporal e pessoal genérica, daí a possibilidade de aplicá-lo a múltiplas situações, pessoas e épocas (Permyakov, 70=79:17-20 e Permiakov, 79=88:63; Zuluaga, 80:196-7; Norrick, 85:70, 74-5; Lopes, 92:75-180; Corpas, 96:134, 137; Kleiber, 2000:41) e de desempenhar funções, quer de relação dos enunciados no texto ou respeitantes à globalidade textual, quer de comentário duma situação precisa (Zuluaga, 80:200-3; Lopes, 93:345-430; Corpas, 96:220-1, 226-33).

São propriedades frequentes nestes enunciados, mas facultativas na sua identificação: a nível prosódico, destacar-se pelo ritmo, marcado pela estrutura rítmica binária, regularidade métrica, cadência acentual, rima, assonância e aliteração (Taylor, 31:135-9; Greimas, 60:58-9; Arewa e Dundes, 64:254-5; Zuluaga, 80:115-20; Norrick, 85:75-6; Anscombe, 2000:18-20,25-6); no plano léxico-semântico, deter sentido figurado (Taylor,31:141-3; Greimas, 60:58; Permyakov, 70=79:13 e Permiakov, 79=88:15-6; Norrick, 85:71, 75-6) e léxico estabelecedor de contrastes e repetições (Taylor, 31:143; Greimas, 60:

<sup>9</sup> Corpas, que defende o uso deste termo, refere como sub-tipos, rifão, citação, lugar-comum, «slogan» e os enunciados fraseológicos textuais (Corpas, 96:135-6).

<sup>10</sup> Traduzimos desta forma o conceito de Berrendonner retomado por Anscombe (Anscombe, 2000:11).

60-1; Dundes, 75=94:51-2, 57-8 Permyakov, 70=79:15; Zuluaga, 80:118; Norrick, 85:92-6); a configuração sintáctica conter paralelismos (Taylor, 31:143; Greimas, 60:58-61; Permyakov, 70=79:17), encontrando-se os verbos no presente ou no imperativo (Greimas, 60:59); em termos enunciativos, ser apresentado por um afixo do tipo *Diz-se*, etc (Norrick, 85:45)<sup>11</sup>.

2. Esta noção de provérbio e o confronto da nossa competência paremiológica com o refraneiro *Os provérbios estão vivos no Algarve* (Brazão, 98)<sup>12</sup> permitiram constituir o corpus com a distribuição evidenciada no Quadro 1 (consultar o anexo 1. Distribuição de ocorrências por narrativa).

Da leitura deste quadro, primeiro, sobressaem como romances mais paremiológicos, dada a correlação entre o número de páginas e de ocorrências<sup>13</sup>, *Ensaio sobre a cegueira*, *Levantado do chão* ou *Jangada de pedra* (marcadas a sombreado), a seguir, o contraste entre os romances publicados antes da década de oitenta e as dadas à luz nesse decénio e seguinte<sup>14</sup> e ainda o número total de ocorrências (383)<sup>15</sup>.

Este número corresponde ao emprego de um elevado número de parémias (228), já que 127 aparecem apenas uma vez, surgindo repetidos (até sete vezes), os restantes 101, de que expomos os quinze mais frequentes no Quadro 2 (ver anexo 2. Listagem de provérbios com frequência superior a 3, com localização na narrativa).

Na leitura deste inventário, é quase quase imediata a associação entre determinados provérbios e romances: seja *Em terra de cegos quem tem olho é rei* e *Olhos não vêem, coração não sente* com *Ensaio sobre a cegueira*, que narra as vivências de um país assolado por uma epidemia de cegueira branca, con-

<sup>11</sup> Para acompanhar o percurso teórico que subjaz a esta definição, ver o ponto 1. de “O sol, quando nasce, é para todos – provérbio e ocorrências”, a publicar no *Volume comemorativo dos 25 anos do CLUP*.

<sup>12</sup> Seleccionada como principal documentação, por resultar de uma recolha oral, logo repositório dos provérbios com vitalidade no Português contemporâneo, e por possuir a virtualidade prática de um índice remissivo. Por este último motivo, consultámos também, em casos de dúvida, *Provérbios portugueses* (Moreira, 96).

<sup>13</sup> Que calculamos servindo-nos de uma regra de três simples, no sentido de estabelecer a média do número de provérbios por página em cada narrativa.

<sup>14</sup> Nas primeiras, deparamos com um número reduzido de ocorrências, enquanto nas últimas se situam as de frequências mais elevadas, num contraste explicável, entre outros aspectos, pela evolução de estilo do autor (Seixo, 87:33, 38-9; Reis, 98:11-27).

<sup>15</sup> Para lá destas, o corpus contém um número de ocorrências de parémias não confirmadas que ascende a 211, entre as quais se encontram, além de eventuais provérbios e frases proverbiais não registados, sentenças de José Saramago e outros autores, provérbios de outros idiomas e até algumas locuções.

centrando-se num grupo liderado por uma mulher que não perdeu a visão, seja *No melhor pano cai a nódoa*, com a *História do cerco de Lisboa*, que conta as peripécias de um compenetrado revisor que voluntariamente altera o texto de uma história do cerco de Lisboa<sup>16</sup>. Além disso, a listagem obtida ostenta algumas das temáticas centrais na obra ficcional do autor – o tempo (Seixo, 87:13, 40-1), o destino (Seixo, 87:39, 53) e o erro (Seixo, 87:43,54)<sup>17</sup>.

2.1. Este tipo de interpretação e os dados apresentados poderiam fazer supor uma identificação do autor com o sentido destes provérbios, contudo a leitura de alguns dos seus entornos discursivos desmente essa impressão (leia-se o anexo 3. Contextos de ocorrências).

O excerto (1) contém, em primeiro lugar, uma exploração do potencial significativo do provérbio, tendo em conta a situação anímica de hipotéticos sujeitos falantes (do início do parágrafo e capítulo até «atreita a prever o pior.»), em segundo lugar, a total identificação do narrador com o seu conteúdo, envolvendo o narratário, através da utilização da primeira pessoa do plural (a partir de «Não seria de todo crível» até «atrás de tempo, tempo.»), e, por último, a atribuição de uma atitude crítica sobre a parémia à personagem principal, figura simbólica importante na nossa cultura, num contraste que, aliado à mudança de registo, resulta humorístico (desde «Sendo Jesus o evidente herói» até «mandar-nos-ia passear.»).

Na passagem (2), depois da citação do provérbio em duas variantes, que comprovam a generalidade do seu emprego, e de aplicá-lo à situação descrita, o narrador explicitamente pospõe a esta interpretação um ponto de interrogação e reticências.

Quanto ao extracto (3), atendendo ao valor alegórico do universo descrito neste romance e à dimensão ideológica subjacente à obra do autor, a citação do provérbio e o comentário seguinte induzem a uma leitura irónica.

2.2. Além disso, verificamos que somente alguns dos enunciados fraseológicos são reproduzidos na forma registada pelos paremiógrafos, já que a maioria das ocorrências apresenta alterações (261 em 383), de que veremos exem-

<sup>16</sup> Não tão flagrantes, mas igualmente pertinentes, são as relações de *As palavras são como as cerejas, atrás de umas vêm outras* com *Levantado do chão*, epopeia dos trabalhadores alentejanos em que a circulação de determinadas mensagens orais era uma forma de resistência política, e *O hábito não faz o monge* com *Memorial do convento*, galeria da organização social e política setcentista, onde a hipocrisia dos representantes da Igreja é posta a nu.

<sup>17</sup> Especialmente, *Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe*, *Atrás de tempos, tempos vêm*, *O que tem de ser tem muita força*, *O sol, quando nasce, é para todos*, *Há males que vêm por bem*, *Cada coisa a seu tempo*, *Ninguém foge ao seu destino*, *O que tem de ser tem muita força*, *Uma desgraça nunca vem só*.

plos de algumas efectuadas sobre os provérbios mais frequentes, classificadas de acordo com a proposta de Corpas (Corpas, 96:233-256)<sup>18</sup>.

- (1) No dia seguinte, uns mais cedo, outros mais tarde, porque o sol não nasce ao mesmo tempo para todos os cegos, (*EC*, p. 195)<sup>19</sup>

Neste início de parágrafo, o autor realça o significado unitário das componentes de *O sol, quando nasce, é pra todos*, reliteralizando as metáforas que o conformam (Corpas, 96:236)<sup>20</sup>.

- (2) Nunca se sabe, nunca se sabe, os melhores panos não servem apenas para neles caírem as nódoas, Se já como revisor estou condenado às penas do inferno, imagina que destino seria o meu como autor, (*HCL*, p. 301)

De modo oposto, a alusão, pela livre combinação de palavras que formam o enunciado *No melhor pano cai a [maior] nódoa*, destaca o significado compositivo (Corpas, 96:239), neste caso, operando também uma inversão da sua interpretação padrão<sup>21</sup>.

- (3) Mas esta cidade, mais do que todas, é uma boca que mastiga de sobejo para um lado e de escasso para o outro, [...]. Porém, a quaresma, como o sol, quando nasce é para todos. (*MC*, p. 27)

Procede-se à ampliação de *O sol, quando nasce, é pra todos*, adicionando elementos externos (Corpas, 96:240)<sup>22</sup>, aqui, *a quaresma*, que quase inverte a interpretação padrão.

- (4) Porém, não há bem que sempre dure. Acabaram as férias de Lídia, tudo voltou ao que dantes era, (*AMRR*, p. 357)

<sup>18</sup> Este proposta tem a vantagem de distinguir entre manipulações externas, que não afectam a estrutura formal, mas alteram o conteúdo semântico (aqui, coincidentes com (1) e (2)) e internas, procedimentos, que atingem a estrutura formal, tanto no inventário dos componentes, como nas suas relações sintácticas (do exemplo (3) ao (7)) (Corpas, 96:251). Todavia, o corpus em análise recomenda a especificação de algumas categorias, tal como veremos adiante.

<sup>19</sup> Destacamos a ocorrência proverbial em negrita e, para identificação da narrativa, utilizamos o código de abreviaturas do Quadro 2 (ver nota n.º 32).

<sup>20</sup> A distinção entre significado unitário e compositivo ou idiomático prende-se com o reconhecimento de que, geralmente, o significado global duma unidade fraseológica não é dedutível do significado isolado de cada um dos elementos constitutivos (Corpas, 96:26-7). Naturalmente, só as unidades que apresentem várias leituras potenciais – de carácter compositivo e unitário – permitem este processo de modificação (Corpas, 96:236).

<sup>21</sup> Pela inserção de *não...apenas*, transformação por negação que pensamos dever ser contemplada numa classificação desta índole.

<sup>22</sup> Poderíamos distinguir entre adições lexicais, como a do exemplo que seleccionámos, e expansões conversacionais ou repetições, processos referidos por Norrick (Norrick, 85:45).

Pelo contrário, opera-se a redução de *Não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe* (Corpas, 96:241)<sup>23</sup>.

- (5) uma palavra nunca vem só, mesmo a palavra solidão precisa de quem a sofra, e ainda bem. (LC, p. 331)

Neste caso, dá-se a substituição de um dos componentes de *Uma desgraça nunca vem só* por outra unidade léxica, aqui, *desgraça* por *palavra* (Corpas, 96:243)<sup>24</sup>.

- (6) Meteu a mão ao buraco e tirou-a para fora, era apenas a tijela comum de que se lembrava, [...], bem certo é o que se tem dito que cada pessoa tem a sua hora e cada coisa o seu tempo. (ESJC, p. 197)

Verifica-se alteração gramatical, respeitante às relações sintácticas dos membros integrantes, numa adaptação ao contexto de *Cada coisa a seu tempo* (Corpas, 96:246)<sup>25</sup>.

- (7) dizia-se, agora os olhos que não vêem gozam de um estômago insensível, por isso se comem tantas porcarias por aí. (EC, p. 250)

Patenteia a combinação de vários procedimentos (Corpas, 96:248), substituição léxica (de *coração* por *estômago*) e modificação gramatical (transformação da construção bi-oracional em mono-oracional), através da inserção do verbo *gozar*, que cria, a partir do provérbio *Olhos não vêem, coração não sente*, um novo enunciado fraseológico<sup>26</sup>.

3. A revisão efectuada atesta que a narrativa de José Saramago contém um destacado número de ocorrências proverbiais correspondente ao emprego de uma variedade consideravelmente extensa de provérbios.

Se muitas das frequências mais elevadas não deixam de se relacionar com os grandes temas de reflexão da sua obra – em síntese, a experiência do sujeito (também do sujeito da escrita) no tempo e o confronto entre o fatalismo e a esperança na realização humana (Seixo, 87:39)-, vimos que o emprego de

<sup>23</sup> Lopes refere-o como citação truncada (Lopes, 92:415) e Norrick propõe designar como «kernel» esta unidade mínima reconhecível (Norrick, 85:45).

<sup>24</sup> Lopes nota que este processo quebra uma expectativa, fomenta a curiosidade do leitor, numa estratégia de eficácia perlocutória, baseada no jogo e na desconstrução lúdica (Lopes, 92:414).

<sup>25</sup> Este tipo inclui alterações morfológicas (Corpas, 96:246).

<sup>26</sup> Neste grupo de provérbios, não dispomos de qualquer exemplo de fusão de várias unidades (Corpas, 96:250), nem do último tipo considerado na taxonomia, a ilustração (Corpas, 96:251).

muitos provérbios exibiam processos como o humor, polémica e ironia, que parodiavam, questionavam e duplicavam o sentido destas parémiias.

Além disto, verificamos deliberadas manipulações destes enunciados (literalização, alusão, adição, redução, substituição, gramatical e combinação<sup>27</sup>), algumas reveladoras dum mero processo de plasticidade morfosintáctica, mas outras que afectam, além da forma registada na tradição paremiográfica, a sua interpretação padrão<sup>28</sup>.

A recorrência destas estratégias de índole estético-literária, tendentes a criar novos provérbios ou a transfigurar a sua performance, num uso inovador, lúdico e até subversivo, ao serem dominantes relativamente ao processo de citação-reprodução, o menos usual neste corpus, levam-nos a concluir que o emprego de provérbios por este autor, mais do que traduzir aproximação e fascínio, revela distanciamento e crítica<sup>29</sup>.

Tal atitude remete-nos à postura inovadora e até iconoclasta de José Saramago, em domínios sociais e religiosos ou de técnica narrativa e estilística, que é, em última análise, expressão do «ilimitado entusiasmo» e do «cepticismo radical» (Seixo, 87:16) com que retrata a condição humana<sup>30</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J-C., 2000, "Parole proverbiale et structures métriques" in *Langages*, 139 (La parole proverbiale), pp. 6-26.
- BALLY, C., 1909=1951, *Traité de stylistique française*, Paris, Librairie Klincksieck, Vol. I.
- BRAGA, T., 1885, *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Livraria Ferreira, Livro III, Cap. I, pp. 335-397.
- BRAZÃO, J., 1998, *Os provérbios estão vivos no Algarve*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CASARES, J., 1950, "Introducción a la lexicografía moderna" in *Revista de Filología Española*, LII.
- COLOMBI, C., 1989, *Los refranes en el Quijote: texto y contexto*, Maryland, Scripta Humanística.
- CONCA, M., 1987, *Paremiologia*, València, Universitat de València.
- CORPAS PASTOR, G., 1996, *Manual de fraseologia española*, Madrid, Gredos.

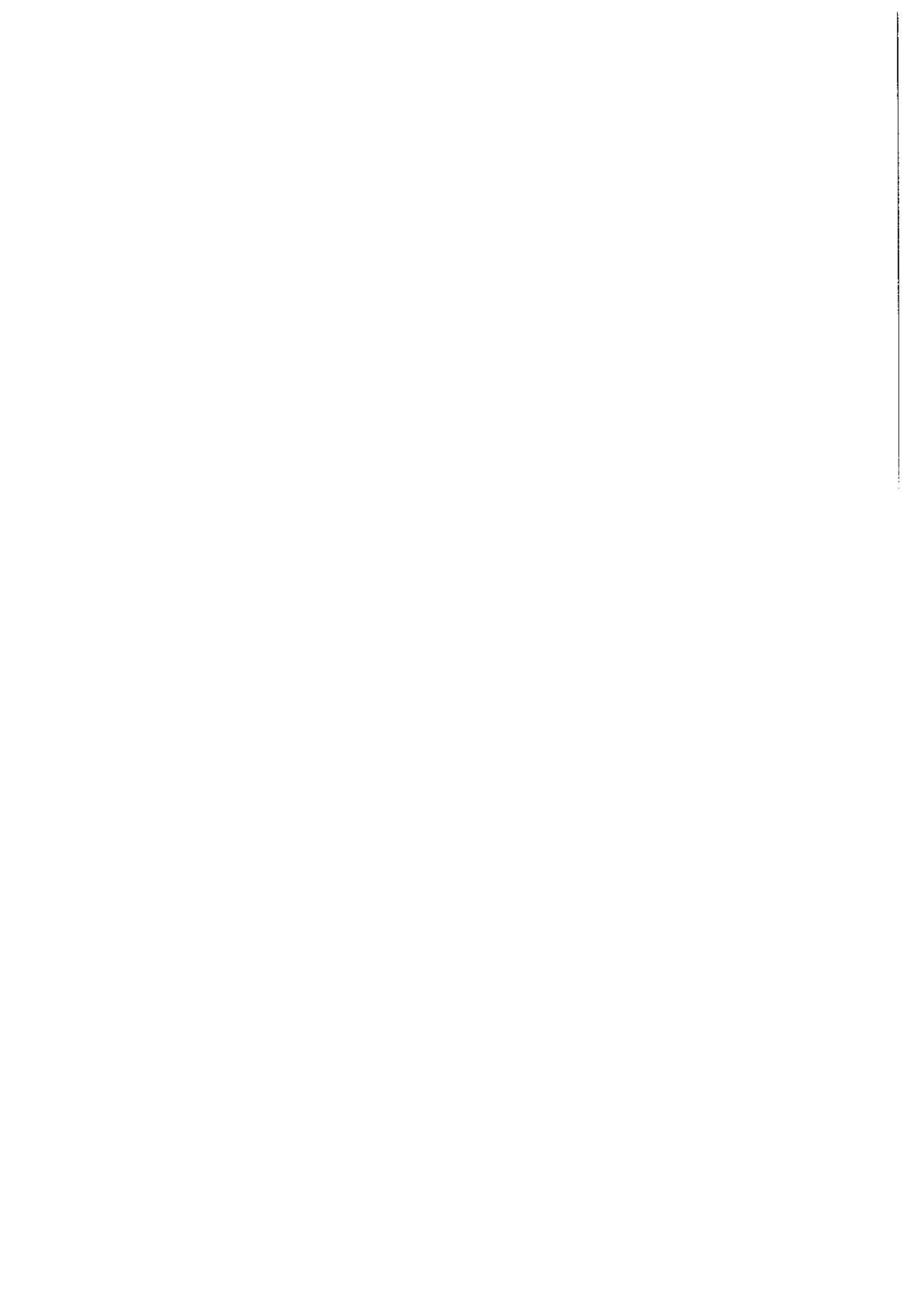
<sup>27</sup> Apresentada esta tipologia, a autora comenta que as manipulações provocam uma dupla leitura, tanto da unidade modificada, como da original, numa retórica de humor e persuasão (Corpas, 96: 256-8).

<sup>28</sup> Comparando conversações, textos de imprensa e literatura, Norrick sublinha que, pelo menos, desde o Renascimento, os provérbios servem de moldes sintácticos e semânticos à criação de novas parémiias (Norrick, 85:18-22), o que é um factor essencial da sua revitalização (Norrick, 85:169).

<sup>29</sup> Ao analisar textos jornalísticos, Lopes refere a intenção meramente lúdica e a intenção "militante" de subversão, e, em nota, afirma que, ao distorcer as condições genéricas da enunciação proverbial, se procede à paródia do próprio género proverbial (Lopes, 92:427-8).

<sup>30</sup> Outro aspecto a ter em conta para matizar as conclusões extrapoláveis dos dados apresentados é a voz que cita os provérbios, nível que consideraremos num futuro trabalho.

- COSERIU, E., 1966=1991, "Introducción al estudio estructural del léxico" in *Principios de semántica estructural*, Madrid, Gredos, pp. 87-142
- DOMÍNGUEZ, F., 1994, *Análisis del discurso y paremias en H. de Balzac*, Murcia, Universidad de Murcia.
- DUNDES, A., 1975, "On the structure of the proverb" in *Proverbium*, 25, pp. 961- 973.
- DUNDES, A., 1964, "Texture, text and context" in *Southern Folklore Quarterly*, 28, pp. 251-265.
- FUNK, G., 1993, *A função do provérbio em Português e em Alemão: análise contrastiva de um corpus de provérbios contextualizados*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, tese de doutoramento.
- GREIMAS, A., 1960, "Idiotismes, proverbes, dictons" in *Cahiers de Lexicologie*, Vol. 2, pp. 41-66.
- KLEIBER, G., 2000, "Sur le sens des proverbs" in *Langages*, 139 (La parole proverbiale), pp. 39-58.
- LOPES, A., 1992, *Texto proverbial português: elementos para uma análise semântica e pragmática*, Coimbra, Universidade de Coimbra, tese de doutoramento.
- MIEDER, W., 1993, *Proverbs are never out of season: popular wisdom in the modern age*, New York, Oxford University Press.
- MILNER, G., 1969, "Quadripartite structures" in *Proverbium*, 14, pp. 379-383.
- MOREIRA, A., 1996, *Provérbios portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias.
- SERENO, H., "O sol, quando nasce, é para todos" in *Volume comemorativo dos 25 anos do CLUP*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, no prelo.
- SEVILLA MUÑOZ, J., 1993, "La paremias españolas: clasificación, definición y correspondencia francesa" in *Paremia*, 2, pp. 15-20.
- NORRICK, N., 1985, *How proverbs mean*, Berlin, Mouton Publishers.
- PERMYAKOV, G., 1970=1979, *From proverb to folk-tale Notes on the general theory of cliché*, Moscow, Central Department of Oriental Literature. Cap. I, pp. 9-31.
- PERMYAKOV, G., 1979=88, "La grammaire de la sagesse proverbiale" in *Tel grain, tel pain: poésie de la sagesse populaire*, Moscou, Éditions du Progrès, pp. 11-81.
- PRAHLAD, A., 1996, *African-American proverbs in context*, Mississippi, University Press of Mississippi.
- RUIZ GURILLO, L., 1998, *La fraseología del español coloquial*, Barcelona, Editorial Ariel.
- REIS, C., 1998, *Diálogos com José Saramago*, Lisboa, Caminho.
- SEIXO, A., 1987, *O essencial sobre José Saramago*, s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVA, J., 1989, "Os adágios e a sua recolha" in *Revista Lusitana (Nova série)*, 10, pp. 157-187.
- TAYLOR, A., 1931=1985, *The proverb*, Bern, Peter Lang.
- VASCONCELLOS, C., 1905=1986, "Mil provérbios portugueses" in *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7, Lisboa, pp. 29-71.
- VASCONCELLOS, J., 1891, *Ensaios etnographicos*, Espozende, pp. 114-190 e 245-256
- ZULUAGA, A., 1980, *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Frankfurt, Peter Lang.



## ANEXOS

## 1. Distribuição de provérbios por narrativa

| NARRATIVAS <sup>31</sup>                       | N.º de ocorrências | N.º de pp. | Correlação |
|--|--------------------|------------|------------|
| <i>Terra do pecado</i> , 1947                  | 1                  | 290        | 0,003      |
| <i>Manual de pintura e caligrafia</i> , 1977   | 7                  | 311        | 0,02       |
| <i>Objecto quase</i> , 1978                    | 3                  | 138        | 0,02       |
| <i>Levantado do chão</i> , 1980                | 59                 | 366        | 0,16       |
| <i>Memorial do convento</i> , 1982             | 44                 | 359        | 0,12       |
| <i>O ano da morte de Ricardo Reis</i> , 1984   | 60                 | 415        | 0,14       |
| <i>A jangada de pedra</i> , 1986               | 53                 | 330        | 0,16       |
| <i>História do cerco de Lisboa</i> , 1989      | 44                 | 348        | 0,12       |
| <i>O evangelho segundo Jesus Cristo</i> , 1991 | 33                 | 445        | 0,10       |
| <i>Ensaio sobre a cegueira</i> , 1995          | 55                 | 310        | 0,17       |
| <i>Todos os nomes</i> , 1997                   | 23                 | 279        | 0,08       |
| <i>O conto da ilha desconhecida</i> , 1997     | 1                  | 35         | 0,02       |
| <b>TOTAL</b>                                   |                    | 383        |            |

<sup>31</sup> Para cada um, utilizamos as edições seguidamente indicadas: *Terra do Pecado*, 2ª ed. (1997), *Manual de pintura e caligrafia*, 4ª ed. (1993), *Objecto quase*, 3ª ed. (1986), *Levantado do chão*, 10ª ed. (1994), *Memorial do convento*, 24ª ed. (1995), *O ano da morte de Ricardo Reis*, 9ª ed. (1986), *A jangada de pedra*, 2ª ed. (1986), *História do cerco de Lisboa*, 1ª ed. (1989), *O evangelho segundo Jesus Cristo*, 2ª ed. (1991), *Ensaio sobre a cegueira*, 2ª ed. (1995), *Todos os nomes*, 1ª ed. (1997), *O conto da ilha desconhecida*, 1ª ed. (1997).

## 2. Listagem de provérbios com frequência superior a 3, com localização na narrativa.

| NARRATIVAS <sup>32</sup> /<br>PROVÉRBIOS                | TP | MPC | OQ | LC  | MC | AMRR | JP  | HCL   | ESJC | EC | TN  | CID | Nº |
|---|----|-----|----|-----|----|------|-----|-------|------|----|-----|-----|----|
| Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe. |    |     |    | *** | *  | *    | *   |       | **   | ** |     |     | 7  |
| O que tem de ser tem muita força.                       |    |     |    |     | *  | ***  | *** |       |      |    | *** |     | 7  |
| Atrás de tempos, tempos vêm.                            |    |     |    |     | ** | *    | *   | ***   |      |    |     |     | 6  |
| O sol, quando nasce, é pra todos.                       |    |     |    | **  | *  | *    | *   |       | **   | ** | *   |     | 6  |
| Há males que vêm por bem.                               |    |     |    | *   | *  | **   | **  | *     | *    | *  |     |     | 5  |
| No melhor pano cai a [maior] nódoa.                     |    |     |    |     |    |      |     | ***** |      |    |     |     | 5  |
| Uma desgraça nunca vem só.                              |    |     |    | **  | *  | *    | *   |       |      |    |     |     | 5  |

<sup>32</sup> Por economia de espaço, abreviámos os títulos: TP (*Terra do pecado*), MPC (*Manual de pintura e caligrafia*), OQ (*Objecto quase um objecto*), LC (*Levantado do chão*), MC (*Memorial do convento*), AMRR (*O ano da morte de Ricardo Reis*), JP (*A jangada de pedra*), HCL (*História do cerco de Lisboa*), ESJC (*O evangelho segundo Jesus Cristo*), EC (*Ensaio sobre a cegueira*), TN (*Todos os nomes*) e CID (*O conto da ilha descolhada*).

| NARRATIVAS <sup>32</sup> /<br>PROVÉRBIOS                 | TP | MPC | OQ | LC | MC  | AMRR | JP | HCL | ESJC | EC   | TN | CID | Nº |
|--|----|-----|----|----|-----|------|----|-----|------|------|----|-----|----|
| Cada coisa a seu tempo.                                  |    |     |    | ** | *   | *    |    | *   |      |      |    |     | 4  |
| Candeia que vai à frente, alumeia duas vezes             |    |     | *  |    | *   | *    |    | *   | *    |      |    |     | 4  |
| Deus castiga sem pau nem pedra.                          |    |     |    | *  | *   | *    |    | *   | *    |      |    |     | 4  |
| Em terra de cegos, quem tem olho é rei                   |    |     |    |    |     |      |    |     |      | **** |    |     | 4  |
| Ninguém foge ao seu destino.                             |    |     |    |    | *** | *    |    |     |      |      |    |     | 4  |
| O hábito não faz o monge.                                |    |     |    | ** | *   | *    |    |     | *    |      |    |     | 4  |
| Olhos não vêem, coração não sente.                       |    |     | *  |    |     |      |    |     | **   | *    |    |     | 4  |
| Tantas vezes vai a cantarinha à fonte que lá fica a asa. | ** |     |    |    |     |      |    | *   | *    |      |    |     | 4  |

#### 4. Contextos de ocorrências<sup>33</sup>

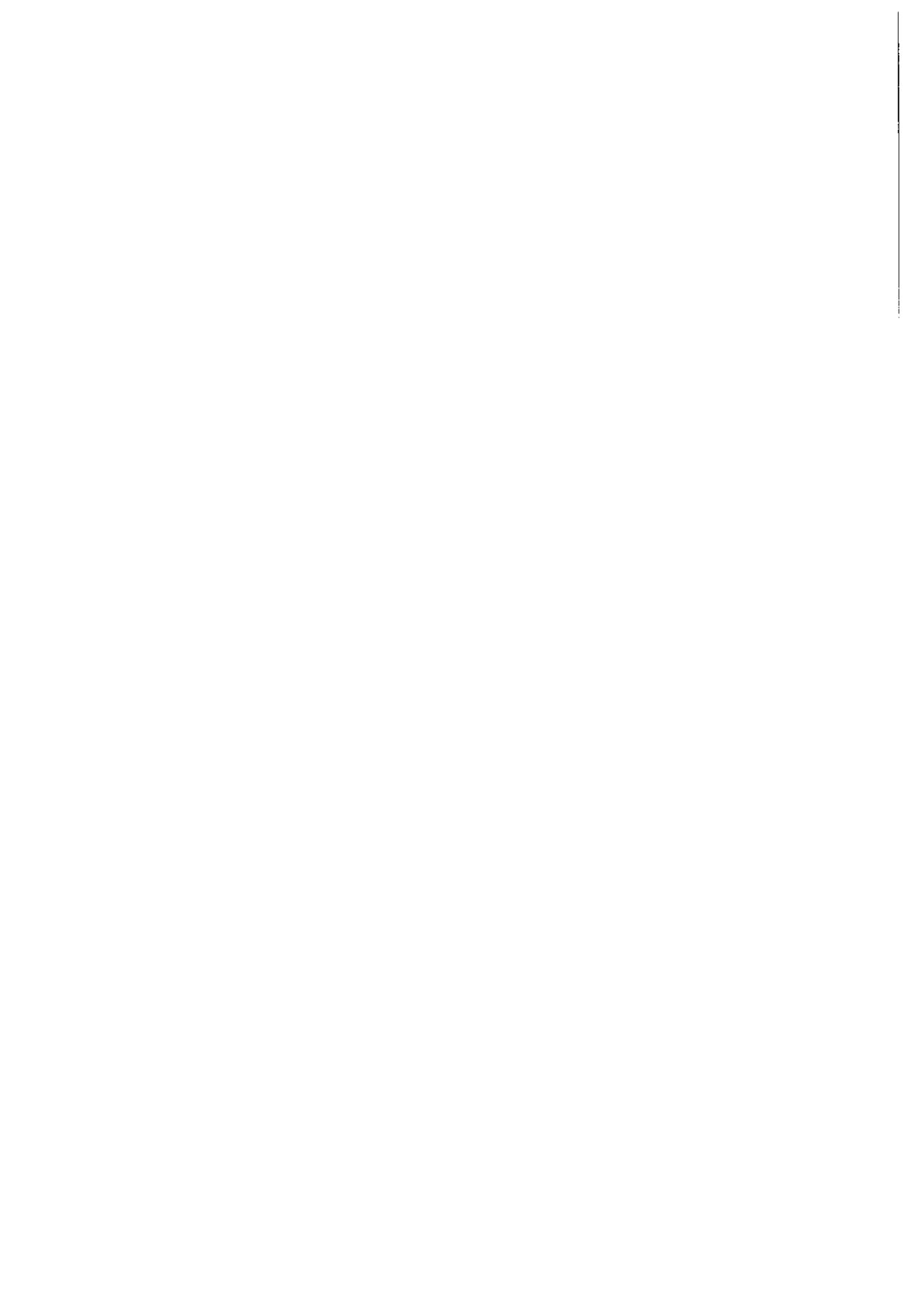
1) **Atrás de tempo, tempo vem**, é sentença conhecida e de muita aplicação, porém não tão óbvia quanto pode parecer a quem se satisfaça com o significado próximo das palavras soltas, uma por uma, quer juntas e articuladas, pois tudo vai é da maneira de dizer, e esta varia com o sentimento de quem as expresse, não é o mesmo pronunciá-las alguém que, correndo-lhe mal a vida, espere dias melhores, ou atirá-las como ameaça, como prometida vingança que o futuro haverá de cumprir. O caso mais extremo seria o de uma pessoa que, sem fortes e objectivas razões de queixa quanto à sua saúde e bem-estar, suspirasse melancolicamente, **Atrás de tempo, tempo vem**, só por ser de natureza pessimista e atreita a prever o pior. Não seria de todo crível que Jesus, na sua idade, andasse com estas palavras na boca, qualquer que fosse o sentido em que as usasse, mas nós, sim, que, como Deus, tudo sabemos do tempo que foi, é e há-de ser, nós podemos pronunciá-las, murmurá-las ou suspirá-las enquanto o vamos vendo entregue à sua faina de pastor, por essas montanhas de Judá, ou descendo, no tempo próprio, ao vale do Jordão. E não tanto por de Jesus se tratar, mas porque todo o ser humano tem por diante, em cada momento da sua vida, coisas boas e coisas más, atrás de umas, outras, **atrás de tempo, tempo**. Sendo Jesus o evidente herói deste evangelho, que nunca teve o propósito desconsiderado de contrariar o que escreveram outros e portanto não ousará dizer que não aconteceu o que aconteceu, pondo no lugar de um Sim um Não, sendo Jesus esse herói e conhecidas as suas façanhas, ser-nos-ia muito fácil chegar ao pé dele e anunciar-lhe o futuro, o bom e maravilhoso que será a sua vida, milagres que darão de comer, outros que reconstituirão a saúde, um que vencerá a morte, mas não seria sensato fazê-lo, porque o moço, ainda que dotado para a religião e entendido em patriarcas e profetas, goza do robusto cepticismo próprio da sua idade e mandar-nos-ia passear. (Saramago, J., *Evangelho segundo Jesus Cristo*, pp. 239-40)

2) Um comentador de televisão teve o rasgo de encontrar a metáfora justa quando comparou a epidemia, ou fosse lá o que fosse, a uma flecha lançada para o alto, a qual ao atingir o acúmen da ascensão, se detém um momento, como suspensa, e logo começa a descrever a obrigatória curva ascendente, que, querendo-o Deus, com esta invocação regressava o comentador à trivialidade das trocas humanas e à epidemia propriamente dita, a gravidade tratará de acelerar, até que desapareça o terrível pesadelo que nos atormenta, meia dúzia de palavras estas que constantemente apareciam nos distintos meios de comunicação social, os quais sempre acabavam por formular o piedoso voto de que os infelizes cegos viessem a recuperar em breve a visão perdida, prometendo-lhes, entretanto, a solidariedade de todo o corpo social organizado, tanto o oficial quanto o privado. Num passado remoto, razões e metáforas semelhantes haviam sido traduzidas pelo impertérrito optimismo da gente do comum em ditérios como este, **Não há bem que sempre dure, nem mal que ature**, ou, em versão literária, **Assim como não há bem que sempre dure, também não há mal que sempre dure**, máximas supremas de quem teve tempo para aprender com os baldões da vida e da fortuna e que, transportadas para a terra dos cegos, deverão ser lidas como segue, Ontem vimos, hoje não vemos, amanhã veremos,

<sup>33</sup> Destacamos em negrita as ocorrências dos provérbios em análise.

com uma ligeira entoação interrogativa no terço final da frase, como se a prudência, no último instante, tivesse decidido, pelo sim, pelo não, acrescentar a reticência de uma dúvida à esperançadora conclusão. (Saramago, J., *Ensaio sobre a cegueira*, p. 123)

- 3) Aos poucos, sob a luz amarelada e suja das lâmpadas débeis, a camarata foi entrando num sono profundo, reconfortados os corpos pelas três refeições do dia, como antes raramente havia sucedido. A continuarem assim as coisas, acabaremos, uma vez mais, por ter de chegar à conclusão de que **mesmo nos males piores, é possível achar-se uma porção de bem** suficiente para que os levemos, aos ditos males, com paciência, o que, transportado para a presente situação, significa que, contrariamente às primeiras e inquietantes previsões, a concentração dos alimentos em um única entidade rateadora e distribuidora tinha, afinal, os seus aspectos positivos, por muito que se queixassem alguns idealistas que teriam preferido continuar a lutar pelos seus próprios meios, mesmo tendo de passar por causa dessa teimosia alguma fome. (Saramago, J., *Ensaio sobre a cegueira*, p. 151)



# ESTATUTOS DE [i] NA AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU

*Maria João Freitas*

Departamento de Linguística Geral e Românica  
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

## 1. Introdução

Nas duas últimas décadas, o trabalho sobre aquisição da fonologia em língua materna desenvolvido no âmbito do programa de investigação em Gramática Generativa privilegiou dois tópicos gerais: (i) a estruturação interna dos segmentos; (ii) o papel das unidades prosódicas no processo de desenvolvimento do conhecimento fonológico. No primeiro caso, tem sido objectivo central da investigação na área o da identificação da hierarquia de aquisição dos traços distintivos (entre outros, Levelt 1994; Rice & Avery 1995); no segundo caso, o trabalho desenvolvido tem permitido, por um lado, identificar estádios de desenvolvimento fonológico com base nas unidades prosódicas e seus constituintes internos e, por outro lado, estabelecer relações entre os níveis segmental e prosódico no desenvolvimento fonológico (Fikkert 1994, Fee 1995, Demuth 1996a e b, Lleó & Prinz 1996, Freitas 1997 e 2001, Bernhardt & Stemberger 1998, Rose 2000).

Para além da prossecução da investigação nos dois tópicos supramencionados, os investigadores da área da aquisição da fonologia começam agora a centrar a sua atenção na observação do modo como as crianças adquirem os processos fonológicos da sua língua materna. Embora, nos anos 70, tenha sido iniciado o trabalho de investigação sobre os processos fonológicos envolvidos nas produções das crianças (cf. Smith 1973), a perspectiva é, agora, outra: não se pretende listar os múltiplos processos presentes nos enunciados das crianças mas sim determinar estratégias e hierarquias na aquisição dos processos fonológicos que caracterizam o sistema-alvo da criança (Fikkert 2001).

No Português Europeu (PE), a vogal [i] é uma unidade que permite trabalhar os vários conteúdos acima enunciados:

- (i) enquanto unidade do sistema vocálico do PE, remete para o processo de desenvolvimento segmental nas crianças;
- (ii) como produto do processo fonológico de elevação e centralização de vogais átonas em PE, remete para o tratamento dos processos fonológicos na aquisição de L1;
- (iii) dado funcionar como vogal de suporte para posições prosódicas (cf. secções 2. e 3.), a observação do seu funcionamento contribui para o estudo das unidades prosódicas no desenvolvimento fonológico e da relação entre estas e o nível segmental.

Assim, nesta comunicação, observaremos produções de crianças portuguesas, no sentido de identificar os usos de [i] por parte das crianças e de descrever o seu comportamento face aos múltiplos estatutos desta vogal no sistema-alvo.

## 2. O problema

Numa perspectiva segmental, a vogal [i] não faz parte do inventário segmental fonológico do PE e surge neste sistema como o resultado da activação do processo lexical de neutralização de /e, E/ em posição átona (consulte-se Mateus 1975, d'Andrade 1977 e Mateus & d'Andrade 2000). A vogal [i] sofre ainda os efeitos da produtividade do processo pós-lexical de apagamento de vogais átonas em PE (Mateus & d'Andrade 2000; Amaral 1998; Delgado-Martins 1994); por outro lado, e numa perspectiva prosódica, [i] funciona como vogal de suporte, quer em grupos consonânticos problemáticos (*p[i]new; ad[i]mirado*), quer como forma de preencher posições métricas segmentalmente vazias (*brincar[i]; calor[i]; anel[i]*) (Mateus 1975, Mateus & d'Andrade 2000). Nos vários contextos, esta vogal é sistematicamente interpretada como vogal fonética, ausente nas representações lexicais.

Dada a multifuncionalidade de [i] no PE, o problema que se coloca nesta comunicação é o de saber como as crianças portuguesas lidam com as naturezas segmental e prosódica de [i]. Pretende-se saber:

- (i) que mecanismos e que faseamento adoptam no tratamento desta unidade;
- (ii) que estatutos lhes atribuem durante o processo de aquisição do PE.

Na aquisição de uma língua natural, a criança extrai progressivamente do *input* a informação que lhe permite avançar na construção da gramática do sistema-alvo. Assim, (i) sendo o [i] uma unidade fonética no PE, perceptivamente pouco proeminente por nunca ocorrer em posição tónica, e (ii) sendo a tarefa da criança a de construir rapidamente a gramática-alvo, colocamos as seguintes hipóteses de trabalho sobre o modo como as crianças portuguesas lidam com o comportamento multifuncional de [i]:

*Hipótese 1:* Dada a multifuncionalidade de [i], este emerge tarde nas produções das crianças portuguesas.

*Hipótese 2:* O tratamento do processo lexical de neutralização de /e, ε/ em posição átona é tardio e privilegia como *output* inicial outras vogais já disponíveis no sistema e que não envolvam a activação de processos fonológicos.

*Hipótese 3:* A emergência do processo lexical de neutralização de /e, ε/ precede a do processo pós-lexical de apagamento de [i].

### 3. O sistema-alvo

Nesta secção, faremos referência ao tipo de informação que as crianças portuguesas precisam de extrair do sistema-alvo sobre o funcionamento de [i].

A vogal [i] surge no sistema do PE como produto do processo fonológico de elevação e centralização de /e, ε/ em posição átona:

(1) *Neutralização de /e, ε/ em posição átona*

|    | I                   | II                     |
|----|---------------------|------------------------|
| a) | r[‘ε]ga<br>v[‘ε]rbo | r[i]gar<br>v[i]rbal    |
| b) | s[‘e]da<br>m[‘e]do  | s[i]doso<br>m[i]dricas |

A vogal [i] sofre os efeitos do processo de apagamento vocálico em PE, dando origem a sequências consonânticas extensas (veja-se o exemplo *despregar* [dʃpr’gar], a partir de [dʃpri’gar], retirado de Mateus & d’Andrade 2000):

(2) *Apagamento de [i]*

|    |                  |              |    |            |
|----|------------------|--------------|----|------------|
| a) | <i>vestido</i>   | [viʃ’tidu]   | -> | [vʃ’tidu]  |
|    | <i>destemido</i> | [diʃti’midu] | -> | [dʃt’midu] |
| b) | <i>vestes</i>    | [‘vεʃtiʃ]    | -> | [‘vεʃtʃ]   |
|    | <i>ciudades</i>  | [si’dadiʃ]   | -> | [si’dadʃ]  |

Embora frequentemente eliminado em posição átona, o [i] pode ser produzido em contextos segmentalmente vazios no domínio fonológico, como efeito de um processo de preenchimento de posições prosódicas. No caso de (3a), a presença de [i] tem sido interpretada como preenchedora de uma posição métrica vazia; no caso de (3b), a projecção de um Núcleo silábico vazio cria as condições para o aparecimento da vogal [i] (cf. Mateus & d’Andrade 2000):

(3) *Suporte para posições prosódicas*

|    |               |          |    |           |
|----|---------------|----------|----|-----------|
| a) | <i>dançar</i> | [dẽ'sar] | -> | [dẽ'sari] |
|    | <i>anel</i>   | [ẽ'neɫ]  | -> | [ẽ'neli]  |
| b) | <i>afta</i>   | ['aftɐ]  | -> | ['afitɐ]  |
|    | <i>pneu</i>   | ['pneu]  | -> | [pi'new]  |

Em (4), apresenta-se a caracterização das vogais em PE:

(4) *Caracterização das vogais em PE (Mateus & d'Andrade 2000: 32)*

|               | i | e | ɛ | a | ɐ | ɔ | o | u | ĩ |
|---------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Altura        | • | • | • | • | • | • | • | • | • |
| [alto]        | + | - |   |   |   |   | - | + | + |
| [baixo]       |   | - | + | + | - | + | - |   |   |
| Dorsal        |   |   | • | • |   |   |   |   | • |
| [recuado]     |   |   | + | + |   |   |   |   | + |
| Labial        |   |   |   |   |   | • | • | • |   |
| [arredondado] |   |   |   |   |   | + | + | + |   |

## 4. Questões metodológicas

Foram observadas produções de 7 crianças portuguesas com idades compreendidas entre os 0;10 e os 3;7. A recolha de dados foi longitudinal-transversal, de base naturalista. Cada criança foi observada durante um ano (o João, durante dois anos), em casa, em sessões mensais com durações compreendidas entre os 30 e os 60 minutos (para mais informações sobre a metodologia adoptada, cf. Freitas 1997).

Para dar prossecução aos objectivos iniciais deste trabalho (avaliação dos estatutos segmental e prosódico de [i] na aquisição do PE) foram consideradas:

- (i) todas as produções de alvos lexicais com um ou mais [i]s no sistema do adulto;
- (ii) todas as produções com [i]s preenchedores de posições prosódicas.

## 5. Descrição e Análise dos Dados

## 5.1. [i] como preenchedor de posições prosódicas

A vogal [i] está presente nas primeiras produções das crianças (Freitas 1996; Freitas & Miguel 1998) e é usada, a par de [ɐ], como estratégia de preenchimento de posições prosódicas na periferia esquerda da palavra:

(5) *Vogal na periferia esquerda da palavra*

|    |             |         |    |          |                  |
|----|-------------|---------|----|----------|------------------|
| a) | <i>mãe</i>  | /ˈmẽj/  | -> | [iˈmɐ]   | (João: 0;11/1;5) |
|    | <i>dá</i>   | /ˈda/   | -> | [iˈda]   | (Inês: 1;4)      |
|    | <i>quer</i> | /ˈkɛr/  | -> | [iˈkɛ]   | (Inês: 1;5)      |
|    | <i>mão</i>  | /ˈmẽw̃/ | -> | [iˈmẽw̃] | (Marta: 1;3)     |
| b) | <i>pato</i> | /ˈpatu/ | -> | [ɐˈtɐ]   | (João: 0;11)     |
|    | <i>pão</i>  | /ˈpɛw̃/ | -> | [ɐˈpɐ]   | (Inês: 1;5)      |

Numa fase posterior, em palavras-alvo com líquida em final de palavra (/l, r/), as crianças passam por um estágio de inserção sistemática de [i] na periferia direita da palavra, facto que pode ser interpretado como possível estratégia para o preenchimento de um pé trocaico (comportamento semelhante é registado em Rose 2000, para o Francês canadiano):

(6) *Vogal na periferia direita da palavra*

|  |                |            |    |           |              |
|--|----------------|------------|----|-----------|--------------|
|  | <i>tambor</i>  | /tãˈbor/   | -> | [tɐˈpori] | (Luís: 1;11) |
|  | <i>azul</i>    | /ɐˈzuɫ/    | -> | [ɐˈzuli]  | (Luís: 1;11) |
|  | <i>caracol</i> | /kɛrɐˈkɔɫ/ | -> | [kɔˈkɔli] | (Marta: 2;0) |
|  | <i>ver</i>     | /ˈver/     | -> | [ˈferi]   | (Marta: 2;0) |

O [i] é ainda usado em estádios intermédios de fixação de estruturas silábicas problemáticas, tendo sido registado antes da estabilização do grupo consonântico s+C (Fikkert & Freitas 1999 e Freitas 2000) e antes da estabilização dos Ataques ramificados (Freitas 2002):

(7) *Produção de [i] na aquisição de estruturas silábicas problemáticas*

|    |                               |           |    |            |              |
|----|-------------------------------|-----------|----|------------|--------------|
| a) | <u>Grupo consonântico s+C</u> |           |    |            |              |
|    | <i>estrela</i>                | /ʃˈtreɫ/  | -> | [iʃˈtelɐ]  | (Marta: 1;8) |
|    | <i>está</i>                   | /ʃˈta/    | -> | [iˈta]     | (Luís: 1;9)  |
|    | <i>estou</i>                  | /ʃˈto/    | -> | [iːʃˈto]   | (Laura: 3;0) |
| b) | <u>Ataque ramificado</u>      |           |    |            |              |
|    | <i>fralda</i>                 | /ˈfraɫdɐ/ | -> | [fɪˈrawdɐ] | (Luís: 2;6)  |
|    | <i>branca</i>                 | /ˈbrɛkɐ/  | -> | [bɪˈrɛkɐ]  | (Laura: 2;7) |
|    | <i>flor</i>                   | /ˈflɔr/   | -> | [fɪˈloɫ]   | (Pedro: 3;2) |

## 5.2. [i] como output do processo de neutralização de /e, ɛ/

Embora o aparecimento de [i] como produto do processo de elevação e centralização de /e, ɛ/ em posição átona não seja tardio, é um facto que esta vogal não surge nas primeiras produções das crianças. Tal deve-se ao apagamento

sistemático das sílabas átonas, com recuperação preferencial das vogais em posição tónica (cf. exemplos em (5) e em (9b) e valores do João e da Inês na coluna  $\sigma \rightarrow \emptyset$  do Quadro 1, abaixo). Gradualmente, as crianças começam a exibir [i] como resultado da neutralização de /e, ε/ (cf. (8a)), começando a adquirir, pouco depois, a estratégia de apagamento de [i] própria dos enunciados de fala espontânea dos adultos (cf. (8b)):

(8) *Produções de alvos com [i] conforme o sistema dos adultos*

- a) [i]
- |                 |             |    |            |              |
|-----------------|-------------|----|------------|--------------|
| <i>cenoura</i>  | /si'nore/   | -> | [si'nore]  | (Laura: 2;3) |
| <i>iogurtes</i> | /io'gurtiʃ/ | -> | [jo'gutiʃ] | (Pedro: 3;2) |
- b) [i] ->  $\emptyset$
- |                 |            |    |          |              |
|-----------------|------------|----|----------|--------------|
| <i>senhores</i> | /si'noriʃ/ | -> | [s'norʃ] | (Laura: 3;2) |
| <i>comes</i>    | /'komiʃ/   | -> | ['kɔmʃ]  | (Pedro: 3;3) |

Nas crianças mais novas, surgem estratégias de tratamento de [i] que vão desaparecendo à medida que a idade avança (cf. (9)), nomeadamente, o apagamento da sílaba que contém [i] ( $\sigma \rightarrow \emptyset$ ) e a substituição de [i] por outras vogais:

(9) *Estratégias de tratamento de [i]*

- a) [i] -> [i]
- |               |           |    |         |              |
|---------------|-----------|----|---------|--------------|
| <i>creme</i>  | /'kreɪmi/ | -> | ['kɛmi] | (Inês: 1;10) |
| <i>árvore</i> | /'arvuri/ | -> | ['a:fi] | (João: 2;3)  |
- b)  $\sigma \rightarrow \emptyset$
- |              |          |    |        |               |
|--------------|----------|----|--------|---------------|
| <i>balde</i> | /'baɫdi/ | -> | [ɐ'ba] | (Inês: 1;6)   |
| <i>chave</i> | /'ʃavi/  | -> | ['ʃa]  | (Marta: 1;10) |
- c) [i] -> outras vogais ([ɐ, u, e, ɔ, ε])
- |                 |             |    |            |              |
|-----------------|-------------|----|------------|--------------|
| <i>apertado</i> | /ɛpir'tadu/ | -> | [pɐ'tadu]  | (Inês: 1;8)  |
| <i>relógio</i>  | /Ri'lɔʒju/  | -> | [Ru'lɔʒju] | (Pedro: 3;1) |

No Quadro 1, são apresentados valores percentuais relativos aos comportamentos das crianças face a alvos com [i] enquanto resultado do processo de elevação e centralização de /e, ε/ em posição átona:

### 5.3. *Discussão dos resultados*

Uma primeira observação remete para o facto de o uso de [i] como preenchedor de posições prosódicas, na periferia esquerda e na periferia direita da

|        | n° σ-alvo | [i]         | [i]->Ø      | [i]         | σ->Ø        | [e] | [u] | [e] | [o] | [ɛ] |
|--------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| João   | 212       | 18.4        | Ø           | <u>29.3</u> | <u>45.3</u> | 2.8 | 1.4 | 2.8 | Ø   | Ø   |
| Inês   | 104       | 11.5        | 6.7         | <u>23.1</u> | <u>47.1</u> | 1.9 | Ø   | 4.8 | 4.8 | Ø   |
| Marta  | 277       | <u>35.4</u> | 13          | 12.6        | 27.8        | 7.2 | 3.6 | 0.3 | Ø   | 0.3 |
| Luís   | 270       | <u>35.6</u> | <u>25.9</u> | 5.2         | 26.3        | 1.8 | 4.1 | 1.1 | Ø   | Ø   |
| Raquel | 131       | <u>33.5</u> | <u>26.6</u> | 12.1        | 19.5        | 6.1 | 2.2 | Ø   | Ø   | Ø   |
| Laura  | 347       | <u>47.2</u> | <u>43.2</u> | 3.1         | 3.4         | 0.2 | 1.4 | 0.8 | Ø   | 0.2 |
| Pedro  | 302       | <u>44.3</u> | <u>27.4</u> | 6.2         | 16.8        | 2.6 | 2.3 | Ø   | Ø   | Ø   |

Quadro 1: valores percentuais para [i] como produto da neutralização de /e, ɛ/.

palavra, preceder o uso da mesma vogal como resultado da elevação e centralização de /e, ɛ/ (contrastem-se as idades dos exemplos em (5), (6) e (7a) com as idades dos exemplos em (8)). As produções das crianças portuguesas mostram que estas discriminam, desde o início, os estatutos prosódico e segmental de [i].

Tendo em conta o comportamento de [i] como produto do processo de neutralização de /e, ɛ/, os valores das colunas [i] e [i]-> Ø do Quadro 1, que correspondem aos comportamentos conforme o sistema-alvo, permitem verificar que:

- ✓ a Laura é a criança que mais se aproxima da gramática dos adultos (90%);
- ✓ a seguir, surgem o Pedro (72%), o Luís (62%) e a Raquel (60%);
- ✓ as crianças do grupo etário mais baixo – o João, a Inês e a Marta – os dois primeiros apresentam valores de produção de [i] conforme o alvo muito baixos (cerca de 18%), sendo que a Marta se destaca com cerca de 35%;
- ✓ nas crianças mais velhas, o uso de [i] conforme o alvo começa a ser gradualmente implementado (*entre 34% e 36% no Luís e na Raquel; entre 44% e 47% nos meninos mais velhos, a Laura e o Pedro*). A estratégia de apagamento de [i] está pouco representada na Marta (13%), o que mostra que ela ainda não tem o comportamento do grupo dos meninos mais velhos; a produtividade desta última estratégia aumenta no Luís, na Raquel e no Pedro (*entre 25% e 27%*), sendo mais expressiva na Laura (43%), a criança que revela um desenvolvimento fonológico mais avançado (cf. Freitas 1997).

Em suma, no início da produção, as crianças usam como estratégias preferenciais o apagamento da sílaba que contém [i] (facto que, como já foi refe-

rido, surge na sequência do apagamento de sílabas átonas em estádios iniciais). O [i] é a vogal que mais substitui [ĩ] como produto da neutralização de /e, ε/ nos estádios iniciais (cf. *valores para o João e para a Inês*), não sendo significativos os valores para as substituições de [ĩ] por outras vogais ([v, u, e, o, ε]) (cf. Quadro 1). Se confrontarmos as caracterizações de [ĩ] e [i]:

(10) *Caracterização de [ĩ] por [i]*

|               | i | ĩ |
|---------------|---|---|
| Altura        | • | • |
| [alto]        | + | + |
| [baixo]       |   |   |
| Dorsal        |   | • |
| [recuado]     |   | + |
| Labial        |   |   |
| [arredondado] |   |   |

verificamos que o Nó Altura parece estabilizar cedo (as crianças usam [i] em vez de [ĩ], respeitando o valor do traço [alto]). A substituição de [i] por [ĩ] revela ainda instabilidade inicial no tratamento da informação no Nó Dorsal. Afirmarções sobre a estabilização da qualidade vocálica em PE precisam, no entanto, de verificação a partir da observação do comportamento das restantes vogais do sistema no processo de aquisição.

Gradualmente, as crianças vão produzindo [ĩ] conforme o alvo e vão usando, paralelamente, a estratégia de apagamento de [i], frequente nas produções dos adultos. Embora os valores do uso de [ĩ] sejam superiores aos do seu apagamento (cf. Quadro 1), os dados das crianças mostram que o processo lexical de neutralização de /e, ε/ e o processo pós-lexical de apagamento de [i] são tratados em paralelo, embora o primeiro seja iniciado antes do segundo.

Retomando as hipóteses iniciais, verificamos que os dados em (5) infirmam o predito na *Hipótese 1* (o [ĩ] emerge tarde na produção das crianças portuguesas). Na verdade, o [ĩ] surge logo nas primeiras produções como vogal inserida na periferia esquerda da palavra por razões de natureza prosódica (o mesmo é relatado por Scarpa 1999, para o Português do Brasil). No entanto, este [ĩ] inicial é preenchedor prosódico e não produto segmental do processo de neutralização de /e, ε/, este último mais tardio, como já foi referido.

A *Hipótese 2* (o tratamento do processo lexical de neutralização de /e, ε/ é tardio e privilegia como output inicial outras vogais já disponíveis no sistema, que não envolvam a activação de processos fonológicos) é parcialmente infirmada pelos dados:

- (i) das vogais mencionadas como possíveis substituições de [i], as crianças usam preferencialmente [i], o que mostra a preferência por um formato vocálico que não é produto da activação de processos fonológicos ;
- (ii) porém, e embora não significativo no início da produção (cf. João e Inês no Quadro 1), o processo de neutralização em avaliação é bem sucedido em cerca de 35% dos casos na Marta, no Luís, e na Raquel, não sendo o início do seu tratamento tão tardio como o inicialmente previsto.

Os dados observados mostram que o início do tratamento do processo lexical de neutralização de /e, ε/ precede o do processo pós-lexical de apagamento de [i], o que confirma a Hipótese 3 (*a emergência do processo lexical de neutralização de /e, ε/ precede a do processo pós-lexical de apagamento de [i]*):

- (i) os valores do João, da Inês e da Marta, no Quadro 1, são superiores para o processo lexical /e, ε/->[i] do que para o processo pós-lexical [i]-> Ø;
- (ii) o mesmo sucede no Luís, na Raquel e no Pedro;
- (iii) a criança com o desenvolvimento fonológico mais avançado é a única que revela valores mais próximos nos dois processos.

## 6. Notas finais

Os dados analisados permitem verificar que as crianças portuguesas privilegiam, desde o início, o uso de [i] como vogal de suporte de posições prosódicas segmentalmente vazias, tanto nas periferias esquerda e direita da palavra como face a estruturas silábicas problemáticas, o que argumenta a favor de um modelo “top-down” na aquisição dos constituintes fonológicos.

Apesar do contacto com um *input* foneticamente degradado, no qual [i] está frequentemente ausente, gerando sequências consonânticas extensas, as crianças recuperam a hierarquia de eventos descrita para o processamento gramatical do segmento em foco: primeiro, iniciam o tratamento de [i] como o resultado da activação do processo lexical de neutralização de /e, ε/; só depois o processo pós-lexical de apagamento de [i] emerge. Tal valida empiricamente as naturezas distintas atribuídas aos dois processos na gramática do sistema-alvo (Mateus & d’Andrade 2000). Note-se, no entanto, que o tratamento do processo lexical não tem de estar concluído para que o tratamento do processo pós-lexical tenha início.

O uso que as crianças fazem de [i]/[i] mostra que estas discriminam os dois processos (lexical e pós-lexical) que envolvem [i]:

- (i) quando [i] é *output* do processo lexical /e, ε/->[i], as crianças começam por usar preferencialmente [i];

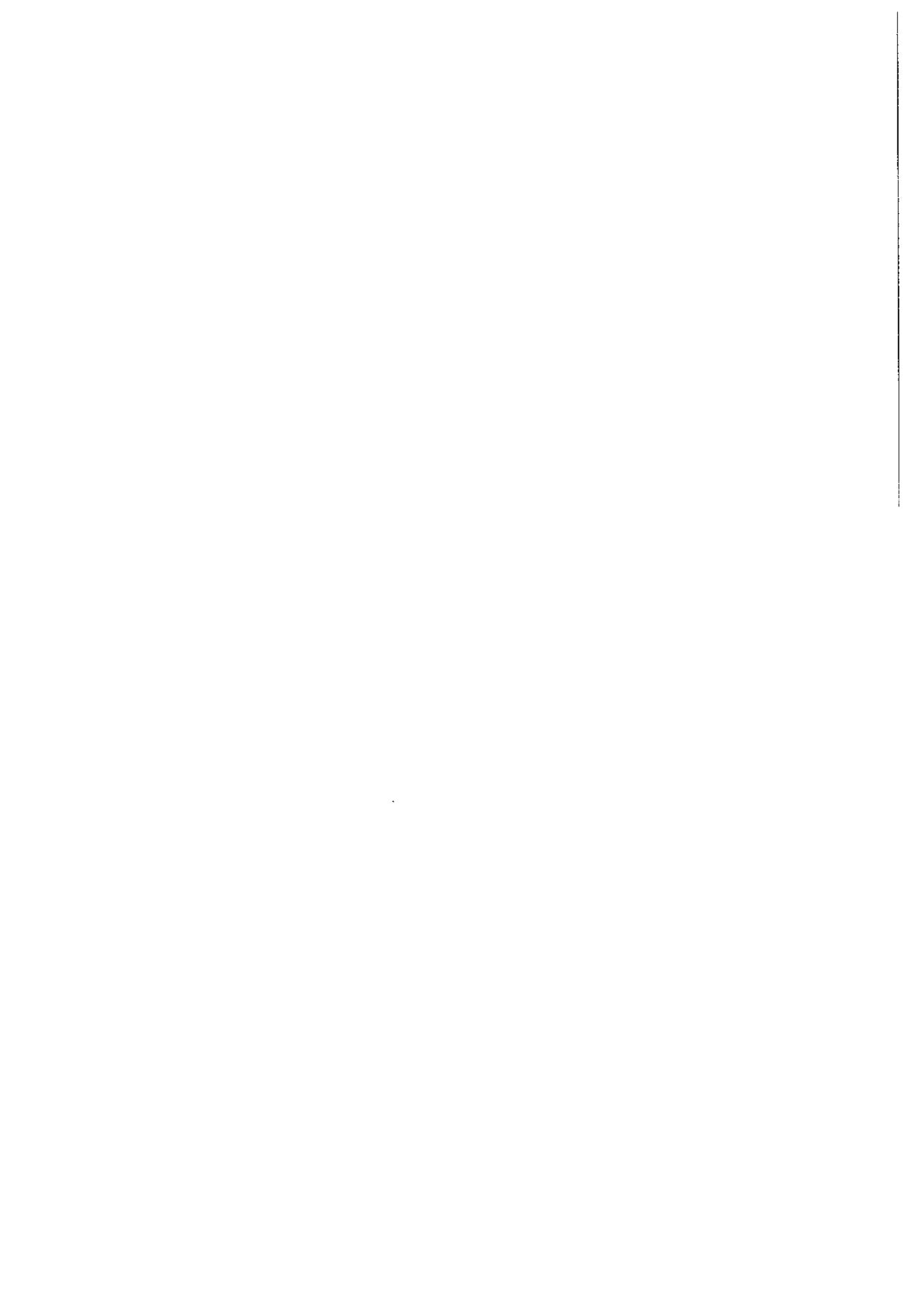
- (ii) quando a vogal em foco é suporte de posições prosódicas, sendo inserida pós-lexicalmente, as crianças usam preferencialmente [i].

Tais resultados contribuem para a discussão da natureza não marcada das vogais [i]/[ĩ] no PE. De acordo com Mateus e d'Andrade 2000, [i] é a vogal não marcada do sistema. Aparentemente, a presença de [ĩ] nas primeiras produções das crianças, como preenchedor de posições prosódicas, e o seu uso como vogal *default* na estabilização de estruturas silábicas problemáticas levaria a questionar a natureza não marcada de [i] (acrescente-se, como argumento a favor da colocação da questão, o facto de os adultos usarem o mesmo [ĩ] como preenchedor de posições prosódicas, em casos como *anel*[ĩ] e *p*[ĩ]-*neu*). Porém, a substituição de [ĩ] por [i] nas primeiras produções das crianças confirma a posição de Mateus e d'Andrade 2000. A questão da natureza não marcada de [i]/[ĩ] no percurso da aquisição parece estar relacionada com os estatutos segmental e prosódico de [ĩ]: se se trata de preencher uma posição prosódica, no nível pós-lexical, [ĩ] é o candidato preferencial; no domínio da estabilização dos processos lexicais, [i] surge como a vogal não marcada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Ana (1998) *Estudo sobre Quedas Vocálicas e Desestruturas Silábicas no Português de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- D'ANDRADE (1977) *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa: INIC.
- ARCHIBALD, J. (1995) *Phonological Acquisition and Phonological Theory*. Hillsdale, New Jersey: LEA.
- BERNHARDT, B. & J. Stemberger (1998) *Handbook of Phonological Development*. San Diego: Academic Press.
- DELGADO-MARTINS, R. (1994) "Relação Fonética/Fonologia: a propósito do sistema vocálico do Português". In Duarte, I. & I. Leiria (eds) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Ed. Colibri/APL.
- DEMUTH, K. (1996a) "Alignment, stress and parsing in the construction of early feet". In B. Bernhardt, J. Gilbert & D. Ingram (eds) *Proceedings of the UBC International Conference on Phonological Acquisition*. Somerville: Cascadilla Press.
- DEMUTH, K. (1996b) "The prosodic structure of early words". In J. Morgan & K. Demuth (eds) *From Signal to Syntax. Bootstrapping from Speech to Grammar in Early Acquisition*. New Jersey: LEA.
- FEE, J. (1995) "Segments and syllables in early language acquisition". In J. Archibald (ed) *Phonological Acquisition and Phonological Theory*. Hillsdale, New Jersey: LEA.
- FERGUSON, C., L. Menn & C. Stoel-Gammon (1992) *Phonological Development. Models, Research, Implications*. Maryland: York Press.
- FIKKERT, P. (1994) *On the acquisition of Prosodic Structure*. Leiden: HIL.
- FIKKERT, P. & M. J. Freitas (1999) "On reconstructing input representations: Crosslinguistic

- evidence from the acquisition of Onset clusters". Poster apresentado no 8<sup>th</sup> IASCL, San Sebastian, Junho de 1999.
- FIKKERT, P. (2001) "Sounds and words. Phonological representations in the mental lexicon". Conferência apresentada no *GALA'2001*, Palmela, Setembro de 2001.
- FLETCHER, P. & B. MacWhinney (1995) *The Handbook of Child Language*. Oxford, Cambridge: Blackwell.
- FREITAS, M. J. (1996) "Onsets in early productions". In B. Bernhardt, J. Gilbert & D. Ingram (eds) *Proceedings of the UBC International Conference on Phonological Acquisition*. Somerville: Cascadilla Press.
- FREITAS, M. J. (1997) *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- FREITAS, M. J. (2000) "O grupo consonântico s+C em início de palavra na aquisição do Português Europeu". In *Actas do XV Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL.
- FREITAS, M. J. (2001) "Syllabic constituency and segmental emergence". In M. Almgren, A. Barreña, M. Ezeizabarrena, I. Idiazabal & B. MacWhinney (eds) *Research on Child Language Acquisition. Proceedings of the 8th Conference of the IASCL*. Somerville: Cascadilla Press.
- FREITAS, M. J. (2002) "Patos, pratos e p[i]ratos. O caso dos Ataques complexos na aquisição do Português Europeu". In M. H. Mateus & C. Nunes Correia (eds) *Homenagem a Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Ed. Colibri (no prelo).
- FREITAS, M. J. & M. Miguel (1998) "Prosodic and syntactic interaction: the acquisition of NP functional projections in European Portuguese". In T. Cambier-Langeveld, A. Lipták & M. Redford (eds) *Proceedings of ConSOLE VI*. Leiden: SOLE.
- FREITAS, M. J., M. Miguel & I. Faria (2000) "Interaction between Prosody and Morphosyntax: Plurals within Codas in the acquisition of European Portuguese". In J. Weissenborn & B. Höhle (eds) *Approaches to Bootstrapping. Phonological, Lexical, Syntactic and Neurophysiological Aspects of Early Language Acquisition*. vol. 2. Amsterdam: John Benjamins.
- LEVELT, C. (1994) *On the Acquisition of Place*. Leiden: HIL.
- LLÉO, C. & M. Prinz (1996) "Consonant clusters in child phonology and direccionality of syllable structure assignment". *Journal of Child Language* 23: 31-56.
- MACKEN, M. (1995) "Phonological Acquisition". In Goldsmith, J. (ed) *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford, Cambridge: Blackwell.
- MATEUS, M. H. (1975) *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: INIC.
- MATEUS, M. H. & E. d'Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- RICE, K. & P. Avery (1995) "Variability in a Deterministic Model of Language Acquisition: A theory of segmental elaboration". In J. Archibald (ed) *Phonological Acquisition and Phonological Theory*. Hillsdale, New Jersey: LEA.
- ROSE, Y. (2000) *Headedness and Prosodic Licensing in the L1 Acquisition of Phonology*. Doctoral Dissertation, McGill University.
- SCARPA, E. (1999) "Sons preenchedores e guardadores de lugar: relações netre fatos sintáticos e prosódicos na aquisição da linguagem". In E. Scarpa (ed) *Estudos de Prosódia*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SMITH, N. (1973) *The Acquisition of Phonology*. Cambridge: CUP.
- VIHMAN, M. (1996) *Phonological Development. The Origins of Language in the Child*. Oxford, Cambridge: Blackwell.



# O NARIZ DA LÍNGUA: Um Ponto de Vista Linguístico sobre a Mentira

Maria José Matos Frias  
Escola Superior de Educação – IPP

A lista original de traços característicos mediante os quais a linguagem verbal, objectivada nas diferentes línguas históricas, pode ser comparada com outros sistemas semióticos usados pelo ser humano ou pelos animais, tem vindo a alargar-se desde que Saussure reconheceu a arbitrariedade como característica do signo linguístico.

A propriedade sobre a qual pretendo centrar-me – a prevaricação – é referida implicitamente por Hockett na introdução a *A Course in Modern Linguistics*, ao afirmar que «Language is not used just to make assertions of fact. It is used for lies as well as truth, for nonsense as well as sense...» (1958, p. 7). Entre 1958 e 1968, em sucessivas publicações, Hockett procura elencar as diversas propriedades da linguagem verbal, partindo de uma lista de sete para dezasseis. Da última lista de Hockett, John Lyons refere, entre outras, a prevaricação; por prevaricação entende-se, nas palavras de Lyons, «a possibilidade de usar um sistema semiótico para enganar outro ou transmitir informações falsas» (1980, pp. 75-76).

Monica Berretta (1980, pp. 125-138) propõe uma categorização da última lista de Hockett, distinguindo *traços estruturais*, *traços semânticos*, *traços ligados ao utente* e *traços decorrentes do canal*; a prevaricação encontra-se entre as propriedades semânticas. Embora Berretta inclua esta propriedade-chave nas propriedades semânticas e apesar de, segundo Lyons, outros autores argumentarem que, juntamente com a reflexividade, é esta característica que mais distingue a linguagem de outros sistemas de sinais, ele próprio considera que se pode discutir se a prevaricação é uma característica do sistema semiótico enquanto tal, ou antes um traço do comportamento e das intenções dos que utilizam o sistema, o que a colocaria no conjunto das características ligadas ao utente<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Apesar do interesse teórico que poderia ter tal discussão não é meu propósito, neste momento, ir

A mentira será aqui perspectivada como fazendo parte de um caso mais geral, o de «toda a palavra imprópria» (TODOROV, 1979, p. 107 e ss.), com um valor independente relativamente ao real. Podemos designar assim o discurso em que se opera um evidente desnível entre a referência e o referente, entre o *designatum* e o *denotatum*. Berretta (1980, p. 137) sugere neste quadro três significativas manifestações de prevaricação: a mentira, o *nonsense* e a ironia. Sendo minha intenção centrar-me exclusivamente na mentira, farei apenas duas breves referências ao *nonsense* e à ironia, que se distanciam da mentira pelo facto de não haver da parte do sujeito, nessas manifestações, a intenção de enganar; distinguem-se, pois, da mentira, logo à partida, no acto ilocutório.

O *nonsense* – a que inevitavelmente associamos nomes de escritores como Edward Lear, Lewis Carroll ou, entre nós, Manuel António Pina – apresenta-nos um mundo às avessas, fictivamente construído e assumido como tal, explorando a linguagem para lá dos limites, na sua função secundária modelizante do mundo – mais do que qualquer outro género literário que apresente mundos que poderiam existir –, ao subverter contextos, ao instaurar uma ruptura através da palavra conflitual e de certo modo paródica, cuja estruturação reside precisamente na falta de estruturação; mas fá-lo, propiciando intencionalmente a proliferação de interpretações e a evasão a um mundo credível, pelo que a mentira criadora que subjaz a este género não tem a intenção de induzir em erro.

Na ironia mais elementar, a partir da qual surgem outras formas mais elaboradas, o locutor exprime as suas intenções por antífrase, dizendo o inverso do que quer deixar perceber. Pretende que o alocutário entenda o contrário do que lhe foi dito e, por isso, a máxima da qualidade formulada por Grice é violada de forma tão visível que o interlocutor não pode deixar de inferir algo de diferente daquilo que se lhe diz. Na ironia existe uma intenção de fornecer indícios ao alocutário de que há uma oposição entre o que é dito e o que é comunicado. Embora sejam utilizados recursos verbais, o significado do que é dito é posto em dúvida ou contrariado pela linguagem não verbal, sobretudo pela

---

mais além do que situar a problemática, dado que esse debate deverá ser, a meu ver, perspectivado interdisciplinarmente. Não vou assim discutir teorias filosóficas ou psicológicas sobre as noções de verdade e de mentira, nem estudos linguísticos sobre a relação entre referência, verdade e existência. Não posso, contudo, deixar, de abrir um parêntesis pela reflexão que me suscitou a leitura da *Rhétorique Générale* do Grupo m (1982, p.171 e ss.), que apresenta uma tipologia das figuras de Retórica, a partir da distinção proposta por Hjelmslev entre forma e substância da expressão e forma e substância do conteúdo. Neste quadro, o signo «torna-se uma unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e estabelecida pela solidariedade a que nós (Hjelmslev) chamamos função semiótica». Poderíamos então argumentar ser esta uma característica da linguagem verbal em que se interseccionam o conteúdo e a expressão: «uma grandeza com duas faces, aberta em duas direcções: ao exterior, para a substância da expressão, ao interior para a substância do conteúdo».

mímica facial e pela ênfase exagerada na entoação, que o falante não adequa deliberadamente à linguagem verbal. A ironia implica sempre uma atitude em que há uma composição seguida e artificial, uma enunciação cuidadosamente codificada. Embora se transmitam informações falsas, como quando perante um trabalho mal feito o locutor comenta «que lindo serviço!», a intenção não é a de enganar, pelo que se afasta da mentira. Devem ressaltar-se as situações em que o falante utiliza a simulação e a dissimulação para manter um mal-entendido, as únicas em que a ironia se aproxima em parte da mentira. O engano pode, no entanto, ocorrer por falta de conviência por parte do público: o locutor é levado a sério, por falta de conhecimento do mundo (as crianças encontram-se frequentemente desarmadas face ao discurso irónico), ou por falta de conhecimento psicológico do locutor.

A «palavra imprópria», ao adquirir independência relativamente ao real, constitui-se como uma entidade autónoma (TODOROV, 1979, pp. 115-116). Cria assim o seu próprio referente, não havendo, pois – aliás como em todo o acto de discurso, mas aqui mais visivelmente – uma simples relação entre a asserção e o facto, mas a acção de um locutor que, movido por intenções várias, procura convocar o alocutário para um ponto-de-referência particular que não é o de denotar um estado de coisas que existe, de facto, no mundo.

Consideremos então a mentira. Quem mente negligencia qualquer aspecto de relação com o alocutário, no sentido da colaboração ou negociação durante a interacção. Assim, o acto ilocutório é sempre marcado pela falta de sinceridade. A intenção do locutor é a de criar uma certa impressão de si, neste caso de que é honesto, e fá-lo deliberadamente. É a perspectiva “dramatúrgica” a que se refere Goffman (1959): o falante é um actor que pretende provocar no público uma certa impressão. Se tem presente a personalidade do outro é apenas no sentido de obter o efeito perlocutório que pretende, elidindo completamente o princípio da cooperação de Grice e a máxima da qualidade, na formulação «não digas o que julgas falso», condição *sine qua non* para a aceitabilidade do discurso. De facto, esta máxima é derogada porque se pretende induzir em erro. Sabemos que o princípio e as máximas a que nos referimos não podem considerar-se normas de conversação correcta, não só porque para preservar uma delas pode ser necessário infringir outras, mas também porque, em determinados contextos, pode discutir-se a legitimidade de o falante mentir. Elas constituem antes pontos de referência de tipo interpretativo, úteis na recepção do discurso.

A reflexão anterior conduz-nos às intenções que, no acto ilocutório, presidem à construção de um referente novo, substituindo-se ao real. De acordo com alguns autores, no âmbito de estudos psicológicos, a mentira resulta de uma insatisfação relativamente ao real. As acções verbais decorrem, sobre-

tudo, de um desejo, ao contrário da verdade, em que a convicção é dominante; há, no entanto, em alguns casos, uma convicção que resulta desse desejo e da necessidade que ele provoca, às vezes com legitimidade, considerado o quadro da enunciação; assim, «quer queiramos dizer a verdade, quer queiramos mentir, precisamos de ter convicções do que sejam as nossas convicções relevantes» (MELLOR, 1995, p. 95).

Embora não seja o mais comum, um dos motivos que conduz à mentira pode ser o ludismo: mente-se para (se) divertir, assumindo a mentira como um jogo, institucionalizado, por exemplo, em programas televisivos como os *Apanhados*.

Mente-se quase sempre por objectivos puramente pessoais, ainda que muito diversos. Muito comum, em sujeitos com determinadas características psicológicas, é mentir para a afirmação de um “eu” que, por isso, conta muitas histórias, sabe muitas coisas as quais, ao serem transmitidas, se configuram quer como boatos, em que não há contudo a intenção de prejudicar, quer como pretensão de conhecimento sobre uma matéria em que o sujeito é uma falsa autoridade.

O sujeito mente, noutras situações, para se proteger do conhecimento de realidades desagradáveis acerca de si ou do seu mundo por parte de outros, ou para construir uma imagem mais próxima da desejada. Na interacção social e familiar mente-se frequentemente para não se ser incomodado (as velhas desculpas dadas para não se atender alguém, presencialmente ou ao telefone: *não posso atender, estou em reunião, estou muito ocupado, já sai*), para justificar um comportamento, para não se ser responsabilizado (tendo partido uma porcelana de grande valor, A diz: *Não fui eu; devem ter sido os meninos a brincar*), por medo (numa relação familiar ou profissional com um alocutário que marca o seu poder/estatuto autoritariamente, perante um assaltante), para escapar ao controlo ou a um conflito (A, dirigindo-se a um filho adolescente, pergunta: *A que horas chegaste ontem?*. B, que chegou às 7 da manhã, responde: *Cheguei cedo*), para evitar uma situação (*antes morrer que tomar aquele remédio horrível*). Neste quadro, mente-se por vezes para se ser mais credível do que dizendo a verdade: «pois não é que quis descansar as costas por um dia? Sabia que se falasse nisso ao chefe ele não acreditaria que lhe doíam as costelas. Então valeu-se de uma mentira que convence mais do que a verdade: disse ao chefe que no dia seguinte não poderia trabalhar porque arrancar um dente era muito perigoso. E a mentira pegou» (LISPECTOR, 1993, p.57). Parece ser esta também a necessidade da criança de Almada Negreiros que inventa uma série de desculpas espectaculares como justificação para o atraso na chegada à escola, já que a verdade é admirar uma boneca numa montra e é um prazer fútil e, portanto, suspeito (NEGREIROS, 1993).

A mentira envolve por vezes uma existência inteira para alcançar o desejo de ser um outro, como Madame Bovary, e mesmo para criar um mundo, no triunfo de uma imaginação fecunda como a de Don Quixote ou, pontualmente, a da pequena Flora, interpretada por Anna Paquin no filme *O Piano*, que transforma a grande tragédia da sua vida – a ausência de um pai e a vivência com uma mãe sem voz – num mundo à medida da sua necessidade: os pais cantavam numa floresta quando sobreveio uma tempestade, o pai foi fulminado por um raio e a mãe perdeu a voz. Nestes casos, é criada no discurso uma unidade simultaneamente constituída por mentira e por ilusão: «un mensonge unique qui embrasse l’existence toute entière» (BOUGNOUX, 1993, p. 320).

A mentira tem, noutras situações, como finalidade, pelo menos em termos de convicção, a preservação da face do outro; um caso significativo diz respeito às justificações nos pedidos de desculpas – neste caso, o comportamento ritual de reparação obriga a ser bem educado e a apresentar uma justificação, por exemplo para não aceitar um convite, o que prevalece sobre a verdade, dado que o princípio da cortesia é muitas vezes incompatível com a sinceridade; as boas maneiras, aliás, são cimentadas por pequenas mentiras. Num movimento em direcção ao outro, mente-se para proteger: a chamada “mentira piedosa” dita a um doente para o poupar de uma verdade que se sabe ou se crê que não suportaria, para evitar um desgosto a alguém de quem se gosta, como acontece no filme de Hitchcock *Shadow of a Doubt*, em que Charlie é de algum modo protegido pela sobrinha com o mesmo nome que, para poupar a mãe, não conta a verdade terrível que descobriu sobre o tio.

No outro extremo, a mentira prejudica inequivocamente o outro quando há essa intenção consciente, numa gradação que vai do boato à calúnia e à difamação, ou nas situações em que o locutor tem como finalidade algum proveito ou lucro – da pequena aldrabice ou expediente ao “conto do vigário”, à burla, à vigarice, ao plágio ou mesmo, no caso de uma entidade, para valorizar um produto em acções de *marketing* ou na publicidade. É esta intenção que preside aos actos da raposa e do gato na obra de Collodi, quando desenvolvem uma estratégia elaborada para convencerem Pinóquio a ir a um campo em que as suas moedas se multiplicarão, no intuito de ficarem com elas. Parece assim que, relativamente à intenção do locutor, os limites éticos da mentira estão sujeitos a discussão. Pode reconhecer-se a sua legitimidade quando se pretende proteger alguém e censurar-se inequivocamente quem mente com intenção de prejudicar o outro. Mas o juízo de valor não é consensual quanto às mentiras em que, não havendo prejuízo para o alocutário, o locutor sabe que vai apresentar um mundo que sabe ser falso e que, portanto – sem a legitimidade da ficção literária, em que a mentira é criadora – engana alguém que poderá acreditar no que ele diz, induzindo-o em falsas convicções.

No que diz respeito à idade, encontrei algumas variações quanto ao tipo de mentiras. As crianças mentem mais em situações em que pretendem fugir ao controlo, na interacção comunicativa com os pais e professores; entre os seus pares, na criação de mundos desejáveis mais conformes com a sua imaginação. As suas mentiras estruturam-se frequentemente de forma pouco coerente e uma mentira leva a outra, como retrata Almada Negreiros em «A Verdade»: uma criança chega à escola e, face à incredulidade do professor perante a sua primeira desculpa, uma situação espectacular («Quando saí de casa tomei um carro para vir mais depressa mas, por infelicidade, deante do carro caiu um cavalo com um ataque que durou muito tempo»), muda completamente para um motivo familiar («...minha mãe tinha um irmão no estrangeiro e, por infelicidade, morreu hontem de repente e nós ficámos de luto carregado»), que também não convence o professor e, finalmente, antes de resolver contar a verdade, constrói uma outra desculpa que articula incoerentemente com a anterior («quando saí de casa... estava a pensar no irmão da minha mãe que está no estrangeiro há tantos anos, sem escrever. Ora isto ainda é peor do que se ele tivesse morrido de repente porque nós não sabemos se estamos de luto carregado ou não») (NEGREIROS, 1993, p. 45). Como comenta Jacques Laurent, a propósito de uma mentira dita por ele próprio quando era criança, «Mon erreur était d'ignorer qu'un mensonge doit obéir à des règles plus rigoureuses qu'un conte» (1993, p. 24). Entre os adultos constatei uma maior diversidade de situações; as regras de cortesia conduzem a um uso generalizado de distorções da verdade; mas parecem ter mais a ver com a formação pessoal ou com características psicológicas as mentiras ditas, quer para prejudicar o outro, quer para tirar proveito pessoal, quer ainda para criar mundos ou uma imagem de si mais à medida do seu desejo.

Sendo fundamental, em grande parte das interacções, que a intenção do locutor seja reconstruída pelo alocutário para orientar a sua actividade, não é aqui o caso, dado que o tipo de intencionalidade presente é referente ao conteúdo e pretende fazer presente ao alocutário um determinado facto, convocando-o para uma determinada crença. De facto, a mentira constitui um acto deliberado e bem definido por parte do emissor que tem uma clara intenção de persuadir o outro de um estado de coisas que sabe ser falso. Está em jogo, como em toda a mensagem persuasiva, modificar a percepção dos objectos e o sistema de convicções do alocutário. Neste quadro, esperar-se-á que ao mentir o falante crie o seu próprio referente, num total desnível relativamente ao real, e que a principal característica linguística se situe ao nível da estrutura do discurso e se manifeste na coerência entre as proposições que o constituem.

Atenta a esta hipótese, procedi a uma leitura do *Pinocchio* de Collodi, pelo valor simbólico que tem esta narrativa de personagem e pela constante alusão

verbal ou não verbal ao nariz desse pequeno títere que cresce quando ele mente<sup>2</sup>. Alargado o *corpus* a outras situações de mentira que se me depararam na literatura, no cinema, nos *media* e na praxis social, encontrei dois grandes tipos de mentira: a mentira em que existe um desnível total relativamente ao real, mais verosímil muitas vezes do que a própria verdade, e a mentira em que a referência apresenta diversos graus de desnível relativamente ao referente. Num ou noutro tipo, a organização do discurso assume as características sublinhadas por Todorov, a coerência entre proposições, ou, em alternativa, manifesta falhas na sua organização e marcas verbais e não verbais dão indícios ao alocutário de que o locutor mente. Pinocchio falha, porque deixa ver ao alocutário que mente, através de indícios linguísticos: é o «nariz da língua» a que alude o título da minha comunicação.

No primeiro caso, constata-se a impossibilidade de o receptor detectar a mentira pela coerência perfeita entre proposições que o emissor constrói, no entanto sem qualquer correspondência com um facto, mas criando o próprio facto; o acto de discurso é aqui plenamente “dizer é fazer”, visto que cria um mundo, não permitindo ao alocutário qualquer dúvida sobre a sua veracidade, a não ser que tenha acesso ao conhecimento dos factos. Neste caso, o locutor, aparentemente, não utiliza qualquer outra estratégia para convocar o alocutário para o seu ponto-de-referência que não seja a coerência entre proposições. No processo de codificação da mensagem, a intenção de transformar um conteúdo psíquico num facto objectivo para o transmitir ao alocutário faz crer que, nas fases que precederam a exteriorização, a organização interna do material linguístico se processou sem falhas ao nível da imaginação, da memória, da concentração. O canal privilegiado é o canal vocal-auditivo e, neste âmbito, com a quase exclusividade da linguagem verbal assertiva. A comunicação verbal sobreleva, visto que a dominante é a função representativa, ainda que não se tome como referente um facto do mundo exterior, mas se crie pela palavra um novo referente. As proposições sucedem-se no quadro de um estrutura sistemática e de um mapa semântico formado em conformidade com um plausível mundo extra-linguístico, num registo denotativo, enunciado de maneira fluente, sem hesitações. Quem mente imita a atitude e o discurso de quem não mente, utilizando as mesmas roupagens linguísticas, por assim dizer as mesmas cores, como sugere a constatação francesa «le mensonge se pare souvent des couleurs de la vérité». Constata-se, ainda, uma ausência quase

---

<sup>2</sup> Veja-se a repetida presença em desenhos humorísticos, a oferta de um nariz a uma personalidade política no programa televisivo *Raios e Coriscos*, títulos como o do poema de Virgílio Alberto Vieira «O nariz do hortelão Dinis» ou, mais recentemente, na novela *Ganância* a personagem Isabel dirigindo-se ao pastor/impostor Tomás Segurado «O nariz não lhe cresce, mas desde que aqui estou já lhe ouvi dizer muitas mentiras».

total de linguagem não verbal que acentue o que é dito, pautando-se as atitudes do falante por grande sobriedade e equilíbrio ao nível do tom de voz, do olhar, das expressões faciais, da cinésica corporal, revelando autoconsciência e regulação do comportamento e estabilidade emocional. Nas situações observadas, a atitude do alocutário na interacção decorre de uma crença na aparente sinceridade do locutor, não revela qualquer incredulidade, dúvida ou discordância, nem mesmo em inconscientes comportamentos não verbais, a não ser nos casos em que há um conhecimento prévio da personalidade do mentiroso e, portanto, uma atenção selectiva influenciada pelas expectativas que levam a perceber de modo diferente o discurso.

No segundo caso, considerado o *corpus* que até agora vim a constituir, o locutor selecciona diversos meios linguísticos e elementos paralinguísticos, que vão inserir-se nas estratégias empreendidas para convidar o alocutário a partilhar consigo um ponto de vista sobre o real. Neste quadro, vamos encontrar um discurso em que as características do conteúdo não se apresentam puramente racionais, como no primeiro caso, mas emotivas, crendo-se, talvez, que serão mais eficazes. Os dispositivos verbais e não verbais pelos quais se opta enquadram-se nesta convicção. Podem, assim, reconhecer-se algumas propriedades formais, de entre as quais se salientam a selecção do vocabulário, aspectos morfo-sintácticos, usos figurativos, referências explícitas à verdade, bem como recursos prosódicos e gestuais.

Na mentira são utilizados termos excessivos ou impróprios, como vocábulos cujo valor semântico se situa na esfera do excesso; neste caso, a classe gramatical dominante é o adjectivo (*brilhante, imenso, genial, fantástico, ignóbil, carregado de..., sonante*), ainda que surjam alguns substantivos (*uma fortuna, milagre* – o Campo dos Milagres inventado pela raposa de Collodi); o adjectivo surge frequentemente acompanhado de advérbios de modo (*completamente, barbaramente*); presentes, ainda, quantitativos expressos em numerais («multiplica cinquenta por cinco e de manhã encontrarás no bolso duas mil e quinhentas moedas...», diz a raposa a Pinóquio), unidades de peso (*toneladas....*), locuções temporais (*muito tempo, sempre, até à morte*), abusos de aumentativos e superlativos (A pergunta a B se o irmão está preso, ao que ele responde: *Não, está num dos melhores colégios do país*) e proposições consecutivas (conversa entre pescadores: *No rio da minha terra há tantos peixes que o rio já não tem água*; discussão entre dois anões: *O meu pai é tão pequeno que pode passar debaixo de uma mesa*). Se a prática mais comum é a de amplificar a realidade, o sujeito também pode reduzi-la pela utilização dos meios inversos, com categorias gramaticais opcionais, como o diminutivo, por exemplo (A risca o carro a B, que reage furioso. B desvaloriza o dano, dizendo: *foi só um risquinho*), quantitativos (*São só dois segundos*, quando se sabe que a

demora nunca será inferior a 10/15 minutos; *nem um cêntimo*, mente Pinóquio para não ser roubado). Outro processo de intensificação reside na utilização de frases exclamativas.

As onomatopeias e interjeições – dois fenómenos marginais da língua que limitam a sua convencionalidade, dado que têm como ponto de partida uma aproximação ao real, pelo que partilham algumas características do sinal natural, procuram dar um efeito de verosimilhança, visto que imitam sons da natureza, de animais ou gritos humanos que exprimem a dor, a ameaça, o horror, o espanto – marcam também presença como marcas linguísticas da mentira; no primeiro caso, com um valor descritivo na construção de mundos, no segundo, expressivo, quanto a emoções pretensamente vividas.

Referências explícitas à verdade surgem também em diversas situações: «Juro, quero ver minha mãe cair morta senão é verdade», «Está aqui companheiros. É verdade. Quem diz o contrário mente. Eu sou um homem de palavra» (declaração de um político), «Digo sempre a verdade» (Pinóquio), «acredite que».

No que diz respeito a usos figurativos, refira-se a repetição, a comparação e a metáfora e, pontualmente, o eufemismo.

O falante procura produzir força e impacto directo, utilizando a repetição de palavras, processo simples que, pode, aliás, tornar-se fastidioso. A repetição como figura de retórica não muda o sentido das palavras, mas opera uma metamorfose da linguagem ao utilizar a língua como um material sonoro ou visual de que são retirados efeitos e obtendo um suplemento de força expressiva. No caso em estudo apenas se verificou a presença da repetição mais elementar: a repetição de palavras. Uma criança que queira dar a ver como perigosa uma situação de que se afastou diz «eu corri, corri, corri...», ou perante um quadro de má qualidade um conhecedor, em vez de «que horror! que horror!», opta por dizer «que maravilha! que maravilha!», formulação eloquente pela saturação semiótica que contém. Esta figura pode surgir também na comunicação cinésica, através da repetição de gestos. As repetições de palavras ou gestos podem assumir uma função descritiva – caso do pescador que diz «apanhei um peixe grande, grande» e que mostra com as mãos a pretensa dimensão da pescaria –, mas também pode ter uma função encantatória...

A comparação e a metáfora são utilizadas para obter uma intensificação do discurso. No primeiro caso, sublinham-se semelhanças entre realidades que, de facto, não são comparáveis (*estás são como um pero* é dito a alguém que se sabe estar doente, «uma árvore carregada de tantas moedas de ouro quanto uma bela espiga de grãos no mês de Junho» é o mundo sugestivo que a raposa apresenta a Pinóquio). A metáfora transfigura o sentido das palavras, operando uma fusão e um transporte. Metáfora e comparação evocam o trabalho

da imaginação. Enquadrando-se numa categoria mais ampla, segundo alguns autores, a da imagem, recorrem à ilustração sensorial e à metamorfose dos objectos em signos, fornecendo ideias acessórias que as palavras disponíveis na língua só por si não têm o poder de evocar, tornando o discurso mais enérgico e mais atraente. Numa das suas mentiras, Pinóquio convoca Geppetto para um «nottata d'inferno [...] Tuonava, balenava». Quintiliano já afirmava que a metáfora melhora o discurso e torna-o mais agradável, e Cícero que o seu uso faz crescer o respeito e receptividade dos ouvintes para com o falante. Sabe-se ainda que influencia juízos sobre a credibilidade da fonte e sua objectividade. As metáforas não são bem sucedidas quando são forçadas e a relação não parece natural, quase se fundindo com a hipérbole. O excesso de metáforas seguidas suscita também a incredulidade. Pode aparentar-se com a imagem o recurso à imagem impressiva ou hipotética, introduzida por verbos como *parecer* ou locuções do tipo *como se*. O falante convoca também para o mundo construído pela utilização de verbos que exprimem uma relação directamente observável (*imagina..., vê lá tu..., nunca vi coisa igual*), ou constatação da impossibilidade de narrar o vivenciado (*contando ninguém acredita, nem te conto...*).

Para atrair, o falante exagera. Pode mesmo afirmar-se que a figura dominante do discurso é a hipérbole e que é, de certo modo, sob a sua égide que se encontram todos os recursos verbais e não verbais convocados. Sendo afirmado por alguns autores, no quadro dos estudos de Retórica, que esta figura é a menos interessante de todas, tem como domínio predilecto a linguagem corrente. Henri Suhamy (1993, p. 103) destaca entre os seus utilizadores os publicitários, os bajuladores, que de algum modo podemos considerar mentirosos, já que os primeiros valorizam as qualidades de alguém que pretendem que seja sensível à lisonja e os segundos valorizam as características de um produto que pretendem vender, podendo constatar-se no discurso um desnível significativo face ao real. A hipérbole está muito presente nas mentiras decorrentes da intenção de o locutor convocar o alocutário para um mundo que cria ou recria e que pretende representar, «au-delà de la vérité» (DUMARSAIS, 1988, p. 131), com a intenção de provocar estranhamento para lá da credibilidade. Não é só ao nível do enunciado que se verifica o exagero; a competência paralinguística manifesta-se em qualificadores vocais como a intensidade e o timbre, a modulação de algumas características do significante, a ênfase e cadência da pronúncia, inflexões da voz intercalando exclamações e vocalizações adequadas como o riso ou o choro. A cinésica intervém também de modo significativo. O olhar manifesta-se na tentativa de envolver o interlocutor pelo brilho e dilatação do globo ocular quando há um discurso eufórico e cabisbaixo, melancólico ou lacrimajante quando o discurso é disfórico, enquadrando

do-se o locutor na classe de pessoas com forte necessidade de serem reconhecidas e que usam, portanto, o olhar, mas também o resto do rosto e as mãos, em situações que pretendem colaborativas. No *corpus* analisado, verifica-se uma maior utilização deste recurso pelas crianças e adolescentes do que pelos adultos e, entre estes, por pessoas de menor nível de instrução. Constata-se também, significativamente, a presença da hipérbole em situações de mentira em que se verifica a característica de um locutor que se deixa levar por uma grande imaginação que o conduz, por vezes inconscientemente, para lá da realidade. Este percurso pode conduzi-lo à descrença ou ao ridículo perante o outro, como é o caso da personagem de Daudet.

Em inúmeras situações, o falante não é convincente pelo excesso de meios linguísticos que mobiliza e pela inferência de instabilidade emocional que se pode fazer a partir de falhas na fluência, fenómenos de hesitação e no próprio ritmo da fala que indiciam ansiedade perante a reacção do alocutário e/ou falhas no processo de produção discursiva em curso, como nos exemplos: A abandona uma reunião profissional, o chefe olha-o interrogativamente e A diz: *Tocou o alarme do meu carro...* Apercebe-se por segundos que no local onde estão nada se ouviu e completa, hesitando: ... *lá fora*, ou, numa situação idêntica: *Tenho que falar à minha mãe... para tomar os comprimidos....* O alocutário sabe que a mãe não toma qualquer medicação: ...*para não cair*. Ao longo da interacção, pelo *feedback* que obtém, o falante vai-se apercebendo que os seus objectivos ideativos não foram textualizados de forma coerente e não vai obter os efeitos perlocutórios que pretende: o seu discurso não é convincente e o alocutário não está a construir uma imagem favorável de si, em termos de credibilidade. A eficácia dos processos utilizada não é garantida; o alocutário “desconta” da expressão do locutor o necessário e forma-se no seu espírito uma imagem mais conforme à realidade. Os objectivos do locutor não são, pois, atingidos e a sua honestidade é posta em causa. Em inúmeras situações o alocutário, na interacção, explicita a sua incredulidade através de expressões performativas como *não mintas, diz a verdade, confessa, é tudo mentira, que mentira, não pensas que eu vou acreditar nisso, és a pessoa mais mentirosa do universo, estás a regar, já estou com os pés molhados, mentes pelos cotovelos, isso é coro, és um fingido, estás-me a engrupir, ... a enrolar, pára! comigo não, não caio nessa, aí tem coisa, se ele julga que me engana quem se engana é ele,...* Neste caso, encontramos vários padrões na interacção; a seguir se esquemmatizam os mais frequentes.

Muitas situações enquadram-se num padrão em que o locutor acaba por dizer a verdade. Instado pelo alocutário ou perante um olhar incrédulo deste, diz imediatamente a verdade, optando frequentemente por exprimir o seu arrependimento e/ou prometer que mudará o seu comportamento no futuro

(com convicção sincera ou não no momento em que realiza o acto promissivo). «Prometo que de hoje em diante serei bom» diz Pinóquio, ao que Geppeto replica: «todos os rapazes dizem assim quando querem obter alguma coisa». Dependendo do conhecimento que têm do locutor, muitos alocutários reagem como Geppeto, incrédulos quanto à sinceridade do acto. Um outro padrão na interacção, mais complexo, constitui-se pela alternância entre sucessivas formulações explícitas de apelo à verdade, como *Quero a verdade, Não minta, diga a verdade*, e a construção de mentiras desconexas cada vez menos credíveis (*A Verdade*), num crescendo em que toda a cautela é esquecida e que conduz a uma euforia terminal, como que um delírio do abismo. Quando se verifica este padrão, nem sempre a verdade é dita; a cascata de mentiras deixa o acto em aberto, mas o efeito pretendido não foi atingido. Mais raras são as situações em que o locutor, para não perder a face, opta em alternativa pelas estratégias seguintes:

- minimizar o seu acto com expressões como *não me lembrava bem, exprimi-me mal, estava a brincar, não era bem isso que eu queria dizer, se fui eu não me lembro...*
- atenuar o desnível entre o referente e a realidade (*está bem, não era uma suite, era um quarto*)
- reforçar a verdade do que está a dizer (*eu juro... pela minha mãe, eu morra aqui ceguinho se não é verdade...*)
- desviar o assunto (*que barulho é esse? Não interessa... Você não devia estar em S. Paulo?*)
- apelar à confiança (*depois de tanto tempo com você, vai desconfiar de mim?*)
- anular qualquer hipótese de ser considerado mentiroso (*estás a chamar-me mentiroso?*)

Mais rara ainda é a colaboração com o alocutário, que se manifesta em formulações como *Como é que descobriste? Se sabias que eu estava a mentir porque me deixaste continuar?*, seguidas de pedidos de desculpa e/ou tentativas de reparação. Em situações mais elaboradas, encontram-se padrões muito mais complexos em que se assiste a um esgrimir de argumentos entre locutor e alocutário e nas quais, quase sistematicamente, não há fechamento do acto<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> As estratégias que apresentei podem surgir combinadas, e admito a hipótese de haver outras. Tendo iniciado este estudo na convicção de que o *corpus* proporcionaria sobretudo uma análise do acto ilocutório, fui-me apercebendo da diversidade de padrões interactivos de que o esquema atrás apresentado é um primeiro esboço. A dimensão interactiva parece relevante quando o acto não é admitido; a não admissão conduz frequentemente ao não fechamento do acto.

Antes de abordar o último ponto sobre o qual me propus reflectir, poderia concluir, em síntese: a convicção sobre a mentira ou sobre a verdade decorre de uma observação da realidade, directa ou indirecta; no segundo caso, através de um sinal linguístico que o alocutário presume ter uma relação com o real; saber se nos dizem a verdade é descobri-la através dessa observação indirecta; é a diferença entre perceber a realidade e criar convicções próprias ou dizerem-nos a realidade e termos, assim, que adoptar (ou não) a convicção do outro, o que passa, portanto, pelo seu discurso e pela linguagem não verbal que o acompanha, mas também pela negociação que se desenvolve ao longo da interacção.

A análise a que procedi foi-me suscitada pela presença no currículo do Ensino Básico de uma componente transversal consagrada pela Lei de Bases do Sistema Educativo – a Formação Pessoal e Social que, a partir de 2001, tem também um espaço estrutural específico, a Formação Cívica. Esse espaço está, contudo, a cargo do Director de Turma e o formato mais provável da sua concretização será o debate em torno de temas. No entanto, a perspectiva transversal mantém-se e, como já sugeri antes, a propósito do acto expressivo “pedir desculpa” (FRIAS, 2000), considero que a disciplina de Língua Portuguesa, dado o seu papel ao longo do currículo, deverá proporcionar uma educação linguística no quadro do acesso a valores cívicos, morais e estéticos. Assim, numa fase em que crianças e adolescentes estão a construir valores morais, afigura-se-me importante ser uma via a considerar a abordagem de textos que permitam desenvolver competências de recepção crítica neste âmbito.

No que diz respeito à mentira, o estudo de *Pinóquio*, que é uma das obras de leitura orientada seleccionada pelo Programa do 2º ciclo, poderá constituir-se como um texto de partida, já que a componente psicológica está na base de personagens e da sua acção em situação, num mundo em que as diferentes personagens são portadoras de valores morais positivos e negativos, não sendo nunca moralistas – no caso em apreço, a personagem que dá o título ao romance, a raposa e o gato<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Diversos outros textos literários poderão ser convocados; a título de exemplo, anoto excertos de *A Porta Mágica* de Haroldo Maranhão ou *Chão de Meninos* de Zélia Gattai, o já citado texto *A Verdade* de Almada Negreiros, *Poemas da Mentira e da Verdade* de Luísa Ducla Soares, *O Saco das Mentiras* de Virgílio Alberto Vieira, fábulas como *O Mentiroso e o Lobo* de Esopo, contos tradicionais como *Pedro e o Lobo*, *O Rei Vai Nu* ou *O Capuchinho Vermelho*, um *corpus* significativo de anedotas e de provérbios ou frases idiomáticas sobre a mentira e a verdade. Considerada a dificuldade de recolha na interacção comunicativa, inúmeras são por outro lado as situações de comunicação oral simuladas em filmes como *Shadow of a Doubt* de Hitchcock, cujo título em português é *A Mentira*, novelas ou séries proporcionadas pelos *media*, recurso a não negligenciar na recolha de textos orais, pela diversidade discursiva que proporcionam.

Partindo de um ponto de vista linguístico, dado que no Ensino Básico não há um ensino da Literatura explícito, os itinerários a privilegiar deverão, a meu ver, ter como textos de referência aqueles em que há um evidente desnível entre o referente e a referência, inseridos em situações que permitam um conhecimento dos factos. Após a leitura ou escuta, numa primeira fase de acesso à compreensão global de que a situação de enunciação e o discurso nos fornecem um modelo base, o diálogo metalinguístico como actividade de descoberta deverá conduzir à explicitação do desnível e ao reconhecimento do enunciado como assertivo e subsidiariamente exclamativo. Proceder-se-á depois ao reconhecimento dos indícios que nos permitem detectar a mentira ao nível da linguagem verbal e não verbal, utilizando eventualmente a metáfora do nariz de Pinóquio com as crianças mais novas para iniciar este percurso. A observação de ilustrações da obra em diversas edições e desenhos humorísticos contribuirão para uma melhor explicitação do valor simbólico do nariz da personagem de Collodi. Só então se caracterizará a personagem/locutor, relativamente às circunstâncias em que mente, às suas intenções perante o alocutário e aos efeitos que tem neste (a mentira é reconhecida, como, o mentiroso é castigado?), à sua reacção quando é descoberto. Na sequência do roteiro traçado até aqui, poderá então ser introduzida a dimensão formativa, um juízo de valor que procure discutir os limites éticos da mentira, relativamente aos motivos do locutor, tendo em conta a situação e o público, aduzindo argumentos que tragam elementos de resposta a duas questões: A situação justifica a mentira? Até que ponto responsabilizar quem mente no caso ocorrente?

No sentido de não permitir generalizações abusivas, alargar-se-á depois o *corpus*, para observação e apoio à compreensão de outras situações, fazendo variar o locutor, o motivo, a situação e o alocutário e a negociação que se desenvolve durante a interacção. Poderão também desenvolver-se actividades de antecipação, pelo levantamento de hipóteses, a partir de títulos como *Quase de Verdade* de Clarice Lispector ou *O Planeta da Verdade* de Gianni Rodari.

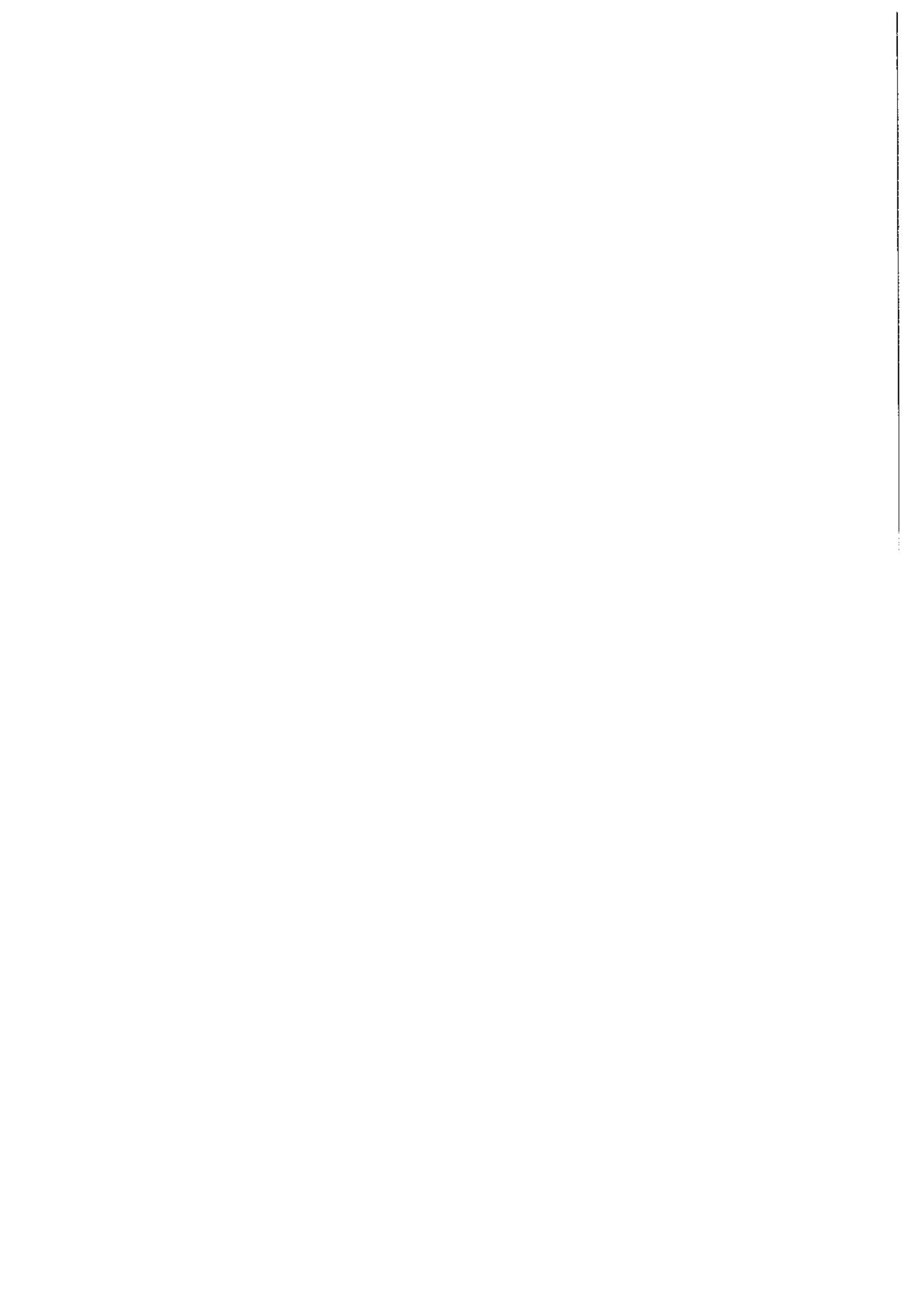
Considerada a polémica que a questão da verdade e da mentira pode suscitar, estão a partir daqui criadas as condições para o desenvolvimento de exercícios de argumentação em diversos formatos. Neste quadro, poderão oportunamente ser discutidas afirmações sobre a mentira, como a célebre frase de Lincoln «Não se pode enganar toda a gente todo o tempo» ou a de Sir Walter Scott «Que emaranhada teia tecemos quando queremos enganar», explicitar os sentidos próprios e figurados de frases idiomáticas e de provérbios «A verdade é como o azeite: vem sempre à tona de água», «mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo», «a verdade é manca mas chega sempre a tempo», «nem todas as verdades se dizem», «quem muito fala muito mente», «uma mentira descobre outra», «a verdade é amarga, a mentira é doce», «vão-

-te cair os dentes», «pimenta na língua», «a mentira pegou», «mentira deslavada». Mais estruturado, o debate, género oral presente como conteúdo programático nos Programas do Ensino Básico, poderá aqui assumir características diferentes das que ocorrem noutros espaços educativos, já que suportado pela fundamentação linguística do trabalho anterior. Poderão então discutir-se questões como a diferença entre mentir e ser mentiroso, entre pequenas mentiras e grandes efabulações, mentira ou imaginação, mentiras temporárias ou uma existência inteira envolvida pela mentira, mentiras admissíveis e mentiras censuráveis.

Com um trabalho como o que sugiro, iniciar-se-á na Educação Básica o desenvolvimento de um esquema conceptual aberto sobre uma questão complexa a integrar a educação linguística, no quadro mais amplo de uma educação para os valores, linguisticamente objectivada, resistindo à tentação de aulas moralistas a que a disciplina de Língua Portuguesa nem sempre escapa quando se trata de conteúdos formativos, mas antes proporcionando fundamentos de base linguística e estratégias de recepção informada e crítica a accionar na interacção social e perante os *media*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV, 1994, *Politesse et Sincérité*, Paris, Éditions Esprit.
- BERRETTA, M., 1980, *La Comunicazione*, Milella.
- BOUGNOUX, D., 1993, «Mensonge romantique et vérité romanesque», in *Sciences de l'Information et de la Communication*, Paris, Larousse, pp. 319-322.
- COLLODI, *Le avventure di Pinocchio*, 1991, Bologna, Malipiero Editore.
- DUMARSAIS, 1988, *Des tropes ou des Différents Sens*, Paris, Flammarion.
- FRIAS, 2000, «Desculpe, sim? ou acerca do acto expressivo *pedir desculpa* em português», comunicação apresentada ao 7º Encontro de Estudos Portugueses O Discurso em Análise, Aveiro, no prelo.
- GRUPO m, 1982, *Rhétorique Générale*, Paris, Seuil.
- HOCKETT, 1958, *A Course in Modern Linguistics*, Nova Iorque, MacMillan.
- LAURENT, J., 1994, *Du Mensonge*, Paris, Plon.
- LISPECTOR, Clarice, 1993, *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- LYONS, J., 1997, *Semântica I*, Lisboa, Presença.
- MELLOR, D. H., 1990, «Falar Verdade», in *Formas de Comunicação*, Lisboa, Teorema, pp. 83-97.
- NEGREIROS, Almada, 1993, «A Verdade», in *A Invenção do Dia Claro*, Lisboa, Colares Editora.
- SUHAMY, H., 1981, *Les Figures de Style*, Paris, PUF.
- TODOROV, T., 1979, *Poética da Prosa*, Lisboa, Edições 70.



# VOCABULÁRIO DO CANCIONEIRO DE D. DINIS

*Maria Olinda Rodrigues Santana*  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Departamento de Letras

## 1. Introdução

Proponho-me apresentar, nesta comunicação, um breve tratamento estatístico-lexical aplicado a um *corpus* lírico do português medieval: Cancioneiro de D. Dinis.

Escolhi a edição do Cancioneiro de D. Dinis elaborada por Nuno Júdice<sup>1</sup> (1997) para a realização da referida análise. Após a homogeneização das formas do *corpus*, ou seja, a preparação de uma edição uniformizada do mesmo, foi efectuado um sucinto tratamento lexicométrico<sup>2</sup>.

No âmbito de uma comunicação, não é possível apresentar uma leitura completa do vocabulário<sup>3</sup> do Cancioneiro dionisino. Pelo que tentei, tão-somente, abrir algumas possibilidades de leitura e interpretação dos dados globais registados nas tabelas de distribuição de frequências (Anexo 1 – TDF) e desvios reduzidos (Anexo 2 – TDR), acompanhadas pelo excerto da lista vocabular por ordem hierárquica (Anexo 3). A metodologia estatístico-lexical utilizada reúne a totalidade das massas lexicais “quanti-qualitativas”, fornece as tabelas estatísticas e ressalta, através de gráficos, as aproximações e os afastamentos vocabulares entre os *subcorpus* do *corpus* principal.

O estudo vocabular do *corpus* seleccionado pode ser executado por meio de dois tipos de leituras dos materiais lexicais:

---

<sup>1</sup> D.DINIS – *Cancioneiro: edição, prefácio e notas de Nuno Júdice*, 1997.

<sup>2</sup> Aplicando o programa STABLEX de André CAMOLONG, 1991.

<sup>3</sup> Emprego o termo vocabulário, no sentido, habitualmente, dado pelos investigadores de Estatística Textual. Um dos primeiros linguistas desta área Charles MULLER define-o assim: “el vocabulario, en el sentido que nosotros le damos, está pues necesariamente ligado a un texto, escrito o falado, corto o largo, literario o utilitario, homogéneo o compuesto (corpus), en límites de un idioma dado. Se definirá como el conjunto de vocablos representados un número cualquiera de veces en el texto considerado”, 1973, p. 230-231. Trad. de Antonio Quillis.

- a) – uma leitura horizontal, linha por linha das duas tabelas (TDF, TDR) e da lista vocabular. Estes instrumentos permitem comparar ou contrastar o vocabulário do *corpus*, detectando as preferências ou diferenças de emprego dos subgrupos vocabulares,
- b) – uma leitura vertical, coluna por coluna, faculta o levantamento do vocabulário característico de cada variável ou *subcorpus*.

Estas duas leituras articulam-se constantemente com o levantamento das listas vocabulares (hierárquica, alfabética), proporcionando a elaboração de listas de vocabulário preferencial<sup>4</sup>, diferencial, particular ou distintivo, comum, banalizado ou de base.

Em síntese, a análise estatístico-lexical, concretizada com o programa *Stablex*, torna possível um estudo apurado de vários tipos de vocabulário ou do total do vocabulário de um *corpus*.

Para este pequeno trabalho, selecionei, apenas, o vocabulário mais adequado à ilustração de uma parte vocabular dos quatros géneros de cantigas que compõem o Cancioneiro de D. Dinis (Cantigas de Amigo, Amor, Pastorelas e Escárnio).

## 2. Opções metodológicas

### 2.1. Normas de edição

Optei pela edição do Cancioneiro dionisino da responsabilidade de Nuno Júdice por dois motivos essenciais:

- 1º – é uma edição constituída por “todo o conjunto da poesia do rei D. Dinis recolhida nos cancioneiros medievais” (JÚDICE, N., 1997, p. 16),
- 2º – é uma edição uniformizada, por conseguinte adequada a um estudo lexicométrico, como o próprio editor refere a sua “leitura partiu do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, na sua edição fac-similada, tendo conferido a minha leitura pela de outros editores, aceitando ou não as

<sup>4</sup> Genericamente, o vocabulário preferencial é o vocabulário com um valor algébrico igual ou superior a + 1,96, isto é, valores significativamente positivos; o vocabulário diferencial apresenta valores significativamente negativos, ou seja, algebricamente iguais ou inferiores a -1,96; o vocabulário particular ou distintivo aparece uma única vez num texto ou *corpus*, os hapax são sempre vocabulário particular, característico, específico de um texto; o vocabulário comum congrega o “tronco comum” dos textos do corpus, qualquer que seja o grau de significação emitido pelo valor algébrico; o vocabulário banalizado ou de base reúne os vocábulos gramaticais e nocionais com um valor algébrico situado entre o -1,96 e o +1,96.

suas propostas, de acordo com o que me pareceu, caso a caso, a melhor solução. Assim, não há qualquer desvirtuamento da linguagem – e da língua – do texto recolhido no Cancioneiro; havendo apenas a modernização da grafia que é levada até ao ponto máximo que não altere nem o vocábulo nem a fonética.” (JÚDICE, N., 1997, p. 16).

A uniformização das formas elaborada por Nuno Júdice não foi totalmente concretizada, de modo que tive de homogeneizar algumas formas e expressões não normalizadas pelo autor. Foi necessário, desde logo, resolver os apóstrofos, seguindo as formas inteiras do *corpus*. A título elucidativo, retirei dois exemplos da cantiga de refrão “Que muit’ há já que nom vejo” a forma *muit’* foi substituída pela forma inteira (muito), da mesma maneira, a forma *mandad’* foi desdobrada pela forma inteira (mandado), que aparece, inclusivamente, no 2.º verso da 2.ª estrofe da mesma cantiga<sup>5</sup>. Foi preciso, de igual forma, unir para serem tomadas pelo programa de análise estatística como um sintagma, certas formas ou expressões como: *a gram sazom*, que ocorre na cantiga de refrão “Amiga, muit’a gram sazom”<sup>6</sup>, *por quanto, de grado*, que aparecem, na cantiga de refrão “Dos que ora som na hoste”<sup>7</sup>. Foram ligados, ainda, os antropónimos ocorrentes, por exemplo, nas Cantigas de Escárnio: Joam-Bolo, na cantiga “De Joam Bol’ and’ eu maravilhado”<sup>8</sup> ou Joam-Simiom, na cantiga “Deus! com’ ora perdeu Joam Simiom”<sup>9</sup>. Outras uniformizações de formas foram introduzidas para eliminar a variabilidade gráfica. Adoptei as variantes gráficas, mais próximas das formas modernas, por um lado, para dar uma certa continuidade ao critério editorial proposto por Nuno Júdice, por outro, por ser o procedimento mais adequado a um tratamento estatístico-lexical. Enuncio tão-somente alguns exemplos de variantes gráficas presentes no Cancioneiro para dar conta da impossibilidade de se trabalhar com um método lexicométrico sem resolver a questão da variabilidade gráfica. A forma *amigu’* aparece, a título ilustrativo, nas cantigas de refrão “Que coita houvestes, madr’ e senhor”<sup>10</sup> e “Quisera vosco falar de grado”<sup>11</sup>. A forma *amigo*, a mais frequente, surge, por sua vez, na cantiga de refrão “Amigo fals’ e desleal”<sup>12</sup>. As expressões *per bõa fé, per boa fé e par Deus, por Deus*, assomam

<sup>5</sup> *Ob. cit.*, p. 25.

<sup>6</sup> *Ob. cit.*, p. 22.

<sup>7</sup> *Ob. cit.*, p. 24.

<sup>8</sup> *Ob. cit.*, p. 163.

<sup>9</sup> *Ob. cit.*, p. 169.

<sup>10</sup> *Ob. cit.*, p. 42.

<sup>11</sup> *Ob. cit.*, p. 45.

<sup>12</sup> *Ob. cit.*, p. 43.

em várias cantigas. Apenas, a título ilustrativo, a expressão *per bõa fé* encontra-se na cantiga de refrão “Que trist’ hoj’ é meu amigo”<sup>13</sup>, a segunda, *per boa fé*, na cantiga de amor “Grave vos é de que vos hei amor”<sup>14</sup>. A expressão *par Deus* ocorre, na cantiga de amor atrás citada “Grave vos é de que vos hei amor” e a expressão *por Deus* surge na cantiga de amor “Ai senhor fremosa, por Deus”<sup>15</sup>. Mais algumas alterações foram aplicadas ao *corpus*, mas as restrições textuais impostas por uma comunicação impedem de as apresentar, neste momento, na sua totalidade.

## 2.2. Subdivisão do *corpus*

A subdivisão do *corpus* respeitou a divisão tradicional das cantigas por géneros (JÚDICE, N., 1997, p. 17). Assim, considerei no tratamento estatístico quatro *subcorpus*: T1 é o *subcorpus* constituído pelas 52 *Cantigas de Amigo*, T2 o *subcorpus* composto por 71 *Cantigas de Amor*, T3 é formado por 3 *Pastorelas* e T4 por 11 *Cantigas de Escárnio*. No total o *corpus* é constituído por 137 cantigas.

Posto isto, passo a apresentar uma sumária leitura dos dados vocabulares obtidos através da aplicação da metodologia seleccionada (CAMLONG, A., 1991 a), p. 43-62, 1995, p. 42-48 e 1996).

## 3. Um tratamento estatístico-lexical do Cancioneiro de D. Dinis

Como sintetizei na introdução, a metodologia aplicada ao Cancioneiro disponibiliza os resultados quantitativos, na tabela de distribuição de frequências, os dados qualitativos na tabela de desvios reduzidos, torna possível a elaboração de listas vocabulares por ordem hierárquica e alfabética, a construção de gráficos baseados tanto nos dados quantitativos como nos qualitativos, isto é, uma série de materiais quanti-qualitativos que evidenciam as escolhas gramaticais ou temáticas do autor nos vários géneros. Dos dados quantitativos do *corpus*, elencados na TDF, fazem parte 16.304 formas e expressões, dos dados qualitativos, fornecidos na TDR, o total dos desvios reduzidos do *corpus* é de -14,744.

Com base no total dos desvios reduzidos de cada *subcorpus*: T1 – *Cantigas de Amigo* (4,516); T2 *Cantigas de Amor* (11,042); T3 – *Pastorelas* (-4,794) e T4 – *Cantigas de Escárnio* (-25,508), foi elaborado um gráfico de barras repre-

<sup>13</sup> *Ob. cit.*, p. 23.

<sup>14</sup> *Ob. cit.*, p. 91.

<sup>15</sup> *Ob. cit.*, p. 116.

sentando o peso lexical do Cancioneiro de D. Dinis. Este gráfico mostra, de imediato, a comparação simultânea entre as quatro variáveis do *corpus*, patentando as flutuações, aproximações e afastamentos na construção do discurso dionisino.

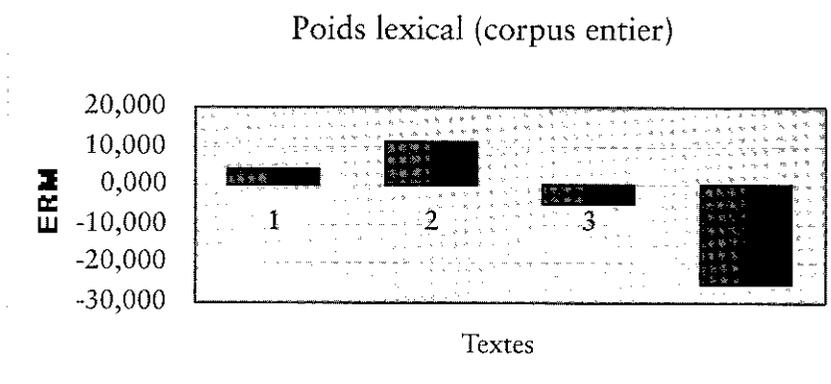


Figura 1: Peso lexical do Cancioneiro de D. Dinis

O gráfico de barras serve de elemento introdutor à comparação vocabular dos quatro *subcorpus* do Cancioneiro, dando passagem para a leitura horizontal, comparativa e contrastiva do mesmo. Iniciei este tipo de leitura pelo levantamento do vocabulário preferencial (CAMLONG, A., 1996, 127-129). Este tipo de vocabulário tem um peso lexical altamente positivo na massa vocabular do *corpus*, é o vocabulário mais significativo, porque apresenta um valor algébrico igual ou superior a +1,96, na tabela de desvios reduzidos.

### 3.1. *Leitura horizontal do vocabulário preferencial do corpus*

Num primeiro momento, analisei linha a linha a tabela dos desvios reduzidos e verifiquei que não há qualquer vocábulo preferencial comum nem a quatro nem a três subgrupos vocabulares do *corpus*. Encontra-se, contudo, vocabulário preferencial comum a dois subgrupos. Antes de encetar o levantamento da 1.<sup>a</sup> à última linha da tabela dos desvios reduzidos do *corpus*, convém lembrar que as frequências elevadas são, como é sabido, essencialmente, palavras gramaticais, inúmeras vezes repetidas nos textos, as frequências médias, por sua vez, tanto podem ser palavras gramaticais como nocionais<sup>16</sup> (CAMLONG, A., 1996, 126) e as baixas frequências são, sobretudo, palavras nocionais ou plenas. Nas baixas frequências (4, 3, 2), o vocabulário, além de

<sup>16</sup> Segundo Camlong, as palavras nocionais são os nomes, os qualificativos, os verbos e os advérbios qualificativos, as palavras gramaticais são, sobretudo, os artigos, os pronomes, as preposições e as conjunções.

ser preferencial em determinado texto, pode ser, do mesmo modo, particular<sup>17</sup>, distintivo desse texto. Nos hapax, isto é, na frequência 1, os vocábulos são sempre característicos, específicos do texto no qual ocorrem.

O primeiro vocabulário preferencial comum a dois gêneros de composições do Cancioneiro surge na linha 26 da TDR e da TDF e acontece com o vocabulário das Cantigas de Amigo (4,09) e com o vocabulário das Cantigas de Escárnio (6,61). Após a consulta da tabela de distribuição de frequências (Anexo 1) e a consulta do vocabulário por ordem decrescente (Anexo 3), verifica-se que o vocábulo preferencial comum aos dois tipos de cantigas é (el), frequência 112. Os mesmos dois grupos de cantigas têm um outro vocábulo gramatical comum (lhe), a frequência 93, linha 29 da TDR e da TDF. O desvio reduzido das Cantigas de Amigo é de 2,07 e das Cantigas de Escárnio 4,40.

Na frequência 4, linha 93 das mesmas tabelas, as Cantigas de Amigo e de Escárnio apresentam respectivamente o valor algébrico de 3,11 e 2,40. Esta frequência conta com 79 vocábulos e expressões.

As formas e expressões das Cantigas de Amigo incluídas na frequência 4 são *selade*<sup>18</sup>, *sano*, *solaz*, esquivo, *cinta*, *seve*, *sejo*, *ele*, *seede*, *vou-me*, *vede*, *vento*, *cuida*, *ouse*, *rogar*, *encoberto*, *catar*, *cá*, *vejades*, *veo*, *cuidei*, *nembra*, *naci*, *greu*, *tolhe-me*, *deve*, *fazem*, *folgarei*, *morremos*, *moirades*, *desasperar*, *morrerá*, *falso*, *fazendo*, *façades*, *morreu*, *pagado*. Nas Cantigas de Escárnio, as palavras que fazem parte da frequência 4 são *seve*, *rapaz*, *come*, *ides*, *trobam*, *todas*, *demo*, *leixades*.

No processo de leitura horizontal, constata-se uma outra aproximação lexical preferencial entre outros dois *subcorpus*: as Pastorelas (4,93), na linha 74 da TDR e da TDF, na frequência 23, e as Cantigas de Escárnio com o valor de desvio reduzido de 2,66. Existem 5 vocábulos que ocorrem 23 vezes no *corpus* (*vem*, *disse*, *grado*, *tempo*, *digo*), contudo só o vocábulo (*disse*) tem um emprego significativamente positivo nas Pastorelas e nas Cantigas de Escárnio.

Detecta-se uma outra aproximação vocabular, com valores algébricos significativos, entre as Cantigas de Amigo (2,78) e as Pastorelas (2,05), na linha 82 das tabelas, referente à frequência 15. São 9 os vocábulos que aparecem 15 vezes no *corpus*, mas são 4 as formas comuns aos dois tipos de cantigas (*praz*, *parecer*, *esta*, *ela*).

A aproximação vocabular preferencial mais significativa observa-se entre os textos das Pastorelas e os das Cantigas de Escárnio, precisamente, porque essa aproximação se dá nas baixas frequências 3, 2 e 1, nas linhas 94, 95, 96

<sup>17</sup> O vocabulário particular ou distintivo só aparece uma vez no texto e no *corpus*.

<sup>18</sup> Sempre que um vocábulo ou expressão é preferencial e particular, ou seja, exclusivo desse texto aparece a carregado e itálico para se destacar o vocabulário apenas preferencial.

da TDR e da TDF. Na verdade, são estas as frequências que contam com o maior número de formas.

Na frequência 3, as Pastorelas apresentam um valor algébrico de 2,18 e as Cantigas de Escárnio um valor de 2,50; na frequência 2, o T3 evidencia um valor de 2,96 e T4 de 5,49; nos hapax, isto é, na frequência 1, os valores são os mais elevados de toda a tabela: T3 (6,89) e T4 (15,69).

A elencagem do vocabulário preferencial das Pastorelas e das Cantigas de Escárnio do Cancioneiro de D. Dinis, nas baixas frequências, é a seguinte:

- na frequência 3, linha 94 das tabelas, as Pastorelas, o *subcorpus* mais reduzido do Cancioneiro, têm 4 vocábulos (cantar, cujo, estava, *papagai*), sendo um deles particular, distintivo das Pastorelas (*papagai*). As Cantigas de Escárnio, na mesma frequência, patenteiam 14 formas e expressões (*leixades, leixou-lhe, cata, levou-lhe, olivas, nojo, ganhou, três, trobasse, tragia, andam, face, tornaria, comeo*), 11 delas exclusivas, características destas cantigas,
- na frequência 2, linha 95 das tabelas, as Pastorelas, manifestam, 15 formas e expressões preferenciais (*és, eram, jouve, vão, venha, chorava, oíu, dizia, unhas, antre, devia, falava, medês, peça, dizedes*), 4 formas, estatisticamente específicas, características deste tipo de cantigas. O vocabulário privilegiado e exclusivo, presente, na mesma frequência, das Cantigas de Escárnio dionisinas é, só por si, quanti-qualitativamente importante. São, ao todo, 41 formas e expressões preferenciais e, dentro desse vocabulário estatisticamente significativo, 20 são particulares, específicas dessas cantigas (*criado, elas, eles, lha, loar, cousas, leve, Joam Simiom, jouve, jazia, rua, color, el rei, doente, deitar, Dom Foam, desbaratado, dele, noite e dia, quer-se, bestas, doado, moirerom, guardou, muacha, Meliom Garcia, mentre, perdudas, devia, perdeu, atormentado, provar, provará, mao, poderá, peça, aquela, pecados, sangrar, pela, podem*).

Para finalizar o levantamento vocabular preferencial do Cancioneiro, resta proceder ao arrolamento das palavras e expressões da frequência 1, linha 96 das tabelas. Os hapax das Pastorelas e das Cantigas de Escárnio são vocábulos e expressões particulares, distintivos do *subcorpus* em que ocorrem.

Na frequência 1 das Pastorelas incluem-se os seguintes vocábulos e expressões: *curo, caridade, erguede, caeu, esmorecia, cantando, errastes, cuidava, entrava, errado, enamorada, estando, varom, virgen, vee-lo-edes, verão, vi-te, ir-me-ei, ide-vos, oír, olho, queixedes, queres, queixando, queixava, nacera, destorvar, deitou-se, davam, dezia, doita, ti, tu, andarei, acordava, mandades, fiar, fores, forçava, partirá, sanhuda, servida, Santa Maria, saboroso*.

Os hapax das Cantigas de Escárnio são os seguintes: *cambiando, cavalgador, cerro, enfadado, lobo, en cas de, lorbaga, criar, encavalgado, ir-me, cento, entendo, comprou, embargado, ir-me-ei, chorasas, enganado, levasse, concelho, en cas, levou, coitadas, enquisas, consigo, encontra, ligeiro, lazera-das, lixoso, lhas, vivas, vestem, vingara-me, vilão, vogado, veerá, vegadas, vestidas, vivem, vam, juiz, inferno, inverno, revolve, inchado, ravioso, infernal, razões, outros, ousado, remusgador, ogano, revelador, havia-lhas, havendo, há-de, despendendo, deitaram, queixara, queixou, deixou, queixoso, dessem, doada, nojoso, doze, naquela, dez, negada, doutrem, del, desmesurado, duas, dizem, baratas, brou, buscava-lhe, besta, belo, governa, barata, governo, gaanhado, guardará, gardou, teendo-as, tosquiava, trobara, trobei, tirasse, mês, teve, moirerom-lhe, trouxe, ardendo, mostrou, talam, astroso, manhada, tantos, acharei, mereceu, tragê-las, aventurado, achou, maravilhado, andou, meses, aquestes, mestre Reinel, ata, moram, ambas, meirinho, antano, min-guadas, alegrar, meninas, perderom, paga, mudar, parlar, pesara, fogo, fome, pé, feramente, provasse, fica, perderá, pelo, fazedor, feo, pousada, poi-las, pano, parage, proençaes, saíssem, sangradas, sãas, seguramente, semelbara, sen, siso, senhores, suas, soem, comendo, caderno, caga, cam, cavaleiro, cre-ceu, crescer, começou, casamento, crua, conhecendo, corredor, câmbio.*

A massa vocabular do Cancioneiro é composta, como já foi anotado, por 16.304 formas e expressões lexicais. Nesse total, 669 vocábulos são hapax, isto é, só aparecem uma única vez no conjunto dos quatro gêneros de cantigas. Da totalidade dos hapax 164 vocábulos pertencem às Cantigas de Escárnio e 44 fazem parte das Pastorelas. Na massa lexical das Pastorelas, 44 vocábulos são estatisticamente relevantes, pois demonstram um valor algébrico de desvio reduzido de 6,89. Nas Cantigas de Escárnio, 164 são ainda mais significativos, pois apresentam o valor algébrico mais elevado da tabela de desvios reduzidos (15,69).

O processo da leitura horizontal deve ser alargado a todo o tipo de vocabulário (preferencial, diferencial, particular, comum, banalizado ou de base), pelo que resolvi proceder ao levantamento do vocabulário comum positivo (CAMLONG, A., 1991, p. 123), ou seja, vocabulário que pertence ao “tronco comum” das Cantigas de Amigo e de Amor do *corpus*, já que não assoma vocabulário privilegiado comum a estes dois tipos de cantigas, é fundamental recorrer, então, a outros tipos de vocabulário.

O vocabulário comum positivo às Cantigas de Amigo e de Amor dionísias é formado pelos vocábulos das frequências 448 (nom), linha 4 das tabelas, da frequência 358 (eu), linha 5 das mesmas tabelas, da frequência 132 (gram), linha 23 da TDR e da TDF, da frequência 119 (pois), linha 24 das duas tabelas, da frequência 89 (do, mia), linha 56 das tabelas, da frequên-

cia 44 (*ende*<sup>19</sup>, *i*, *tanto*), com a frequência 35 há duas palavras no *corpus* (olhos, *morrer*), na linha 65 das tabelas, com a frequência 18, linha 79 das tabelas, existem 3 vocábulos no *corpus*, (*aquesto*, *peior*, *mandado*), dois deles são comuns às Cantigas de Amigo e Amor (*aquesto*, *mandado*), *peior* é um vocábulo particular, distintivo das Cantigas de Amor, pois ocorre 18 vezes apenas nesse tipo de cantiga. Por último, há 10 vocábulos, na linha 85 das tabelas, com a frequência 12 (*pese*, *rogo*, *viu*, *nenhum*, *vezes*, *quantas*, *queria*, *doer*, *tenho*, *diz*), alguns desses vocábulos aparecem somente nas Cantigas de Amigo e Amor (*pese*, *rogo*, *viu*, *queria*) e o vocábulo (*doer*) é específico, exclusivo, particular ao vocabulário das Cantigas de Amor, surge 12 vezes tão-somente neste tipo de cantiga.

A leitura horizontal proporciona uma análise comparativa e contrastiva dos vários tipos de vocabulário. Pode, ainda, ser clarificada com variados gráficos, mostrando as aproximações ou os afastamentos vocabulares entre os *subcorpus* ou subconjuntos de um determinado *corpus*. Importa lembrar que a metodologia estatístico-lexical escolhida propõe ainda um outro procedimento de análise: a leitura vertical. Esta última torna possível o levantamento dos diferentes tipos vocabulares variável por variável e linha por linha. A exaustão de tratamento vocabular a que conduz este tipo de leitura não pode ser contemplado numa simples comunicação, essa leitura está a ser realizada para um trabalho mais desenvolvido em fase de preparação<sup>20</sup>.

Em jeito de síntese, direi apenas que o levantamento sucinto do vocabulário do Cancioneiro dionisino apontou, em primeiro lugar, as possibilidades de uma análise estatístico-lexical aplicada a um *corpus* literário medieval. Não perdendo de vista que uma metodologia deste tipo pode, com rigor, quantificar e qualificar o vocabulário gramatical (preferencial, particular, banalizado ou de base, diferencial, etc.) seleccionado pelo autor nos diferentes géneros de cantigas, assim como quanti-qualificar o vocabulário temático (preferencial, particular, banalizado, diferencial, etc.) preferido por D. Dinis nas mesmas composições. Em segundo lugar, a meu ver, terá toda a pertinência empregar a mesma metodologia a dois estilos diferentes de um mesmo autor, ou seja, a um *corpus* literário (Cancioneiro) e a um *corpus* não literário, por exemplo, a extractos da Chancelaria dionisina<sup>21</sup>, deste modo será possível desvelar duas opções de escrita diferentes, dois estilos diversos de um mesmo autor: D. Dinis.

<sup>19</sup> Os vocábulos que aparecem em itálico no levantamento do vocabulário comum às Cantigas de Amigo e de Amor ocorrem unicamente nestes dois tipos de composição.

<sup>20</sup> O tratamento lexicométrico completo do Cancioneiro de D. Dinis servirá, por exemplo, para confirmar a crítica feita por TAVANI, Guiseppe, 1990, p. 264-5 à qualidade da produção lírica de D. Dinis.

<sup>21</sup> Convém recordar que a Chancelaria de D. Dinis é composta por 6 Livros. A comparação de um

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMLONG, André, 1991 – *Stablex Pratique. Indexation des textes: traitement statistique des lexiques. Extraction des séquences, création des dictionnaires, Les huit contes de Ch. Perroult*. Toulouse: Teknea.
- 1991 a) – Tratamento estatístico-lexical de *Os Lusíadas*. Informática & Educação. Revista do Pólo da Universidade do Minho do Projecto MINERVA Braga: Pólo da Universidade do Minho do Projecto Minerva. 1 (Março de 1991) 43-62.
- 1995 – Formulário e Tabelas de Estatística para a Análise Lexical. Informática & Educação. Revista do Pólo da Universidade do Minho do Projecto MINERVA. Braga: Pólo da Universidade do Minho do Projecto Minerva. 6 (Dezembro 1995) 42-48.
- 1996 – *Méthode d'analyse lexicale textuelle et discursive*. Paris: Éditions Ophrys.
- D. DINIS – *Cancioneiro: edição, prefácio e notas de Nuno Júdice*. 1997. Lisboa: Editorial Teorema
- MULLER, Charles, 1973 – *Estadística Lingüística*. Madrid: Editorial Gredos. Trad. de Antonio Quillis.
- TAVANI, Guiseppe – *A Poesia Lírica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1990. Tradução de Isabel Tomé e Emídio Ferreira.

---

*corpus* de 137 cantigas que compõem o Cancioneiro de Dinis com a vastidão textual da sua Chancelaria tornaria essa mesma comparação dos dois *corpora* extremamente desequilibrada, por isso sugiro apenas a comparação vocabular do Cancioneiro com uma parte, devidamente justificada, da Chancelaria dionisina. Trabalho, aliás, que tenho já em curso.

## ANEXOS

Anexo 1 – Tabela de Distribuição de Frequências

|      |     |       |          |          |          |          |    |
|------|-----|-------|----------|----------|----------|----------|----|
| 96   |     | 16304 | 5854     | 8741     | 400      | 1309     |    |
| 4    | p   |       | 0,359053 | 0,536126 | 0,024534 | 0,080287 |    |
|      | q   |       | 0,640947 | 0,463874 | 0,975466 | 0,919713 |    |
| Rang | Occ | Nbre  | Fréq     | T1       | T2       | T3       | T4 |
| 1    | 855 | 1     | 855      | 298      | 465      | 13       | 79 |
| 2    | 734 | 1     | 734      | 268      | 375      | 22       | 69 |
| 3    | 494 | 1     | 494      | 159      | 305      | 8        | 22 |
| 4    | 488 | 1     | 488      | 178      | 268      | 11       | 31 |
| 5    | 358 | 1     | 358      | 135      | 194      | 7        | 22 |
| 6    | 309 | 1     | 309      | 125      | 140      | 7        | 37 |
| 7    | 306 | 1     | 306      | 102      | 195      | 6        | 3  |
| 8    | 305 | 1     | 305      | 95       | 201      | 2        | 7  |
| 9    | 292 | 1     | 292      | 89       | 181      | 5        | 17 |
| 10   | 254 | 1     | 254      | 71       | 181      | 2        | 0  |
| 11   | 247 | 1     | 247      | 68       | 145      | 5        | 29 |
| 12   | 235 | 1     | 235      | 37       | 177      | 1        | 20 |
| 13   | 232 | 1     | 232      | 80       | 134      | 5        | 13 |
| 14   | 217 | 1     | 217      | 66       | 136      | 7        | 8  |
| 15   | 214 | 1     | 214      | 68       | 118      | 5        | 23 |
| 16   | 188 | 1     | 188      | 26       | 157      | 4        | 1  |
| 17   | 182 | 1     | 182      | 62       | 100      | 6        | 14 |
| 18   | 181 | 1     | 181      | 60       | 109      | 1        | 11 |
| 19   | 172 | 1     | 172      | 94       | 73       | 4        | 1  |
| 20   | 171 | 1     | 171      | 42       | 113      | 5        | 11 |
| 21   | 170 | 1     | 170      | 67       | 91       | 2        | 10 |
| 22   | 164 | 1     | 164      | 57       | 103      | 0        | 4  |
| 23   | 132 | 1     | 132      | 50       | 75       | 2        | 5  |
| 24   | 119 | 1     | 119      | 45       | 67       | 2        | 5  |
| 25   | 115 | 1     | 115      | 110      | 2        | 2        | 1  |
| 26   | 112 | 1     | 112      | 61       | 21       | 2        | 28 |
| 27   | 105 | 1     | 105      | 35       | 59       | 3        | 8  |
| 28   | 100 | 1     | 100      | 20       | 69       | 2        | 9  |
| 29   | 93  | 1     | 93       | 43       | 28       | 3        | 19 |
| 30   | 92  | 1     | 92       | 28       | 62       | 1        | 1  |
| 31   | 178 | 2     | 89       | 64       | 102      | 4        | 8  |
| 32   | 87  | 1     | 87       | 27       | 48       | 3        | 9  |

|    |     |   |    |    |     |    |    |
|----|-----|---|----|----|-----|----|----|
| 33 | 82  | 1 | 82 | 15 | 62  | 3  | 2  |
| 34 | 81  | 1 | 81 | 26 | 50  | 2  | 3  |
| 35 | 78  | 1 | 78 | 21 | 51  | 3  | 3  |
| 36 | 75  | 1 | 75 | 28 | 39  | 1  | 7  |
| 37 | 69  | 1 | 69 | 27 | 35  | 6  | 1  |
| 38 | 198 | 3 | 66 | 84 | 88  | 6  | 20 |
| 39 | 65  | 1 | 65 | 26 | 32  | 3  | 4  |
| 40 | 128 | 2 | 64 | 61 | 54  | 4  | 9  |
| 41 | 126 | 2 | 63 | 36 | 86  | 0  | 4  |
| 42 | 124 | 2 | 62 | 32 | 84  | 3  | 5  |
| 43 | 61  | 1 | 61 | 17 | 40  | 0  | 4  |
| 44 | 120 | 2 | 60 | 35 | 79  | 3  | 3  |
| 45 | 118 | 2 | 59 | 44 | 63  | 2  | 9  |
| 46 | 58  | 1 | 58 | 23 | 22  | 3  | 10 |
| 47 | 114 | 2 | 57 | 48 | 55  | 5  | 6  |
| 48 | 220 | 4 | 55 | 70 | 128 | 3  | 19 |
| 49 | 102 | 2 | 51 | 23 | 70  | 3  | 6  |
| 50 | 50  | 1 | 50 | 10 | 36  | 3  | 1  |
| 51 | 49  | 1 | 49 | 21 | 26  | 1  | 1  |
| 52 | 48  | 1 | 48 | 24 | 22  | 0  | 2  |
| 53 | 94  | 2 | 47 | 38 | 46  | 4  | 6  |
| 54 | 46  | 1 | 46 | 11 | 34  | 0  | 1  |
| 55 | 135 | 3 | 45 | 66 | 67  | 0  | 2  |
| 56 | 132 | 3 | 44 | 52 | 73  | 0  | 7  |
| 57 | 86  | 2 | 43 | 60 | 25  | 1  | 0  |
| 58 | 42  | 1 | 42 | 14 | 24  | 0  | 4  |
| 59 | 164 | 4 | 41 | 80 | 77  | 1  | 6  |
| 60 | 40  | 1 | 40 | 19 | 17  | 1  | 3  |
| 61 | 156 | 4 | 39 | 82 | 55  | 7  | 12 |
| 62 | 76  | 2 | 38 | 17 | 53  | 1  | 5  |
| 63 | 148 | 4 | 37 | 49 | 86  | 8  | 5  |
| 64 | 36  | 1 | 36 | 11 | 17  | 1  | 7  |
| 65 | 70  | 2 | 35 | 30 | 39  | 0  | 1  |
| 66 | 68  | 2 | 34 | 24 | 36  | 0  | 8  |
| 67 | 32  | 1 | 32 | 5  | 26  | 1  | 0  |
| 68 | 150 | 5 | 30 | 48 | 90  | 1  | 11 |
| 69 | 87  | 3 | 29 | 21 | 61  | 1  | 4  |
| 70 | 54  | 2 | 27 | 27 | 21  | 0  | 6  |
| 71 | 52  | 2 | 26 | 23 | 22  | 2  | 5  |
| 72 | 100 | 4 | 25 | 28 | 63  | 3  | 6  |
| 73 | 96  | 4 | 24 | 20 | 74  | 0  | 2  |
| 74 | 115 | 5 | 23 | 50 | 37  | 11 | 17 |

|    |     |     |    |     |     |    |     |
|----|-----|-----|----|-----|-----|----|-----|
| 75 | 44  | 2   | 22 | 9   | 24  | 4  | 7   |
| 76 | 84  | 4   | 21 | 36  | 38  | 2  | 8   |
| 77 | 20  | 1   | 20 | 7   | 13  | 0  | 0   |
| 78 | 95  | 5   | 19 | 46  | 38  | 6  | 5   |
| 79 | 54  | 3   | 18 | 23  | 31  | 0  | 0   |
| 80 | 119 | 7   | 17 | 40  | 71  | 2  | 6   |
| 81 | 96  | 6   | 16 | 29  | 58  | 1  | 8   |
| 82 | 135 | 9   | 15 | 64  | 61  | 7  | 3   |
| 83 | 154 | 11  | 14 | 64  | 71  | 0  | 19  |
| 84 | 156 | 12  | 13 | 46  | 100 | 3  | 7   |
| 85 | 120 | 10  | 12 | 44  | 65  | 3  | 8   |
| 86 | 209 | 19  | 11 | 78  | 98  | 3  | 30  |
| 87 | 130 | 13  | 10 | 42  | 77  | 0  | 11  |
| 88 | 252 | 28  | 9  | 105 | 123 | 4  | 20  |
| 89 | 184 | 23  | 8  | 63  | 93  | 5  | 23  |
| 90 | 266 | 38  | 7  | 114 | 118 | 6  | 28  |
| 91 | 246 | 41  | 6  | 95  | 125 | 7  | 19  |
| 92 | 265 | 53  | 5  | 88  | 137 | 8  | 32  |
| 93 | 316 | 79  | 4  | 140 | 130 | 9  | 37  |
| 94 | 444 | 148 | 3  | 168 | 208 | 18 | 50  |
| 95 | 400 | 200 | 2  | 162 | 157 | 19 | 62  |
| 96 | 669 | 669 | 1  | 215 | 246 | 44 | 164 |

Anexo 2 – Tabela dos Desvios Reduzidos

|         |        |        |         |        |           |           |
|---------|--------|--------|---------|--------|-----------|-----------|
| -14,744 | Tot    | 4,516  | 11,042  | -4,794 | -25,508   |           |
| -0,154  | Moy    | 0,047  | 0,115   | -0,050 | -0,266    |           |
| 0,089   | Khi2   | 0,002  | 0,013   | 0,002  | 0,071     |           |
|         |        |        |         |        |           |           |
| Ecart:  | Moy    | Max    | Min     |        | Borne inf | Borne sup |
|         | -0,154 | 15,692 | -11,155 |        | -4,000    | 4,000     |
|         |        |        |         |        |           |           |
| Rang    | Fréq   | T1     | T2      | T3     | T4        |           |
| 1       | -0,648 | -0,641 | 0,453   | -1,763 | 1,303     |           |
| 2       | 1,293  | 0,343  | -1,370  | 0,953  | 1,368     |           |
| 3       | -2,223 | -1,723 | 3,623   | -1,198 | -2,924    |           |
| 4       | -0,806 | 0,263  | 0,578   | -0,285 | -1,363    |           |
| 5       | -0,990 | 0,712  | 0,219   | -0,609 | -1,311    |           |
| 6       | 1,078  | 1,666  | -2,927  | -0,214 | 2,552     |           |
| 7       | -2,485 | -0,938 | 3,547   | -0,557 | -4,537    |           |
| 8       | -3,143 | -1,732 | 4,364   | -2,029 | -3,685    |           |

|    |        |        |         |        |        |
|----|--------|--------|---------|--------|--------|
| 9  | -1,270 | -1,933 | 2,869   | -0,819 | -1,388 |
| 10 | -3,427 | -2,642 | 5,410   | -1,716 | -4,709 |
| 11 | 0,572  | -2,744 | 1,605   | -0,436 | 2,147  |
| 12 | -1,507 | -6,442 | 6,673   | -2,009 | 0,272  |
| 13 | -0,838 | -0,452 | 1,266   | -0,294 | -1,359 |
| 14 | -0,628 | -1,686 | 2,676   | 0,736  | -2,354 |
| 15 | 0,542  | -1,259 | 0,448   | -0,111 | 1,464  |
| 16 | -2,161 | -6,310 | 3,301   | -0,289 | -3,783 |
| 17 | 0,412  | -0,517 | 0,360   | 0,735  | -0,167 |
| 18 | -1,609 | -0,773 | 1,783   | -1,653 | -0,966 |
| 19 | -1,516 | 1,123  | -2,938  | -0,108 | -3,594 |
| 20 | -0,193 | -3,092 | 3,270   | 0,398  | -0,768 |
| 21 | -1,175 | 0,953  | -0,022  | -1,076 | -1,030 |
| 22 | -2,611 | -0,307 | 2,361   | -2,031 | -2,634 |
| 23 | -1,279 | 0,473  | 0,739   | -0,697 | -1,793 |
| 24 | -1,059 | 0,434  | 0,588   | -0,545 | -1,536 |
| 25 | -1,119 | 13,353 | -11,155 | -0,495 | -2,825 |
| 26 | 2,849  | 4,002  | -7,398  | -0,457 | 6,500  |
| 27 | 0,093  | -0,549 | 0,530   | 0,267  | -0,154 |
| 28 | -0,166 | -3,316 | 3,086   | -0,293 | 0,357  |
| 29 | 2,414  | 2,077  | -4,545  | 0,482  | 1,401  |
| 30 | -1,741 | -1,094 | 2,650   | -0,847 | -2,450 |
| 31 | -0,912 | 0,014  | 0,987   | -0,178 | -1,735 |
| 32 | 0,740  | -0,947 | 0,292   | 0,600  | 0,795  |
| 33 | -0,488 | -3,325 | 3,994   | 0,705  | -1,863 |
| 34 | -0,673 | -0,714 | 1,465   | 0,009  | -1,432 |
| 35 | -0,133 | -1,654 | 2,085   | 0,795  | -1,359 |
| 36 | -0,233 | 0,258  | -0,280  | -0,627 | 0,416  |
| 37 | 1,418  | 0,558  | -0,481  | 3,352  | -2,011 |
| 38 | 0,923  | 1,912  | -2,587  | 0,525  | 1,073  |
| 39 | 0,550  | 0,688  | -0,708  | 1,127  | -0,556 |
| 40 | 0,255  | 2,771  | -2,592  | 0,491  | -0,415 |
| 41 | -2,206 | -1,716 | 3,296   | -1,780 | -2,005 |
| 42 | -0,851 | -2,344 | 3,155   | -0,024 | -1,638 |
| 43 | -1,097 | -1,308 | 1,873   | -1,239 | -0,423 |
| 44 | -1,050 | -1,539 | 2,684   | 0,033  | -2,229 |
| 45 | -0,429 | 0,313  | -0,049  | -0,533 | -0,161 |
| 46 | 2,121  | 0,595  | -2,395  | 1,339  | 2,582  |
| 47 | 0,478  | 1,380  | -1,149  | 1,334  | -1,087 |
| 48 | -0,618 | -1,264 | 1,359   | -1,045 | 0,332  |
| 49 | -0,250 | -2,812 | 3,041   | 0,318  | -0,798 |

|    |        |        |        |        |        |  |
|----|--------|--------|--------|--------|--------|--|
| 50 | 0,315  | -2,344 | 2,607  | 1,621  | -1,569 |  |
| 51 | -0,792 | 1,014  | -0,077 | -0,187 | -1,542 |  |
| 52 | -1,129 | 2,036  | -1,081 | -1,099 | -0,985 |  |
| 53 | 0,547  | 0,914  | -0,909 | 1,129  | -0,587 |  |
| 54 | -1,471 | -1,695 | 2,761  | -1,076 | -1,461 |  |
| 55 | -2,425 | 3,145  | -0,928 | -1,843 | -2,799 |  |
| 56 | -1,750 | 0,836  | 0,389  | -1,822 | -1,152 |  |
| 57 | -1,532 | 0,523  | -4,564 | -0,774 | -2,740 |  |
| 58 | -0,560 | -0,347 | 0,459  | -1,028 | 0,357  |  |
| 59 | -1,859 | 3,437  | -1,711 | -1,526 | -2,060 |  |
| 60 | 0,015  | 1,529  | -1,409 | 0,019  | -0,123 |  |
| 61 | 1,227  | 4,387  | -4,597 | 1,642  | -0,155 |  |
| 62 | -0,747 | -2,460 | 2,819  | -0,641 | -0,465 |  |
| 63 | 0,627  | -0,709 | 1,097  | 2,321  | -2,082 |  |
| 64 | 1,208  | -0,669 | -0,769 | 0,126  | 2,521  |  |
| 65 | -1,794 | 1,212  | 0,353  | -1,327 | -2,032 |  |
| 66 | -0,390 | -0,105 | -0,111 | -1,308 | 1,134  |  |
| 67 | -0,682 | -2,391 | 3,135  | 0,246  | -1,671 |  |
| 68 | -1,156 | -0,997 | 1,569  | -1,415 | -0,313 |  |
| 69 | -1,165 | -2,288 | 3,087  | -0,786 | -1,178 |  |
| 70 | -0,342 | 2,159  | -2,170 | -1,165 | 0,834  |  |
| 71 | 0,687  | 1,251  | -1,635 | 0,649  | 0,421  |  |
| 72 | -0,159 | -1,648 | 1,882  | 0,353  | -0,747 |  |
| 73 | -2,165 | -3,078 | 4,511  | -1,554 | -2,144 |  |
| 74 | 0,673  | 1,693  | -4,610 | 0,531  | 2,665  |  |
| 75 | 2,757  | -2,136 | 0,124  | 2,846  | 1,924  |  |
| 76 | 0,250  | 1,328  | -1,539 | -0,043 | 0,504  |  |
| 77 | -1,094 | -0,084 | 1,021  | -0,709 | -1,321 |  |
| 78 | 1,324  | 2,543  | -2,661 | 2,433  | -0,992 |  |
| 79 | -1,753 | 1,024  | 0,559  | -1,165 | -2,171 |  |
| 80 | -0,941 | -0,521 | 1,324  | -0,545 | -1,199 |  |
| 81 | -0,611 | -1,164 | 1,337  | -0,894 | 0,110  |  |
| 82 | 0,391  | 2,786  | -1,963 | 2,052  | -2,483 |  |
| 83 | -0,406 | 1,462  | -1,868 | -1,968 | 1,968  |  |
| 84 | -1,100 | -1,671 | 2,627  | -0,428 | -1,628 |  |
| 85 | -0,221 | 0,174  | 0,122  | 0,033  | -0,549 |  |
| 86 | 0,892  | 0,427  | -1,949 | -0,951 | 3,365  |  |
| 87 | -1,197 | -0,855 | 1,284  | -1,808 | 0,182  |  |
| 88 | -0,565 | 1,906  | -1,529 | -0,889 | -0,054 |  |
| 89 | 1,158  | -0,471 | -0,835 | 0,231  | 2,232  |  |
| 90 | 0,628  | 2,363  | -3,026 | -0,208 | 1,499  |  |

|    |        |        |        |       |        |  |
|----|--------|--------|--------|-------|--------|--|
| 91 | 0,228  | 0,887  | -0,881 | 0,398 | -0,176 |  |
| 92 | 1,479  | -0,915 | -0,625 | 0,595 | 2,424  |  |
| 93 | 1,527  | 3,112  | -4,446 | 0,454 | 2,407  |  |
| 94 | 2,677  | 0,849  | -2,859 | 2,180 | 2,507  |  |
| 95 | 1,624  | 1,916  | -5,760 | 2,969 | 5,199  |  |
| 96 | 11,820 | -2,031 | -8,735 | 6,824 | 15,622 |  |

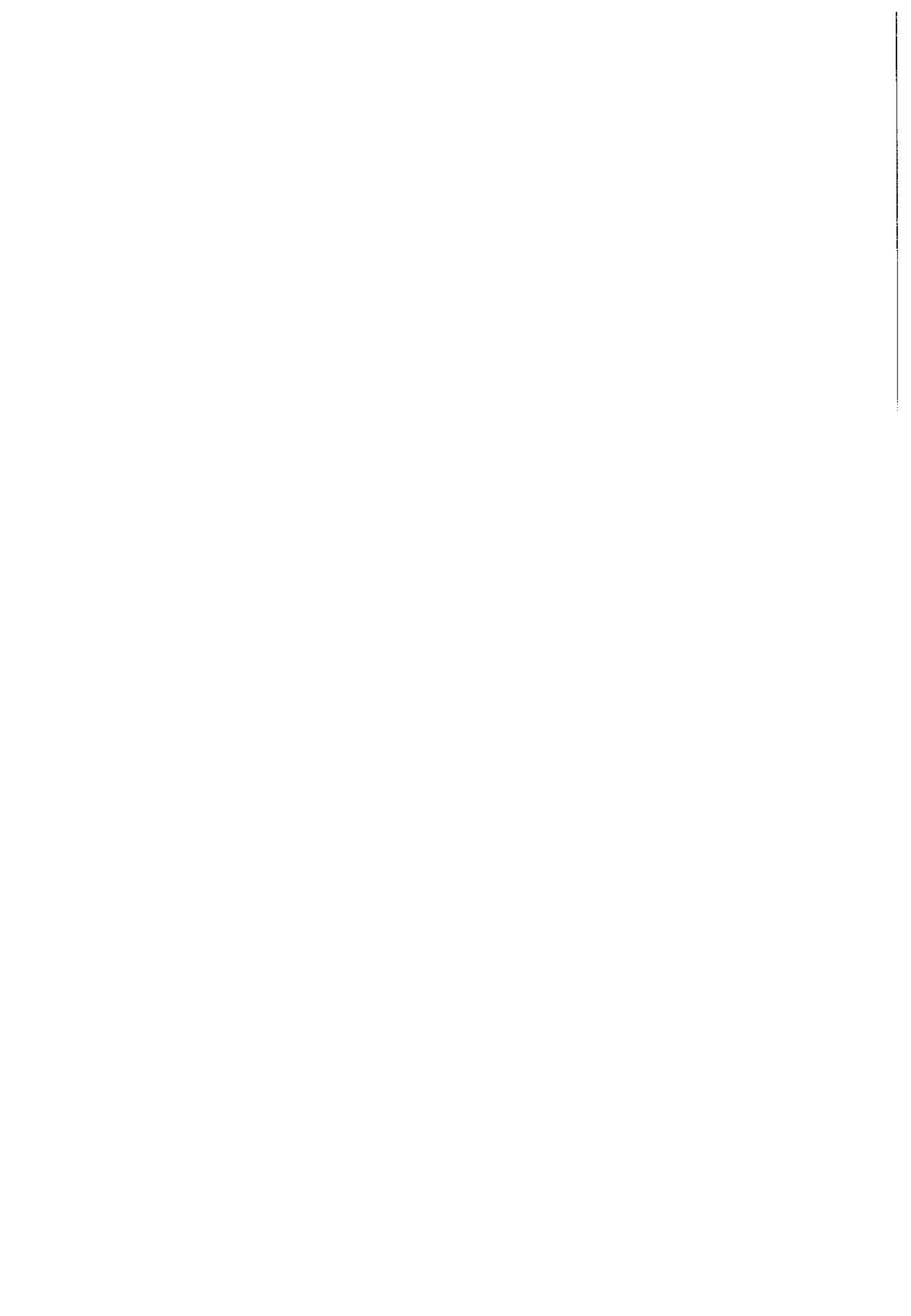
Anexo 3 – Amostra do vocabulário do Cancioneiro D. Dinis por ordem hierárquica

| Mot    | Occ | T1  | T2  | T3 | T4 |
|--------|-----|-----|-----|----|----|
| que    | 855 | 298 | 465 | 13 | 79 |
| e      | 734 | 268 | 375 | 22 | 69 |
| de     | 494 | 159 | 305 | 8  | 22 |
| nom    | 488 | 178 | 268 | 11 | 31 |
| eu     | 358 | 135 | 194 | 7  | 22 |
| o      | 309 | 125 | 140 | 7  | 37 |
| vos    | 306 | 102 | 195 | 6  | 3  |
| mi     | 305 | 95  | 201 | 2  | 7  |
| bem    | 292 | 89  | 181 | 5  | 17 |
| vós    | 254 | 71  | 181 | 2  | 0  |
| a      | 247 | 68  | 145 | 5  | 29 |
| mal    | 235 | 37  | 177 | 1  | 20 |
| por    | 232 | 80  | 134 | 5  | 13 |
| me     | 217 | 66  | 136 | 7  | 8  |
| se     | 214 | 68  | 118 | 5  | 23 |
| senhor | 188 | 26  | 157 | 4  | 1  |
| ca     | 182 | 62  | 100 | 6  | 14 |
| mais   | 181 | 60  | 109 | 1  | 11 |
| meu    | 172 | 94  | 73  | 4  | 1  |
| em     | 171 | 42  | 113 | 5  | 11 |
| é      | 170 | 67  | 91  | 2  | 10 |
| Deus   | 164 | 57  | 103 | 0  | 4  |
| gram   | 132 | 50  | 75  | 2  | 5  |
| pois   | 119 | 45  | 67  | 2  | 5  |
| amigo  | 115 | 110 | 2   | 2  | 1  |
| el     | 112 | 61  | 21  | 2  | 28 |
| nem    | 105 | 35  | 59  | 3  | 8  |
| nunca  | 100 | 20  | 69  | 2  | 9  |
| lhe    | 93  | 43  | 28  | 3  | 19 |
| hei    | 92  | 28  | 62  | 1  | 1  |
| do     | 89  | 42  | 38  | 2  | 7  |

|         |    |    |    |   |    |
|---------|----|----|----|---|----|
| mia     | 89 | 22 | 64 | 2 | 1  |
| mui     | 87 | 27 | 48 | 3 | 9  |
| coita   | 82 | 15 | 62 | 3 | 2  |
| sei     | 81 | 26 | 50 | 2 | 3  |
| vi      | 78 | 21 | 51 | 3 | 3  |
| tam     | 75 | 28 | 39 | 1 | 7  |
| amor    | 69 | 27 | 35 | 6 | 1  |
| como    | 66 | 30 | 27 | 1 | 8  |
| com     | 66 | 29 | 25 | 3 | 9  |
| há      | 66 | 25 | 36 | 2 | 3  |
| já      | 65 | 26 | 32 | 3 | 4  |
| sem     | 64 | 25 | 35 | 0 | 4  |
| u       | 64 | 36 | 19 | 4 | 5  |
| prazer  | 63 | 25 | 38 | 0 | 0  |
| tal     | 63 | 11 | 48 | 0 | 4  |
| pesar   | 62 | 26 | 33 | 2 | 1  |
| fez     | 62 | 6  | 51 | 1 | 4  |
| pero    | 61 | 17 | 40 | 0 | 4  |
| mim     | 60 | 16 | 42 | 1 | 1  |
| assi    | 60 | 19 | 37 | 2 | 2  |
| porque  | 59 | 17 | 34 | 0 | 8  |
| quem    | 59 | 27 | 29 | 2 | 1  |
| per     | 58 | 23 | 22 | 3 | 10 |
| vosso   | 57 | 21 | 32 | 4 | 0  |
| muito   | 57 | 27 | 23 | 1 | 6  |
| posso   | 55 | 12 | 42 | 0 | 1  |
| seu     | 55 | 22 | 19 | 2 | 12 |
| coraçom | 55 | 13 | 40 | 1 | 1  |
| no      | 55 | 23 | 27 | 0 | 5  |
| sempre  | 51 | 2  | 41 | 3 | 5  |
| fazer   | 51 | 21 | 29 | 0 | 1  |
| morte   | 50 | 10 | 36 | 3 | 1  |
| rem     | 49 | 21 | 26 | 1 | 1  |
| ver     | 48 | 24 | 22 | 0 | 2  |
| porem   | 47 | 20 | 23 | 2 | 2  |
| quando  | 47 | 18 | 23 | 2 | 4  |
| a!      | 46 | 11 | 34 | 0 | 1  |
| poder   | 45 | 22 | 23 | 0 | 0  |
| vejo    | 45 | 28 | 15 | 0 | 2  |
| todo    | 45 | 16 | 29 | 0 | 0  |
| ende    | 44 | 23 | 21 | 0 | 0  |
| i       | 44 | 18 | 24 | 0 | 2  |

|          |    |    |    |   |   |
|----------|----|----|----|---|---|
| tanto    | 44 | 11 | 28 | 0 | 5 |
| por Deus | 43 | 17 | 25 | 1 | 0 |
| amiga    | 43 | 43 | 0  | 0 | 0 |
| quanto   | 42 | 14 | 24 | 0 | 4 |
| este     | 41 | 18 | 22 | 1 | 0 |
| haver    | 41 | 19 | 22 | 0 | 0 |
| qual     | 41 | 4  | 33 | 0 | 4 |
| madre    | 41 | 39 | 0  | 0 | 2 |
| hoje     | 40 | 19 | 17 | 1 | 3 |
| foi      | 39 | 15 | 14 | 2 | 8 |
| falar    | 39 | 25 | 13 | 0 | 1 |
| des      | 39 | 13 | 22 | 1 | 3 |
| ai       | 39 | 29 | 6  | 4 | 0 |
| quis     | 38 | 3  | 31 | 0 | 4 |
| quero    | 38 | 14 | 22 | 1 | 1 |
| senhora  | 37 | 4  | 32 | 1 | 0 |
| senom    | 37 | 14 | 18 | 4 | 1 |
| esto     | 37 | 17 | 19 | 0 | 1 |
| dia      | 37 | 14 | 17 | 3 | 3 |
| ante     | 36 | 11 | 17 | 1 | 7 |
| olhos    | 35 | 16 | 18 | 0 | 1 |
| morrer   | 35 | 14 | 21 | 0 | 0 |
| ou       | 34 | 13 | 18 | 0 | 3 |
| razom    | 34 | 11 | 18 | 0 | 5 |
| querer   | 32 | 5  | 26 | 1 | 0 |
| pode     | 30 | 17 | 9  | 0 | 4 |
| quer     | 30 | 10 | 19 | 0 | 1 |
| dizer    | 30 | 5  | 23 | 1 | 1 |
| melhor   | 30 | 5  | 22 | 0 | 3 |
| meus     | 30 | 11 | 17 | 0 | 2 |
| grave    | 29 | 4  | 24 | 1 | 0 |
| maior    | 29 | 4  | 24 | 0 | 1 |
| aquel    | 29 | 13 | 13 | 0 | 3 |
| vivo     | 27 | 12 | 14 | 0 | 1 |
| ora      | 27 | 15 | 7  | 0 | 5 |
| par      | 26 | 4  | 18 | 1 | 3 |
| aqui     | 26 | 19 | 4  | 1 | 2 |
| som      | 25 | 3  | 17 | 0 | 5 |
| bom      | 25 | 9  | 15 | 0 | 1 |
| mulher   | 25 | 12 | 11 | 2 | 0 |
| fremosa  | 25 | 4  | 20 | 1 | 0 |
| er       | 24 | 3  | 21 | 0 | 0 |

|               |    |    |    |   |    |
|---------------|----|----|----|---|----|
| coitado       | 24 | 12 | 12 | 0 | 0  |
| Nostro Senhor | 24 | 2  | 20 | 0 | 2  |
| des que       | 24 | 3  | 21 | 0 | 0  |
| vem           | 23 | 11 | 12 | 0 | 0  |
| disse         | 23 | 0  | 1  | 9 | 13 |
| grado         | 23 | 9  | 14 | 0 | 0  |
| tempo         | 23 | 10 | 9  | 0 | 4  |
| digo          | 23 | 20 | 1  | 2 | 0  |
| unha          | 22 | 5  | 9  | 4 | 4  |
| da            | 22 | 4  | 15 | 0 | 3  |
| sol           | 21 | 10 | 10 | 1 | 0  |
| viver         | 21 | 9  | 11 | 0 | 1  |
| dar           | 21 | 6  | 10 | 1 | 4  |
| faz           | 21 | 11 | 7  | 0 | 3  |
| desi          | 20 | 7  | 13 | 0 | 0  |
| será          | 19 | 7  | 8  | 3 | 1  |
| per boa fé    | 19 | 5  | 12 | 1 | 1  |
| haja          | 19 | 11 | 8  | 0 | 0  |
| tem           | 19 | 4  | 10 | 2 | 3  |
| alva          | 19 | 19 | 0  | 0 | 0  |



# FINALMENTE SERÁ ENFIM? CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE CONTRASTIVA PORTUGUÊS/FRANCÊS

*Maria Paula Machado*

Centro de Linguística da Universidade do Porto

## 1. Considerações iniciais

**Enfim** e **finalmente** são termos frequentemente apresentados como sinónimos em Português. Esta suposta sinonímia é corroborada pela análise feita aos dicionários de Língua Portuguesa, cujo número de entradas para cada termo é directamente proporcional à exigência da análise a que se propõe cada dicionário. Excepção feita ao Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, (2001, Verbo), de edição recente e que constituiu um útil instrumento de trabalho para esta análise, quase todos remetem de um termo para outro, não deixando de ser curioso notar, contudo, que são mais as entradas dos dicionários que dão o segundo como sinónimo do primeiro, que o inverso! Porém, como verificaremos, em contextos concretos de ocorrência, estes dois termos dificilmente podem ser substituídos entre si, devido a condições semântico/pragmáticas bastante diferentes.

Se, empiricamente, um falante de Português dificilmente incorrerá numa agramaticalidade<sup>1</sup>, utilizando um termo pelo outro, o conhecimento das condições de ocorrência torna-se mais pertinente em contexto de aprendizagem do Português Língua Estrangeira, nomeadamente por falantes que conhecem na sua língua materna termos / conectores morfológica e semanticamente similares, como é o caso dos alunos franceses.

Ora, a questão da aparente sinonímia entre **enfim** e **finalmente** ganhou ainda mais relevo porque a minha experiência de ensino de Português Língua Estrangeira me demonstrou que o domínio dos dois termos se torna extremamente problemático em contexto de aprendizagem e de tradução. Além disso,

---

<sup>1</sup> Note-se que o conhecimento de outros idiomas afecta o índice de aceitabilidade de certas ocorrências!

nenhum dos suportes linguísticos de apoio (manuais, dicionários bilingues, etc.) resolve esta dificuldade.

Tomemos como exemplo **enfim**: este termo é sistematicamente utilizado pelos aprendentes franceses de PLE<sup>2</sup> como elemento conclusivo, na sequência final de um enumeração e/ou apresentação do tipo:

(1) \**Enfim queria apresentar o caso de...*

numa “colagem” do termo morfológicamente correspondente em Francês – *enfin*, cuja utilização é correcta para estes casos. A utilização deste termo vai também alargar-se à tradução de outras expressões de fim, tal como *por fim*.

Por sua vez, os mesmos alunos apenas recorrem ao termo **finalmente** em Português nas situações em que a ocorrência de *finalment* tem lugar em Francês, o que, aparentemente, não coloca problemas de correcção.

O que me parece ser central nesta questão são, efectivamente, os valores que **enfim** e **finalmente** podem assumir, bem como os contextos de ocorrência para cada um dos termos, respectivamente em Português e em Francês. Uma análise contrastiva poderá, em meu entender, sublinhar o valor proposto nas análises monolingues e ajudar na busca de constantes que simplifiquem a tradução e, conseqüentemente, a aprendizagem.

Impõe-se desde logo estabelecer um ponto de partida que nos permita encarar estes dois termos na sua diversidade.

Tradicionalmente incorporados na gramática como advérbios, **enfim**<sup>3</sup> e **finalmente** poucas vezes desempenham as funções sintáctico-semânticas que este tipo de palavras costuma assumir. Na realidade, pela observação das ocorrências mais frequentes, que adiante exporei, podemos constatar que estas categorias gramaticais são mais facilmente integráveis no domínio dos *marcadores do discurso*, segundo critérios prioritariamente pragmáticos, tal como os define Portolés, 1998, pág. 25-26:

“Unidades lingüísticas invariables, [que] no ejercen una función sintáctica en el marco de la predicación oracional y poseen un cometido coincidente en el discurso: el de guiar, de acuerdo con sus distintas propiedades morfosintácticas semánticas y pragmáticas, las inferencias que se realizan en la comunicación”.

Tal assumpção não põe de lado, em meu entender, o valor intrinsecamente gramatical de cada termo mas, e isso é o que me interessa aqui salientar, con-

<sup>2</sup> Sempre que me referir a Português Língua Estrangeira fá-lo-ei através das iniciais PLE.

<sup>3</sup> Não raramente vemos também **enfim** catalogado com interjeição.

templa e privilegia os valores mais diversificados das possíveis ocorrências. Na verdade, é difícil agrupar numa mesma descrição ideias tão heterogêneas como a conectividade, em sentido estrito, ou o valor pragmático, numa dimensão mais discursivo-textual.

Embora a discussão da classificação exacta para este tipo de palavras seja talvez o que menos importa nesta reflexão, é de notar que a designação de “conectores pragmáticos” é a mais frequente nos trabalhos portugueses sobre o assunto, entendendo-se por conector certas palavras de natureza tipicamente funcional (conjunções, locuções adverbiais, advérbios, interjeições) cujo significado fundamental é o de *relação entre* (no caso, entre entidades linguísticas ou contextuais). Assim, e por uma questão de coerência das análises, o termo que adoptarei para **enfim** e **finalmente** será o de conector pragmático.

Embora haja trabalhos de autores portugueses que tratam de uma forma sistematizada a questão dos conectores desconheço a existência de trabalhos que contemplem de forma relevante estes dois termos do Português, ao contrário do que sucede para o Francês. Assim, optei por começar por uma breve descrição das ocorrências de *enfin* et *finalment* como ponto de partida para a reflexão em Português.

Da bibliografia consultada para o Francês, destacam-se três estudos que me parecem ilustrar bem a riqueza e diversidade de ocorrências de *enfin* na Língua francesa. É de realçar também que maior parte desses estudos confronta *enfin* com outros termos que eu designaria por afins, tais como *finalment*, *à la fin*.

Um estudo pioneiro de Cadiot et alii (1985) apresenta uma descrição exaustiva e minuciosa das ocorrências possíveis para o morfema *enfin* com o intuito de defender uma só descrição geral e englobante para todas as ocorrências. Nesta perspectiva, este texto é um valioso instrumento de trabalho, importante sobretudo pela audácia que revela!

Um segundo estudo, posterior, de Jean-Jacques Franckel (1987) apresenta, por sua vez, uma descrição simples dos principais empregos de três termos que considera congêneres (*finalment*, *enfin*, *à la fin*). O estudo revela um certo interesse pela relação que estabelece os referidos termos, apesar de se enquadrar numa perspectiva teórica que ultrapassa o âmbito daquilo que me proponho fazer.

E por último, num estudo bastante mais específico e detalhado sobre os conectores reformulativos do Francês, Corinne Rossari (1989) problematiza a descrição de *enfin*, estabelecendo o confronto com outra língua românica – o Italiano – que, à semelhança do Português, apresenta um termo morfológicamente próximo de *enfin* (*infine*). Foi essencialmente por essa razão que me servi da sua análise como ponto de referência.

## 2. Descrição das ocorrências e valores de *enfin* e *finalement* em Francês

Como facilmente podemos deduzir (mesmo se não formos *expert* em Francês), os efeitos de sentido nos quais “*enfin*” participa são múltiplos e diversificados. A maior parte desses sentidos prende-se com os diferentes contextos de ocorrência que, de uma forma bastante simplificada, passo a enunciar e comentar:

### 2.1. *Enfin*

#### A. Exclamação:

(2) *Enfin seuls!*

(3) *Taisez-vous, enfin!*

As duas expressões, que têm subjacente a ideia de *terminus* de um certo processo, realçam todavia a perspectiva do locutor face ao processo sobre o qual se manifesta: em (2) expressão de alívio num contexto de uma longa espera e em (3) expressão de descontentamento/impaciência, por exemplo, diante de uma turma em reboição.

#### B. Conclusão/resumo

(4) *Il est plein d'énergie, ambitieux, enfin, capable de réussir.*

(5) *... Enfin, on n'y peut rien!*

(6) *Enfin, puisque vous y tenez tellement ...on y va!*

Os três exemplos demonstram o sentido conclusivo de *enfin*: podemos constatar que em (4) a ideia de síntese tem maior relevo, em (5) o valor de realce é a ideia de remate de um momento de impasse, que relança a conclusão, e em (6) está subjacente a ideia de resignação/aceitação resignada.

#### C. Reformulação

(7) *On était six... enfin, cinq puisque Luc n'était pas là!*

(8) *Tournez à droite, enfin, à gauche!*

Em (7) e (8) a ocorrência de *enfin* introduz uma precisão ou uma reformulação de uma afirmação anterior.

Para os dois tipos de ocorrências mencionados, o factor prosódico é determinante para o valor de *enfin*, quer ao nível da entoação, quer ao nível das pausas.

#### D. Último elemento de uma enumeração

- (9) *Je remercie tout particulièrement M. Dupond, Mme Dupont, Mlle Dupuis et enfin le jeune Daniel.*  
 (10) *On a vu arriver un coureur, puis le peloton et enfin quelques isolés.*

Nestes dois exemplos a ideia de fim está de novo presente, sendo focada a ideia de fim de discurso em (9) e a ideia de fim de processo em (10).

Poderíamos ainda referir ocorrências do tipo:

- (11) *Ça ne me serait pas venu à l'idée, mais enfin pourquoi pas?*

em que *enfin* aparece como indicador de uma certa tolerância relativamente ao que foi dito, apesar de não se estar totalmente de acordo (remetendo para o valor de *enfin* em (6)) e onde a conjugação com a adversativa *mas* vem acentuar o valor de oposição.

Este tipo de ocorrências remetem sobretudo para contextos de oralidade, deveras interessantes, mas que por levarem a uma análise dispersa, não serão aqui tidos em conta.

#### 2.2. *Finalemment*

Relativamente às ocorrências de *finalemment*, elas são bem mais lineares e simples, apresentando globalmente dois sentidos aproximados:

##### A. Fim/terminus

- (12) *Nous nous sommes finalement décidés.*  
 (13) *Finalemment, il y a un troisième aspect à retenir.*

##### B. Balanço final

- (14) *Finalemment, c'était lui qui avait raison.*  
 (15) *On s'est disputé mais, finalement, c'était lui qui avait raison.*

Ambas as ocorrências apresentam o valor de « por fim », sendo que, no segundo caso, o advérbio remete para um juízo de valor emitido pelo locutor, relativamente ao processo em causa, mais acentuado pela adversativa em (15).

### 3. Divergências na tradução/utilização dos termos em Português

Como supúnhamos, em todos os exemplos enunciados torna-se imperativo recuperar inferências contextuais que nos permitam captar plenamente o significado em questão nomeadamente de *enfin*, que em alguns casos são mais evidentes que noutros: assim, se confrontarmos os exemplos (10) e (3), no pri-

meiro temos uma inferência mais linear – há uma corrida – no segundo termos de inferir que o alocutário estará a falar demais, ou pelo menos está a falar num contexto onde tal não seria de esperar.

É a este nível que, em meu entender, ocorrem as dificuldades para os aprendentes de uma língua estrangeira, uma vez que os mecanismos de inferência não se apresentam tão evidentes na aprendizagem como as regras da sintaxe, por exemplo.

Assim, e como já referi logo de início, há alguns casos que são mais problemáticos na tradução / utilização de **enfim** do que outros, como é o caso de (9) e (10), em que *enfin* introduz um último elemento de enumeração, ou (7) e (8), em que *enfin* apresenta o sentido de reformulação. De facto, o decalque de vocábulos e estruturas semelhantes das duas línguas é a via mais fácil e imediatamente utilizada pelos aprendentes franceses; além disso apresenta-se como forma de resistência à aprendizagem das regras semântico-pragmáticas do sistema linguístico do Português.

De que forma, então, se processa a interferência Francês-Português? O que é que ela pode significar? Em que medida estas linhas de contraste podem ser úteis na descrição dos valores de **enfim** e de **finalmente** em Português? É na tentativa de responder a estas questões que tentarei evoluir na minha reflexão.

O erro mais recorrente e que melhor ilustra o tipo de interferência existente é de utilizar **enfim** em Português como introdutor de um último elemento de enumeração, em exemplos do tipo:

(16) \* *Enfim, Portugal é conhecido pelo vinho do Porto...*

Na realidade, a ideia de fim de processo ou de discurso parece apreendida pelos alunos, pois, por vezes, nestes contextos surgem igualmente expressões do tipo “em fim” e “ao final”<sup>4</sup>; porém, o que é sistematicamente utilizado é o “*enfin* francês”, na sua aceção de último elemento de uma enumeração. Esta situação não deixa de ser curiosa pois este tipo de “leitura” de “a última coisa que se apresenta” também funcionaria para o advérbio de modo – *finalement*. Tendo realizado alguns testes de tradução a fim de comprovar esta “colagem” constatei que a tradução de “por fim” é correctamente associada a *enfin*, por exemplo:

(17) Por fim, queria agradecer ao público que esteve sempre presente durante as gravações.

(18) *Enfin, je voulais remercier le publique qui a toujours été présent lors des enregistrements.*

<sup>4</sup> Note-se que em Espanhol “en fin” surge como conclusivo e a grande maioria dos estudantes franceses possui formação, ainda que básica, em língua espanhola. Esta situação parece-me também condicionar a aprendizagem deste termos.

A situação inversa que, à partida, cria uma estrutura agramatical em Francês corrobora o argumento da “colagem” lexical, pois muitas das vezes em que os alunos se viram confrontados com a tradução para Francês de **finalmente**, colavam-no ao *finalement*, como, por exemplo em (19):

- (19) Finalmente! Estava a ver que ia sozinha ao cinema!  
 a) \**Finalement ! Je me voyais toute seule au cinéma !*  
 b) *Enfin! Je me voyais toute seule au cinéma !*

o que não deixa de criar alguma perplexidade, visto que o domínio da língua materna, deveria ser um crivo para esta agramaticalidade. Na realidade, o que constatamos é que a natureza morfológica influencia de uma forma marcada a utilização de determinados termos, independentemente do seu funcionamento semântico-pragmático.

#### 4. Estudo dos correspondentes possíveis para **enfin** em Português

Retomando a noção de marcador discursivo, ter-se-á obviamente de distinguir o significado dos “marcadores” na Língua enquanto sistema, dos diferentes sentidos que tomam em cada discurso concreto (Cf. Portolés, 1998, pág. 85). Assim, parece-me lícito pensar que será sobretudo a este nível que se joga a não “sinonímia” entre **enfim** e **finalmente**. Além disso, e como veremos em seguida, para a maior parte das ocorrências de *enfin* em Francês, a tradução em Português é distinta, sendo que a maior parte dos sentidos contextuais impede a intersubstituição e revela uma aparente pobreza do uso de **enfim** em Português, relativamente ao Francês.

O recurso aos dicionários bilingues no intuito de resolver esta situação não é uma estratégia eficaz, pois apesar de constataremos a existência de vários valores nomeadamente para **enfim**, quer numa língua quer noutra, as propostas remetem quase sempre, como já disse, para a sinonímia entre **enfim** e **finalmente**.

Assim, tentarei encontrar nas traduções dos exemplos de *enfin* algumas pistas que nos permitam esclarecer o valor do “*enfin*” em Português<sup>5</sup>. Se, depois dessa análise, conseguir delinear algumas ideias-base sobre os marcadores que têm a *ideia de fim* em perspectiva, organizados de forma a simplificar a sua utilização, será mais um passo mais dado nesta análise contrastiva.

O **enfim** exclamativo é também uma ocorrência possível para o Português,

<sup>5</sup> Por uma questão de metodologia utilizarei, sempre que possível, a tradução dos exemplos franceses.

podendo assumir valores que enfatizam o alívio expresso pelo locutor face ao fim de um período de espera<sup>1</sup>:

(20) Enfim sós!

(21) Até que enfim! Estava a ver que ia sozinha ao cinema!

Curiosamente, nesta ocorrência podemos substituir *enfim* por *finalmente*, sem que o significado primeiro seja alterado:

(22) Finalmente! Estava a ver que ia sozinha ao cinema!

Por sua vez, a expressão de descontentamento expressa por *enfin* em (3) não parece ter correspondente em Português, pelo menos neste contexto.

O segundo grupo de ocorrências que destaquei para o Francês foi o caso em que *enfin* aparece como marcador conclusivo, e cujo valor é fortemente influenciado pelas circunstâncias discursivas e pelas implicações conversacionais. Neste aspecto, as duas línguas parecem aproximar-se no valor atribuído a *enfim*:

(23) É um homem cheio de energia, ambicioso, enfim, preparado para o sucesso!

(24) ... Enfim, não podemos fazer nada!

(25) Ele não foi aceite no concurso, enfim...

Em ambos os casos o locutor parece abster-se de dar mais atributos/fazer mais comentários para além dos que já foram feitos. O que está explícito é suficiente para a comunicação com o seu eventual interlocutor, que não necessita de mais dados para perceber aquilo que está implícito. Porém, a ocorrência (6), aqui retomada em (26)

(26) = (6) *Enfin, puisque vous y tenez tellement ...on y va!*

(27) ?Enfim / Bom, já que faz tanto gosto / já que insiste, vamos lá!

parece indiciar que a ideia de resignação será mais bem transmitida em Português por “bom”, num efeito mais próximo de certas realizações pontuantes e estruturadoras do discurso, das quais o locutor se serve para se auto-organizar, sobretudo em termos coloquiais/dialogais. Aliás, o próprio *enfim* pode associar-se a esse valor em Português em exemplos do tipo:

(28) Uma guerra que, enfim, todos consideravam ganha!

Vejamos agora o caso de *enfim* que designei à pouco por *enfim* reformulador (segundo Rossari, 1989, conector reformulativo). Tomando os exemplos do Francês, teríamos:

(29) Éramos seis..., ou melhor, cinco, já que o Luc não estava lá!

(30) Vire à direita, não, à esquerda!

Como podemos constatar, é necessário recorrer a reformuladores diferentes para obter o efeito correctivo pretendido pelo locutor. A reformulação em Português seria explicitada / obtida através do advérbio de negação ou por um conector reformulativo do tipo “ou melhor / ou antes”<sup>6</sup>.

Todavia, **enfim** em Português parece-me de todo inaceitável em (30) e pouco aceitável em (29), apesar de ser deste tipo uma das entradas apresentadas no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, ao qual já fiz referência. Segundo este último, **enfim** “usa-se para acrescentar algo que expressa com maior rigor o que se pretende indicar”

(31) Se me formei um pouco, enfim, se estudei, foi à custa do meu pai.

porém, neste exemplo, a falta de um contexto preciso faz-me vacilar perante o valor atribuído; parece-me poder estar em causa, também, um valor mais coloquial, próximo do que expus para o exemplo (28). Esta situação vem realçar a necessidade de se fazerem análises bastante finas para que os verdadeiros valores sejam discernidos e mais uma vez se destaca a importância do contexto na determinação dos significados dos termos em estudo.

De igual forma, no mesmo dicionário, se assume o valor, discutível a meu ver, de “por último”, “em último lugar”, como em (32):

(32) Mas o que se conserva, a pouco e pouco estraga-se, envelhece, envilece, mingua e enfim se apaga.

ocorrência do tipo das que motivaram esta reflexão: aquelas em que *enfim* em francês introduz um último elemento de uma enumeração. Na minha opinião, e tal como vimos no ponto 3, parece ser evidente que **enfim** em Português não poderá ocorrer neste contexto (fim de discurso, ou fim de enumeração), sendo este um segundo caso em que a tradução por **finalmente** em Português é aceitável:

(33) Agradeço especialmente a M. Dupond, Mme Dupont, Mlle Dupuis e finalmente/por fim ao jovem Daniel.

(34) Vimos chegar um corredor, de seguida o pelotão e finalmente/por fim alguns corredores isolados.

<sup>6</sup> Apesar de, neste caso, se cair na paráfrase, pois existem correspondentes em Francês para as referidas expressões – *Non / ou mieux / ou plutôt à gauche*.

A atribuição da leitura “por último, em último lugar”, que também é frequente encontrarmos em relação a *enfin* (valor que é claro para o Francês), parece-me abusiva em Português, pelos exemplos que foram dados ao longo desta apresentação e ainda em exemplos como:

(35) Tomou o café, passou os olhos pelo jornal e, por fim /finalmente/\*enfim pagou.

E que reflexão nos podem sugerir as ocorrências de *finalement*?

Na realidade, apenas nos casos em que *finalement* expressa a ideia de fim é que podemos aceitar a chamada tradução literal:

(36) Finalmente / por fim acabámos por nos decidir.

(37) Finalmente, há um terceiro aspecto a salientar.

Já no caso de este marcador exprimir a ideia de balanço final teremos de recorrer a outro termo:

(38) Discutimos, mas afinal era ele que tinha razão!

Esta análise comparativa das traduções de *enfin* e *finalement* parece transmitir a ideia de que, aparentemente, *enfin* tem muito mais elasticidade de emprego em Francês, pois a utilização do mesmo em Português apenas corresponde ao seu valor de expressão de alívio (correspondendo neste caso ao uso típico de uma interjeição) e ao valor de síntese conclusiva. *Enfin* distingue-se do **enfim** português sobretudo nos seus valores pragmáticos, que seria interessante estudar em mais pormenor.

Além disso, curiosamente, **enfim** em Português só tem como sinónimo **finalmente** enquanto valor exclamativo; a partir do momento em que há contextos de ocorrência, implicações discursivas ou contextuais, os dois termos não são mais inter-substituíveis!

Impor-se-ia talvez, neste momento, ver de que forma poderíamos incluir os dois termos na classe dos marcadores do discurso e se essa “arrumação” nos poderá tornar mais claras algumas das ideias que enunciámos.

Para os casos de **finalmente** (e **por fim**) não encontrei grandes disparidades na sua classificação como conector conclusivo e de listagem enumerativa, classificação esta que engloba em Português o valor essencial da ocorrência deste advérbio.

Contudo, em nenhuma bibliografia consultada vi contemplado o valor estruturante/conclusivo de **enfim**, nomeadamente no domínio mais restrito dos conectores propostos, por exemplo, por Peres, 1997 e Duarte, no prelo, que, no entanto, incluem nas suas descrições a possibilidade de conexões

sequenciais que rectificam as frases anteriores ou que exprimem comentários avaliativos do locutor. Neste contexto, não teria **enfim** um lugar a preencher? Ou então, por que não integrá-lo na proposta de Portolés, (1998), que de mais abrangente inclui marcadores de tipo estruturadores/comentadores/operadores de formulação? São questões que me parecem ser pertinentes e para as quais é necessário encontrar respostas fundamentadas em futuros trabalhos.

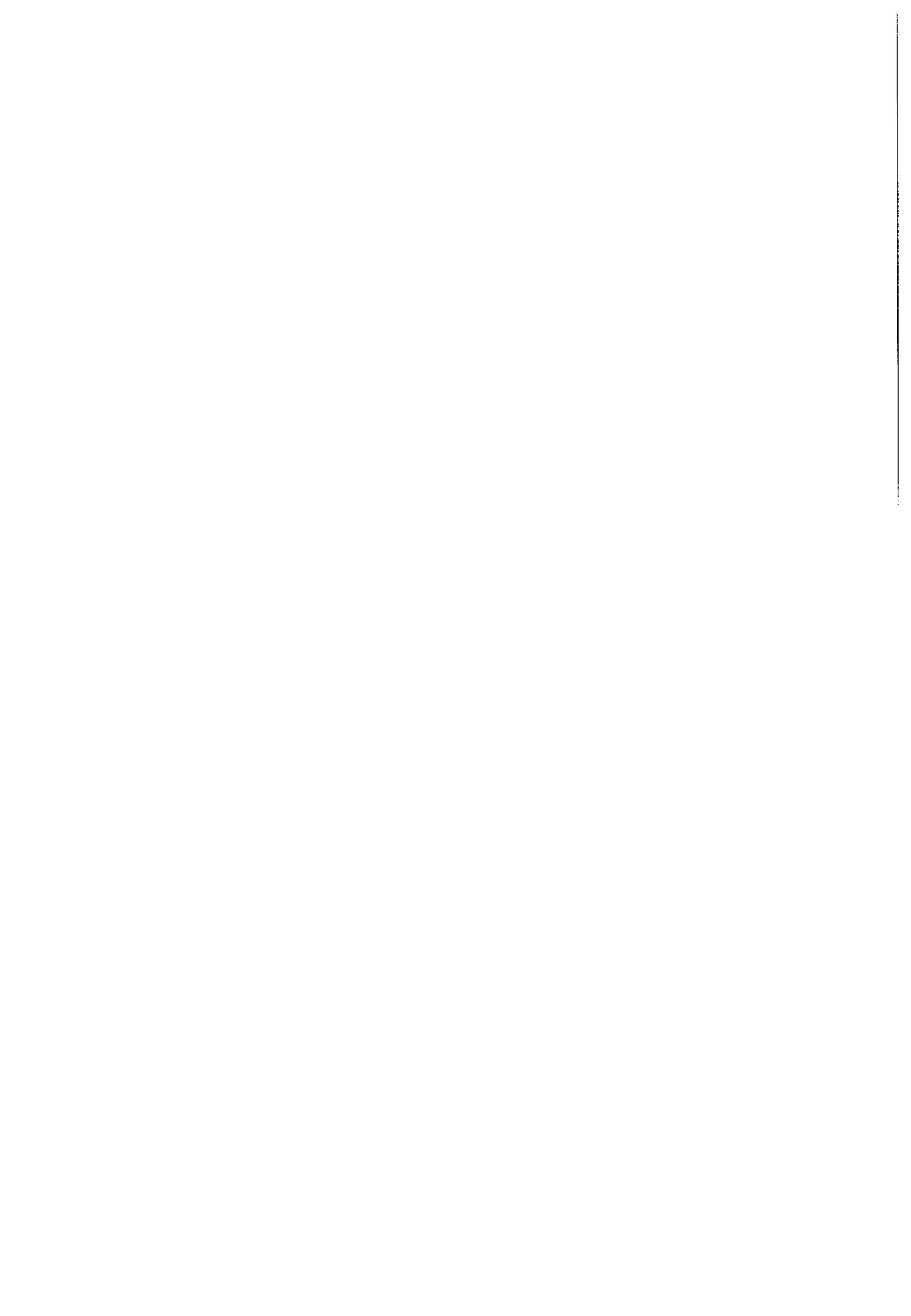
As conclusões desta minha breve reflexão privilegiam, no entanto, o ensino de Português Língua estrangeira, pois foi este o meu ponto de partida.

Uma primeira ideia prende-se com o facto de as “más traduções” dos aprendentes franceses de Português Língua Estrangeira estarem extremamente ligadas ao nível do domínio do Português. Na minha opinião, a grande dificuldade do uso adequado dos conectores pragmáticos referidos advém, essencialmente, do facto dos estudantes não terem o nível linguístico necessário para apreenderem o aspecto inferencial da maior parte das ocorrências e/ou transmiti-lo, por outros termos, em Língua portuguesa.

Uma segunda ideia prende-se com a grande necessidade de os professores de PLE e dos materiais de suporte que utilizam sublinharem a importância dos contextos de ocorrência em que **enfim** tem um valor mais pragmático, não deixando de assumir também, para os dois termos, uma visão mais estruturada. Se se apresentasse mais frequentemente **enfim** como termo/síntese conclusivo do discurso, mas sublinhando-se a forte “intervenção” reinterpretativa por parte do locutor e **finalmente** como um conector/organizador linear de informação (seja ela listagem ou discurso), dificilmente **finalmente** seria **enfim**!

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CADIOT et al., 1985 – “Enfin, marqueur métalinguistique” in *Journal of pragmatics* 9, pp. 199-239.
- DUCROT, O., 1980 – *Les mots du discours*. Paris, Minuit.
- DUARTE, I. no prelo “Aspectos linguísticos de organização textual” in *Gramática da Língua portuguesa*, Caminho, Lisboa.
- FRANCKEL, J. J., 1987 – “Fin en perspective: finalement, enfin, à la fin” in *Cahiers de linguistique française*, 8, pp. 43-67.
- PERES, J. A., 1997 – “Sobre conexões proposicionais em Português” in *Sentido que a vida faz, estudo para Óscar Lopes*, Campo das Letras.
- PORTOLÉS, J., 1998 – *Marcadores del discurso*, Barcelona, ed. Ariel Practicum.
- ROSSARI, C., 1989 – “Des apports de l’analyse contrastive à la description de certains connecteurs reformulatifs du français et de l’italien” in *Cahiers de linguistique française*, 10.



# AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NA LÍNGUA E NO DISCURSO

Mário Vilela

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

## 1. Nomes e conceitos

As designações do que costuma ser incluído de modo mais ou menos vago em expressões idiomáticas abrange um amplo leque de rótulos cujos núcleos nominais assentam em *idioma* (idiotismo, idiomatismo), *expressão* (expressão idiomática, expressão figurada), *frase* (frases feitas, fraseologismo, fraseologismo verbal/nominal/adjectival/adverbial, fraseo, frases estereotipadas), *grupo* (grupos fraseológico), *locução* (locução verbal, locução nominal/adjectiva, locuções figuradas), *modo* (modos de falar, modismo), *sintagma* (sintagma fixo e também sintema) e ainda colocações, lexias complexas, solidariedades lexicais e, por vezes, provérbios e ditados (com as respectivas variantes)<sup>1</sup>.

### 1.1. Técnica livre do discurso e discurso repetido

Há duas tendências na língua que podemos designar como técnica livre do discurso e discurso repetido (a “wiederholte Rede” de Coseriu<sup>2</sup>). A **técnica livre do discurso** é toda a combinação gerada pelas regras combinatórias jogando com as propriedades sintácticas e semânticas, como, por exemplo, as regras que regulam a relação entre verbo e respectivos complementos. Esta liberdade combinatória efectua-se a nível frásico, a nível de grupo nominal, de grupo preposicional, etc. Vamos concentrar-nos no chamado “discurso repetido”. Cai dentro deste conceito todo o conjunto de designações que acabámos de

---

<sup>1</sup> Para um estudo comparativo das designações em muitas das línguas europeias vide Thun 1978: 2-16. Para o alemão vide Gréciano 1987: 193-106.

<sup>2</sup> Coseriu distingue entre “técnica livre de discurso” e “discurso repetido” («El “discurso repetido” abarca todo lo que tradicionalmente está fijado como “expresión”, “giro”, “modismo”, “frase”, o “locución” y cuyos elementos constitutivos no son reemplazables o re-combinables según las reglas actuales de la lengua» (Coseriu 1977: 113).

enumerar. É que as designações compreendem factos de língua muito diferenciados e temos de admitir, dentro da boa tradição europeia, que há um centro e uma periferia no fenómeno “fraseologia”<sup>3</sup>: noção que, ao longo do trabalho, definiremos.

Partimos do princípio de que a expressão idiomática tem uma importância vital na língua: é que a expressão idiomática não se explica pela anomalia nem pelo desvio ou pela derivação relativamente a uma norma, a um significado lexical literal originário. Postos perante a sua constituição, a sua frequência e a sua riqueza, não pode tratar-se de um elemento linguístico marginal e secundário<sup>4</sup>.

## 2. Fraseologias e fraseologismos / frasemas

Passo a designar por fraseologia a disciplina que tem como objecto as combinações fixas (diria mesmo, congeladas) de uma dada língua, combinações que, no sistema e na frase, podem assumir a função e o significado de palavras individuais (ou lexemas)<sup>5</sup>. A definição que damos espelha a que foi feita no grupo – aliás, quase podia mesmo dizer, grupo fundador da fraseologia na Europa – de investigação de Mannheim, que, sob a designação de frasema, afirmava o seguinte:

«Phraseme sind bedeutungstragende Einheiten der Sprache, die als Ganzes im Verlauf der Rede reproduziert werden, über mindestens zwei Autosemantika verfügen, von denen wenigstens eines eine Umdeutung erfahren hat, und die als Satzglieder fungieren oder sich in den Satz anschliessen, ohne alleine einen

<sup>3</sup> «In Anbetrachten der Zusammensetzung des Phraseologischen Bestandes als Teil des Lexikons ist es sinnvoll und zweckmässig, zwischen einem zentralen und einem peripheren Bereich der Phraseologie zu unterscheiden» (Gläser 1986: 45) e «The classes (and sub-classes) of elements should not be regarded as “boxes” with clear-cut boundaries but as formations with a compact core (centre) and with a gradual transition into a diffuse periphery which, again, gradually passes (infiltrates) into the peripheral domain of the next category.» (Danes 1966: 11).

<sup>4</sup> «L’EI [expression idiomatique] ne s’explique pas par l’anomalie, par l’écart, par la déviation ou par la dérivation par rapport à une norme, à un sens lexical et littéral premier. Vu sa constitution, sa fréquence et sa richesse, l’idiotisme ne peut pas être un signe marginal et secondaire» (Gréciano 1984: 109)

<sup>5</sup> Aliás é esta a posição dos especialistas das fraseologias: «Se ha abusado del empleo de “expresión idiomática” para todo: desde expresiones fijas..., hasta aquellas vagamente metafóricas com “pay attention” (‘prestar atención’..» (Hutchins/Sommers 1995: 158) e «a pesar de que las colocaciones puedan ser más o menos idiomáticas, más o menos transparentes u opacas, ... el hecho es que la existencia de opacidad o idiomaticidad en una construcción incide en su comportamiento sintáctico» (Aguilar Amat 1993: 66) ou ainda «la frecuencia no tiene ninguna validez para considerar una determinada combinación com colocación. El hecho de que el lexema *actividad* se combine frecuentemente con febril es una consecuencia de que estos dos lexemas forman una colocación, no la causa» (Alonso Ramos 1993: 159)

eigenen Text zu bilden.»(Josip Matesic 1983: 111) [os frasemas são as unidades da língua que são reproduzidas em bloco no decurso do discurso, unidades constituídas de (pelo menos) dois autosssemânticos<sup>6</sup> e em que, no mínimo, um dos autosssemânticos sofre uma transposição e, no seu todo, funcionam como elementos fráscicos ou nela se integram, mas sem constituírem por si uma frase.]

Estes frasemas (ou fraseologismos<sup>7</sup>) funcionam como um processo de ampliação do léxico, servindo assim para a nomeação, qualificação, circunstanciação, ou, por outras palavras, contribuindo para a lexicalização da conceptualização e categorização da nossa experiência quotidiana. As fraseologias têm, como quaisquer unidades lexicais não fraseológicas, carácter de signo e têm por isso uma função nomeadora: nomeiam de modo codificado e sistemático um denotado ou classe de denotados, representando esquemas mentais de objectos ou de estados de coisas. Nesta função nomeadora estamos perante uma nomeação secundária, construída a partir de signos “mínimos”. Para esta nomeação secundária, normalmente, existem já nomeações primárias, só que as fraseologias redescobrem novas propriedades que lexicalizam, apontando, nessa redescoberta, sobretudo, para a esfera da expressividade<sup>8</sup>. O que preferencialmente os fraseologismos lexicalizam são, no chamado léxico mental, as emoções, as atitudes, as interpretações subjectivas, os comportamentos, frequentemente com pendor negativo. Isto equivale a dizer, a nomeação por meio das fraseologias traz sempre uma marca: mesmo que já haja uma nomeação por meio de signos primários, o fraseologismo ou nomeia de forma mais expressiva, ou reforça a expressividade se ela já existir lexicalizada de outra forma. Por isso mesmo se explica a presença abundante em textos predominantemente comunicativos e onde a oralidade predomina. A amplitude estilística e sintáctica, a variedade da semântica dos fraseologismos é bem diferenciada. Estamos a definir os fraseologismos ou, em termos mais tradicionais, as fraseologias em sentido estrito ou o seu núcleo central. Partimos de exemplos do género de duas expressões homónimas:

<sup>6</sup> Depois veio a admitir-se que não era necessários que os dois elementos fossem autosssemânticos, mas apenas um deles.

<sup>7</sup> Apoio-me em B. Wotjak 1992. A tradição soviética (depois continuada pela tradição europeia) assenta no mesmo princípio, como confirma Pastor (1995: 80): «sólo constituyen unidades fraseológicas aquellas combinaciones que denominan globalmente um único concepto – con la consecuente inseparabilidad formal de sus elementos y la frecuente idiomatidad semántica – y que funcionan en el discurso de la misma forma que las palabras»

<sup>8</sup> Não podemos esquecer que, regra geral, os elementos constituintes dos fraseologismos são formalmente comuns (ou homófonos) dos das combinações livres. A divergência formal é excepção e não a regra.

*tirar nabos da púcara*

- valor de discurso livre: significado literal ou composicional e
- valor fraseológico: tentar descobrir segredos de modo disfarçado

*lançar a escada*

- valor de discurso livre: fazer descer a escada para que alguém possa subir (salvando-se ou saindo de dificuldade)
- valor fraseológico: tentar descobrir segredos de modo disfarçado (= “tirar nabos da púcara”)

*falso alarme*

- valor de discurso livre: significado literal ou composicional
- valor fraseológico: sinal tido como certo mas sem correspondência, em qualquer domínio

*estar em pulgas*

- valor de discurso livre: estar em cima de pulgas com as consequentes comichões
- valor fraseológico: estar agitado/perturbado/em dificuldade

*estar em maus lençóis:*

- valor de discurso livre: dormir entre lençóis “rascanhosos”, incomodativos
- valor fraseológico: estar em dificuldade

Entendemos assim por fraseologias combinações de palavras (ou grupos de palavras) relativamente estáveis cujo significado global interno de uso difere do significado global externo de uso dos constituintes individuais em combinações livres. No interior das fraseologias as palavras perdem o seu significado individual e constituem em conjunto um significado fraseológico novo, transposto, idiomatizado, isto é, um semema fraseológico (ou mesmo vários sememas fraseológicos). No processo de fraseologização abstrai-se de uma situação concreta por meio da transposição/transferência metafórica, metonímica, entre outras, do significado: a metáfora (*estar em maus lençóis*) através de um traço comum (*tertium comparationis*) entre os sememas de dois denotados (ou classes de denotados), que é designado tradicionalmente como conceito de base e conceito transposto ou como esfera de base e esfera imagética; a metonímia (*dar o braço a torcer*) baseada numa relação de contacto ou contiguidade entre sememas de dois denotados ou de duas classes de denotados<sup>9</sup>.

Nas fraseologias, trata-se de unidades *polilexicais* sistematicamente *estáveis* (pelo menos, relativamente estáveis), que se caracterizam pela *idiomaticidade* (total ou parcial), pela *lexicalização* e *reproduzibilidade* e ainda, no dis-

<sup>9</sup> Em muitos casos, metáfora e metonímia acompanham-se, como em *dar o braço a torcer*.

curso, caracterizadas por uma alta capacidade textualizadora (capacidade criativa de ligação, de associação e modificação) e por uma capacidade comunicativa muito rica. Tratando-se de signos polilexicais estamos em presença de um grupo muito heterogéneo, com subgrupos estrutural e semanticamente bem diferenciados.

Os critérios comumente usados para identificar os fraseologismos são o da **fixidez**, que consiste na impossibilidade de dissociação de um grupo, o da **idiomaticidade** (ou **semântica composicional nova**), a construção cujo significado não resulta do significado dos morfemas (*tirar nabos do púcaro, partir pedra, trabalhar para o boneco, sem papas na língua, ficar tudo em águas de bacalhau*), o da **tipicidade** sintáctica e semântica, pois além da opacidade semântica, as unidades como tais não entram na composição de outras unidades (*à trouxe-mouxe, sem dizer chus nem bus, cré com cré e lé com lé, cada um com a sua ralé*, o equivalente a *cada macaco no seu galho*). E, quando se fala em **idiomatismo**, pretende-se também indicar que estamos perante uma construção própria de uma língua, sem qualquer correspondência sintáctica noutra língua (*são farinha do mesmo saco, rés-vés campo de Ourique, sem tugar nem mugir, meter o Rossio na Betesga, sem tir-te nem-guar-te, já chegámos à Madeira ou quê?*). Falaremos, primeiro, da fixidez e, depois, da idiomaticidade.

### 3. Estabilidade, variabilidade, modificação dos fraseologismos

#### 3.1. A variabilidade mais visível

A invariabilidade total das fraseologias tem sido posta em causa: trata-se de uma invariabilidade relativa, como se prova por uma certa variabilidade visível sobretudo no discurso. Por força do contexto, há muitas possibilidades de variação. Por exemplo, em:

«*Alhos e Bugalhos*. [título da notícia] No debate parlamentar de quarta-feira, Paulo Portas perguntou a António Guterres se sabia quantos passaportes foram roubados de consulados portugueses um pouco por todo o mundo... O primeiro-ministro não respondeu à pergunta, mas reagiu agastado, sugerindo até que Portas estaria a fazer o frete a Washington, que esta semana decidiu reapreciar o caso português, ..., por exemplo, em matéria de vistos.... Dá a ideia de que Lisboa *mistura alhos com bugalhos* e, num jogo de compensações..., pretende cobrar, em vistos, o apoio a Washington na guerra contra o terrorismo.» (*Expresso*, 3.11.2001)<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Sempre que se indique o contrário, os itálicos são meus.

O frasema *misturar alhos com bugalhos* contrai-se perdendo, no título, o elemento colocativo (ou determinante): *misturar*.

### 3.2. A variabilidade prevista na norma da língua

#### 3.2.1. A variabilidade através de variantes estruturais

Podemos assim, para já, prescindir das modificações (sintáticas ou semânticas) ocasionais nas fraseologias que ocorrem em textos, as variantes usuais, convencionais e concentrar-nos-emos nas seguintes variantes ou variações sistemáticas, as chamadas **variantes estruturais**, as mudanças morfológicas e sintáticas parciais de cada um dos componentes (variantes da estrutura fraseológica), mantendo-se o significado e a marca diastrática, em que se verifica apenas a substituição de elementos estruturais do fraseologismo, como sendo as variantes em sentido estrito. Assim, distinguimos

- as variantes estruturais, ou variantes que se situam no domínio da gramática (morfologia), como género, diminutivo, superlativo<sup>11</sup>:

*de beijo caído / de beija caída,*  
*fazer olhos / olhinhos a alguém,*  
*ter um bom palminho / palmo de cara,*  
*estar com panos / paninhos quentes,*  
*ter a papa / a papinha já feita,*  
*ter uma palavra / uma palavrinha a dizer,*  
*estar morto / mortinho por;*  
*dar com os burrinhos / com os burros na água,*  
*juntar os trapos / os trapinhos;*  
*ser uma coisinha (coisa) de nada;*

- a variação que ocorre entre singular e plural:

*arrebitar a orelha / as orelhas;*  
*dar (tudo) em água / águas de bacalhau;*  
*jurar a pé junto / a pés juntos;*

- a variação que se dá entre artigo e possessivo, artigo definido e indefinido ou artigo nulo:

*cavar a (sua) (própria) sepultura,*  
*dar a última palavra / a sua última palavra,*  
*enfiar o / um barrete a / em alguém,*  
*armar um banzé / armar banzé;*  
*ver (a) luz ao fundo do túnel*

<sup>11</sup> Devemos ter presente que a graduação se insere num dos núcleos das fraseologias: a expressividade.

- a variação que ocorre nas diferentes formas de negação, ou negação e não-negação:

*ter olhos na cara / não ter olhos na cara,*  
*medir / não medir as palavras,*  
*(não) dar pé para algo, (não) ter pé para algo, (não) estar no mesmo pé, (não) perder o pé;*  
*sem papas na língua / não ter papas na língua,*  
*não ter pé para algo / sem pé para algo;*  
*estar dentro / fora da razão;*

- as variações que se dão entre preposições (sem que haja alteração de significado):

*estar de / com os olhos bem abertos,*  
*ficar de / com os olhos em bico,*  
*trocar algo em / por miúdos;*

- as variantes (estruturais) que ocorrem entre sinónimos (em que a sinonímia, quer dos colocativos, quer do núcleo fraseológico, apenas acontece nestes casos):

*deitar / lançar achas pr'á fogueira,*  
*de cabeça / viseira caída,*  
*voltar / virar o bico ao prego,*  
*não mexer / mover / bulir/ tocar uma palha,*  
*cravar / espetar os olhos em alguém,*  
*rir até rebentar os cozes / as ilhargas;*  
*sem mais razões / sem mais aquelas;*  
*pôr o pé/ dar um passoluma passada em falso;*

- a variação que ocorre por antonímia (isto é, em que a antonímia é possível):

*ser boa / má rês,*  
*línguas vivas / línguas mortas,*  
*de cabeça / viseira caída vs. de cabeça levantada / erguida;*

- as variantes que são possíveis dentro de um campo lexical homogéneo (isto é, em que há um arquilexema ou conteúdo arquilexemático):

*ler / ver / observar/ reler por alto,*  
*ler / ver/ rever / reler pela rama;*  
*ter de gramar / engolir a pastilha,*  
*tomar/ interpretar / compreender... ao pé da letra,*  
*contar / meter / enfiar patranhas (a alguém),*  
*crescer / engordar / enriquecer/ melhorar a olhos vistos,*  
*destruir / desfazer / rasgar... de alto a baixo<sup>12</sup>;*

<sup>12</sup> Cfr. Schemman/Schemman – Dias s/d, XXX e s. Estes autores fazem distinções entre o campo

- vir com *pezinhos* / com *passinhos* de lã;  
 provocar *uma guerra* / *uma zaragata* / *uma discussão* / *uma polémica*;  
*não meter o bedelho* / *o bico* / *o nariz* onde não se é chamado  
*dar* / *deitar* / *lançar* / *jogar pérolas a porcos*,  
 ensinar o *padre-nosso* / *a missa* ao vigário / ao padre  
*perder o seu tempo* / *o seu latim com alguém* / *algo*
- as variantes que são possíveis dentro de um campo lexical heterogéneo:  
*comprar* / *vender* / *comer* / *apanhar gato por lebre*;  
*ir* / *levar tudo raso*;  
*gastar dinheiro à tripa forra* / *à larga* / *à farta* / *às mãos cheias* / *a rodo*<sup>13</sup>;
  - as variantes que ocorrem no domínio das denominadas séries fraseológicas (isto é, as séries formadas por conjunto de verbos que percorrem um conteúdo que configura vários estados de coisas do género “causatividade – estado – cessação de estado”):  
*estar* / *trazer* / *colocar* / *pôr algo* / *em pé de guerra*;  
*procurar* / *dar* / *ter pé para* (“pretexto”);  
*ter* / *dar* / *receber luz verde para qualquer coisa*;
  - as variantes que ocorrem no que podemos denominar como conversivos:  
*comprar* / *vender por atacado e comprar vender a retalho* / *a varejo*<sup>14</sup>.

Há finalmente variantes e variações em que o nível de língua (a situação) condiciona a escolha e em que há quase sinonímia estrutural, existindo assim variação diastrática:

*cair na armadilha* / *na esparrela* / *na ratoeira* / *na rede*,  
*como manda o figurino* / *a cartilha* / *a sapatilha*,  
*de orelha murcha* / *caída*,  
*não ir á bola com alguém* / *não ser santo da sua devoção* / *não ir no meu carrinho à missa*,  
*trabalhar para o boneco* / *para o bispo*,  
*ir na cantiga* / *na conversa* / *no paleio de alguém*.

Temos também variações em casos – e estamos ainda no domínio das variantes em sentido estrito – em que

---

semântico em que se situam as alternativas possíveis (campo homogéneo, em que há um arquilexema comum, e campo heterogéneo, em que não é possível encontrar um denominador comum).

<sup>13</sup> Por vezes a alteração plural-singular parece vir afectar o valor de fraseologia: *saber umas coisinhas* / *uma coisinha de alguém*, etc.

<sup>14</sup> Mas não é possível o converso em *vender banha da cobra*. Os conversos, por vezes, fazem parte do mesmo conjunto fraseológico, como em *ir por lã* e *vir tosquiado*.

- as variações se verificam pela presença / ausência de elementos actanciais em fraseologias verbais ou em que há violação das restrições no uso normal (da combinação livre):
  - estar com os olhos em alguém / com os olhos postos em alguém vs. pôr os olhos em alguém,*
  - pôr alguém no olho da rua vs. pôr alguém na rua,*
  - dizer das boas e das bonitas a alguém,*
  - dar banhada*<sup>15</sup>;
- a variação da expressão fraseológica representa a violação das regras combinatórias livres pela mudança de categoria de circunstâncias que passam a actantes obrigatórios (sem a presença desses elementos a expressão deixa de ser fraseológica):
  - caíram-lhe/me os parentes na lama;*
  - caiu-me o coração aos pés;*
  - saiu-me um peso de cima das costas;*
  - pôr-se-lhe o cabelo em pé,*
  - fugir-lhe a boca para a verdade*
- apenas o núcleo fraseológico é variável e os esquemas frásicos são fixos (o determinante ou colocativo):
  - fizeste-a boa / fresca / linda;*
  - (alguém) ser fresco / bonito / ...,*
  - (alguém) estar gagá / xéxé/ mais pra l'a do que pra cá,*

Temos vindo a falar das variações. Mas, em princípio, mesmo nas fraseologias em sentido estrito, a amplitude e os graus da fixidez (ou congelamento) podem ser parciais ou totais: há graus de fixidez. A fixidez pode ser definida como um bloqueio do ponto de vista sintáctico (e do ponto de vista semântico). Por exemplo, em *música ligeira* não é possível substituir por *música leve*, ou *música não pesada*. Estas sequências funcionam em bloco e devem surgir, no dicionário, como entradas. O mesmo se diga de *música de câmara*, *carta branca*, *arma branca*, *maré negra*, *magia negra*, *lugar ao sol*, *bater com a porta*. Trata-se de sequências que esgotam o paradigma. É o que designamos por **bloqueio sinonímico**. Temos presente que o processo de substituição no eixo paradigmático serve para identificar as classes gramaticais, as classes semânticas e, entre estas, as classes de sinónimos. No caso de *vinho tinto*, em que, apesar da fixidez, pode haver escolha: *vinho branco*, *vinho rosé*, *vinho verde*, *vinho maduro*. Isto é, a ausência de paradigma é o caso limite da fixidez.

<sup>15</sup> «Combinámos tudo muito bem combinado, mas depois, no dia e hora marcados, o Eduardo [Prado Coelho] *deu-me a propriamente dita banhada* e não apareceu nem telefonou.» (Clara Pinto Correia, Visão 31.10.01)

É claro que para os compostos existe também a restrição: *caminho de ferro* e \* *um caminho bom de ferro*. Mas é possível dizer-se: *um bom caminho de ferro, um caminho de ferro estragado*, o que constitui uma diferenciação relativamente às expressões congeladas. Os parâmetros de natureza distribucional servem para se calcular as restrições de natureza sintáctica (e semântica). As possibilidades de substituição dependem da natureza dos predicados, que obedecem a restrições muito gerais. Sabemos que nas expressões congeladas não há possibilidade de substituição por sinónimos, como *estar à mão de semear* e \* *estar à mão de colher*. Mas há casos em que existem alternativas (ou possibilidades de substituição sinonímica), que, como vimos, designamos como sinonímia estrutural.

### 3.2.2. Variabilidade como efeito ecóico

Há variações, no texto, por acrescentamento ou redução dos elementos constitutivos das fraseologias, pois o facto de os fraseologismos constituírem expressões memorizadas, o efeito ecóico permite modificações, simplificações, transposições, remotivações:

«*Discurso de Sampaio aos peixes*. [título] Presidente da República vai hoje exortar os deputados a um pacto de coragem para moralizar a vida política» (Independente, 19.11.99) (faz-se eco de *pregar sermão aos peixes*)

«*Contas à moda de Gomes*. [título] Fundação do Porto gastou 2,5 milhões de contos em obras ilegais» (Independente, 19.11.99) (há eco de *contas à moda do Porto*)

«*Fundação à Gomes de lá*. [título]» (a propósito da resposta de Fernando Gomes à notícia de Independente, de 19.11.99 (Independente, 27.11.99) (eco de: *bachalhau à Gomes de Sá*)

«*Bacelar por um canudo*. [título] O afastamento de Pedro Bacelar Vasconcelos do Governo Civil de Braga indignou os socialistas do distrito que discordam das movimentações de Mesquita Machado para que fosse nomeado alguém de sua confiança.» (Independente, 11.11.99) (eco de: *ficar a ver Braga por um canudo*)<sup>16</sup>

### 3.2.3. Falsa variabilidade ou variação de valência/regência

Para além das variantes fraseológicas do sistema (variações estruturais) e modificações no discurso, devemos ainda distinguir unidades estruturadas lexical e morfossintacticamente de modo (quase idêntico) que transportam significados diferentes e que pode levar intralingualmente aos falsos amigos, mas em que a *divergência* ou provém da variação da preposição ou da valência (em

<sup>16</sup> Dedicaremos um capítulo à desconstrução e reconstrução das fraseologias no discurso.

qualquer dos seus graus de preenchimento dos respectivos lugares argumentais), do género de:

*Meter algo ao bolso*: “desviar” (além da expressão homófona) vs. *Meter alguém num bolso*: ‘superar’

*Estar sobre brasas*: “estar em dificuldade” ou “estar ansioso”<sup>17</sup> vs. *Passar pelas brasas*: “dormir de modo leve e rápido”

*Encher-se de brios e meter-se em brios* (valor quase idêntico, mas com diferenciação aspectual)

*Apanhar uma carga d’água / por que carga d’água é que ..?*

*Dar as cartas e dar cartas* (quem dá cartas agora é..)

*Não dar cavaco / não dar cavaco às tropas* (redução por incorporação)

*Alguém faz a ponte entre alguém*, vs. *Alguém fazer ponte* (no fim de semana) (Ser) *chapa ganha, chapa gasta* vs. (Ser) *chapa ganha, chapa batida* (simultaneamente metáfora e metonímia).

Nestes casos, a situação, o contexto, o ambiente da comunicação ou o discurso ajudam a desfazer a ambiguidade, especificando o sentido concreto e preciso.

### 3.2.4. Variabilidade diatópica

Há ainda a variante diatópica, que relativamente ao português, é particularmente relevante: tenha-se em conta a dimensão e diversidade dos países que têm o português como língua materna ou como língua oficial. Assim,

- Moçambique:
- dobrar os espinhos das micaias [“ultrapassar uma grande dificuldade”]: passar Cabo das Tormentas ou passar o Rubicão (PE) Brasil.
- ter dinheiro como / feito capim / como milho (PE)
- mole e quente é pé de gente (expressão que se diz quando alguém pisa o nosso pé: BR) / o debaixo é meu (PE)
- passar o pé adiante da mão (Ceará) / dar o pé e tomar a mão (PE)
- como quem não quer a coisa (PE), como quem quer não querendo (BR)
- cair na arapunca [PE: cair na armadilha / na esparrela] (PE)
- descascar um abacaxi [ultrapassar uma dificuldade]
- vender por atacado (PE e PB), mas vender a retalho (PE) e vender a varejo (PB)

<sup>17</sup> Há a possibilidade de haver três expressões homónimas: i) a literal, ii) “estar em dificuldade” (transposição metafórica), iii) “estar ansioso” (remetaforização).

Também há variações de região para região, dentro do mesmo país. Por exemplo:

*nem fun nem funetas* (Trás-os-Montes e Alentejo: pelo menos) e *sem funfas nem funfetas* (na região de Aveiro<sup>18</sup>).

### 3.3. *Classificação dos fraseologismos quanto à variabilidade*

Não é pacífico dizer-se o que pode ser incluído (ou excluído) em fraseologia: partimos do princípio de que se trata mais de um arquiconceito que abrangeria todos os textos formais constituídos por elementos em cuja realização entram unidades previamente disponíveis e fixas. Teremos textos em que a maior parte dos seus componentes são fixos (além dos tipos de expressões fixas incluídos nas designações que indicámos anteriormente, haveria ainda textos mais ou menos estandardizados como os que se usam para tudo o que tem a ver com informações rodoviárias, com anúncios de falecimentos ou nascimentos em jornais, com as informações estatais e institucionais nas ruas ou repartições públicas, etc.), que se compõem recorrentemente de “partes fixas”, os chamados padrões textuais disponibilizados para tal ou tal efeito. Têm características muito próprias, componentes de conteúdo similar e mesmo constante: são fórmulas ritualizadas de componentes, próprias para determinadas situações, possibilitando a reprodução quase automática dos textos ou de partes do texto para as informações que apenas mudam pontualmente. Isto é, a fixidez compreende um vasto leque de textos ritualizados e rotineiros.

Situando-nos nas fraseologias propriamente ditas, a sua classificação quanto à fixidez, pode ter como ponto de partida a natureza sintáctica (ou textual) das expressões fraseológicas (relativamente às partes do discurso a que pertencem) e o grau de fixidez.

#### 3.3.1. *Classificação dos fraseologismos quanto à fixidez*

A classificação dos fraseologismos, considerando a fixidez, ou, mais concretamente, a amplitude e o grau de fixidez, e a sua distribuição pelas diferentes categorias gramaticais, compreende:

- sequências em que a fixidez atinge toda a sequência:  
 provérbios e máximas (que ficam fora do que designamos por fraseologia):  
*de noite todos os gatos são pardos,*  
*o silêncio é de ouro,*

<sup>18</sup> Relativamente ao Alentejo e a Aveiro, informação de Fátima Oliveira e Helena Margarida Mendes, respectivamente.

- frases:  
*já não está aqui quem falou*<sup>19</sup>
- sequências verbais:  
*dar o braço a torcer,*  
*ter mais olhos que barriga,*  
*fazer boa figura*<sup>20</sup>;
- sequências nominais:  
*música ligeira, peso morto, mundos e fundos, coisas e loisas, ponto zero,*  
*boinas verdes, capacetes azuis* (espécie de soldados)  
*colarinho branco, curto circuito; arma branca* (espécie de pessoas, determinado tipo de arma)
- sequências adjectivais:  
*são e salvo, feito de encomenda;*  
*surdo como uma porta;*
- sequências adverbiais:  
*de papo cheio;*  
*sem tugar nem mugir;*  
*sem tir-te nem guar-te;*  
*de lés a lés,*  
*ao retardador,*  
*em rota de colisão*<sup>21</sup>,  
*a ferro e fogo;*
- determinantes nominais:  
*uma carrada de nomes;*  
*um cabo de cebolas; um dente de alho;*  
*dois dedos de conversa*
- fórmulas interjeccionais:  
*uma ova!, cos diabos!, hom'essa! essa é que é essa!*

Isto é, as fraseologias em sentido estrito abrangem todas as categorias gramaticais correspondentes aos autossemânticos.

### 3.3.2. Classificação estrutural e semântica dos fraseologismos

De acordo com os critérios normalmente adoptados – critérios estruturais e semânticos – vamos tentar desintegrar o conceito de fraseologia:

<sup>19</sup> «Pronto, dou o braço a torcer, já não está aqui quem falou» (Mário de Carvalho – *O nó estatístico*, 3ª ed., Lisboa: Caminho, pg. 61)

<sup>20</sup> «derrubar a muralha corporativa portuguesa será mais árduo do que fazer boa figura numa pasta moderna..» (Vicente Jorge Silva – Caro José Sócrates, DN, 17.12.99).

<sup>21</sup> «Pina Moura e Salgueiro em “rota de colisão”. Finanças desconhecem aumento de capital da CGD» (título e subtítulo) (Expresso, Economia, 24.12.99).

- **fraseologismos** (núcleo, ou os fraseologismos prototípicos): que depois definiremos melhor tomando como ponto de partida a componente semântica propriamente dita;
- **estereótipos de nomeação**:
  - ocorrências frequentes e prováveis (podendo haver alguma presença da metafóricidade): *opinião pública, estado de direito cara metade, ponto negro*;
  - unidades toponímicas não idiomáticas: *Mar Negro, Universidade Pedagógica, Rio Grande do Sul*;
  - unidades de nomeação não idiomáticas: *pais e filhos, noite e dia, quinta-feira*, etc.
- **fórmulas comunicativas**: fórmulas pré-fabricadas, ritualizadas e habitualizadas, sempre disponíveis para determinadas situações, tais como observações, chamamento, etc., que podem ser
  - totalmente idiomáticas: *ai é que está o gato; o diabo seja cego, surdo e mudo; eu seja cão se ...; mole e quente é pé de gente* (Brasil) equivalendo à expressão: *cuidado, que o debaixo é meu*
  - parcialmente idiomática: *vai ver se chove lá fora, vai passear até ao bilhar grande, isso agora já é outra cantiga, ruço de má pelo*
  - não idiomáticas: *boas festas, no meu entender, como soi dizer-se*
  - **chavões** (phraseoschablonen): estruturas cujo preenchimento lexical é em certos limites variável, mas apresentam uma certa invariabilidade:
    - ombro a ombro, passo a passo;*
    - coisas e coisas;*
    - verdade verdadinha, certeza certezinha;*
    - quem tem tem, quem não não tem não tem;*
    - pão pão, queijo queijo;*
    - ser o bom e o bonito;*
    - ouvir das boas e das bonitas;*
    - por paus e por pedras;*
    - por artes de berliques e berloques;*
    - de cor e salteado*
- **construções com verbo suporte**: trata-se de um grupo bastante heterogêneo quanto ao grau de idiomaticidade e fixidez, compreendendo restrições flexionais (uso do plural), uso sem artigo, em que a maioria é V + N, o verbo serve de suporte e o núcleo predicativo é o nome (normalmente deverbal e abstracto) ou adjectivo. Limitar-nos-emos a indicar apenas as expressões nitidamente fraseológicas:
  - totalmente idiomático:

*pôr uma pedra sobre o assunto,  
chegar a mostarda ao nariz,  
dar água pela barba,  
perder a cabeça;*

- parcialmente idiomático e em que o verbo suporte tem valor essencialmente aspectual:

*romper a chorar,  
desatar a correr,  
largar a proferir insultos (contra toda a gente);*

- parcialmente idiomático:

*fazer um ajuste de contas,  
pôr alguém a nú / a descoberto,  
pôr-se ao largo.*

### 3.3.3. As fronteiras entre fraseologismos e composição livre: ou os mecanismos formais de identificação

Quanto à fixidez, as fronteiras entre a fixidez total e a combinação livre pressupõem uma graduação, o que nem sempre permite definições e limitações precisas. Teremos, possivelmente, o último ponto da fixidez nos chamados compostos, que representam o ponto final da fraseologização:

*aguardente, fisioterapia, passatempo, sobremesa;  
água-de-colônia, caminho-de-ferro, fim-de-semana, banho-maria,  
lugar-comum;  
limpa-pára-brisas;  
verde-garrafa.*

Depois seguir-se-ão as expressões fixas, em que a diferença entre compostos e frasemas nem sempre é fácil de estabelecer. Reporto-me a casos como:

*doença mortal, línguas vivas / línguas mortas, tumor maligno /  
benigno, terceira idade, terceiro mundo, caixa alta (notícia de -),  
frase feita;  
leite gordo / magro / meio gordo;  
ataque de coração, angina de peito<sup>22</sup>, fim de século, moço de fretes.*

Mas põe-se o problema de podermos distinguir com alguma clareza, do ponto de vista formal, expressões como (ser) *o braço direito* (de alguém), *atividade febril*, *ponte aérea*, *ódio mortal*, etc. Em última estância, os critérios

<sup>22</sup> Trata-se, em princípio, do que designámos por estereótipos de nomeação ou sintagmas terminológicos.

normalmente apontados<sup>23</sup> deixam sempre alguma margem de insegurança. Do ponto de vista formal há o bloqueio das propriedades transformacionais normais: as construções livres apresentam propriedades transformacionais de acordo com a sua organização interna. Por exemplo, a relação entre um verbo transitivo directo e o seu objecto directo pode ser objecto de várias mudanças de estrutura, com as chamadas transformações. A partir de uma frase como:

O aluno comprou este livro

Pode transformar-se por:

passivização: Este livro foi comprado pelo aluno

pronominalização: O aluno comprou-o

destacamento à esquerda: Este livro, o aluno comprou-o

extracção: Foi este livro que o aluno comprou

relativização: O livro que o aluno comprou

Estas transformações não são admitidas por verbos transitivos directos usados em expressões idiomáticas:

Ele ouviu as últimas e \* As últimas foram ouvidas por mim

Ele viu o pão de ló (na mesa)

O pão de ló foi visto por mim (na mesa)

Ele não viu o padeiro

\* O padeiro não foi visto por mim<sup>24</sup>

Os grupos substantivais admitem também alterações de estruturas:

nominalização: Um livro *difícil* → *A dificuldade* do livro

adjunção de advérbios intensivos: Um livro *muito difícil*, um livro *particularmente difícil*

predicação: Este livro *é difícil*

Estas transformações não são possíveis em:

A música ligeira

\* *A ligeireza* da música

\* Um música *muito / particularmente ligeira*

\* *Esta música é ligeira*<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Lexicalização, estabilidade, fixação, congelamento, reproduzibilidade, institucionalização, idiomaticidade, frequência (cfr. Pastor 1995: 32-35):

<sup>24</sup> Torna-se claro que, na leitura composicional, é possível a passivização

<sup>25</sup> Não podemos esquecer que essas transformações são possíveis se devolvermos a “ligeira” o sentido que o adjectivo tem a nível de língua (ou nível genérico do adjectivo)

Recorre-se assim aos chamados critérios formais ou transformações do ponto de vista sintáctico. Mas as chamadas colocações (os semi-frasesmas de Melchuk) oferecem alguma resistência na diferenciação relativamente às fraseologias prototípicas. Comparem-se *prestar atenção* e *perder a cabeça*<sup>26</sup>, realizados por meio de *O João perdeu a cabeça e todos prestaram atenção ao professor*, submetendo ambas as expressões a um amplo leque de testes e obtermos o seguinte resultado:

- passivização:
  - A cabeça foi perdida pelo João (não corresponde á fraseologia)
  - A atenção foi prestada por todos nós ao professor
- adjectivação participial:
  - A cabeça perdida do João (não corresponde á fraseologia)
  - A atenção prestada por todos nós / ele agradeceu-nos a atenção prestada
- relativização:
  - A cabeça que o João perdeu / que perdeu o João (não corresponde á fraseologia)
  - A atenção que vocês prestaram (agradou-me)
- pronominalização:
  - O João perdeu-a (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram-na (e eu gostei)
- modificação adjectival:
  - O João perdeu a paciente cabeça (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram paciente atenção
- modificação nominal:
  - O João perdeu a cabeça da serenidade
  - Vocês prestaram atenção de grande qualidade
- modificação adverbial:
  - O João perdeu a cabeça momentaneamente / intensamente
  - Vocês prestaram atenção intensamente
- determinação:
  - O João perdeu aquela cabeça (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram aquela atenção
- intensificação:
  - O João perdeu muito a cabeça (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram muita atenção

<sup>26</sup> Vide Sanromán 2000: 166s.

- “indefinição”:
  - O João perdeu uma cabeça (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram uma atenção (não corresponde à colocação)
- pluralização:
  - O João perdeu as cabeças (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram atenções (não corresponde à colocação)
- presença / ausência de artigo:
  - O João perdeu cabeça (não corresponde á fraseologia)
  - Vocês prestaram uma atenção (não corresponde à colocação)
  - Vocês prestaram a devida atenção

Como vemos, estes testes ajudam à compreensão das restrições transformacionais, deixando contudo a ideia de coesão tanto nos frasemas como nas colocações, só que em grau diferente. Esperamos definir melhor alguns limites ao tratarmos dos critérios semânticos.

#### 4. Idiomaticidade como traço prototípico das expressões idiomáticas

A metaforicidade, entendida em sentido amplo, é tida como o traço característico das expressões idiomáticas (fraseologismos)<sup>27</sup>. Mas a definição mais comum de **expressão idiomática** ou **idiomatismo** é dada como a sequência que não pode ser traduzida literalmente para outra língua, isto é, não é possível a tradução palavra por palavra, sem que essa expressão não tenha qualquer restrição, nem no plano sintático nem no plano semântico (o sentido não é composicional, não é transparente, mas sim opaco). A tradição aproxima o conceito de **expressão idiomática** do conceito de **giros** a que se atribui sobretudo o valor de expressões próprias de cada língua e que têm de ser aprendidas de cor, onde se incluem expressões idiomáticas e não idiomáticas<sup>28</sup> (como, por exemplo, *trocas e baldrocas*). Nem tudo o que é “fixo” na língua entra no “discurso repetido”: os poemas, os provérbios, as canções, as colocações, as solidariedades lexicais, não podem ser alterados, mas não podemos dizer que sejam todos estereotipados, congelados, pois o seu sentido é (ou, pelo menos, pode ser) transparente.

<sup>27</sup> «É considerado como exemplo incontroverso para uma expressão idiomática a unidade metafórica, e isto não só segundo os estudos teóricos como também segundo os dicionários e colectâneas destinadas à prática» (Schemann/Schemann-Dias s/d, pg. xxiv)

<sup>28</sup> Incluímos em “giros” não apenas as chamadas expressões idiomáticas, mas também expressões marcadas pragmaticamente para certos contextos. Por exemplo, ao telefone, responde-se à pergunta: «O senhor X está?»; «é ele mesmo /sou eu mesmo», Fr. «lui même», Al. «Am Apparat».

Vamos aceitar, por ser mais operacional, o conceito de *frasema*<sup>29</sup> (ou fraseologismo): a unidade fraseológica em que todos os componentes perdem o seu significado individual para construir um significado novo (transposto, metafórico, metonímico)<sup>30</sup> ou, numa definição ainda mais clara e completa «[as expressões idiomáticas] son no composicionales: la suma del sentido de sus constituyentes no es igual a su sentido global; son coesivos: sus elementos constituyentes están exigidos unos por otros; resisten, con diferentes grados, a la variación formal; pueden ser ambiguos: algunos tienen una contrapartida homófona composicional.»<sup>31</sup> Nos exemplos a seguir apresentados, vemos a existência de expressões homónimas e homófonas:

- levantar a cabeça*: valor fraseológico “prosperar”,  
 [andar] *à nora*: valor fraseológico [andar] “desorientado”,  
 [ser] *o braço direito de*: valor fraseológico: “[ser] o principal auxiliar de”,  
*colete de forças*:  
 – valor da expressão homófona / homónima: “peça de roupa usada para dominar os movimentos dos braços”  
 – valor da fraseologia: “algo que impede a acção em qualquer domínio”

Um segundo tipo de fraseologismos, conceito próximo do que Melchuk chama *semi-frasemas*<sup>32</sup> – apenas próximo: pois o semi-frasema de Melchuk está mais próximo do que nós designamos por colocação – é a unidade fraseológica em que um dos seus elementos conserva o seu valor externo (que tem na técnica livre do discurso) e o outro (ou os outros) abandonando o seu significado de uso externo, tem um outro valor com o qual marca idiomáticamente toda a unidade:

- ódio mortal*: em que *mortal* apresenta o significado “intenso”, “muito vivo”,  
*mercado negro*: em que *negro* tem o valor de “ilegal/clandestino”,  
*sorriso amarelo*: em que *amarelo* tem o valor “forçado”, “contrafeito”, valor que não ocorre em *amarelo* no seu uso externo (como se encontra no dicionário)<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> Apoio-me em Melchuk 1995: 173

<sup>30</sup> «Nous appelons phrasème complet un phrasème AB au signifié “C” tel que ce signifié n’inclut ni le signifié de A ni celui de B: ...Exemple: le signifié de +PONT AUX ÂNES+ “banalité connue de tous” n’inclut ni celui de PONT, ni celui d’ÂNE; c’est un phrasème complet (angl. Idiom)» (Melchuk et al. 1995: 46, nota 7).

<sup>31</sup> Alonso Ramos 1993. 182. Cfr. também Iriarte Sanromán 2001: 175 (alguns destes exemplos são daí extraídos).

<sup>32</sup> «Nous appelons semi-phrasème un phrasème AB au signifié “AC” ou “BC” qui inclut le signifié de l’un des constituants, alors que l’autre soit ne garde pas son sens, soit – même s’il garde son sens – n’est pas sélectionné librement.» (Melchuk et al. 1995: 46, noota 7).

<sup>33</sup> Outros exemplos: *chave mestra*, *parede mestra*, *mudança radical*, *vontade louca*, etc.

Nas fraseologias verbais a incidência da idiomaticidade pode dar-se no colativo:

*estalar/ rebentar uma guerra;*  
*conciliar o sono, acariciar uma ideia, acalentar/ alimentar uma esperança;*  
*conduzir uma investigação, proferir um grito / uma sentença* (em que há uma determinação específica).

Há uma outra categoria de unidades fraseológicas a que Melchuk chama “quase-frasemas”<sup>34</sup>, em que a expressão conserva o seu valor composicional, mas a que se acrescenta algo:

*tecto falso*: que, além de “tecto” e “falso”, tem também o sentido de “para isolar acústica e termicamente”,  
*cinturão negro*: que, além de “cinto” e “negro”, inclui também um sentido: “determinado grau de conhecimento e habilidades marciais”<sup>35</sup>.

Sintetizando, os frasemas (ou fraseologismos) prototípicos são aqueles em que todos os elementos das expressões perdem o seu significado externo e convergem para a construção do sentido novo, o sentido interno. Partindo da mesma base enciclopédica – *pé* – e comparando as seguintes expressões fraseológicas, dar-nos-emos conta da diferença:

- *estar em pé de igualdade*
- *estar em pé de guerra*
- *tomar algo ao pé da letra*:

temos apenas *pé* com o valor de “fundamento”, “base sobre qual assenta algo” e os restantes elementos são (mais ou menos) de valor igual ao do uso externo. Mas já em

<sup>34</sup> «Nous appelons quasi-phrasème un phrasème AB au signifié “ABC” qui inclut les signifiés des deux constituants et un surplus imprévisible “C”. Exemple: le signifié CENTRE COMMERCIAL ‘centre commercial formé de nombreux magasins et de lieux de services, ayant un parc de stationnement ... inclut le sens de CENTRE (lieu où diverses activités sont groupées) et celui de COMMERCIAL “relatif au commerce” plus le composante “formé de nombreux magasins et de lieux de services...”; c’est un quasi-phrasème» (Melchuk et al. 1995: 46, nota 7).

<sup>35</sup> Os exemplos são de Sanromán 2001: 182. Mas não concordamos com a sua conclusão: «Como no caso das expressões idiomáticas, e ao contrário das colocações ou semi-frasemas, a não produtividade dos quase-frasemas leva-nos a considerá-los como unidades lexicais e não como combinações de várias unidades» (Sanromán 2001: 182).

- *pôr o pé em falso e*
- *bater o pé* (a alguém)

temos, ao lado do valor da expressão no seu uso externo (expressão homó-fona/homónima da expressão idiomática):

- “colocar o pé no sítio errado” ou
- “bater com o pé no chão...”

o valor fraseológico, envolvendo toda a expressão: “comportar-se de modo errado” e “fazer frente (de modo frontal ou mesmo violento) a alguém / teimar de modo persistente”<sup>36</sup>. Isto é, no primeiro caso, teremos uma expressão idiomática não prototípica (o quase-frasema de Melchuk) e, no segundo, a expressão idiomática nuclear. Exemplos autênticos de expressões que se apresentam como expressões homónimas são as seguintes:

«Já uma vez escrevi sobre os deveres escolares e está na altura de *rever a matéria dada*. Não porque alguma coisa não tenha mudado no sistema escolar ...» (Trabalhos de casa..., Pública, 21.11.99)

«Os mais irredutíveis da contagem correcta das datas terão de *dar o braço a torcer*: o salto de 1999 para 2000 pode não ser a verdadeira passagem do milénio, mas a febre milenarista *anda à solta*.» (Público, 24.11.99)

«Estamos a *virar a página* na saúde» (Público, 5.11.99)

«Elogiar, no nosso país, equivale a *puxar a brasa à nossa sardinha* – uma das expressões mais estúpidas que há, considerando que presume haver vários concorrentes diante de um braseiro, cada um proprietário de uma sardinha e capaz de variar a aplicação de calor sobre esse seu único peixe, em detrimento dos demais» (MEC, Independente, 11, 11, 99)

«O Dr. Artur Santos Silva *bateu com a porta*» (expressão repetida nos Jornais de 11-14 de Novembro de 1999)

É evidente que poderíamos pensar num tipo de expressões sem qualquer uso externo, em que a desmotivação seja total, como em (sem dizer) *chus nem bus*, (nem) *fun nem funetas / sem funfas nem funfetas*, (comprar) *por atacado*, *cré com cré cada um com a sua ralé*, *às duas por três*. Mas nestes casos, a idiomaticidade (metaforicidade) desapareceu e o processo de fraseologização ficou totalmente oculto, possivelmente estamos, em alguns destes casos, perante um obscurecimento elíptico ou estrutural.

Uma outra espécie de combinatória próxima – como vimos – é o que costuma designar-se por “colocação”, ou quase-frasema, onde podemos envolver

<sup>36</sup> Alguns destes exemplos foram extraídos de Schemann / Schemann-Dias s/d.

as combinações frequentes, prováveis, preferenciais ou usuais de palavras ou combinações de palavras aparentemente livres, geradas a partir das regras da língua, mas onde actua um certo tipo de restrição lexical determinada pela norma, as «unidades pluriverbais lexicalizadas e habitualizadas»<sup>37</sup>.

As colocações – noção próxima do quase-*frasema* de Melchuk – são combinações [base + colocativo / determinante + determinado] preferenciais com um significado composicional dedutível do significado dos seus membros, mas trata-se também de combinações estáveis. Há, como vimos repetindo, uma relação gradual que vai das combinações livres, passando pelas colocações e terminando nas fraseologias em sentido estrito. Mas tanto as fraseologias como as colocações são reproduzíveis e são combinações estáveis.

Devem também ser mencionadas as chamadas solidariedades lexicais («La solidaridad es la relación entre dos lexemas (pertenecientes a campos lexicais diferentes) de los que el uno está comprendido, en parte o en su totalidad, en el otro, como rasgo distintivo (sema) que limita su combinabilidad.» (Coseriu 1977: 140s), noção que não anda longe da “colocação”, onde podemos incluir exemplos como:

- *nariz aquilino, manteiga rançosa, vinho abafado, cabelo louro, cavalo baio*, etc.
- *zarpar um barco, pestanejar o olho, franzir o sobrolho, calçar/descalçar a bota, menear a cabeça/o corpo*

A noção de solidariedade é mais restritiva do que colocação. Para Coseriu, muitos dos casos apresentados como colocações seriam simples exemplos de norma<sup>38</sup>. As solidariedades nem são combinações sintagmáticas fixas nem são combinações livres.

## 5. Fraseologização, desmotivação e remotivação

### 5.1. Fraseologização como lexicalização

Aos dois pólos apresentados comumente como identificadores e carac-

<sup>37</sup> Cfr. Ettinger 1982: 249-258

<sup>38</sup> «... o esp. *pan blanco* se opõe ao *pan negro*, que não é negro, e *água salada* a *água dulce*, que é simplesmente não salgada. Trata-se sempre de oposições da norma, que caracterizam os idiomas a que pertencem; assim, o esp. *vino tinto* é vermelho em italiano (*vino rosso*) e preto em servo-croata (*crno vino*)» (Coseriu 1979: 68 e vide ainda 1977: 143-161. Há alguma similitude entre a solidariedade lexical e a “entourage” de Rey-Debove (1971: 207-213)

terizadores da fraseologia – a fixação e a idiomaticidade – Fleischer (1992) acrescenta a lexicalização, no sentido de que as fraseologias são concebidas como unidades léxicas equivalentes às palavras simples, derivadas ou compostas. A lexicalização implica a fusão de várias unidades numa só, em que o resultado aparece como algo terminado, fixado, no fim da linha linguístico. O conglomerado perde determinadas propriedades gramaticais em benefício da fusão mais ou menos integral. A lexicalização equivale a dizer que o frasema / fraseologismo é armazenado no léxico como um todo, em que a construção sintáctica já não reproduz um modelo estrutural produtivo, mas que é reproduzido como uma unidade léxica terminada.

A diferença entre fraseologismo e composto, como já referimos, não é de todo clara<sup>39</sup>: tanto o composto como o frasema não são signos primários, pois trata-se de uma especialização denominativa. Mas nos compostos há uma deslocação significativa devido a uma mudança de referente; no frasema, há uma metaforização total (ou motivação parcial) operada na combinação livre de palavras. Esta motivação total ou parcial passa por ser o caracterizador primário dos fraseologismos. O composto parece mesmo ser a fronteira onde a lexicalização atinge o limite, como se revela na forma gráfica: na maior parte dos casos há a perda total da individualidade gráfica ou essa quase perda de individualidade fica marcada através do hífen. Acentuamos, uma vez mais, que a delimitação entre frasemas e compostos é, por vezes, difícil de fazer. Por exemplo, nas expressões importadas como:

– *prima donna, casus belli, bon vivant, rendez-vous, compte-rendu*

ou nas expressões de origem onomatopaica como:

– (é só) *blá-blá, gri-gri, fou-frou, tic-tac*, (explica lá) *tim-tim por tim-tim*,

estamos em presença de frasemas ou de compostos? Devemos uma vez mais relembrar que a idiomaticidade é indubitavelmente um fenómeno essencial da língua em geral, mas na fraseologia é o elemento definidor por excelência. A identificação entre idiomaticidade e expressões idiomáticas acontece porque se tem dado de idiomaticidade uma definição essencialmente semântica (= o significado da fraseologia não pode ser deduzido do significado das suas partes, em separado, ou em conjunto) e é esse o sentido predominante. Embora os componentes dos fraseologismos surjam com estruturas materiais próprias de significantes linguísticos autónomos, funcionam aqui como figuras (no sentido de Hjelmslev)<sup>40</sup>. Por exemplo, em *lançar raízes*, nem dos seus elementos em

<sup>39</sup> Cfr. Fleischer 1982 e B. Worjak 1992.

<sup>40</sup> Cfr. Zuluaga 1980: 124.

separado, nem do seu conjunto, podemos deduzir “estabelecer-se num lugar” (sinédoque ou metáfora, ou ambos), embora não possamos esquecer que há o homófono / homónimo literal com um significado não figurado.

Concluindo, a fraseologização é o processo pelo qual, graças à fixação (parcial ou total) e nos casos de idiomaticidade parcial ou total, se constitui uma unidade fraseológica<sup>41</sup>. A expressão fraseológica passa a funcionar em bloco, é que a expressão idiomática é precisamente a lexicalização da relação entre o significado de uma expressão no seu valor não idiomático e o idiomático:

«The fact that a sign can intend one thing without ceasing to intend another, that, indeed, the very condition of its being an expressive sign for the second is that it is also a sign for the first, is precisely what makes language an instrument of knowing.» (Urban. W. M. 1951: 112s.)

### 5.2. A idiomaticidade e a desmotivação/remotivação dos fraseologismos

Normalmente o significado idiomático é o resultado de um processo histórico em que o significado literal e o figurado se foram afastando progressivamente. Há por isso muitos frasemas não motivados: sincronicamente, a motivação é sempre o resultado de uma reflexão *á posteriori*, que ou evocam o sentido literal ou o idiomático. Não se pode dizer que as fraseologias têm a mesma motivação secundária que os compostos. A motivação pode provir do contexto discursivo, em que se joga com a homófona/homónima literal, possibilitando-se uma nova motivação<sup>42</sup>. Ninguém se interroga sobre a origem de qualquer combinação pertencente à técnica livre do discurso, nem mesmo se pergunta sobre o “quando” do seu primeiro uso. Colocar-se o problema da origem de qualquer sequência revela desde logo que essa estrutura não é uma criação regular e livre, que tem uma origem, mesmo que nos seja desconhecida.

O congelamento pode ter uma origem externa e fazer referência a acontecimentos históricos que se tornaram paradigmáticos («*passar o Rubicão*», «*ser mais pobre do que job*»), mitológicos («*o pomo da discórdia*», «(desfazer) o nó górdio», «*limpar as cavalariças de Augias*»), religiosos («*separar o trigo do joio*», «*galinha de ovos de ouro*»<sup>43</sup>, «*bode espiatório*»<sup>44</sup>), ou constituir reminiscências literárias («*o Amor de Perdição*», «*O Velho do Restelo*», «*Menina*

<sup>41</sup> Cfr. Gurillo 1997: 85-104.

<sup>42</sup> Cfr. Zuluaga 1980: 126-128.

<sup>43</sup> «O turismo continua a ser a *galinha de ovos de ouro* de Goa..» (a nova casta dos “portugueses” de Goa, Pública, 19.12.99)

<sup>44</sup> «Maria de Belém e Manuel Maria Carrilho tornaram-se os *bodes espiatórios* do Governo Socialista» e «Todas as organizações precisam de *bodes espiatórios*... foram crucificados na praça pública» (José António Saraiva – Política à Portuguesa, Expresso, 18.12.99)

*e Moça», «Cavaleiro da Dinamarca», «E tudo o vento levou», «Leal Conselheiro», «Oficial e Cavalheiro»<sup>45</sup>, «Guerra e Paz», «Jangada de Pedra», «Memorial do Convento»).*

A fixação representa a inserção de um facto de língua na história dessa língua. É assim possível, em certo modo, determinar a origem histórica de muitas fraseologias (a chamada motivação). Aliás a motivação depende da compreensão da imagem que dimana do significado directo do seu homófono/homónimo literal. As combinações sem homófono /homónimo literal não costumam ser motivadas: aí a motivação depende da recuperação da imagem que originou o frasma. Sejam transparentes ou não, surge assim a definição de fraseologia por força da sua semântica própria: a combinação fixa de palavras que transporta um significado não composicional, ocasionado por recursos como a metáfora, a metonímia, a hipérbole, etc. e por uma motivação graduável que depende tanto das relações internas que estabelece com o significado originário dos seus componentes como das conexões externas contextuais. O carácter fechado, opaco, hermético, é típico das fraseologias, que podem ir buscar uma motivação secundária (ou mesmo servir de alavanca para outras motivações), em que o significado metafórico extrafraseológico dos componentes se desmultiplica. Isto é, pode haver remetaforização, recuperação, no texto, de parte dos valores metafóricos de modo parcial ou total dos frasmata. É que a idiomatidade, a estabilidade ou fixidez, a fraseologização ou lexicalização dos fraseologismos repousam, em última análise, na função da fraseologia, na sua razão de ser na língua. As fraseologias têm por função – como acontece com as unidades da língua deste nível (o léxico) – nomear, mas trata-se, normalmente, de nomear na banda larga da expressividade:

– intensificando:

*dizer cobras e lagartos de alguém vs. dizer mal*  
*ter mundos e fundos vs. ser rico*  
*estar em maus lençóis vs. estar em dificuldade*  
*estar em pulgas vs. estar agitado*  
*cair das nuvens vs. ficar surpreendido*  
*não ganhar o totoloto por um pelo vs. quase*  
*às duas por três vs. de repente ...*

– refinando a ironia em que o aspecto negativo se acentua:

*ter uma arranjinho* (“ter um biscate ou um caso com...”)  
*dar às de vila diogo vs. fugir apressadamente*

<sup>45</sup> Ainda no dia 18.12.99, no Expresso, a propósito do Governador de Macau Rocha Vieira, o Editorial titulava o pequeno mas sumarento comentário com «Oficial e Cavalheiro»

- oh pernas para que vos quero!* vs. fugir apressadamente  
*estar com a barriga a dar horas* vs. ter fome  
*dar-se como o cão e o gato* vs. dar-se mal  
*entrar por um ouvido e sair por outro* vs. não fazer caso de
- apelando para a iconicidade de rima soante, aliterações:  
*correr ceca e Meca* (à procura de) vs (procurar) por todo o lado  
*por Franças e araganças* vs. por todo o lado  
*nem fun nem funetas* vs caladinho  
*à trouxe-mouxe* vs. de qualquer maneira
- suavizando as asperezas da vida:  
*não é santo da minha devoção* vs. é-me indiferente  
*ser farinha do mesmo saco* vs. ser (também) mau  
*ir desta para melhor* vs. morrer  
*não venhas de garfo que hoje há sopa* (Madeira) vs. vem com calma...  
*ir a trote la galope la toda brida / a toque de caixa* vs. correr apressadamente

Como vemos, trata-se de um amplo leque de conotações onde a expressividade tem múltiplos “portais” sempre disponíveis para a ironia, para o implícito, para a inferência, para a avaliação, normalmente, de pendor negativo.

## 6. Desconstrução/remotivação das fraseologias no texto

### 6.1. Fixação e desfixação

Em determinados tipos de texto encontramos construções fixas que servem de modelo a outras construções. Costumamos chamar a este processo “desfixação” ou desconstrução de expressões idiomáticas. Os fraseologismos (como aliás acontece com todo o léxico) apenas tem existência no texto, no discurso. Afinal, o léxico representa a massa de que se compõe o texto e, por sua vez, este é o depósito de que aquele se alimenta: «nihil est in lingua quod prior non fuerat in textu»<sup>46</sup>. As fraseologias são uma marca da linguagem da proximidade, da oralidade, da expressividade, da descontração, da horizontalidade discursivo-pragmática. O facto de as fraseologias serem, na quase totalidade, constituídas (e construídas) por elementos comuns às expressões da técnica livre do discurso, fazem parte do saber partilhado, sempre pronto a ser redi-

<sup>46</sup> «Texts and lexicon are dialectally interrelated. Both cannot exist without each other. Texts, which cannot be understood without an internalized lexicon, are themselves an everactive source of renewal for the word stock of language» e «words help to create texture by exploiting their formal and semantic rule-governed properties» (A. Neubert 1979: 27ss.). Cfr. Ainda B. Wortjak 1992: 2.

mencionado, a ampliar-se formalmente, a modificar-se, especificando-se, contraindo-se, descontruindo-se e, assim, servem de apoio à criatividade, à textualização nova e à variação, violentando o seu significado primeiro.

Por outro lado, o jogo paralelo entre os significados das duas expressões homónimas e homófonas – a expressão resultante da combinatória livre e a expressão fraseológica – permite um dimensionamento discursivo intensamente vivo e cheio de apelos ao subentendido, ao aparentemente ocultado mas sempre com o rabo de fora. A transparência da expressão da técnica livre do discurso e a opacidade da expressão fraseológica pertencente ao discurso repetido perfilam-se lado a lado e a língua adquire uma força criadora e instaladora que não seria possível na simples combinatória dentro da técnica livre do discurso.

#### 6.1.1. *Desfixação por adaptação ao “cotexto” (contexto imediato)*

Em primeiro lugar, há sempre, no uso normal dos frasemas, uma desfixação na adaptação ao cotexto. A variação textual provém, a nível de superfície, pela adequação, por meio da flexão, ao texto:

«*Deitar pérolas a porcos*. [título] Marçal Grilo teve apenas a coragem de *pôr preto no branco* o que todos sussurram à *boca pequena*: “no Parlamento não se pensa muito”; no Parlamento, dos 230 deputados, “talvez 50 sejam pessoas de qualidade” «No Parlamento, entre os deputados, há de tudo – miúdos, ignorantes e tontos”» (José Manuel Fernandes, Editorial, Público, 26.11.2001)  
«Pronto, *dou o braço a torcer*, já não está aqui quem falou» (Mário de Carvalho – *O nó estatístico*, 3ª ed., Lisboa: Caminho, 61)

Mas podemos entender flexão no seu sentido amplo, como, por exemplo, as possibilidades intensificadoras por meio do diminutivo ou aumentativo e superlativo:

«Em tal contexto [de jogos eleitoralistas], já é reconfortante ver alguém com responsabilidades *vir a terreiro dar a cara* e defender com clareza o que pensa (...). Após quase duas décadas de luta de uns poucos [possibilidade de candidaturas independentes às autárquicas] ... ela só acabou por se verificar *tardíssimo*, *a más horas* e com a exigência de um absurdo número de proponentes...» (J. Carlos Vasconcelos – Objectivos eleitorais, in: *Visão* 31.10.2001)<sup>47</sup>.

#### 6.1.2. *Desfixação por adaptação ao discurso*

O jogo entre o frasema e a sua expressão homófona/homónima provoca na expressão idiomática a remotivação. Isto é, há o lançamento no discurso do

<sup>47</sup> O fraseologismo é: *tarde e a más horas*.

frasema e, depois, este provoca a leitura literal pelo viés da utilização de um dos seus consituíntes:

«Se há funcionários [guardas prisionais] que *fecham os olhos*, só têm uma solução: *abri-los!* Porque, ao *fechar os olhos*, estão a ser cúmplices de práticas intoleráveis e isso contribui para um crime de suspeição de que eles próprios também são vítimas. Nós precisamos de fazer um esforço de demonstração perante a sociedade de que a maioria dos funcionários dos serviços prisionais é gente honesta, trabalhadora, que quer desempenhar bem o seu papel. É esse clima de suspeição que temos de afastar» (João Figueiredo [director geral dos Serviços Prisionais], in: *Visão*, 21.10.2001)

Ou ainda pode haver um jogo de espelho entre o frasema e a perífrase equivalente, em que se dá a recuperação de um dos seus elementos constitutivos, por exemplo, o colocativo (*perder*):

«Quando *se perde o fio à meada* [título]. Se para muitas pessoas a noção de tempo é algo puramente pessoal ... são várias as doenças em que *as pessoas perdem a noção do tempo*» (Célia Rosa, in: *Notícias Magazine*, 4.11.2001).

Isto é, *perder o fio à meada* é interpretado num dos múltiplos sentidos possíveis (“perder a noção do tempo” por parte das pessoas idosas). Mas a flexão e a gramática – no seu sentido tradicional (as “partes orationis”) – permitem ainda outras possibilidades, como, por exemplo, alteração na categoria gramatical:

«Uma das coisas que, a mim, mais me agradam e que eu gostaria de fazer era corromper a língua. A primeira condição para escrever bem é saber gramática, a segunda é esquecê-la. Em tudo quanto se ama há o desejo de corromper. Corromper no bom sentido, de estragar descobrindo... Quando uma pessoa diz uma expressão como esta – apanhei uma expressão bonita – “*coisíssima nenhuma*”, não há nada de mais belo, de mais difícil de dizer: transforma um substantivo num adjectivo, põe-no em superlativo. “*Coisíssima nenhuma*” é a aniquilação de tudo, nunca se disse nada tão bonito e é isso que se diz na rua» (José Cardoso Pires – Entrevista dada a Ana Sousa Dias, in: *Público-Magazine*, 19.6.94, pg. 32)

Há ainda outras variações possíveis, como elisão de sequências exigidas por frasesmas que se completam dentro do chamado período hipotético:

«Ao princípio, o escritor não estava a dizer nada de importante, portanto eu não estava a dar-lhe grande atenção... Mas de repente... *Eu seja cão*. Tenho a certeza de que não foi alucinação minha» (Clara Pinto Correia, in: *Visão*, 31.10.2001)

em que apenas se anuncia o início de expressão fixa, aliás a única que é fixa – *eu seja cão* – faltando a outra parte, a parte livre. Mas a simples adequação

flexional dos fraseologismos ao contexto não é, nem de longe nem de perto, a parte mais importante da adequação. Apenas para adiantar algo do que vamos explicar na alínea seguinte, o frasema serve de ponto de partida para a continuação do texto:

«Guterres terá dado garantias a Artur Santos Silva de que o ministro não *pisaria o risco* nas explicações ao Parlamento. Pois bem: Carrilho apareceu eriçado diante dos deputados e *partiu ainda mais loiça*. Os *cacos*, esses chegaram ao gabinete do engenheiro» (Independente, 19.11.2001)

em que *partir a loiça* se continua, nos *cacos* obtidos na recuperação da imagem dos elementos externos da expressão homonímica (sentido literal) de *partir a loiça*. Os “cacos” são projectados discursiva e anaforicamente – um dos tipos de anáfora associativa – para dar continuidade ao palco imagético iniciado no frasema.

## 7. Conclusão ou o “estado e o modo de ser do mundo idiomático”

A fraseologia, como disciplina linguística, compreende um conjunto de formas craterizadas pela fixidez, polilexicalidade, idiomaticidade, fraseologização ou lexicalização e abrange um leque de expressões que vão desde o frasema (ou fraseologismo) típico até formas mais amplas, o equivalente a frases ou sentenças (e porventura, a pequenos textos: os provérbios). Mesmo no frasema típico – aquele em que todos os elementos componentes da expressão perdem a sua autonomia e conteúdo em favor da fusão –, há ainda expressões em que os elementos só existem no frasema (nem chus nem bus, nem funfas nem funetas) e aquelas em que os elementos têm uso externo (fora da expressão idiomática) e uso interno (próprio do idiomatismo).

Por outro lado, a fixidez é (quase) sempre relativa: pode haver adequação ao contexto e ao co-texto (flexão, variação estrutural, etc.) e sobretudo uma capacidade de integração no texto/discurso por força da fixidez memorizada na comunidade linguística, permitindo desmotivações e remotivações e, pelo seu potencial comunicativo, dar azo à desocultação (por meio de implícitos, pressupostos e inferências) da atitude do falante. O modelo em que se inscreve a fraseologia dá possibilidade ao falante/escrivente de dizer muito mais do que aquilo que as palavras dizem e ao ouvinte/leitor de entender muito mais do que a materialidade fónica afirma.

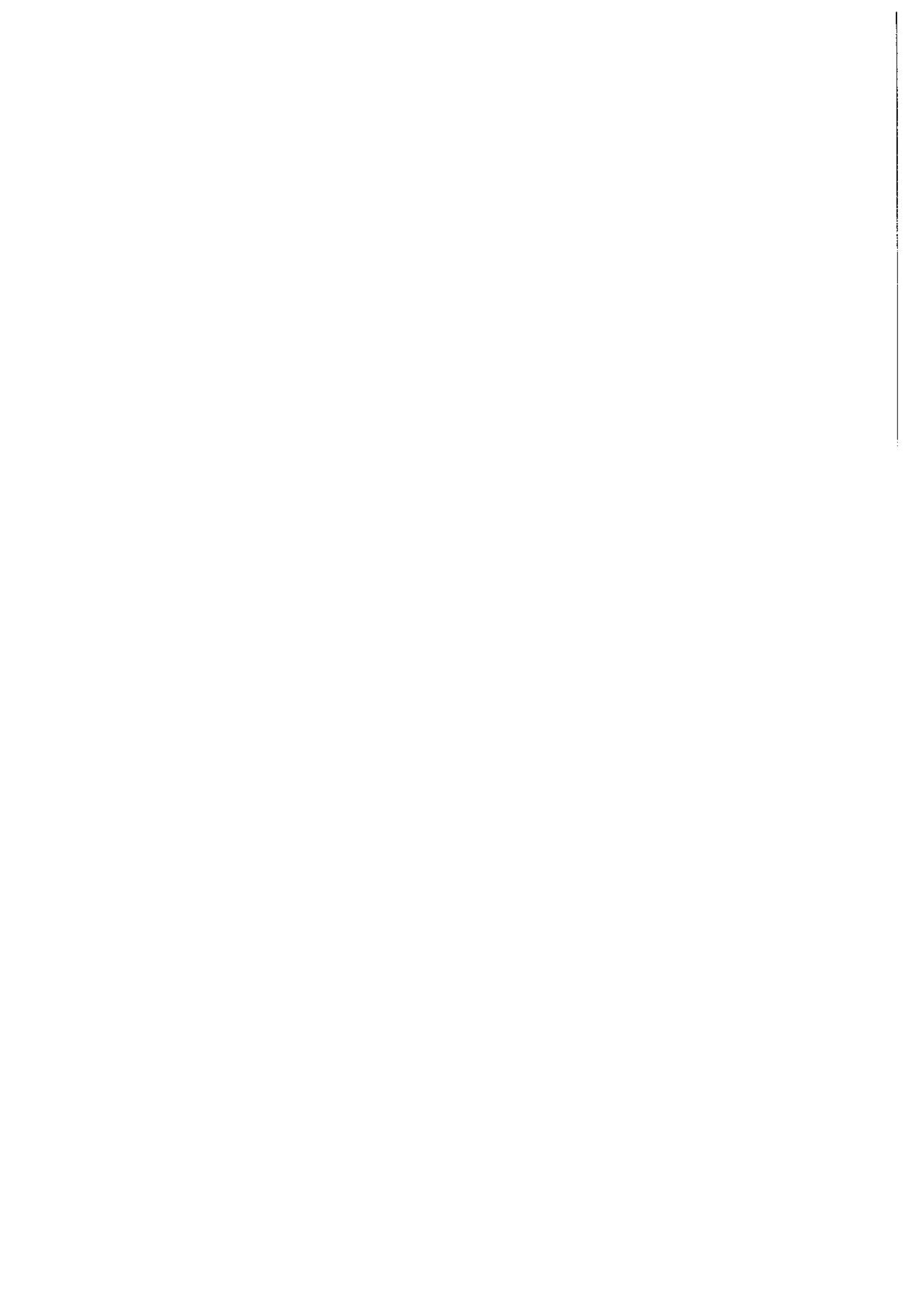
Num autor concreto, vimos a importância das fraseologias na construção do texto: os narizes de cera, as rotinas mentais, os estereótipos do autor (e da comunidade linguística em que ele se insere) são facilmente detectados: neste

caso, é mesmo o meio mais fácil de surpreender a atitude do autor perante a vida. A fraseologia é o modo normal de ser e estar perante a língua e o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR-AMAT CASTILLO, A. de – *Las colocaciones de nombre y adjetivo. Un paso hacia una teoría léxico-semántica de la traducción*, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, Servei de Publicacions, 1993.
- ALONSO RAMOS, M. – *Las Funciones Léxicas en el modelo lexicográfico de I. Melcuk*, Madrid: UNED, 1993.
- BOGGARDS, P. – «Dictionnaires pédagogiques et apprentissage du vocabulaire», in: *cahiers de lexicologie*, LIX, II (1988), 93-167.
- BRAVO, Nicole Fernandez/Behr, Irmtraud/Rozier, Claire (eds.) – *Phraseme und typisierte Rede*, Tübingen: Stauffenburg Verlag, 1999.
- CACCIARI, Cristina/Tabossi, Patrizia (eds.) – *Idioms. Processing, structure, and interpretation*, Hillsdale, New Jersey, Hove and London: Lawrence Erlbaum, 1993.
- CALDERON CAMPOS, M. – *Sobre la elaboración de diccionarios monolingües de producción. Las definiciones, los ejemplos y las colocaciones léxicas*, Granada: Universidad de Granada, 1994.
- CARDOSO, Miguel Esteves (MEC) – *Explicações de Português*, Lisboa: Assírio e Alvim, 2001.
- COSERIU, Eugen – *Principios de semántica estructural*, Madrid: Gredos, 1977.
- COSERIU, E. – *Teoria da Linguagem e Linguística Geral. Cinco estudos*, Rio de Janeiro, Presença/Editora daq Universidade de São Paulo, 1979.
- COWIE, A. P. – *Phraseology. Theory, Analysis, and Application*, Oxford: Clarendon Press, 1998.
- DANES, F. – «The relation of centre and periphery as a language universal», in: *TCLP, II: Le problème du centre et de la périphérie du système de la langue*, 1966, pp. 9-21.
- DANLOS, L. (ed.) – «Les expressions figées», in: *Langages*, 90 (1988), Paris: Larousse.
- ETTINGER, S. – «Formación de palabras y fraseología en la lexicografía», in: Haensch et al. 1982: 233-258.
- FERNANDO, C. – *Idioms and idiomaticity*, Oxford: O. U. P, 1996.
- FLEISCHER, Wolfgang – *Phraseologie der deutschen Gegenwartssprache*, Leipzig: WEB, 1982.
- GROSS, Maurice – «Une classification des phrases figées en français», in: *Actes du Colloque de Rennes*, Amsterdam: Benjamins, 1982.
- GROSS, Maurice – «Les limites de la phrase figée», in: *Langages*, 90 (1988).
- HAENSCH, G./Wolf, L./Ettinger, S. – *La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*, Madrid: Gredos, 1982.
- HUTCHINS, W. J./Sommers, H. L. – *Introducción a la traducción automática*, Madrid: Visor, 1995.
- LAKOFF, G./Johnson. M. – *Metáforas de la vida cotidiana*, Madrid: Cátedra, 1991 (1970).
- LAPA, M. Rodrigues – *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra editora, 1984.
- MELCUK, I. A./Clas, A./Polguère, A. – *Introduction à la Lexicologie Explicative et Combinatoire*, Louvain-la-Neuve: Duculot, 1995.
- MOON, Rosamund – *Fixed expressions and idioms in English*, Oxford: Clarendon, 1998.
- PALM, Christine – *Phraseologie. Eine Einführung*, Tübingen: Narr, 1995.
- PASTOR, Gloria Corpas – *Un estudio paralelo de los sistemas fraseológicos del inglés y del español*, Universidad de Málaga (Servicio de publicaciones e intercambio científico), 1995.

- PASTOR, Gloria Corpas – *Manual de fraseología*, Madrid: Gredos, 1996.
- SANROMÁN, Álvaro Iriarte – *A unidade lexicográfica*. Palavras, colocações, frasesmas.
- SCHEMANN, Hans e Schemann-Dias – *Dicionário idiomático português-alemão / Portugiesisch-deutsche Idiomatik*, Braga: livr. Cruz/Max Hueber Verlag, s/d.
- THUN, Harald – *Probleme der Phraseologie*, Tübingen: Niemeyer, 1987.
- URBAN, W. M. – *Language and reality. The philosophy of language and the principles of symbolism*, London-New York, 1951.
- VILELA, Mário – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Coimbra: Almedina, 1999.
- VILELA, Mário – *Estudos de lexicologia do português*, Coimbra: Almedina, 1994.
- WIMMER, Rainer/Berens, Franz-Josef (orgs.) – *Wortbildung und Phraseologie*, Tübingen: Narr, 1997.
- WOTJAK, Barbara – *Verbale Phraseolexeme im System und Text*, Tübingen: Niemeyer, 1992.



# O ESTATUTO CATEGORIAL DOS POSSESSIVOS: Possessivos e adjectivos

*Matilde Miguel*

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

## 1. Introdução

É tradicionalmente admitido que, em posição pré-nominal, quando combinados com um nome com matriz fonológica, o possessivo assume uma forma de “determinante”, nas línguas em que não se combina com um artigo (Francês (1.a), Castelhana Standard (1b)).

- (1) a. J'ai laissé *ton* livre sur la table.
- b. *Mi* ordenador está estropeado.

Contudo, na mesma posição, em línguas em que o possessivo se combina com um artigo (Italiano, (2.a), Português Europeu (PE) (2b)), alguns autores assumem que o possessivo é um adjectivo:

- (2) a. Il *mio* amico.
- b. O *meu* amigo.

Giorgi & Longobardi (1991:154) traduzem esta ideia da seguinte maneira:

“Possessive elements are syntactically specified to be realized on the surface either as As (as in Italian), or as Ds (as in English and French)”

Cardinaletti, 1998, para o Italiano, e BRITO, 2000, para o PE, mantêm o mesmo tipo de análise, defendendo que em ambas as línguas se podem tratar os possessivos combinados com um nome lexical como formas adjectivais. E, apesar de mostrar claramente que os possessivos se dividem em clíticos, formas fracas e formas fortes. Cardinaletti, 1998,22 afirma:

“The deficient / strong opposition found in pronominal system also characteri-

zes possessive systems. If possessives are adjectives, as traditionally claimed [...], this means that what we have found here is pairs of deficient/strong adjectives.<sup>1</sup> The fact that the deficient/strong opposition is found across categories fits well with the approach in Cardinaletti and Starke, 1994, in which the underlying cause of the distinction is a structural difference: deficient elements are a structural subset of strong elements, regardless of the labels on the structure.”

Se esta tipologia tripartida, como defendido em Cardinaletti e Starke, 1994 e Cardinaletti, 1998, for transcategorial, permite abranger formas adjetivais. Nesta perspectiva, teríamos de analisar os possessivos pré-nominais como “adjetivos fracos”, nas línguas em que co-ocorrem com artigo, como adjetivos “clíticos<sup>2</sup>” (em posição inicial absoluta), enquanto que os pós-nominais se qualificariam como “adjetivos fortes”.

Repare-se que, neste caso, o Francês levanta de imediato um problema, uma vez que, em posição pós-nominal (3.a), em contextos predicativos (3b) e ainda em construções de redobro (3c), a relação de posse assume claramente a forma de um pronome “dativo de posse”:

- (3) a. *un ami à moi* m'a appelé ce matin.  
 b. *Ce livre est à moi*  
 c. *Ses films à lui* ont eu un succès énorme.

Por outro lado, Picallo & Rigau, 1999 e de modo geral, as gramáticas do Espanhol, assumem que, no Castelhana, os possessivos são uniformemente “pronomes”.

- (4) a. *Su casa* estaba situada en un altozano.  
 b. *La casa suya* estaba situada en un altozano.

Assim, no que diz respeito às línguas citadas, teríamos de defender que o Castelhana e o Francês dispõem de possessivos pertencendo à classe dos pronomes e que o Italiano e o PE dispõem de formas adjetivais. Tal posição pode ser mantida se for possível mostrar que os possessivos, em PE, se comportam como os adjetivos.

As secções que seguem têm por finalidade avaliar esta hipótese dos possessivos do PE enquanto adjetivos, comparando o comportamento sintáctico destes modificadores do nome com os possessivos, com o objectivo de estabelecer o estatuto categorial destes últimos.

<sup>1</sup> sublinhado meu

<sup>2</sup> Esta formulação pretende apenas transmitir a ideia de que se trata de adjetivos nucleares (x°).

## 2. Os possessivos e os adjectivos

### 2.1. *Tipologia de adjectivos*

Se bem que existam várias hipóteses sobre a análise mais pertinente para estes modificadores do nome (cf. CINQUE, 1994) – adjectivos enquanto [Specs] de categorias funcionais hierarquizadas e KAYNE, 1994 – adjectivos enquanto “predicados” – adopto uma hipótese mista, desenvolvida, em particular, em VALOIS, 1991 e BERNSTEIN, 1993 por ser aquela que permite um tratamento destes modificadores que se aproxima do tratamento “standard” proposto para advérbios. BERNSTEIN, 1993 assume existirem as seguintes classes de adjectivos:

1. Adjectivos predicativos, núcleos de uma oração pequena de natureza adjectival<sup>3</sup>.
2. Adjectivos temáticos, que ocorrem com nomes que dispõem de uma estrutura argumental, como definida em GRIMSHAW, 1991. Trata-se, no seu essencial, de adjectivos étnicos (cf. *italiano*). Para a autora, estes adjectivos são gerados na posição de [Spec, NP]. Nesta classe incluem-se ainda alguns adjectivos denominais (cf. *electricolatómico*).
3. Adjectivos adjuntos, i.e., gerados em posição de adjunção a NP e /ou a Num(ber)Phrase; assemelham-se aos advérbios de modo ou orientado para o sujeito (cf. *brutal, suposto*).
4. Adjectivos nucleares que, segundo a autora, são directamente seleccionados por D<sup>o</sup>) e que tomam como complemento obrigatório um nome lexical (cf. *mero*).

Compare-se então o comportamento sintáctico das classes de adjectivos em (2-4) com os possessivos.

#### 2.1.1. O possessivo e os adjectivos temáticos

O primeiro conjunto de adjectivos a considerar será a classe de adjectivos denominados “temáticos”, uma vez que, como os possessivos, manifestam propriedades interpretativas argumentais (cf., entre outros, CINQUE, 1994).

Vejam as propriedades destes adjectivos, combinados com nomes deverbais eventivos e compare-se com o possessivo:

<sup>3</sup> O facto de se encontrarem possessivos em contextos predicativos não invalida a hipótese aqui defendida, segundo a qual, em PE, como no Castelhanos e no Francês, pertencem ao paradigma dos pronomes, uma vez que os pronomes pessoais podem ocorrer em contextos predicativos (cf. MORO, 1997), pelo que não será considerada esta classe de adjectivos:

- (i) a. O Pedro é ele (próprio) em qualquer circunstância.
- b. A Maria é ela e eu sou eu!

Segundo CRISMA, 1990, VALOIS, 1991, BERNSTEIN, 1993, GIUSTI, 1993 e CINQUE, 1994, estes adjectivos respondem negativamente ao conjunto de testes seguintes, enquanto que os adjuntos (classe 3) respondem positivamente:

- (i) não podem ocorrer em construções de elipse (5.a) *vs* (5b),
  - (5) a. Acompanhei a invasão americana (do Kosovo) pela televisão.
  - b. \*Acompanhei a americana.
  - (6) a. Vi a tua representação (da “Casa de Boneca” de Ibsen) no São Carlos.
  - b. Vi a tua no São Carlos.
- (ii) nem em posição predicativa (7)
  - (7) \*A invasão foi americana.
  - (8) A representação foi tua.
- (iii) não podem entrar em construções de oração reduzida (9):
  - (9) \* Os europeus consideraram a invasão americana.
  - (10) Os europeus consideraram a invasão sua.
- (iv) nunca ocorrem em posição pré-nominal (11):
  - (11) \* Uma/a americana invasão.
  - (12) Uma/a nossa invasão.
- (v) não aceitam ser modificados por um advérbio intensificador (13)
  - (13) \* A invasão extremamente americana levou apenas alguns segundos.
  - (14) Aquela representação tão pouco tua foi despachada em alguns segundos.
- (vi) Contrariamente ao possessivo, o adjectivo temático não corresponde a um argumento adnominal “genitivo” em *de*, como o mostra a agramaticalidade de (15c):
  - (15) a. A invasão da Polónia pela Alemanha.
  - b. A invasão alemã <sub>agente</sub> da polónia.
  - c. ?? A invasão (da Alemanha) da Polónia (da Alemanha).
- (vii) Só podem receber uma interpretação agentiva, contrariamente ao que acontece com o possessivo (compare-se (15b) com 16.a) *vs* (16b-c):
  - (16) a. \* A invasão polaca <sub>tema</sub> pela Alemanha.
  - b. A sua <sub>tema</sub> invasão pela Alemanha.
  - c. A sua <sub>agente</sub> invasão da Polónia.

Quando combinados com nomes que denotam objectos, estes adjectivos recebem uma interpretação de “modo” podendo então ser graduados (17.a).

Em termos morfológicos, contrariamente aos adjectivos, o possessivo não pode encontrar-se na forma de superlativo absoluto sintético, típico de adjectivos graduáveis/escalares.

- (17) a. Este ano, essa roupa italianíssima invadiu as lojas.  
 b. ? Felizmente, aquela roupa tão (tipicamente) tua deixou de se usar.

Como (17b) mostra, se bem que alguns falantes admitam que o possessivo pode ter uma interpretação semelhante ao adjectivo de (17.a), (i.e., *muito a teu modo*)<sup>4</sup>, existe sempre uma leitura em que o possessivo se interpreta como “que te pertence” ou como “que tu criaste/de que tu és o autor”, não surgindo essa ambiguidade com o primeiro.

Em suma, nenhuma das restrições apontadas para os adjectivos étnicos, surge com possessivos. Estes últimos respondem positivamente aos testes em (i)-(v), apresentando assim as propriedades que Bernstein, 1993 defende serem as dos adjectivos “atributivos”, que ela analisa como adjuntos (a NP e/ou NumbP). Assim sendo, em termos de comportamento sintáctico, os possessivos, apesar de manifestarem propriedades interpretativas argumentais parecem mais próximos dos adjectivos adjuntos do que dos adjectivos temáticos.

As diferenças entre adjuntos e especificadores, num quadro como o de KAYNE, 1994, não são substanciais, uma vez que só é legítimo um adjunto/especificador por cada projecção máxima e que, em ambas as circunstâncias, existe uma relação de “predicação”. No entanto, existem diferenças entre adjuntos e especificadores que não são facilmente redutíveis, o que leva CHOMSKY, 1995 a manter a distinção entre adjuntos e especificadores. A mais saliente de entre elas é o facto de um adjunto ser um constituinte não movido (i.e., inserido por “merge”), enquanto que um especificador – se excluirmos o especificador de um núcleo lexical (cf. ADGER et Al., 1999: 2) – é sempre um constituinte submetido a movimento. Em segundo lugar, um especificador verifica traços casuais/e ou de concordância contra o núcleo que o *atrai*, mas não um adjunto, que é normalmente interpretado como um “operador de escopo”.

Dadas estas diferenças, só se poderão tratar os possessivos como “adjuntos” se ficar comprovado que, efectivamente, manifestam as propriedades desta classe de adjectivos.

### 2.1.2. O possessivo e os adjectos adjuntos

Como se viu na secção anterior, os possessivos parecem ter as propriedades dos adjectivos adjuntos. Compare-se então o possessivo com os adjuntos adjectivais.

<sup>4</sup> Madalena Colaço (pc).

(i) Extracção de argumentos:

É geralmente assumido que a extracção de um argumento interno a DP se processa por movimento cíclico, pelas várias posições de especificador (cf., entre outros, SPORTICHE, 1988; PICALLO, 1991; VALOIS, 1991; Miguel, 1992, 1996; BERNSTEIN, 1993. (ii) Essa extracção está submetida a uma hierarquia temática (Milner, 1982, Giorgi & Longobardi, 1991, Miguel, 1992, 1996):

(18) Hierarquia de funções temáticas *df*  
Possuidor > Agente / experienciador > Tema.

Observem-se os exemplos em (19-20):

- (19) a. Conheces o retrato do pintor barroco daquele filósofo grego.  
b. O pintor barroco de quem<sub>i</sub> conheces o retrato [t<sub>i</sub>] daquele filósofo grego.  
c. \* Aquele filósofo grego de quem<sub>i</sub> conheces o retrato do pintor barroco [t<sub>i</sub>].  
d. \* O pintor barroco de que conheces o seu retrato.  
e. \* O pintor barroco de que conheces um retrato seu.
- (20) a. Conheces o (imenso) retrato (imenso) do pintor daquele filósofo grego.  
b. O pintor barroco de que<sub>i</sub> conheces o (imenso) retrato (imenso) [t<sub>i</sub>] daquele filósofo grego.  
c. \* Aquele filósofo grego de que<sub>i</sub> conheces o (imenso) retrato (imenso) do pintor barroco [t<sub>i</sub>].  
d. \* O pintor barroco de que conheces o seu (imenso) retrato (imenso).  
e. \* O pintor barroco de que conheces um (imenso) retrato seu.

Como os dados em (19) e (20) mostram, (a) a existência da hierarquia de funções semânticas explica que um *agente*, constituinte hierarquicamente mais alto, possa ser extraído (cf.(19b & 20b)), enquanto que um *tema* não pode ser extraído por cima de um *agente* (cf.(19c & 20c)). (b) A presença de um possessivo bloqueia a extracção do *agente* (cf.(19d-20d)), o que se explica se ocupar uma das posições pelas quais se processa a extracção ([especificador]). (c) A presença de um adjetivo adjunto não interfere com a extracção (compare-se (19b-d)), que não contém nenhum adjetivo adjunto com (20b-d), onde foi introduzido um adjetivo adjunto; os juízos são idênticos.

Se o possessivo tivesse o estatuto de um adjunto, não teríamos como explicar que o primeiro, contrariamente ao segundo, interferisse na extracção de argumentos.

(ii) Coordenação

Apesar de admitir que o possessivo, nas línguas em que co-ocorre com determinantes, tem o estatuto de um adjetivo, GIORGI & LONGOBARDI, 1991, 256, reconhecem que a impossibilidade de coordenar um possessivo com um

adjectivo (21.a), por oposição à possibilidade de coordenação com um DP (21b) & (22.a), pode constituir uma dificuldade para a sua hipótese sobre a natureza adjectival dos possessivos.

- (21) a. \* La casa mia e bella  
 b. La casa mia e di Gianni  
 (22) a. Il libro mio e di Moravia  
 b. L'occupazione nostra e tedesca della Jugoslavia

Para os autores, a oposição entre (21a) e (22b) mostra que o possessivo pode ser coordenado com um adjectivo se e só se houver uma partilha de “função semântica”, o que é o caso em (22b), mas não em (21a). Para GIORGI & LONGOBARDI, 1991, 256, a aceitabilidade de (22b) permite manter, para o italiano, um tratamento dos possessivos como adjectivos.

Observem-se os dados relativos ao PE.

- (i) Em primeiro lugar, (22b) seria marginal uma vez que, em PE, se o núcleo nominal não estiver modificado por uma relativa, o possessivo em posição pós-nominal é agramatical, quando combinado com o artigo definido. Por outro lado, se colocarmos o possessivo em posição pré-nominal, o equivalente a (22b) será agramatical (23.a).  
 (ii) Em segundo lugar, o facto de introduzir um indefinido, de modo a permitir a ocorrência de um possessivo em posição pós-nominal, não melhora substancialmente o juízo de gramaticalidade; a coordenação com um adjectivo temático surge, pelo menos, muito marginal (23b).
- (23) a. \* A nossa (e alemã) invasão (e alemã) da Polónia.  
 b. ?? Uma invasão nossa e espanhola do continente americano.  
 c. Uma invasão nossa e dos espanhóis do continente americano.

Contrariamente ao que é defendido em GIORGI & LONGOBARDI, 1991 para o Italiano, verificamos que, no PE, o possessivo pós nominal só pode ser coordenado com um DP (22c), o que aponta para o facto de este pertencer também a essa categoria sintáctica, i.e., qualifica-se como pronome forte e não como adjectivo.

### 2.1.3. Os adjectivos nucleares

A terceira classe de Adjectivos identificados por BERNSTEIN, 1993 é a dos adjectivos nucleares (X<sup>o</sup>). Contrariamente aos predicativos e atributivos, que são categorias lexicais, estes adjectivos podem ser entendidos como elementos funcionais<sup>5</sup>. Para a autora, estes adjectivos são directamente seleccionados por

<sup>5</sup> Nesse sentido, podemos dizer que estão a ser afectados por um processo de gramaticalização. A evolução do processo pode ser testada pela inserção do modificador de intensificação “tão”, ou com

D° e tomam um NP como complemento obrigatório (cf.(24)). Manifestam ainda as propriedades enumeradas em (i)-(viii). (i) Ocorrem sempre em posição pré-nominal (25.a) vs (25b). (ii) Não podem ser modificados (26). (iii) Não têm uso predicativo (27). (iv) Não ocorrem em construções de elipse (28).

(24) [DP[D° o][AP[A° puro ][NP[N°macho]]]]

(25) a. Isto é um mero exemplo desse tipo de comportamento.

b. \* Isto é um exemplo mero desse tipo de comportamento.

(26) \* Isto é um muito mero exemplo.

(27) \* Este exemplo é mero

(28) \* As pessoas gostam de exemplos complicados, ignorando os meros.

Como BOLINGER, 1967 o faz notar,(v), induzem uma leitura de “tipo” no determinante (29), (vi) Intensificam o determinante (30) e, (vii) “Qualificam” o tempo do verbo (31):

(29) É um verdadeiro poeta.

(30) É o puro macho latino

(31) Ele é o futuro / antigo rei.

(viii) De modo geral, estes adjectivos têm um comportamento ambíguo:

(32) a. O (\* muito pouco) puro macho latino está em vias de extinção.

b. As suas (muito pouco puras) intenções (muito pouco puras) foram descobertas e denunciadas.

Estes adjectivos contrastam com os possessivos.

Em primeiro lugar, como podemos verificar em (32), em posição pré-nominal, quando se qualificam como núcleos (32.a), estes adjectivos favorecem uma leitura de “espécie” ou de “tipo” da expressão em que ocorrem. Em posição pré e pós-nominal podem ainda ser modificados, comportando-se então como categoria máxima e pertencendo à classe dos adjuntos, de que partilham as propriedades. De um ponto de vista interpretativo, o valor dos dois itens é diferente (cf. *um puro macho latino / um macho latino puro*)<sup>6</sup>.

Ora, apesar de ter defendido (cf. MIGUEL 2001a)<sup>7</sup> que o possessivo pré-nominal, no dialecto padrão, manifesta propriedades de núcleo, enquanto que

o superlativo sintético -íssimo- que ainda é possível com alguns destes adjectivos. Ronat classifica estes adjectivos como “modais”.

<sup>6</sup> Neste sentido, estes adjectivos podem obedecer à tipologia “transcategorial” sugerida por Cardinaletti (1998), que deverá ser pensada, independentemente de uma tipologia de possessivos.

<sup>7</sup> Para um tratamento do possessivo no PE, ver também Brito, 2001 e Castro & Costa, 2001, para o possessivo no dialecto padrão e um tratamento de advérbios nucleares.

o possessivo pós-nominal tem propriedades de categoria máxima, não existem diferenças ao nível da interpretação do possessivo ele próprio (cf. *um meu amigo / um amigo meu*), nem ao nível da posição estrutural. O possessivo é sempre um [Especificador], como os testes relativos à extracção mostram (cf. ex. (19-20)). Por outro lado, como se pode verificar em (32b), o possessivo em posição pré-nominal, ao contrário do adjectivo, não permite uma interpretação de espécie da expressão em que ocorre.

Em segundo lugar, as expressões que contêm esta classe de adjectivos podem combinar-se com determinantes indefinidos (cf. (29)) ou definidos (30). O possessivo pré-nominal, no dialecto padrão, apesar de se qualificar como núcleo, apenas se pode combinar com o artigo definido.

Em terceiro lugar, em capítulo independente do trabalho em curso, contra BERNSTEIN, 1993, defendo que os adjectivos nucleares não são directamente seleccionados por D<sup>o</sup>, mas que se adjungem ao núcleo nominal<sup>8</sup>, com base nos seguintes dados:

- (i) Pode intervir um possessivo (33.a) ou um adjectivo adjunto (33b) entre o determinante e o adjectivo nuclear que ocupa uma posição de adjacência, à esquerda do núcleo nominal:
  - (33) a. As nossas meras intuições não constiuem provas empíricas convincentes.
  - b. Um extraordinário mero acaso (o ter ganho o totoloto) transformou a minha vida.
- (ii) Um possessivo pré-nominal não pode, em nenhum dos dialectos, intervir entre um adjectivo desta classe e o núcleo nominal, o que aponta para uma posição estrutural diferente; i.e. o possessivo pode ter o estatuto de um núcleo (X<sup>o</sup>), mas não se adjunge ao núcleo nominal (cf.(34)):
  - (34) a. \* As meras nossas intuições não constiuem provas empíricas convincentes.
  - b. \* O / um futuro nosso rei.
  - c. \* O verdadeiro nosso poeta
- (iii) Em (35), verificamos que estes adjectivos podem surgir em sequências de dois<sup>9</sup>. Se o possessivo nuclear fosse de natureza adjectival, deveria, em princípio, poder ser coordenado com outro adjectivo nuclear (cf. Ronat, 1974); ora (36.a) mostra que assim não é. Por outro lado não pode haver sequências que contenham mais que um possessivo (36b)<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Este tratamento está em consonância com tipologias de índole semântica, uma vez que, nesta área tem sido observado que estes adjectivos afectam directamente a denotação do núcleo nominal; cf. o tratamento de “falso”, na Gramática de Montague.

<sup>9</sup> Se a restrição sobre coordenação, que implica partilha de funções semânticas, apontada por GIORGI & LONGOBARDI, 1991, pode explicar a agramaticalidade de (36.a) – vejam-se os comentários aos exemplos em (21-22) – não explica a impossibilidade de “serialização” do possessivo (36b), por oposição à “serialização” de adjectivos nucleares.

<sup>10</sup> A restrição que limita a ocorrência de apenas um possessivo está em consonância com o princípio de possessivização “no more than one phrase may appear as a possessive” (cf. GIORGI & LONGOBARDI, 1991, 66).

- (35) a. A pura e simples / a simples e pura/ verdade  
 b. Um perfeito verdadeiro / um verdadeiro perfeito/ artista é aquele que ama o seu publicozinho. (cf. *Serafim Saudade de Hermann José*).
- (36) a. ?? a minha e pura verdade.  
 b. \* Um / o meu teu retrato.

Por fim, num quadro como o de BERNSTEIN, 1993, é crucial que os adjectivos sejam inseridos na posição em que ocorrem, i.e., são basicamente gerados, o que não acontece com os possessivos pré-nominais.

Perante estes contrastes, o possessivo pré-nominal não pode ser assimilado aos adjectivos nucleares.

### 3. Síntese

A comparação entre classes de adjectivos e possessivos mostra que estes últimos não partilham as propriedades de nenhuma das classes de adjectivos identificadas, o que leva a analisar os possessivos como pronomes. Esta opção prende-se ainda com os dados em (i)-(iii).

- (i) Quando assumem a forma de possessivo, os argumentos do nome ou modificadores argumentais (cf. GRIMSHAW, 1991) são legitimados por meio de uma relação estrutural nas várias posições de [Spec] das projecções “alargadas” de [N°].
- (ii) Os possessivos têm as propriedades dos elementos estruturalmente legitimados
- (iii) Manifestam propriedades dos sujeitos fráscicos, em particular:
  - (a) podem estar associados a várias funções temáticas (possuidor, agente, experienciador, tema).
  - (b) Só pode ocorrer um possessivo por DP, i.e., obedecem ao *Princípio de Projecção Alargada* (EPP).
  - (c) C-comandam assimetricamente o objecto, podendo ligar anáforas em posição de objecto (37):

(37) A sua<sub>i</sub> opinião de [si próprio]<sub>i</sub> é a melhor.

(d) Podem ser controladores de PRO (38):

(38) Son<sub>i</sub> envie de PRO<sub>i</sub> compreendere est immense.

(e) Podem ser elididos em estruturas de coordenação (39):

(39) A sua<sub>i</sub> vontade e (o) [e]<sub>i</sub> desejo de nos impressionar são grandes.

A hipótese que se pode formular, mas que fica em aberto por necessitar uma verificação cuidada, é a de que:

- (i) O possessivo pode ter sido um adjectivo, numa fase em que possuía propriedades de categoria máxima, aceitando modificação e coordenação, qualquer que fosse a posição que ocupava (pré ou pós-nominal).
- (ii) A reanálise da posição pré-nominal como núcleo trouxe evidências para um sistema tripartido de possessivos (no sentido de CARDINALETTI & STARKE, 1994)
- (iii) O paradigma dos possessivos sofre um fenómeno de recategorização, visível no francês (as formas “adjectivais” *mien* são substituídas por formas pronominais *à moi*). Em PE não há substituição, mas o paradigma torna-se tripartido e é reanalisado como sistema pronominal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADJER, D., Pintzuk, S., Plunkett, B. & Tsoulas, G., 1999, (eds), *Specifiers, Minimalist Approaches*, Oxford University Press.
- ALEXIADOU, A. & Wilder, C., (eds), 1998, *Possessors, Predicates and Movement in the DP*, John Benjamin, Amsterdam.
- BERNSTEIN, J. 1993, *Topics in the syntax of nominal structure across Romance*, Ph. D. City University of New York.
- BOLINGER, D., 1967, “Adjectives in English: attribution and predication”, *Lingua* 18, 1-34.
- BOSQUE, I., & Demonte, V., (orgs.), 1999, Gramática descriptiva de la Lengua Española, *Espasa, Madrid*.
- BRITO, A-M., 2000, “Presença/ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil”, *Actas do XVIº encontro Nacional da APL*, Coimbra.
- BRITO, A-M., 1996, “A ordem de Palavras no SN em Português numa perspectiva de Sintaxe Comparada – um caso particular: os Ns deverbiais eventivos”, *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. 1, pp. 81-106, Duarte, I. & I. Leiria (orgs), Colibri/APL, Lisboa.
- BRITO, A-M., 1984, “Sobre as noções de de Sujeito e Argumento Externo: Semelhanças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português”, *Buletin de Filologia, t.XXIX*, CLUL.
- CARDINALETTI, A., 1998, “On The Deficient / Strong Oppositon in Possessive Systems”, *Possessors, Predicates And Movement in the Determiner Phrase*, (17-54), Alexiadou, A. & Wilder, C. (eds.), John Benjamin, Amsterdam.
- CARDINALETTI, A. & Starke, M., 1994, *The Typology of Structural Deficiency: On the Three Grammatical Classes*, (ms).
- CASTRO, A. & Costa, J., 2001, “Possessivos e advérbios: formas fracas como Xº”, XVIIº encontro nacional da APL, FLUL.
- CHOMSKY, N., 1995, *The Minimalist Program*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- CINQUE, G., 1994, “On the evidence for partial N-movement in the Romance DP”, *Paths towards universal grammar: Studies in honor of Richard Kayne*, (85-110), Cinque, G., Koster, J., Pollock, J-Y., Rizzi, L., Zanuttini, R. (eds) Georgetown University Press, Washington, DC.
- GIORGI, A. & Longobardi, G., 1991, *The Syntax of Noun Phrases*, Cambridge University Press, Cambridge.
- GIUSTI, G., 1993, *La Sintassi dei Determinanti*, Unipress, Padova.
- GRIMSHAW, J., 1991, 4ª ed. 1994, *Argument Structure*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- IHSANE, T., 2000, “Three Types of Possessive Modifiers”, *Generative Grammar in Geneva 1*: 21-54.

- LYONS, C., 1999, *Definiteness*, Cambridge University Press.
- MIGUEL, M., em curso, *posições de sujeito internas ao DP em Português e francês*, dissertação de doutoramento, FLUL.
- MIGUEL, M., 2001, "Para uma tipologia dos possessivos", XVIIº Encontro Nacional da APL, Lisboa.
- MIGUEL, M., 1996, "A Preposição *a* e os Complementos Genitivos", *Quatro Estudos em sintaxe do Português*, Gonçalves, A. et al., (101-147), Edições Colibri, Lisboa.
- MIGUEL, M., 1992, *O possessivo e a Estrutura predicativo Sintagma Nominal*, Dissertação de Mestrado, FLUL.
- MORO, A., 1997, *The raising of Predicates*, Cambridge University Press.
- PICALLO, C. & Rigau, G., 1999, "El posesivo y las relaciones posesivas", *Gramática descriptiva de la Lengua Española*, Bosque, I, & Demonte, V., (orgs.), (973-1023), Espasa, Madrid.
- RONAT, M., 1974, *Echelles de base et mutations en syntaxe française*, Doctorat de 3è cycle, Université de Paris VIII, Vincennes.
- SCHOORLEMMER, M., 1998, "Possessors, Articles and Definiteness", *Possessors, Predicates And Movement in the Determiner Phrase*, (55-86), Alexiadou, A. & Wilder, C. (eds.), John Benjamin, Amsterdam.
- SPORTICHE, D., 1998, "Subject Clitics in French and Romance, Complex Inversion and Doubling", *Partitions and Atoms of Clause Structure, Subjects, agreement, case and clitics*, (308-341) Routledge, London.
- VALOIS, D., 1991, *The internal Syntax of DP*, PhD, University of California, Los Angeles.

# O CONCEITO DE CONECTOR NOS DIVERSOS ESTÁDIOS DO SISTEMA TEÓRICO DE DUCROT E DA SUA EQUIPA

Miguel Gonçalves  
Universidade Católica Portuguesa – Braga

## 1. Génese do conceito de conector

A evolução do campo terminológico no qual se inscreve o conceito de conector organiza-se em torno de alguns eixos que, apesar de importantes para a sua compreensão, talvez por já não constarem das actuais preocupações dos autores devido às constantes “modifications, aménagements, prolongements [et] remises en question mêmê” (Anscombe 1995: 7) que o quadro teórico em que originariamente se inscrevem não tem cessado de sofrer, raramente são convocados, razão pela qual, esta breve incursão se coloca mais nas proximidades da partida de que propriamente no ponto de chegada<sup>1</sup>.

A que eixos ou pilares nos referimos? Desde logo à oposição entre *operador* e *coordenação*, à noção de *encadeamento* e à *teoria da argumentação na língua*<sup>2</sup>. Estes conceitos desempenham sucessivamente um papel central não apenas para relevar a função dos instrumentos discursivos, mas também o funcionamento geral da linguagem. Só que proporcional à sua importância, é a dificuldade que experimentamos em delimitá-los temporalmente, pois correspondem a momentos invariavelmente imbricados, e em que nem sempre as fre-

---

<sup>1</sup> Deixada à margem não só a versão polifónica como os mais recentes trabalhos desenvolvidos sobretudo a partir de Carel (1992), compreender-se-á melhor o que afirmamos.

Para uma perspectiva mais completa não só da problemática em análise, mas também da própria teoria que a suporta, veja-se Gonçalves (2000). Retomamos, aliás, com proximidade variável, uma subsecção do cap. 1, II PARTE.

<sup>2</sup> Por comodidade, doravante, *TAL*, mesmo que o acrónimo não permita enfatizar aquilo que para Ducrot & Anscombe é fundamental e inovador: a argumentação está inscrita *na* língua. Também só por comodidade – alicerçada no facto de, efectiva e objectivamente, serem os criadores da *TAL* – nos referimos, na actualidade, a estes dois autores, já que os contributos entretanto trazidos por, entre outros, A. Kalokerinos, S. Bruxelles, P.-Y. Raccah, M. Marta Garcia Negroni, Silvia Palma e sobretudo Marion Carel, são hoje incontornáveis.

quentes referências a uma nova concepção são acompanhadas pela adequada teorização metalinguística.

Tomando por exemplo o *teste de encadeamento*, este já é utilizado, ainda que ocasionalmente, a partir de 1972, juntamente com as transformações interrogativa e negativa, para determinar o conteúdo proposicional dum enunciado, bem antes de receber formalização e análise em Ducrot & Anscombe (1977) e sobretudo em Ducrot & Anscombe (1978-79, 1981)<sup>3</sup>. Começamos por situar, pois, muito sucintamente, tais momentos fundadores e estruturantes.

### 1.1. Operador vs coordenação

É sobretudo em relação ao estudo de *car, parce que, puisque* publicado na *Revue Romane* (1975)<sup>4</sup>, que a oposição *operador/coordenação* funciona satisfatoriamente. De acordo com as conclusões deste trabalho, tal oposição deverá não só permitir escapar à ilusão logicista denunciada desde 1971, no número de *Langue Française*<sup>5</sup>, intitulado “Langue e pensée formelle”, como ainda ter em conta o valor ilocutório dos enunciados.

Tendo por referência os operadores *ou e et* do cálculo proposicional que, a partir de duas proposições formam uma proposição nova, o *operador* será definido como uma relação intelectual que tem a propriedade de engendrar um novo conteúdo a partir do momento em que é aplicado a conteúdos elementares.

Ao operador opõe-se a *coordenação*, tomada na acepção de Bally (1944)<sup>6</sup>: enquanto o operador liga os dois conteúdos, esta une dois actos em que o segundo toma o primeiro por tema. Em ambos os casos, porém, a ordem de aplicação de tais operações obedece a regras: primeiro são constituídos os conteúdos, aos quais é afectado um valor ilocutório, que lhe permite eventualmente tornar-se objecto duma coordenação, remetendo, em certo sentido, para a distinção mais tarde proposta por Van Dijk (1977) entre conectores semânticos e conectores pragmáticos.

<sup>3</sup> Cf., respectivamente, Ducrot & Anscombe (1977, 1978-79 e 1981). A última remissão é retomada em Anscombe & Ducrot (1983).

<sup>4</sup> Ducrot *et al.* (1975). Trata-se da reedição dum documento “ronéotypé” difundido internamente no INRDP, intitulado: “Car, parce que, puisque. La notion de cause.”

<sup>5</sup> Para sermos mais exactos, trata-se do número 12 (Dezembro) e Ducrot conta com a colaboração de Barbault: “Langue et pensée formelle”, pp. 3-12 e “L’expression en français de la notion de condition suffisante”, pp. 60-67. Sugerimos ainda mais dois textos: Ducrot (1971b) e Ducrot & Barbault (1971). Aliás, o interesse não pelas relações entre a Matemática e a Linguística, mas desta relativamente à Lógica, já remonta a Ducrot *et al.* (1966).

<sup>6</sup> É exactamente esta a definição proposta pelo autor (1944: 56): “Deux phrases sont coordonnées quand la seconde a pour thème la première”.

### 1.2. Lei de encadeamento

Como antes adiantamos, a referência aos fenómenos de encadeamento faz-se a partir de Ducrot (1972), mas o seu papel vai evoluir nas etapas posteriores da teoria até ocupar um lugar central, por exemplo, em Ducrot (1977).

No início, é como teste para determinar o pressuposto dum enunciado que o encadeamento intervém; com efeito, este apenas se pode fazer a partir dos conteúdos postos pois, como indica Flahault,

[...] *la progression d'un discours serait assurée par les différents contenus posés, qui relie diversément à ceux précédemment posés, tandis que la continuité serait garantie par le fait que plusieurs contenus posés puissent se comprendre dans le cadre d'un même présupposé, ou qu'un élément antérieurement posé soit ensuite repris sous une forme de présupposé.* (1978: 227)

Encadeamento e pressuposto desempenham, portanto, um papel complementar na construção do discurso. Sempre que é impossível recorrer aos testes tradicionalmente utilizados para determinar o pressuposto dum enunciado, o teste de encadeamento pode fornecer resultados claros. Assim acontece com a descrição do valor semântico de *à peine* (Ducrot 1972). Para verificar a hipótese segundo a qual no enunciado

1) *Jacques était à peine en retard*<sup>7</sup>

a indicação “*Jacques était en retard*” tem o estatuto de pressuposto (isto é, trata-se dum enunciado que não pode ser negado nem interrogado), Ducrot utiliza o teste de encadeamento:

i') *Jacques était à peine en retard. Pourtant le train était déjà parti*

ii') *Jacques était à peine en retard. Il avait donc quelques chances d'avoir le train*<sup>8</sup>

Impossibilitados de comentar aqui a análise proposta por Ducrot para este morfema (*à peine*), diremos apenas que, dada a inexistência duma *TAL*, a análise, no seu conjunto, manifesta ainda algumas fragilidades. O recurso à noção de encadeamento é pois anterior à *TAL*. Este apenas figura a título de *teste* numa teoria em que a noção de pressuposição continua central como princípio explicativo.

<sup>7</sup> Como tornámos claro desde o início, propomo-nos estudar o conceito de conector na teoria de Ducrot, razão pela qual se compreende que utilizemos exclusivamente o seu próprio exemplário.

<sup>8</sup> Em ambos os casos, a relação de encadeamento, marcada respectivamente por *pourtant* para a oposição e por *donc* para a consequência, não diz respeito ao atraso em si mesmo. Tal constatação leva Ducrot a concluir que este elemento desempenha, no entanto, o estatuto de pressuposto.

Todavia Ducrot (1977: 193-194) utiliza igualmente o encadeamento como teste, que ele qualifica de *pragmático* por oposição aos testes da interrogação e da negação, antes qualificados de *semânticos*. Com efeito, estes últimos aplicam-se necessariamente a *frases* que são objecto de manipulações. Não podem, pois, dizer respeito a realizações individuais de *enunciados*. O teste pragmático, ao contrário, aplica-se ao *enunciado* em si mesmo e à sua utilização em discurso. Isto não significa, portanto, que o teste de encadeamento apresente resultados em todos os pontos de acordo com os encadeamentos efectivos no discurso. O que em nosso entender o autor pretende assinalar é sobretudo uma mudança radical na perspectiva da análise linguística que adopta.

Efectivamente, os testes semânticos actuam ao nível das relações paradigmáticas entre *frases*, relacionando, por exemplo,

*Jean a cessé de fumer*

e

*Jean n'a pas cessé de fumer,*

ao passo que o teste pragmático se apoia nas relações *sintagmáticas* entre *enunciados*. Ora estas propriedades sintagmáticas são apresentadas como o princípio central do funcionamento da linguagem neste mesmo texto:

*Pour moi, il est constitutif de toute énonciation de s'attribuer à elle-même un certain type d'environnement, de ce donner comme continuation ou comme origine d'un certain type de parole.* (Ducrot 1977: 185 e 183)

Vislumbra-se, por conseguinte, um ponto de ruptura entre a teoria da presuposição, que escolhe como método preferencial de trabalho as relações *paradigmáticas*, e a *TAL*, que trabalha sobretudo a partir das conclusões que podemos tirar dum enunciado – o futuro discursivo que ele assegura a si mesmo no plano sintagmático.

A análise semântica centra-se nas articulações entre enunciados co-presentes no discurso, ou virtualmente possíveis, e passa obrigatoriamente pela problemática dos conectores, o que não quer de todo dizer que a noção de encadeamento se refira necessariamente ao emprego dum marcador linguístico<sup>9</sup>.

Conhecido o seu papel auxiliar de teste nestes primeiros estádios da teoria, é sobretudo com o estudo de *mais*, em 1976 (Ducrot *et al.*)<sup>10</sup>, que a natureza

<sup>9</sup> O encadeamento pode dar-se, p. e., através duma ligação lógica implícita, sob a forma de justaposição ou utilização dum signo de pontuação como “ ” (aspas).

<sup>10</sup> Cf. retoma em Ducrot *et al.* (1980).

das relações e dos encadeamentos estabelecidos se torna central na teoria semântico-pragmática a promover.

### 1.3. Consequências da TAL para o estudo dos conectores

É através das *escalas argumentativas* – e daí o relevo que deve merecer *La Preuve et le Dire* (Ducrot 1973) e, em particular, o capítulo XIII – que Ducrot inaugura a análise dos fenómenos ligados à argumentação. Do aparelho conceptual aí apresentado – *classe argumentativa, valor argumentativo, orientação argumentativa* – e não obstante a importância que tais noções assumirão no seio da própria teoria, a que mais sobressai, pelo seu carácter fundador, é, sem dúvida, a de *classe argumentativa*.

Desde logo, porque nos termos em que é definida rompe com as interpretações de tipo binário, apresentadas sob a forma de juízos *verdadeiros* ou *falsos*, tal como as concepções logicistas da linguagem tradicionalmente postulam. Colocar os elementos em termos de escalaridade é garantir uma relatividade em graus diversos. Além disso, o seu estatuto de argumento vai distingui-las (classes argumentativas) das provas lógicas. Estas são elementos explicitamente presentes num sistema formal e subordinadas à conclusão que justificam. Por sua vez, os argumentos assim definidos orientam para uma conclusão que deve ser produzida por um cálculo semântico. Com efeito, a conclusão em favor da qual argumentam os enunciados geralmente não se encontra especificada no texto. Mais: tal conclusão pode variar em função do locutor e da situação do discurso. O que importa é que a sua existência seja assinalada a partir da componente linguística a título de instrução necessária para operar uma interpretação semântica do enunciado considerado. O controlo é possível graças ao cálculo semântico e aumenta a partir do momento em que os dois argumentos são apresentados de forma hierarquizada, como ocorre, por exemplo, no seguinte enunciado:

*Paul et même Pierre sont venus.*

O valor semântico associado a *même*, assinala que, relativamente a uma mesma conclusão<sup>11</sup> a vinda de *Pierre* constitui um argumento mais forte para servir tal conclusão do que a vinda de *Paul*.

Terá sido a partir da constatação da força relativa que os argumentos possuem e da possibilidade de autorizarem uma conclusão sem a imporem, que

<sup>11</sup> Variável de acordo com as situações de discurso e que o interpretante deve reconstruir. Do mesmo modo, será preciso distinguir entre potencialidades argumentativas associadas ao enunciado e usos afectivos que podem decorrer de factos do discurso. A TAL preocupa-se apenas com os problemas do primeiro tipo.

Anscombe & Ducrot (1981) passaram a distinguir entre *valor argumentativo* e *acto de argumentar* a propósito do valor semântico de *mais*:

*Dans un discours du type p mais q, on reconnaît à p une certaine valeur argumentative – p est présenté comme pouvant autoriser telle conclusion r – mais le seul acte d’argumentation auquel donne lieu le discours est accompli à partir de la valeur argumentative de q, et il est dirigé vers  $\sim r$ <sup>12</sup>.*

Assim perspectivada, a TAL acaba por favorecer, e exigir até, a reconsideração da descrição semântica dos conectores. Com efeito, descritos *car*, *parce que*, *puisque* a partir das noções de enunciação e de valor ilocutório, é através da descrição proposta para o conector *mais*, primeiro sob a forma de esboço em 1972, e depois retomada, em termos de função argumentativa assumida, em 1976, que começaremos por ilustrar, através da comparação das duas descrições, a importância que a TAL atribui aos conectores.

Na primeira proposta (1972), é recusada a descrição que evitava atender ao próprio facto da enunciação, e que seria formulada da seguinte maneira:

*La signification de p mais q comporterait les trois éléments:*

- 1) “p”
- 2) “q”
- 3) “p et q sont difficiles à concilier” (ou encore “certains croient p et q incompatibles”). (Ducrot 1972: 128)

A noção de incompatibilidade, tomada de empréstimo da lógica, é aqui considerada insuficiente para explicar um certo número de factos, como sucede no seguinte enunciado: “Il faisait beau, mais j’étais fatigué”. Ducrot (1972: 129) irá, por conseguinte, substituí-la pela seguinte descrição:

*Le locuteur, après avoir prononcé la première proposition p, prévoit que le destinataire peut en tirer une conclusion r. La deuxième proposition, q, précédé d’un mais, tend alors à empêcher cette éventuelle conclusion, en signalant un nouveau fait qui le contredit. Le mouvement total serait p; ‘tu songes à en conclure r; il ne faut pas le faire, car q’ (ce mouvement est presque explicite dans dans le ἔλλα yap “mais en effet, du grec ancien”). (Ducrot 1972: 129)*

Comparemos, entretanto, esta formulação com a apresentada em Ducrot *et al.* (1976: 49):

*L’expression P mais Q présuppose que le proposition P peut servir d’argument pour une certaine conclusion r, et que la proposition Q est un argument qui annule cette conclusion.*

<sup>12</sup> Anscombe & Ducrot (1981: 5). Retomado também em (1983: 116).

*Le mouvement de la pensée impliqué par une phrase affirmative du type P mais Q pourrait être paraphrasé ainsi: 'Oui P est vrai; tu aurais tendance à en conclure r; il ne le faut pas car Q' (Q étant présenté comme un argument plus fort que non -r que n'est P pour r)'. (Ducrot et al. 1976: 49)*

Se a intuição do valor semântico de *mais* em termos de argumentação já antes estava presente (desde 1972), no entanto, só agora lhe será acrescentada toda a coerência de um alicerce conceptual *mais* global. Em particular, aparecem *mais* nítidas a oposição de orientação argumentativa entre duas proposições, e a avaliação relativa que lhes é dada, sendo cada uma situada na sua *classe argumentativa* correspondente.

Por outro lado, a nova descrição manifesta-se ainda atenta aos fenómenos ligados à enunciação, visível, por exemplo, na escolha do objecto sobre o qual se debruça a análise, ou seja, as ocorrências de *mais* num diálogo teatral, *mais* exactamente em início de réplica<sup>13</sup>. É o valor semântico unitário de *mais*, definido como marcador argumentativo de oposição, que permite um tratamento destes factos e que será fulcral na própria *TAL*.

## 2. O conceito de conector na versão standard da *TAL*

Todavia, se, como acabamos de dizer, alguns dos princípios atinentes à descrição dos conectores já estão presentes em 1976<sup>14</sup>, só chegados a 1980, através de “les mots du discours” que são objecto das análises de Ducrot *et al.* (1980: 15), encontraremos uma definição explícita, ou se preferirmos técnica, de conector, assim como a indicação das precauções metodológicas a observar para a sua correcta descrição semântica.

Efectivamente, *mais*, *décidément*, *eh bien!*, *d'ailleurs* não são simples articuladores que conectam um conjunto de frases com outro conjunto de frases; têm, ao invés, valores complexos, razão pela qual devem ser estudados enquanto

<sup>13</sup> Os problemas atinentes à enunciação já tinham sido abordados no âmbito da descrição de *car*, *parce que*, *puisque*, mas aqui é-lhes destinado um espaço *mais* central. Para os evidenciar, a classificação é utilizada com fins heurísticos.

Ora a classificação utiliza dois tipos de critérios: uns, geográficos, permitem distinguir as três categorias, I – “*Mais*” interno a uma réplica; II – “*Mais*” em início de réplica, III – “*Mais*” isolado. Todavia, o essencial da análise semântica reside na classificação interior à categoria II, que permite distinguir o encadeamento sobre o conteúdo proposicional II – A e o encadeamento sobre um elemento extra-linguístico II – B, categorias elas mesmas subdivididas em sub-rubricas de acordo com a natureza dos elementos articulados, entre os quais a enunciação tem um lugar de destaque.

<sup>14</sup> Cf. Ducrot *et al.* (1976), retomado em Ducrot *et al.* (1980: cap. 3). Ver igualmente, Ducrot & Anscombe (1977) e Plantin (1978).

marcadores inscritos num processo enunciativo e que relacionam, de forma explícita ou implícita, o *dizer e o dito*. Esta concepção repousa sobre o princípio segundo o qual os conectores pragmáticos não relacionam os segmentos materiais tal como estes aparecem num discurso, mas entidades semânticas reconstruídas a partir da situação de discurso e que por vezes estão bastante afastadas dos segmentos textuais que lhe correspondem. Ducrot *et al.* dão o seguinte exemplo:

*x: Madame est sortie*

*y: Mais qu'est-ce que tu veux que cela me fasse!*

em que *mais* não opõe os dois segmentos: ele permite que *y* se oponha não ao que *x* disse, mas o próprio facto de *x* ter dito o que disse.

Por tal razão Ducrot irá propor uma dupla notação, passando a distinguir entre os segmentos que precedem e que seguem imediatamente o conector (neste caso *X* e *Y*) e as entidades semânticas articuladas por este mesmo conector (*P* e *Q*). A estrutura da frase apenas pode ter a estrutura *X+conector+Y* pois ela apenas pode conter *P* e *Q*. E tais conectores, enquanto marcas argumentativas possuem um dupla função: articular duas entidades semânticas e atribuir um papel argumentativo a cada entidade semântica.

### 2.1. Da distinção genérica entre conectores lógicos e conectores pragmáticos à sua sua explicitação.

Não obstante a correspondência que, como é evidente, por vezes pode haver entre conectores argumentativos (ou pragmáticos) e operadores lógicos, isto não significa que, em numerosos casos, eles não possuam outros valores. Basta atentarmos, por exemplo, nos empregos de *e* (e o mesmo se pode dizer relativamente a *ou*) e sem dificuldade concluiremos que, quer digamos *p e q* quer *q e p*, isto apenas corresponde, nas línguas naturais, a um único uso de *e* (*e* entre dois nomes, ou mais rigorosamente entre dois adjetivos), mesmo que “chove *e* apanho o autocarro” não seja de todo equivalente a “apanho o autocarro *e* chove”.

Parece-nos, por outro lado, que a distinção genérica entre conectores pragmáticos e conectores lógicos, apesar de comum, ou talvez por isso mesmo, nem sempre é acompanhada da explicitação das principais diferenças entre eles. Debrucemo-nos, por conseguinte, sobre algumas:

- i) Se houvéssemos de indicar a propriedade essencial dos conectores pragmáticos, diríamos que estes, ao contrário dos conectores lógicos, podem ligar elementos heterogéneos. Os últimos, lógicos, apenas podem operar sobre elementos idênticos de natureza homogénea: as proposições. A partir de dois enunciados, simples ou compostos, os conectores lógicos

formam um enunciado composto. Se *A* for um enunciado e se *B* constituir outro, através de *ou* podemos obter o enunciado composto *A* ou *B*. Diversamente, os conectores argumentativos podem ligar um enunciado a uma enunciação, ou até um enunciado a um comportamento:

i) *Didier vient d'arriver, puisque tu veux tout savoir.*

ii) *Deux personnes se battent:*

*X:– Mais arrêtez de gigoter!*

Estaremos de acordo que em i) não há qualquer relação causal ou relação de conteúdo entre as proposições ligadas por *puisque*. O conector liga, isso sim, um enunciado e um acto de enunciação. Também em ii) o primeiro elemento que *mais* liga é um enunciado, só que agora o segundo elemento é antes um facto extralinguístico. Aqui o conector une o enunciado e o comportamento da pessoa a quem *mais* é dirigido. Finalmente, a ligação pode ainda efectuar-se entre um elemento explícito e um elemento implícito, ou seja, os conectores podem encadear-se a partir de reacções não verbalizadas que o locutor empresta a si mesmo ou ao destinatário, o que atesta bem a diversidade de elementos que podem ser ligados através dos conectores<sup>15</sup>.

ii) Os conectores lógicos, conforme já dissemos anteriormente, operam sobre proposições explícitas e geograficamente delimitadas. Quer à direita quer à esquerda dum conector como *e*, apenas é possível uma e uma só continuação de símbolos que constitui uma proposição: “ce sont ces deux suites, mécaniquement repérables, qui sont conjointes par le *et*”.

Vendo agora o que se passa com os conectores pragmáticos, nenhuma destas exigências se verifica

[...] *parce que les connecteurs de la langue concernent non point des segments matériels du texte, mais des entités sémantiques qui peuvent n'avoir qu'un rapport très indirect avec de tels segments [...]* (Ducrot 1980: 15).

Com efeito, mesmo sem afectar o seu valor (que, por exemplo, no caso do conector *mais* será de oposição) um conector pode ligar entidades de natureza bem diferente.

Mas as diferenças entre os dois tipos de conectores e as dificuldades que, em concreto, a análise dos argumentativos coloca, não ficam por aqui. Isto porque

<sup>15</sup> Cf. a classificação proposta por Ducrot *et al.* (1980: 99) para o conector *mais*, assim como o que dissemos na nota anterior.

[...] *on doit noter une deuxième différence entre les connecteurs des langues naturelles et artificielles. Car la phrase ne dit même pas d'une façon précise quels sont les segments qui fournissent les entités opposées par le connecteur mais* (id. 1980: 16).

As condições de emprego dos conectores pragmáticos não obedecem, pois, a regras necessária e rigidamente definidas. E o exemplo de *mais* é de novo elucidativo: este conector não explicita, geralmente, a conclusão que pretende ver admitida, a conclusão que visa. A estrutura *P mais Q*, ou seja, o facto de *mais* ser precedido e seguido por elementos articulados, apenas constitui um caso particular de encadeamento que o conector favorece. Podemos tê-lo a encabeçar uma réplica e a introduzir um *Q* explícito (*X: Mais Q*) mas igualmente cabeça duma réplica a introduzir um *Q* não explícito (*X: Mais...*). Também no tocante à delimitação dos enunciados articulados, estes não se distribuem, obrigatória e imediatamente, à direita e à esquerda do conector.

- iii) Os elementos que os conectores pragmáticos articulam não são necessariamente precisos, mas movimentos discursivos cujas fronteiras podem ser fluidas. No limite, podemos até estabelecer uma conexão sem intervenção dum conector explícito, possibilidade que os conectores lógicos não admitem.
- iv) Em rigor, as partículas lógicas não estabelecem verdadeiras conexões; será mais exacto, relativamente a elas, falarmos apenas de *adjunção* ou de *justaposição* (Blanché 1967)<sup>16</sup>, dado que não levam em consideração o sentido das proposições que articulam, mas *fabriçam* novas proposições.
- v) Finalmente, os conectores lógicos são descritos em termos de valores de verdade, enquanto os pragmáticos devem ser descritos em função das orientações argumentativas que articulam e da conclusão que visam. *Mais*: os conectores lógicos são verifuncionais, isto é, o valor de verdade do composto depende unicamente dos valores de verdade dos componentes e do conector utilizado.

### 3. Conector argumentativo e operador argumentativo na versão tópica da *TAL*

Na primeira formulação da *TAL*, Ducrot refere-se apenas aos *conectores argumentativos*, mas a necessidade de relevar este conceito (de conector argumentativo) vai levar o autor, primeiro em “Note sur l’argumentation et l’acte

<sup>16</sup> *Dans le calcul des propositions, on sait que les connecteurs – encore une dénomination bien impropre – ne marquent pas une connexion véritable, un lien interne entre les propositions [...], ils n’ont qu’un sens adjonctif et non pas vraiment connectif [...] si le mot n’était pas trop barbare, il faudrait parler d’un sens simplement juxtapositif, comme dans les descriptions par énumération: dans ce tiroir, il y a ceci, et puis ceci, et puis cela [...]. La conjonction logistique juxtapose ainsi, en vraie, les propositions vrac, elle les met bien ensemble (cum), mais sans établir entre elles de lien véritable (junctio) (p. 189-190).*

d'argumenter" (1982) e de forma mais explícita e desenvolvida em "Opérateurs argumentatifs et visée argumentative" (1983a), ou seja, em versões mais recentes da formulação da teoria, a propor uma divisão dos *marcadores argumentativos* em *conectores argumentativos* e *operadores argumentativos*.

Os primeiros, nos quais se incluem marcadores como *mais*, *donc*, *même*, *parce que*, são

*Des signes qui peuvent servir à relier deux ou plusieurs énoncés, en assignant à chacun un rôle particulier dans une stratégie argumentative unique [...],*

enquanto os operadores argumentativos têm antes

*pour champ d'application, un énoncé unique, ou plus exactement, la phrase (entité de langue) réalisée par cette énoncé* (Ducrot 1983: 9)

e integram morfemas como *presque*, *ne...que*, *bien*, *à peine* e *peu*.

Estabelecida a distinção, é esta a definição proposta para os *operadores*, em consonância com a nova formulação da TAL:

*Un morphème X est un opérateur argumentatif s'il y a au moins une phrase P telle que l'introduction de X dans P produit une phrase P', dont le potentiel d'utilisation argumentative est différent de celui de P, cette différence ne pouvant pas se déduire de la différence entre la valeur informative des énoncés de P et de P' (id. 1983: 10).*

Retomemos os exemplos, aliás já clássicos:

- (i) *Il est 8h*
- (ii) *Il n'est que 8h.*

- (i') *Il est 8 h. Presse-toi*
- (ii') *\*Il n'est que 8 h. Presse-toi*

Ao dizermos (ii) por oposição à enunciação de (i) não modificamos o valor informativo do enunciado, mas tão-só o seu valor argumentativo. A aceitabilidade patente em (i') – "Il est 8 h. Presse-toi", contrasta, nitidamente, com (ii') – \*"Il n'est que 8 h. Presse-toi", exemplo que só através dum trajecto interpretativo diferente poderíamos aceitar.

Quer isto dizer que o operador argumentativo condiciona as possibilidades de encadeamento, com fins argumentativos, dos enunciados que modifica. Em definitivo, a função destes marcadores (*ne... que*, *presque*) é restringir a escolha do *topos*. Na verdade, o encadeamento (i'), porque não comporta nenhum operador argumentativo, é compatível com os dois *topoi* seguintes:

- (T<sub>1</sub>) – Moins on a de temps pour faire quelque chose, plus on doit se presser pour le faire”;
- (T<sub>2</sub>) – “Plus on a de temps pour faire quelque chose, plus on essaye de le faire”;

mas se introduzirmos o operador *ne... que* no enunciado (ii’), apenas o *topos* T<sub>2</sub> pode ser aplicado.

Definido, anteriormente, o *operador argumentativo* de acordo com a nova formulação da *TAL*, importa, de igual modo, definir, para finalizar, também o outro conceito em análise. Diremos que o *conector argumentativo* é um morfema (do tipo conjunção, advérbio...) que articula duas (ou mais) entidades semânticas que intervêm num movimento argumentativo único. À primeira vista, esta definição, quando confrontada com a apresentada na primeira forma da teoria, pouca novidade traz, pois parece limitar-se a substituir *enunciado* por *entidade semântica*. Porém, dadas as complicações que o fenómeno da conexão manifesta, depressa se conclui que a articulação de dois ou mais enunciados apenas constitui um caso particular do fenómeno conectivo (ver o que dissemos antes sobre *mais*), pelo que acaba por não ser arbitrária a substituição proposta.

#### 4. Conclusões

Que os conectores discursivos tiveram um papel fundamental na origem e formação da *TAL*, decorre não só do investimento que Ducrot *et al.* fizeram para dilucidar a sua significação, mas sobretudo porque é com base em tais estudos que constrói uma parte significativa do seu quadro teórico.

A partir da indicação das principais etapas da génese deste conceito nas publicações deste autor (*et al.*), mostrámos como a cada mudança introduzida no sistema explicativo apresentado pelo autor corresponde, invariavelmente, idêntica alteração não só ao nível da metalinguagem, mas também da diferente estruturação dos conceitos no terreno. Com efeito, se, como é sabido, os anos de 1975 e 1976 assinalam uma significativa alteração nas preocupações teóricas do autor enquanto correspondem à passagem do destaque concedido à pressuposição (1972-1975) em benefício do lançamento das bases da *TAL* (1976), manifestam, de igual modo, redobrada atenção relativamente aos conectores, bem patente no aparelho teórico que convocam para esclarecer o valor semântico destes significantes. A diversas descrições semânticas propostas, por exemplo, para *mais*, são disso exemplo elucidativo e não deixa de ser sintomático que seja exactamente a propósito deste morfema que Ducrot utilize, pela primeira vez, o termo conector.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.-C., 1995 – “Introduction”, in J.-C. Anscombe (dir.), *Théorie des Topoi*, Paris, Kimé.
- ANSCOMBRE, J.-C. & Ducrot, O., 1977 – “Deux mais en français?”, *Lingua* 43, Amsterdam, North-Holland, Publishing Company, pp. 23-40.
- 1981 – “Interrogation et argumentation”, *Langue Française* 52, pp. 5-21.
- 1983 – *L'Argumentation dans la Langue*, Bruxelles, Pierre Mardaga.
- BALLY, Charles, 1944 – *Linguistique Générale et Linguistique Française*, seconde édition entièrement refondue, Berne, A. Francke S. A. (1<sup>a</sup> ed. 1932).
- BLANCHE, R., 1967 – *Raison et Discours*, Paris, Vrin.
- CAREL, Marion, 1992 – *Vers une formalisation de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue*, Thèse de Doctorat [...] Paris, EHESS.
- DUCROT, O., 1968 – “La notion de présupposition et la description sémantique des énoncés français”, *L'Homme*, pp. 37-53.
- 1969 – “Présupposés et sous-entendus”, *Langue Française* 4, pp. 30-44.
- 1971 – “Logique et langage”, *L'Education* 105, pp. 16-18.
- 1972 – *Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*, Paris, Herman, Savoir.
- 1973 – *La Preuve et le Dire*, Mame, Paris.
- 1977 – “Note sur la présupposition et le sens littéral”, in P. Henry, *Le Mauvais Outil*, Paris, Klincksieck, pp. 171-203.
- 1978 – “Deux Mais?”, *Syntaxe et Sens*. Journée d'Etudes, Paris, Université René Descartes, UER de Linguistique Générale et Appliquée, Sorbonne, 18 mars 1978, Document ronéotypé, pp. 37-40.
- 1978a – “Présupposés et sous-entendus: réexamen”, *Stratégies Discursives. Actes du Colloque du Centre de Recherches Linguistiques de Lyon*, Lyon, PUL, pp. 33-48.
- 1978b – “Echelles argumentatives, échelles implicatives, et lois de discours” *Sémantikos* 2/2-3, pp. 43-66.
- 1979 – “Les lois de discours”, *Langue Française* 42, Paris, pp. 21-33.
- 1980 – *Les Echelles Argumentatives*, Paris, Editions de Minuit.
- 1982 – “Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter”, *Cahiers de Linguistique Française* 4, Genève, Université de Genève, pp. 143-163.
- 1983 – “Puisque, essai de description polyphonique”, *Revue Romane* 24 (n<sup>o</sup> spécial), pp. 166-185.
- 1983a – “Opérateurs argumentatives et visée argumentative”, *Cahiers de Linguistique Française* 5, Genève, Université de Genève, pp. 7-36.
- 1984 – *Le Dire et le Dit*, Paris, Minuit.
- DUCROT, O. et al., 1975 – “Car, parce que, puisque. La notion de cause”, document ronéotypé, INRDP.
- 1966 – “Logique et linguistique”, *Langages* 2, Paris.
- 1976 – “Mais occupe-toi d'Amélie” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 6, pp. 47-62.
- 1980 – *Les Mots du Discours*, Paris, Minuit.
- DUCROT, O. & Anscombe, J.-C., 1976 – “L'argumentation dans la langue”, *Langages* 42, pp. 5-27.
- 1977 – “Note sur la présupposition et le sens littéral”, in P. Henry, *Le Mauvais Outil*, Paris, Klincksieck, pp. 171-203.

- 1978 – “Echelles implicatives, échelles argumentatives et lois de discours”, *Semantikos* 2/2-3, pp. 43-65.
- 1978-79 – “Lois logiques et lois argumentatives” (I-II), *Le Français Moderne* 46/4, pp. 347-357 e [1979] 47/1, pp. 35-51.
- 1981 – “Interrogation et argumentation”, *Langue Française* 52, pp. 5-21.
- 1986 – “Informativité et argumentativité” [dans le recueil d’hommage à Ch. Perelman], in M. Mayer (ed.), *De la Métaphysique à la Rhétorique*, Bruxelles, pp. 79-93.
- DUCROT, O. & Barbault, M. C., 1971 – “Linguistique et mathématiques”, *Langue Française* 12, Paris.
- FLAHAULT, F., 1978 – *La Parole Intermédiaire*, Paris, Seuil.
- GONÇALVES, Miguel, 2000 – *A Interjeição em Português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Tese de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP.
- PLANTIN, Christian, 1978 – “Deux mais”, *Semantikos* 2/2-3, pp. 89-93.
- VAN DIJK, T., 1977 – *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London, Longman.

# O PROCEDIMENTO RECLASSIFICATÓRIO DA ANÁFORA RESUMATIVA: A propósito de *A Caverna* de José Saramago

*Olívia Figueiredo*  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto

*“O léxico é a parte da língua que primeiramente configura  
a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico  
duma comunidade”.*

(Mário Vilela)

*“A natureza avaliativo-judicativa e directiva do discurso  
convoca fortemente uma condição de argumentatividade,  
que impõe a presença a cada momento de movimentos  
argumentativos ao serviço da defesa de posições assumidas,  
da inculcação de valores e normas, do incitamento  
à prevenção ou à remediação ou ainda  
à perseverança no bem, se for caso disso”.*

(Joaquim Fonseca)

1. A anáfora nominal, no geral, apresenta-se como um dos factores essenciais que contribui simultaneamente para a continuidade referencial e para a coesão-progressão textual. Esta instância da retoma lexical, caracteristicamente contributiva e interventiva, é, no essencial, assegurada por um conjunto de dispositivos linguísticos e discursivos que asseguram uma tarefa referencial bem definida – a de designar um ou vários objectos do mundo pertencentes a uma classe determinada. Estes procedimentos linguísticos que co-ocorrem de uma forma sequencial e progressiva no discurso podem tomar várias formas: a anáfora nominal ou resulta de um prolongamento natural do antecedente por meio da repetição ou substituição lexical, o que se traduz em uma anáfora correferencial; ou resulta de processos inferenciais, baseados em saberes enciclopédicos e partilhados, o que se traduz em uma anáfora não correferencial (associativa).

De qualquer forma, a anáfora, que depende sempre de uma origem identificável no cotexto precedente, só pode ser referencialmente saturada se o antecedente ou o desencadeador do antecedente se mantiver activado na memória operativa do sujeito por meio de um processo de retoma, de inferência ou de associação.

Global e sinteticamente apresentado o quadro em que situo a anáfora nominal, destacarei do conjunto das anáforas, e de acordo com o propósito do estudo empreendido, a anáfora por nominalização. Alargarei o âmbito e entenderei, aqui, por anáfora por nominalização, não a nominalização deverbal (derivação regressiva) que consiste na passagem do verbo a nome (*abrem-se as portas = a abertura das portas*), mas o segmento nominal que, embora assente num processo deverbal tem, além do seu funcionamento coesivo e de progressão textual, a função discursiva de condensadora de informação, com valor resumativo e meta-discursivo.

Fundando-se a retoma anafórica nominal resumativa no princípio de uma dependência interpretativa, será necessário identificar e localizar o seu antecedente pelo viés da palavra, do sintagma ou do próprio texto, de forma a estabelecer-se uma equivalência de sentido entre a expressão anafórica e o seu antecedente. Ao mesmo tempo que tal equivalência se estabelece, uma nova reclassificação permitirá fazer funcionar um novo desenvolvimento através do desencadeamento de vários procedimentos linguístico-discursivos como sejam o de relevar uma estrutura predicativa subjacente, o de promover a reclassificação genérica entre o antecedente e a expressão resumativa, o de sintetizar, por um sintagma nominal, um segmento de discurso variável e o de estabelecer o traço de uma avaliação com orientação argumentativa. E é esta capacidade reclassificatória, que se funda num laço predicativo implícito, que vai possibilitar à anáfora resumativa, também chamada por vários autores anáfora conceptual, apresentar-se como instrumentalmente operatória e pluralmente funcional.

A capacidade, que se reputa de essencial, de a anáfora conceptual-resumativa possibilitar orientar argumentativamente a passagem do cotexto à esquerda para o cotexto à direita põe de manifesto a intertextualidade por meio de dois funcionamentos materializados em retomas de ângulos diferentes: ou a retoma se faz sobre a enunciação anterior (normalmente sobre o verbo relator ou introdutor do discurso relatado) ou globalmente sobre o enunciado (conteúdo proposicional).

A anáfora sobre a enunciação aparece sobretudo depois de uma citação em discurso directo, indo a retoma desde a simples enunciação (*esta declaração, esta afirmação, estas palavras...*) até à especificação-avaliação do acto de enunciação (*este grito de alarme, esta crença...*). Este tipo de anáfora, que permite ao enunciador-relator introduzir um comentário, uma avaliação sobre o

dito ou sobre o facto denotado, tem como característica não só a retroactividade (como acontece de comum com as anáforas em geral), mas também uma orientação prospectivo-argumentativa. Nesta perspectiva, como é menos o referente que importa que a sua função discursiva e a avaliação ou o modo de apreensão de que ele é objecto, na anáfora resumativa empregam-se sobretudo termos sincategoremáticos genéricos, dado estes nomes estarem mais preparados para englobar o conjunto do cotexto precedente e abrir o cotexto à direita.

Os empregos genéricos que normalmente a anáfora resumativa convoca podem ser considerados como sincategoremáticos só porque o referente denotado neste emprego não é um referente factual, contingente. É assim que os textos de ideias, como a dissertação, o comentário, têm de construir via discurso uma reflexão sobre o referente nocional, organizado em redor de expressões de retoma intratextuais muito elaboradas a nível conceptual, semântico e sintáctico.

No que tange à determinação, a anáfora conceptual é o mais das vezes introduzida pelo determinante demonstrativo (embora nada impeça que se empregue também o determinante definido) que facilita a inserção do conceito no encadeamento textual, assegurando o seu destaque ao mesmo tempo que o reactiva. A delimitação do alcance da anáfora, para o que muito contribui a determinação demonstrativa, permite verificar se a anáfora nominal retoma apenas o conteúdo nocional do segmento linguístico, numa atitude de retoma do *dictum* sem *modus*, ou se a nominalização é mais englobante recobrando não só o conteúdo proposicional, mas também o verbo introdutor do relato. É este esquema que permite criar uma situação geradora de uma avaliação, de um ponto de vista, de um comentário por parte do relator-enunciador.

2. Os procedimentos linguístico-discursivos em *A Caverna* vai possibilitar-me exemplificar as afirmações feitas acerca da anáfora resumativa e da sua capacidade em rentabilizar a introdução de um discurso modalizador e comentativo.

Desde a primeira página do romance que o leitor se depara com um concerto de vozes distintas. Ou são as vozes das personagens que, em estrutura diafónica, se respondem e permanecem distintas em intervenções constitutivas de troca, ou são vozes que o narrador evoca e convoca a título de objecto de referência recuperando-as por meio de formas canónicas de transcrição: discurso directo (DD), discurso directo livre (DDL), discurso indirecto (DI), discurso indirecto livre (DIL), e mesmo formas híbridas de discurso relatado. De qualquer forma, o uso de uma forma de relato, ou outra, tem, neste romance,

funções bem definidas: no DD há a pretensão de então reproduzir não só o conteúdo proposicional, mas também a forma discursiva, i. e., o nível de língua, a maneira de falar, até o tom dos interlocutores em presença; no DDL restitui-se integralmente a interação relatada, com todas as propriedades linguísticas do DD, mas sem nenhuma marca sinalizadora e sem qualquer predicado metadiscursivo explícito ou verbo de fala; no DI reproduzem-se os propósitos em questão, por meio da síntese do conteúdo, do seu resumo ou desenvolvimento; no DIL (muito raro nesta obra) joga-se na ambiguidade das vozes do enunciador citado e do enunciador citante.

No cruzamento desta estrutura polifónica que atravessa todo o texto (para o que muito contribuem também as vozes colectivas dos provérbios e das frases idiomáticas que Saramago usa em grande quantidade) – a todo o momento se ouvem em eco as vozes das personagens entre si e a do narrador consigo mesmo – surge a figura de um narrador-intérprete que toma a seu cargo a deliberação de, constantemente, neutralizar o dizer das personagens por meio da atitude do argumento de autoridade.

O argumento de autoridade, que se apresenta como o traço gerador da organização da linearidade textual, torna-se evidente no processo da retoma anafórica por meio da nominalização resumativa. O narrador ou nominaliza o verbo relator (predicados metadiscursivos e verbos de fala) ao mesmo tempo que comenta o propósito do já dito pela personagem, ou nominaliza o conteúdo proposicional por meio de nomes sincategoremáticos que, pelo seu carácter genérico, sintetizam o enunciado anterior, objecto da fala. Este tipo de transformação anafórica, ao mesmo tempo que permite introduzir dois valores, gera duas situações: referencia o dado por meio de um nome, concreto ou abstracto, pertinente no mundo real ou fictício e introduz um juízo de valor que se sobrepõe à opinião das personagens. O argumento de autoridade apresenta-se reforçado pelo uso profuso e diversificado de satélites modais, como os advérbios de modo de frase, os adjectivos e outras expressões modalizadas, quer a anáfora resumativa recaia no enunciado (1) quer recaia na enunciação (2):

(1) Vamos atalhar caminho por aqui, disse, se a polícia nos perguntar por que saímos da estrada, recorda-te da combinação, temos um assunto a tratar numa destas fábricas antes de chegarmos à cidade. (...) *Felizmente*, apesar dos *temores* e dos *avisos*, nunca tinham sido mandados parar pela polícia. (pp. 13, 14).

(2) ... julgam que têm o rei na barriga, além disso um chefe de departamento não é mais do que um mandado, cumpre ordens que lhe vêm de cima, pode até suceder que nos engane com explicações sem fundamento, só para se dar ares de figura importante. Marta ouviu *a extensa tirada* até ao fim, mas não respondeu. (p. 35).

No exemplo (1) a voz do narrador é introduzida pelo marcador de autoridade polifónica *Felizmente*. Este operador modal apresenta-se como uma força impressiva de orientação argumentativa contrária à crença explanada na estrutura diafónica anterior. Por outro lado, as anáforas conceptuais *os temores* e *os avisos* sintetizam, por um processo inferencial, o conteúdo proposicional anterior e topicalizam os objectos do discurso. Este processo de anaforização nominal possibilita ao narrador não só introduzir os objectos do discurso como deixar a possibilidade de, por este meio, ele próprio poder comentar os próprios objectos do discurso e orientá-los numa outra perspectiva argumentativa.

No exemplo (2) a anáfora *a extensa tirada* sintetiza já não o enunciado, mas a enunciação anterior. Aqui a autoridade polifónica é dada pelo marcador adjectival *extensa* e pelo nome *tirada*, cujo valor axiológico contribui para assinalar a atitude do narrador a respeito do valor de verdade da proposição.

Por seu lado, o uso do adjectivo *extensa*, que tem um valor escalar inserido na propriedade ontológica da dimensão, apresenta-se aqui como um activador de um mecanismo psicológico na participação de um raciocínio argumentativo. O narrador mantém a sua estratégia organizando topicalmente a informação e activando, agora, os objectos do discurso a partir do desenvolvimento da interacção.

Os marcadores de autoridade polifónica, além de se concretizarem na forma de advérbios de modo de frase, de adjectivos, também se materializam por meio de outros elementos linguísticos modalizadores, como as expressões *Era natural*, *porque na verdade*, além de outras:

- (3) Homem teimoso, pensou Marta, deveria ter levado a furgoneta, de um momento para o outro pode recomeçar a chover. *Era natural*, era o que se deveria esperar de uma filha, *a preocupação* de Marta, *porque na verdade*, por mais que historicamente se tenha exagerado em *declarações contrárias*, o céu nunca foi muito de fiar. (p. 44).

Além dos satélites modais que marcam estatutariamente o território do narrador, como uma figura que domina as representações e as estruturas praxeológicas e conceptuais das acções, dos seres e dos objectos do universo no qual o discurso se insere, há que destacar que o ponto de ancoragem imediata tem a sua origem ou no antes-texto, na memória discursiva ou numa inferência. No exemplo (3) a anáfora resumativa *a preocupação*, activada inferencialmente, recai no conteúdo proposicional, no enunciado. A anáfora *declarações contrárias*, que introduz o comentário *o céu nunca foi muito de fiar*, recai numa enunciação colectiva, na *vox populi*.

Um outro aspecto a destacar é que também a anáfora resumativa em *A Caverna*, além de ter como escopo o enunciado e/ou a enunciação, pode recair no próprio operador ilocutório (em português os operadores ilocutórios são DECL., INT., IMP. e EXCL.), como podemos ver em (4), (5), (6) e (7):

- (4) Entra. Sem apartar os olhos do dono, Achado deu um passo tímido, depois, como para mostrar que não tinha a certeza de haver compreendido *a ordem*, deteve-se. (p.79).
- (5) Acompanharei a minha filha e o meu genro a viver no Centro, se ainda me quiserem com eles. *A imprevista e terminante declaração* de Cipriano Algor teve efeitos diferentes na filha e no genro. (p. 169).
- (6) *A interrogação* que Marta via aproximar-se desde o princípio da conversa acabou por chegar, E porque não mo tinhas dito já (p. 139).
- (7) Marta, que tinha escutado com ansiedade cada vez maior *as palavras* do pai, levou as mãos à boca como para segurar *uma exclamação*. (p. 290).

As anáforas nominais *a ordem* (4), *A imprevista e terminante declaração* (5), *A interrogação* (6) e *uma exclamação* (7), ao mesmo tempo que indicam os operadores representativos do acto de fala, indicam o acto de fala executado por um locutor concreto, numa situação de enunciação específica. Neste sentido, ao leitor é dado observar as funções comunicativas que as distintas vozes desempenham nas intervenções e ao mesmo tempo é dado verificar as interrelações que se estabelecem entre as diversas dimensões do discurso, em particular, as dimensões hierárquica, relacional, enunciativa, polifónica e interaccional.

Mas eleger a voz como objecto de referência, e não como pólo de interacção, é ter em conta e levar mais longe as relações que se podem estabelecer entre a linguagem e a situação de comunicação, é acrescentar à informação veiculada pelas estruturas diafónicas a reacção emocional e interpretativa por parte do observador.

Por outro lado, considerar a voz, já não como objecto, mas como pólo de interacção é eleger um campo privilegiado para estudar a relação que se instaura entre os interlocutores, como podemos ver nos exemplos (8), (9), (10) e (11):

- (8) Finalmente, todo o poder à mulher, tremei varões, tremei e tremei, exclamou Marta. O oleiro não acompanhou desta vez *o tom jovial* da filha, antes falou sério...(p. 168).
- (9) ... se tinha assim tanta pressa podia ir andando, *expressão algo grosseira* que contradizia a solene declaração. (p. 196).
- (10) Poderiam ficar assim até ao regresso de Marçal e Marta, mas de repente o cão ladrou. *O tom não era de ameaça, nem de susto, não passou de um alerta convencional*, com quem vem lá por dever de cargo... (p. 216).
- (11) Cipriano Algor não responderá, resmungará como doutras vezes. Que estupidez, mas fá-lo-á de maneira automática, em *tom assaz veemente*, decerto, mas sem real convicção (p. 219).

A topicalização nestes exemplos faz-se, não sobre o *dictum*, isto é sobre conteúdo proposicional, mas sobre o *modus*. Esta relação metadiscursiva entre o módulo interaccional e o módulo enunciativo possibilita ainda assim ao narrador introduzir elementos discursivos com uma orientação argumentativa por meio de expressões como: *antes falou sério; que contradizia a solene*

*contradição; não passava de um alerta convencional; mas sem real convicção.* Mais uma vez se justifica que esta voz polifónica do narrador tem um estatuto principal e uma função interactiva de consecução. Ao reproduzir em eco os actos ilocutórios e enunciativos das várias vozes em interacção, o narrador fica liberto para concluir raciocínios e fazer os comentários metadiscursivos que muito bem entender.

Um aspecto importante a destacar e que se apresenta como característica desta obra é que, todas as vezes que se apresenta uma situação de enunciação citada, o enunciador do discurso citante, o narrador, compõe subjectivamente o quadro em que se desenrola o intercâmbio verbal. Um dos meios de que dispõe o narrador para espelhar pontos de vista singulares, como vimos já, é recorrer a anáforas designativas de actos de fala:

- (12) Bem-vindo sejas ao lar, disse Marta, mas advirto-te de que é melhor que comeces já a conhecer o regulamento doméstico, as necessidades de cão, tanto as sólidas como as líquidas ... Durante o tempo que durou a *prelecção*, o Achado nunca desviou os olhos. (p. 79).
- (13) Não te escondas, deixa a tua filha em paz, ela só disse as palavras que queria ouvir, agora trata-se é de saber se tens para dar à Isaura Estudiosa algo mais do que um cântaro e, também, não te esqueças, se ela estará disposta a receber o que imaginas ter para lhe dar, se é que consegues imaginar alguma coisa. O *solilóquio* esbarra nesta objecção... (p. 89).

Com este procedimento o narrador faz ligar ao quadro accional as representações que os interactantes se fazem uns dos outros em diferentes níveis: estatuto, papel comunicacional, detentor de uma imagem e de um território (aquilo a que Goffman 1974, chama *face positiva* e *face negativa*). O uso programado e persistente do mecanismo linguístico da anáfora conceptual possibilita, pois, ao narrador intervir judiciosamente sobre os comportamentos e os dizeres das personagens. Também aqui, o recurso a adjectivos e a outros elementos axiológicos para qualificar o nome anafórico designativo de acto de fala ilustra de forma exemplar o carácter de complementaridade e de gradação que os adjectivos emprestam às estratégias argumentativas. De facto, a variedade de termos modalizadores ajudam e participam na actividade avaliativa, atribuindo aos objectos denotados pelos substantivos que eles determinam um juízo emotivo e valorativo:

- (14) De qualquer modo, acrescentou Cipriano Algor, sem se dar conta, ou talvez sim, talvez no primeiro momento em que as disse se apercebesse dos *matizes sibilinos daquelas três palavras iniciais* ... (p. 152).

Como exemplifica a transcrição feita, os termos que acompanham o nome anafórico inscrevem-se na actividade discursiva do narrador em termos de tra-

ços das estratégias argumentativas. Por aqui se verifica que o procedimento reclassificatório da anáfora resumativa permite introduzir um enunciado com uma orientação argumentativa, possibilitando ao narrador agir sobre as crenças, atitudes, comportamentos ou falas das personagens, construindo e transformando, por intermédio da linguagem, uma representação de uma situação.

A este concerto de vozes diafónicas há a acrescentar, em *A Caverna*, um outro caso de polifonia menos visível: a dos provérbios, a das máximas e a das expressões idiomáticas:

- (15) Estamos no terreno dos factos comerciais, senhor Algor, teorias que não estejam ao serviço dos factos e os consolidem vão contra? Para o Centro (...). Cipriano Algor disse a si mesmo que não devia responder *ao desafio*. Cair na tentação de um dize-tu-direi-eu com o chefe do departamento, eu afirmo, tu negas, eu protesto, tu contestas, acabaria por dar mau resultado, nunca se sabe quando uma palavra mal interpretada vai ter uma consequência desastrosa deitar a perder *a mais subtil e a mais trabalhada das dialécticas de persuasão*, já *o dizia a antida sabedoria* ... (p. 97).
- (16) Que poderíamos fazer por aqueles bonecos que estão no forno, e o pai respondeu. Nada. *Seca, cortante, a palavra* não deixou dúvidas. Cipriano Algor não proferiu, no lugar dele, uma *daquelas frases correntias* que, por quererem assumir-se como definitivamente negativas, não se importam de levar dentro de si duas negações, o que *segundo a abalizada opinião dos gramáticos*, a converteria em rotunda afirmação... (p. 295).

Nos exemplos (15) e (16) vemos que o narrador/enunciador apresenta a sua enunciação como a retoma de um número ilimitado de enunciações anteriores. Dizer uma máxima, um provérbio, é fazer ouvir através da sua própria voz uma outra voz, a da *sabedoria popular*. O interessante a destacar é que na estrutura polifónica deste romance várias fontes enunciativas se combinam. Ou são vozes diafónicas remetendo para vozes que participam no intercâmbio verbal, ou são vozes polifónicas, remetendo para vozes externas ao intercâmbio (ancoradas numa situação de enunciação particular ou colectiva).

Outra estratégia que merece destaque, pelas numerosas ocorrências verificadas, é o recurso do narrador a comentários irónico-metonímicos. Este fenómeno revitalizador do discurso assenta no emprego de uma expressão para designar um objecto ou uma propriedade que não está em relação existencial com a referência habitual desta expressão, mas com a intenção de exprimir uma semelhança desfavorável.

- (17) Talvez a bondade seja também uma questão de prática, murmurou Cipriano Algor, Repita, não percebi bem o que disse, Não faça caso, senhor, não era importante, Seja como for, repita, Disse que talvez a bondade seja também uma questão de prática. É uma opinião de oleiro, Sim senhor, mas nem todos os oleiros a teriam, Os oleiros estão a acabar, senhor Algor, Opiniões destas também. O chefe de departamento não respondeu logo, estaria a pensar se valeria a pena continuar a divertir-se com *esta espécie de jogo do gato e do rato* ... (p. 131).

- (18) Marta sai do quarto e vai pensando Dorme, eis *uma palavra* que aparentemente não faz mais do que expressar uma verificação de facto, e contudo, em cinco letras, em duas sílabas, foi capaz de traduzir todo o amor que num certo momento pôde caber num coração humano. *Convém dizer, para ilustração dos ingénuos, que, em assuntos de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade...* (p. 209).
- (19) Dirás que o teu sogro é um idiota chapado, um irresponsável que deveria estar internado numa casa de doidos, metido numa camisa de forças. *Ganharia muito com essas explicações, não há dúvida.* (p. 330).

Ao mesmo tempo que ironiza, o narrador-intérprete constata, denuncia e julga ao mesmo tempo. O contrato enunciativo estabelecido desde a primeira página dá-lhe essa possibilidade de se servir da língua para explicar o seu próprio discurso e para representar as suas intenções de amplificação. Todo o discurso é representação e o discurso do narrador não escapa à regra.

3. Quando se trabalha sobre a continuidade de um discurso longo, como é o caso do discurso romanescos, fica-se espantado com a extrema complexidade da sua organização em diferentes níveis. Para levar a bom termo esta tarefa com rigor seria indispensável decompor este sistema discursivo complexo em sub-sistemas que, por sua vez, se decomporiam em diferentes formas de organização.

No caso concreto de *A Caverna*, que ainda não passa de um estudo preliminar, para estudar globalmente a complexidade do emprego da anáfora resumativa, eu simulei um modelo de análise de organização do discurso que deveria satisfazer dois objectivos: dar conta dos discursos de vozes diferentes que a narrativa representa em diferentes níveis de encaixe; dar conta do modo como o narrador retoma a instância discursiva e interaccional, com recurso especial à anáfora resumativa.

Num primeiro momento defini as propriedades da dimensão material das interacções no que tange à alternância ou encavalgamento das falas, à posição material relativa dos interactantes, às suas relações recíprocas e às representações que os interactantes se fazem uns dos outros. Neste processo de engendração de relações de dependência, de interdependência e de independência fundadas no princípio da recursividade foi-me permitido verificar uma estrutura hierárquica como resultado de um processo de negociação em constante reacção e/ou ratificação entre as várias personagens. Assim, deste quadro accional, emergem ou as vozes em diafonia, as que remetem para as vozes das personagens que formam parte do intercâmbio verbal (pai ↔ filha; sogro ↔ genro; pais ↔ filho; marido ↔ mulher; chefe ↔ empregado; empresário ↔

fornecedor, etc.), ou as vozes em polifonia quando estas mesmas personagens, em situação de interação, remetem para vozes externas ao intercâmbio.

Num segundo momento, e feito este levantamento prévio, necessário para o prosseguimento do estudo, procurei verificar como é que o narrador gere as falas destes actores da situação, de que modo ele as transpõe para o seu próprio discurso e de que forma a sua posição abre um lugar aos comentários e às digressões.

Por último, pude chegar á conclusão provisória de que a retoma das falas das personagens e dos objectos do discurso por meio do procedimento anafórico nominal resumativo abre ao narrador várias possibilidades, como as de permitir:

- encadear linearmente o objecto do discurso e activá-lo em relação a um tópico extraído do objecto de discurso activado pelo acto precedente;

- condensar o objecto do discurso do acto de fala anterior por meio de termos sincategoremáticos. Estes nomes em que normalmente se consubstanciam as anáforas resumativas podem ter um valor informacional fraco, mas têm a vantagem de possuir um amplo valor expressivo. Ao referirem-se a objectos do mundo possível como noções, conceitos, sentimentos (*os temores, as ameaças, a preocupação, o desabafo, o assunto, a explanação...*), estes termos possibilitam formar objectos discursivos privilegiados, sobre os quais o discurso interpretativo do narrador vai poder apoiar-se;

- reconstruir o quadro referencial de origem, no que tange aos conteúdos proposicionais e aos actos de fala, por meio do comentário. Todo o relator sabe que o quadro referencial de chegada de um discurso relatado (tome ele a forma que tomar) é sempre mais pobre que o quadro referencial de origem. Por isso o relator-narrador vê-se na obrigação de englobar o relato num comentário. Este recai, frequentemente, ou sobre o conteúdo proposicional (objecto do discurso) ou sobre a força ilocutória do enunciado. Como este comentário não pode ser incorporado na citação, ele apresenta-se como uma interpretação à qual o narrador adere ou não. É neste aspecto interpretativo que reside um primeiro aspecto da indeterminação do DR em *A Caverna*. Como a retoma é feita o mais das vezes sobre relatos em DDL (“E a devolução, sempre me irão devolver o que cá têm, *as palavras* tremiam de desespero e com tal amargura que o outro quis ser conciliador, Veremos.” p. 23; “Faça o favor de deixar-se dessas ideias, minha mãe, a senhora não tem nada de melhor, mas, quem tal imaginaria, ainda sobre *esta conversa* não tinham decorrido duas semanas” ... p. 33) ou mais raramente sobre relatos em DI (“Perguntou-me se a grande surpresa era irem viver comigo para o Centro, E tu, que disseste, Que não, que afinal não valia a pena estar a guardar a sur-

presa para amanhã, ficam já a saber, disse eu, a Marta está grávida, vamos ter um filho ... Deixas-me sem saber como responder. Há coisas que são tanto aquilo que são, que não precisam que as expliquemos. Perante *uma tão categórica manifestação de sabedoria básica*, o oleiro achou-se pela segunda vez sem resposta,” p. 212; “Foi durante o jantar que Marçal deu *uma importante informação* de que se havia esquecido, e essa desagradou a Marta,” p. 256).

O sistema referencial de chegada corre o risco de se tornar por vezes opaco não se destringendo muito bem o que é da conta do narrador ou não. Frequentemente se encavalitam as atitudes proposicionais do enunciado de origem com as interpretações referenciais e atributivas do narrador. Como não há sempre um relator, isto é, um enunciador que reproduz o que foi dito com o que se quis dizer e com o que se fez e quis fazer dizendo-o, acontece que há sempre uma mistura de feixes de intenções, de atitudes e de actos subordinados a um outro feixe que representa a eventual força ilocutória expressa pelo narrador-relator. Mas esta indeterminação, hesitação é, no fim de contas, a propriedade frequente do DR que legitima o dizer como constitutivo do dito. E é neste deslizar entre o *dictum* do relato e o *modus* do relator que assenta a latitude do narrador para interpretar os actos de fala que as várias enunciações representam, de as apreciar diferentemente e de lhes emprestar as intenções que muito bem entender;

– estabelecer por meio dos verbos de relato uma linha coesiva entre os dois actos enunciativos (das personagens e do próprio narrador) de forma a instaurar-se e a justificar-se uma relação de tipo argumentativo. Para a circunstância pragmática do lugar ocupado pelo relator-narrador no momento da sua enunciação tem grande importância a escolha do verbo introdutor do relato. Na sua maioria são verbos de fala como *dizer* (580 ocorrências), *perguntar* (250 ocorrências), *responder* (152 ocorrências), mas também verbos que exprimem uma atitude como *discordar*, *esclarecer*, *reflectir*, *pensar*. De qualquer forma os verbos de relato são a condição *sine qua non* de uma descrição adequada da identidade referencial, ela própria indispensável para gerar transformações como a anaforização nominal resumativa. Este denominador comum que atravessa toda a obra acciona um cálculo proposicional apto a predizer e a especificar o comportamento de certas classes de verbos, sobretudo verbos modais que exprimem a atitude do narrador face à proposição enunciada, por meio do traço topical anafórico. Metadiscursivamente, o narrador, vinculado ao módulo enunciativo, toma quase sempre posição por meio de um comentário que normalmente inverte a orientação argumentativa da enunciação anterior;

– fazer intervir, de forma particularmente interessante, a organização composicional e a organização polifónica. No primeiro caso, as trocas entre as personagens e sobretudo a retoma das enunciações ou dos objectos do discurso

por parte do narrador são, na sua maioria, ou intervenções com função ilocutória reactiva de respostas fortemente marcadas do ponto de vista argumentativo, como o testemunham a forte presença de anáforas resumativas acompanhadas de lexemas axiológicos pejorativos (“... os fragmentos do discurso, *soltos e desconexos*, p. 40; juízo *precipitado*, p. 58; conversa *de oleiro*, p. 62; palavras *tão brutalmente possessivas*, p. 85; frase *sintacticamente retorcida*, p. 89; *nestas inúteis* cogitações, p. 99; umas quantas palavras *decorativas*, p. 105; *aquela pejorativa e desafortunada* palavra, p. 164; *a obscura* frase, p. 241, etc.) ou são intervenções com função específica de relacionar argumentativamente os actos de fala dentro do acto discursivo. Para isso, as relações de argumento ou mais precisamente de contra-argumento, que instauram ao mesmo tempo uma relação argumentativa e uma relação assumptível por parte do narrador, estão marcadas por conectores argumentativos como, *no entanto* (“Decerto por estar no tenro verdor da mocidade, Achado não teve ainda tempo de adquirir opiniões formadas, claras e definitivas sobre a necessidade e o significado das lágrimas no ser humano, *no entanto* considerando que esses humores líquidos...”, p. 87), *porém, não obstante* (“Pai, parece-me que estou grávida, *porém* consegui reter as palavras ...”; Na verdade uma tal revelação ... tão raro é este mágico dom como aquele outro, noutra lugar falado, de ver o interior dos corpos através do saco de pele que os envolve. *Não obstante* a sedutora profundidade de ambos os temas, propícia às mais succulentas reflexões ...”, p. 133), *mas* (“Que história é essa, que estás para aí a dizer, perguntou Cipriano Algor, *mas* o tom da sua voz tinha-se alterado ...”, p. 140).

Outros processos de tomada de posição por parte do narrador é a frequência dos procedimentos metadiscursivos que surgem ao longo da obra e que têm a função de estabelecer uma relação de especificação com o conteúdo do acto de fala principal (“*Por estas e outras palavras* já aqui foi lembrado que todos os dias passados foram vésperas e todos os dias futuros o hão-de ser.” p. 274; “Havia sim, dois corredores, e, entre eles, um outro bloco de apartamentos, mas este com o dobro da largura dos restantes, e que, *trocada a explicação por miúdos, quer dizer* que a parte habitada do Centro ...” p. 278). No caso da estrutura polifónica, o narrador-enunciador arquitecta o seu discurso sobre a estrutura diafónica efectiva ou potencialmente havida entre as personagens. Na primeira situação a diafonia remete a um discurso efectivamente pronunciado e anterior ao do enunciador (“Por causa do disparate do cão, quase me esquecia de lhe perguntar como se passou a conversa”, p. 112); na segunda situação, trata-se dos casos em que o enunciador-narrador introduz no seu discurso um argumento hipotético que um destinatário fictício poderia evocar (“Mesmo que fosses o mais feio dos homens, diria o cão Achado do seu dono se falasse, a tua fealdade não teria nenhum sentido para mim, só

te estranharia realmente se passasses a ter outro cheiro ou passasses doutra maneira a mão pela minha cabeça. O *inconveniente das divagações* está na facilidade com que podem distrair por caminhos desviados o divagante, fazendo-o perder o fio das palavras e dos acontecimentos, como acaba de suceder ao Achado ...” p. 143). A técnica da diafonia/polifonia responde a uma necessidade de coerência e de coesão discursivas. O narrador introduz, através do enunciado diafónico, as vozes e os referentes que estas vozes veículam para constituir o tópico central da sua intervenção reactiva, por intermédio da tematização anafórica nominal;

– possibilitar, por meio da anáfora nominal resumativa, intervir judiciosamente sobre os dizeres das personagens e os objectos do discurso. De facto, o recurso à anáfora nominal conceptual apresenta-se como o meio operativo mais eficaz para captar sinteticamente, e ao mesmo tempo, o estatuto das vozes em interacção, a função interactiva que as vozes desempenham, o grau de presença do locutor e as vozes que retoma no seu discurso, as funções comunicativas que as distintas vozes desempenham nas intervenções.

Vimos que a anáfora resumativa, além da capacidade de incidir sobre o pólo da interacção, recai também no objecto do discurso. E é nesta dupla funcionalidade que o narrador a faz operar em *A Caverna*.

E porque não pode haver sentido fora das pessoas no discurso e formas de discurso fora das formas da língua que lhe dão corpo, a anáfora resumativa, pelo seu poder reclassificatório e pela sua capacidade de corporizar o discurso por meio do argumento da autoridade, possibilitou ao narrador-intérprete introduzir os juízos de valor e os comentários que o seu estatuto lhe autorizava.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCOMBRE, J. C. e Ducrot, O. 1983 – *L’Argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.
- FONSECA, F. I. et al. 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- FONSECA, J. 2000 – “Carta de Casados de D. Francisco Manuel de Melo, *Revista da Faculdade de Letras, “Línguas e Literaturas”*, Porto, Vol. XVII, II Série, Porto, pp. 9-135.
- GOFFMAN, E. 1974 – *Les rites d’interaction*, Paris, Minuit.
- ROULET, E. 1986 – “Complétude interactive et mouvements discursifs”, *Cahiers de Linguistique française* 7, 189-206.
- 1991 – “Vers une approche modulaire de l’analyse du discours”, *Cahiers de linguistique française* 12, 53-81.
- 1995 – “Etude des plans d’organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du dialogue: autonomie et interrelations modulaires”, *Cahiers de linguistique française* 17, 123-140.
- 1996 – “Une description modulaire de l’organisation topicale d’un fragment d’entretien”, *Cahiers de linguistique française* 18, 11-32.

- RUBATTEL, C. 1990 – “Polyphonie et modularité”, *Cahiers de linguistique française*, 11, 297-310.
- TORCK, D. 1994 – “Diaphonie et interaction en face à face dans le débat politique”, *Littérature* 93, 15-30.
- VENDERVEKEN, D. 1988 – *Les actes de discours*, Bruxelles, Mardaga.
- VILELA, M. 1994 – *Estudos de lexicologia do Português*; Coimbra: Almedina.

---

# CURRENT ISSUES IN LANGUAGE TRANSFER

*Rosa Alonso Alonso*  
University of Santiago

## 1. Introduction

In the past 20 years, Second Language Acquisition witnessed the resurgence of interest in language transfer. The Ann Arbor Michigan Conference on Language transfer meant a great step in the study of this phenomenon since it covered theoretical issues as well as empirical data from language learning situations. That new approach to language transfer is manifest in the works of European-based researchers appearing in Kellerman and Sharwood-Smith (1986), that include cognitive views, questions of transferability and constraints on language transfer. But, what is happening nowadays? In the 90's, from a syntactic point of view, most research on transfer is being carried out within the framework of Universal Grammar. This turn to generative approaches meant a new interest in the systems that learners create and the development of interlanguage at different stages. Regarding semantics, conceptual aspects are being analyzed. Moreover, the relationship between transfer and fossilization as well as 'transfer to somewhere' and 'transfer to nowhere' are being discussed in interlanguage.

In an attempt to summarise these perspectives, the pages that follow offer an overview on current issues in transfer research.

## 2. Universal Grammar studies

The greatest amount of work that has been done in recent years concerning language transfer research in syntax is based on UG. The most recent generative approaches focus on the acquisition of L2 morphosyntax. They aim at identifying the starting point of grammatical knowledge of the L2 so as to find

out the structure of subsequent stages and explain their development. Schwartz (1995) considers that the initial state of L2 acquisition is closely related to L1 grammar. This constitutes a key characteristic of studies on transfer in the 90's: "the connection between the L2 initial state and subsequent development" (Schwartz, 1995:21). Three views of the L2 initial state can be distinguished:

### 2.1. *Minimal Trees*

This view is supported by Vainikka and Young-Scholten (1996), who agree with the Weak Continuity, that is, what gets transferred from the L1 grammar are lexical categories and their linear orientation. Within this framework, lexical and functional projections are distinguished. What is transferred is the structure of the VP, the functional projections above VP constitute the subsequent development. This view attributes "the **minimal** amount of structure over all to the L2 initial state" (Vainikka and Young-Scholten, 1996:23)

### 2.2. *Full Transfer/Full Access*

This hypothesis is defended by Schwartz and Sprouse (1996) stating that the initial state of L2 acquisition is the final state of L1 acquisition. Therefore, the L1 grammar traces the starting point; the maximal amount of transfer is attributed to the L2 initial state, so the maximal amount of structure is also attributed over all to the L2 initial state. According to these authors, the morphosyntactic empirical foundations of the weak transfer hypothesis lessen the value of the approach, therefore they are invalid. As opposed to the weak transfer hypothesis, they follow the Strong Continuity, ie., UG constrains all stages of Interlanguage.

### 2.3. *Valueless features*

This hypothesis is represented by Eubank (1996) and it constitutes a mid-way between Minimal Trees and Full Transfer/Full Access. It is also referred to as the *weak transfer hypothesis*. From the point of view of this trend, the L2 initial state shows an intermediate amount of transfer, so it indicates an overall structure. Overt inflectional morphology does not transfer, therefore the parametric values of features defined by this morphology do not transfer either. According to this hypothesis, UG does not constrain all stages of Interlanguage.

## 3. Conceptual transfer

Some studies on transfer are not based on formal aspects but on conceptual issues, ie. on the conceptual system underlying the L1. Pavlenko (1998) and

Jarvis (1999) refer to it as *conceptual transfer*. According to these authors, the mental concepts which underlie the L1 constitute a source of transfer. The learner's L1 and the system the learner develops are connected by conceptual representations. This statement can be related to Kellerman's (1995) *transfer to nowhere* where the L1 way of thinking is a potential source of transfer, although the notion of conceptual transfer is much broader. Jarvis (1999) manifests that conceptual transfer can also affect grammar, this statement is based on a study he carried out with Finnish speakers, he found out that article errors such as "It's a nice weather" or "She took a bread" were not only due to the wrong application of article rules, they were also related to the fact that those speakers conceptualize the nouns 'weather' and 'bread' as "countable entities" (Jarvis, 1999: 4). Therefore conceptual transfer can affect lexical semantics but also grammatical knowledge. Regarding pedagogical implications, teachers should be aware of the fact that learners map what they learn onto their L1 world view, therefore teaching techniques should concentrate on introducing situational contexts and concepts lying behind lexis, grammar and discourse.

#### 4. Fossilization and transfer

A study carried out by Han (1998) acknowledges that transfer operates from the very beginning of L2 learning. The learner's ability to get rid of transfer decides the amount of fossilization the learner's IL will show. The idea that transfer working simultaneously with other processes leads to stabilization is in fact present in the multiple effects principle, as it was stated by Selinker:

*It is a general law in SLA that when two processes work in tandem, there is greater chance for stabilization of forms leading to possible fossilization (Selinker, 1992: 262)*

Han's study sheds light on the relationship between transfer and fossilization, indicating that L1 knowledge is a primary source of fossilization and that there is a correlation between the degree of fossilization and the degree of L1 influence. One of her primary findings states that in typological distant languages, L1 transfer is implicit and it is characterized by "transfer to nowhere".

#### 5. Transfer to somewhere vs. transfer to nowhere

The *transfer to somewhere* (Andersen, 1983) principle states that transfer occurs if the L1 element shows compatibility with "natural acquisitional prin-

ciples” (Andersen, 1983:182) and the L2 input somehow leads to generalization from the L1. The learner’s developing knowledge of the L2, ie., earlier interlanguage stages, has to be considered a source of language transfer. For example, in a study on the German produced by foreign workers in Germany it was noticed that at first they omit the definite article, using simplification, then when they begin to supply the article they use “die”, which is the most unmarked form. Lack of articles in the L1 leads those learners to continue to omit articles. As Andersen states, they transfer from “zero” articles in L1 to “zero” articles in early interlanguage due to simplification. The occurrence of articles in the native language agreeing with German articles makes a shorter period happen where they omit articles and then they easily acquire the article “die”, which is a general one, and they forget about gender, number and case.

*Transfer to nowhere* was suggested by Kellerman (1995) with the purpose of complementing Andersen’s *transfer to somewhere*. The *transfer to nowhere* principle states that

*there can be transfer which is not licensed by similarity to the L2 and where the way the L2 works may very largely go unheeded* (Kellerman, 1995: 137)

Big differences between languages can lead to learning difficulties, especially in the way learners conceptualize experience because they assume that there is no variation across languages in the way experience is expressed. The “thinking for speaking” notion is crucial to this principle, ie. the thinking that takes place while the person is speaking and which predisposes the learner to use the L1 to conceptualize experience; it is also mentioned by Slobin (1996) who bases it on the Whorf-Sapir determinism. Whorf maintained, (apud Slobin 1996: 71)

*Every language is a vast pattern system, different from others, in which are culturally ordained the forms and categories by which the personality not only communicates, but also analyzes nature, notices or neglects types of relationship and phenomena, channels his reasoning, and builds the house of his consciousness.*

However, Slobin considers that language works as a “filter”, therefore it does not give form to our thoughts.

*Transfer to somewhere* and *transfer to nowhere* indicate that transfer can be the result of similarity or difference respectively. According to Kellerman (1995), the former refers to acquiring the means of linguistic expression while the latter is related to the conceptualization leading to the discovery of those means.

## 6. Conclusion

The decade of the 80's meant the acknowledgement of transfer as a cognitive process underlying SLA. In the past few years, proposals on transfer relating to generative approaches in second language acquisition are concerned with finding out whether universal grammar principles constrain L2 acquisition. Moreover, explanations for the starting point in acquiring the L2 and its development are looked for.

From a semantic viewpoint, the concepts underlying the L1 constitute a source of transfer, an idea which is also shared by the 'transfer to nowhere' principle. The interactive character of transfer is also pinpointed since it acts together with other IL processes, such as fossilization, determining the degree of fossilized structures.

If we consider previous research and current studies, we come to realise that more than 40 years have elapsed since the early days of Contrastive Analysis; great advancements have been made in the study of transfer, yet the role of any prior linguistic knowledge remains one of the most problematic discussed issues in the literature and its continuous discovery keeps opening new pages to a better understanding of the second language learning process.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, R. W 1983. "Transfer to somewhere" In Gass and Selinker (eds.) 1983. *Language transfer in Language Learning*. Rowley, Mass: Newbury House.
- EUBANK, L 1996. "Negation in Early German-English Interlanguage: more Valueless Features in the L2 Initial State". *Second Language Research* 12/1:73-106.
- HAN, Z. 1998. *Fossilization: An investigation into advanced L2 learning of a typologically distant language*. PhD. University of London, June 1998.
- JARVIS, S. 1999. "Conceptual transfer: On the influence of L1-Based concepts" Paper presented at TESOL 1999. New York.
- KELLERMAN, E. and Sharwood-Smith, M. (eds.) 1986. *Crosslinguistic Influence in Second Language Acquisition*. Language Teaching Methodology Series. Oxford: Pergamon Press.
- KELLERMAN, E. 1995. "Crosslinguistic influence: transfer to nowhere?". *Annual Review of Applied Linguistics* 15: 125-150.
- PAVLENKO, A. 1998. "SLA and acculturation: conceptual transfer in L2 learners' narratives" Paper presented at AAAL 1998, Seattle, WA.
- SCHWARTZ, B. 1995. "Transfer and L2 Acquisition of Syntax: Where are we now?: 'Transfer': Maligned, realigned, reconsidered, redefined." Unpublished paper read at the Second Language Research Forum, 1 October 1995 at Cornell University.
- SCHWARTZ, B. and Sprouse, R. 1996. "L2 Cognitive States and the Full Transfer/Full Access Model". *Second Language Research* 12/1:40-72.

- SLOBIN, D. 1996. "From 'thought and language' to 'thinking for speaking'". in Gumperz, S. and Levinson, S.1996. *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: CUP.
- VAINIKKA, A. and Young-Scholten, M. 1996. "The Early Stages in Adult L2 Syntax: Additional Evidence from Romance Speakers". *Second Language Research* 12/2:140-76.

# OS PROBLEMAS DE CONCORDANCIA DE XÉNERO NA FRASE NOMINAL

*Xoán Carlos Lagares*  
Universidade da Coruña

## 1. Introducción

O xénero gramatical defínese como unha categoría lingüística que permite organizar os elementos nominais en clases e que se manifesta na concordancia<sup>1</sup>. Segundo Corbett (1991: 105), esta operación sintáctica ten unha importancia excepcional, até o punto de servir como base para a definición da categoría e para o establecemento do número de xéneros nunha lingua determinada. Portanto, nen sequer a existencia de diversas categorías formais nos nomes é de seu índice da existencia dun sistema xenérico, polo que as terminacións desinenciais non son a este respecto determinantes. Doutra parte, neste mesmo sentido, Fodor (1959: 34) situaba a orixe do xénero gramatical nas linguas indoeuropeas nun procedemento de asonancia que permitía relacionar os nomes de acordo coas clases a que pertencesen, sendo fundamental no establecemento das relacións sintácticas en linguas con orde libre de palabras. Tamén Marina Chini (1993: 476) destaca este aspecto relacional do xénero, de maneira que inclúe entre as súas funcións as seguintes (ademais de facer referencia a aspectos semánticos):

In quanto generatore di accordo il G crea coesione sintattica, consentendo così un ordine delle parole più libero [...], e creando una ridondanza, spesso utile alla comunicazione, specie in caso di “rumore”.

L'accordo di G facilita l'individuazione del riferimento anaforico-pronominale [...] o anche del soggetto, a partire dalle tracce da questo lasciate sui suoi modificatori e sul predicato (e su pronomi coreferenti), servendo dunque da *reference tracking*.

---

<sup>1</sup> Peres/Móia (1995: 443) ofrecen a seguinte definición da concordancia: “Diz-se que existe concordância entre duas expressões linguísticas quando elas possuem determinadas propriedades em comum e essa coincidência de propriedades é uma condição necessária para a gramaticalidade do discurso”.

Obviamente, os elementos que participan das relacións de concordancia son os nomes substantivos e adxectivos e mais os pronomes, que á súa vez poden ter tamén unha función substantiva e adxectiva; ademais, o xénero colabora no recoñecemento dos nomes que estes retoman mediante a súa función anafórica. Os morfes de xénero que poidan, ocasionalmente, levar expresos os nomes nas súas terminacións fónicas constitúen as pegadas da relación de concordancia entre eles. Nos pronomes variábeis esta relación evidénciase na escolla da forma do paradigma que participe no enunciado. Neste sentido, malia poder ser discutíbel realizarmos análises diverxentes dos mesmos segmentos dependendo da unidade en que apareceren, consideramos máis apropiado denominar vogais temánticas (VTs) os /o/ e /a/ finais que na maioría dos substantivos invariábeis están relacionados con cada un dos xéneros, por estaren asociados dun xeito aproximado, e non completamente regular, co masculino e o feminino, respectivamente. Desta maneira, os substantivos, nos cais a categoría de xénero é unha característica inherente, só presentan unha marca de xénero na súa propia expresión substancial (un morfe) cando o mesmo lexema pode ser actualizado en dous termos opostos, por ser aquí a relación entre terminación e xénero sistemática; mais a marca máis fiábel vén sendo en calquer caso a das formas pronominais que poidan actuar como determinantes deste núcleo dunha frase nominal, ou ben o morfe que poidan levar os seus modificadores.

Como se sabe, as palabras que forman as frases nominais<sup>2</sup> poden cumprir as funcións de núcleo nominal (substantivo ou adxectivo), determinante e modificador. Obviamente, se ben os outros elementos non sempre están presentes, o núcleo é decisivo para considerarmos a propia existencia da frase. Ademais, é o núcleo quen impón o seu xénero aos determinantes e modificadores. Isto é así, cando menos, nas frases substantivas (que serán as que analisemos aquí, referíndonos a elas como FNS, “frase nominal substantiva”), isto é, naquelas en que un substantivo cumpre a función nuclear, pois nas frases adxectivas os modificadores adoitan ser ora un adverbio, ora unha frase preposicional, de maneira que non se establecen entre estes elementos relacións de concordancia de xénero.

<sup>2</sup> Seguíndomos as indicacións de Rojo/Jiménez Juliá (1989: 116), utilizamos a denominación “frase nominal” en lugar de “sintagma nominal” para nos referirmos ás construcións sintácticas que teñen como núcleo un nome, pois sintagma pode designar na realidade calquer agrupamento de elementos gramaticais: “El empleo de ‘sintagma’ en el sentido de ‘frase’ se ha producido a imitación de la Lingüística francesa inmediatamente posterior a la difusión del transformacionalismo en Europa. Se puede incluso localizar al responsable inicial de esta utilización: Nicolás Ruwet. A la hora de adaptar términos ingleses como ‘noun phrase’, Ruwet tropezaba con la dificultad de que el término francés más próximo, *phrase*, tiene en gramática el significado del español ‘oración’ e incluso la expresión *phrase nominal* equivale a las ‘oraciones nominales’ de la gramática española”.

A función de determinante na FNS pode ser exercida, á súa vez, por varios tipos de pronomes, fundamentalmente identificadores simples e demostrativos, mais tamén polo relativo *cuxo*, e mais por *cada*, *calquer*, *certo*, *tal*, etc. (FREIXEIRO MATO 2000: 625). Os máis habituais modificadores do substantivo núcleo da frase son os adxectivos, aínda que tamén poden establecer esta relación outro nome substantivo, un pronome, unha frase preposicional ou unha cláusula de relativo. Coa única excepción do substantivo e a frase preposicional, todos os outros elementos deben concordar en xénero e número co núcleo da FNS.

## 2. Concordancia de só un adxectivo con dous substantivos

Un dos principais problemas que suscita a concordancia dentro da FNS é o da presenza de dous ou máis substantivos coordinados, que constitúen o núcleo da frase, con un ou máis adxectivos a eles referidos, nomeadamente cando ambos os substantivos teñen diferentes xéneros. Esta cuestión foi tratada por Corbett (1983: 184-205 e 1991: 261-306) mediante a comparación de diversas linguas con sistemas xenéricos diferentes, intervindo nas regras de concordancia dalgunha delas factores non só sintácticos senón tamén semánticos. Desta maneira, tendo en conta o carácter neutralizado que pode adquirir o masculino gramatical, este autor establece as seguintes regras para o francés, que admiten dúas formulacións equivalentes (CORBETT 1983: 186):

- A. 1. if at least one conjunct is masculine (syntactically), the masculine form is used;
  - 2. otherwise the feminine is used.
- Alternatively:
- B. 1. if all conjuncts are feminine (syntactically), the feminine form is used;
  - 2. otherwise the masculine is used.

En liñas xerais, tais regras poderían ser válidas para o galego, se ben cómpre facermos algunhas precisións, dado que non sempre o funcionamento da concordancia nestes contextos lingüísticos responde a un esquema semellante, existindo ás veces diferenzas estilísticas ou pragmáticas entre as diversas opcións. Así pois, tanto Álvarez/Regueira/Monteagudo (1992: 76-79) como Freixeiro Mato (2000: 94-95) conceden importancia ao feito de o adxectivo anteceder ou non os substantivos que modifica. Segundo estas gramáticas, cando o adxectivo for prenominal a tendencia xeral será a de facelo concordar só co primeiro dos substantivos, e, pola contra, cando for posnominal a concordancia se establecerá co conxunto dos nomes substantivos, apresentando o adxectivo unha forma masculina e plural. En calquer dos casos, é posíbel que aconteza

ao contrario, isto é, que o adxectivo prenominal concorde con ambos os substantivos (co obxecto de eludir a ambigüidade significativa que se podería producir) e que o posnominal concorde só co máis próximo. Cunha/Cintra (1992: 272-276) toman en consideración todos estes factores (posición e función do adxectivo e máis número dos substantivos) para elaboraren as súas regras de concordancia. Segundo estes autores, no interior dunha FNS se o adxectivo for anteposto concordará en xénero e número co substantivo máis próximo; se for posposto, a concordancia dependerá das diversas combinacións de xénero e número dos substantivos. Alén diso, esta gramática consigna en todos os casos cal é a opción máis común e cal a de uso minoritario. Estas regras de concordancia entre o substantivo e o adxectivo posposto están expresadas no seguinte esquema (en cada apartado a opción 1 é a máis frecuente e a 2 a menos común, segundo os autores da gramática):

1. Substantivos co mesmo xénero en singular:
  - 1.1. concordancia SING;
  - 1.2. concordancia PL.
2. Substantivos con xéneros diferentes en singular:
  - 2.1. concordancia co máis próximo;
  - 2.2. concordancia MAS-PL.
3. Substantivos co mesmo xénero e números diferentes:
  - 3.1. concordancia PL;
  - 3.2. concordancia no número do máis próximo.
4. Substantivos con xéneros diferentes en plural:
  - 4.1. concordancia co máis próximo;
  - 4.2. concordancia MAS-PL.
5. Substantivos con xéneros e números diferentes:
  - 5.1. concordancia MAS-PL;
  - 5.2. concordancia co máis próximo.

No tocante ao aspecto que estamos a tratar especificamente neste traballo, a concordancia de xénero, observamos neste esquema proposto por Cunha/Cintra que as FNs en que o núcleo está formado por dous substantivos de diferentes xéneros a opción máis frecuente é a da concordancia co máis proximo (os casos 2 e 4), tanto no singular como no plural, coa única excepción das frases en que os substantivos posúen ademais números diferentes, onde a concordancia se establece en masculino e plural (o caso 5). Neste sentido, portanto, esta gramática afástase das apreciacións realizadas polas gramáticas galegas, que en frases co adxectivo posposto consideraban máis frecuente a concordancia masculina (neutralizada) con ambos os substantivos.

O certo é que, aceptando a concordancia co substantivo máis próximo no caso dos adxectivos prenominais, resulta difícil saber cal de ambas as opcións

é realmente maioritaria na concordancia co adxectivo posposto. Aínda así, hai unha serie de argumentos que nos parecen determinantes para considerarmos máis habitual o establecemento desta relación sintáctica entre os diversos elementos en masculino e plural.

En primeiro lugar, a concordancia co substantivo máis próximo provoca enunciados ambiguos, onde non é fácil discernir se o adxectivo modifica só o substantivo a cuxa clase xenérica pertence ou se, polo contrario, modifica o conxunto do núcleo nominal. Segundo os exemplos propostos por Cunha/Cintra, as análises poderían ser diversas:

- (1) (a) A profesora estaba *cunha saia e un chapeu escuro*.  
 (b) A profesora estaba *cunha saia e un chapeu escuros*.

Do punto de vista semántico, (1a) ten dúas posíbeis interpretacións, pois o adxectivo atributivo *escuro* pode modificar só o substantivo *chapeu* ou ben facer referencia a todo o núcleo da frase, *unha saia e un chapeu*:

- (2) (a) [unha saia<sub>FN</sub>] e [[un chapeu<sub>N</sub>] [escuro<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>]  
 (b) [[unha saia e un chapeu<sub>N</sub>] [escuro<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>]  
 (c) [[unha saia e un chapeu<sub>N</sub>] [escuros<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>]

Esta dupla posibilidade, por outra parte, parece ser un argumento a favor da tese de Fodor (1959) que sitúa a orixe da concordancia de xénero nunha especie de asonancia, pois a capacidade do substantivo para condicionar a flexión xenérica dos seus complementos está relacionada coa proximidade entre os elementos en cuestión, converténdose a repetición de morfes que fan referencia aos distintos termos xenéricos, en palabras de Chini (1993: 476), nun “*rumore*”. Isto é así, inclusive, con independencia das relacións sintácticas que eses elementos manteñan entre si, pois na segunda das interpretacións o adxectivo modifica ambos os substantivos apesar de a súa flexión xenérica non coincidir co primeiro deles. O máis habitual, porén, parece ser a concordancia MAS-PL:

- (3) (a) *O cabaleiro portaba lanza e escudo completamente negros*  
 (Ferrín, AA 31)  
 (b) *co rostro e a barca case convertidos en mineral*  
 (Ferrín, AA 40)

Nestes exemplos prodúcese ademais unha circunstancia que merece ser comentada. Tanto en (3a) como en (3b) o adxectivo vai acompañado dun complemento adverbial que o modifica (*completamente* e *case*); doutra parte, en (3b) o modificador do núcleo da FNS é un participio adxectivo. A presenza do modificador adverbial, que interfere na proximidade entre o adxectivo e o

substantivo, fai que a concordancia sexa necesariamente MAS-PL para que o modificador vaia referido sen ambigüidade a ambos os substantivos. Se mantivésemos a concordancia deste adxectivo apenas co último dos substantivos e conservando o seu modificador adverbial, non habería dúbida sobre o feito de se non referir ao conxunto do núcleo da FN, como pode verse nos seguintes exemplos:

- (4) (a) *lanza e escudo completamente negro.*  
 (b) *escudo e lanza completamente negra.*  
 (5) (a) *co rostro e a barca case convertida en mineral.*  
 (b) *coa barca e o rostro case convertido en mineral.*

Parece evidente que os complementos do adxectivo en (4) e (5) forzan unha única lectura, de maneira que nestes exemplos o adxectivo modifica só o substantivo con que concorda. Do noso punto de vista, pódense tirar dúas conclusións deste feito: primeiro, que para o adxectivo poder modificar ambos os substantivos concordando só co máis próximo, debe estar situado inmediatamente a continuación del, sen ningún complemento adverbial; e segundo, que é preferíbel en calquer caso para modificar dous ou máis substantivos con diferente xénero a concordancia MAS-PL, pois entón resulta indiferente, como vimos en (3), a presenza ou ausencia de modificadores adverbiais do adxectivo. De acordo con esta circunstancia, talvez debamos relacionar o feito de os adxectivos pronominais non admitiren facilmente modificadores adverbiais coa súa tendencia a concordaren co substantivo que teñen máis próximo no enunciado, residindo aí precisamente a diferenza esencial entre os adxectivos antepostos e os pospostos no tocante ás súas relacións de concordancia.

Así pois, a hierarquía sobre a preferencia de uso neste tipo de construcións establecida por Cunha/Cintra segue posibelmente unha certa tradición gramatical, como recoñece Lapa (1984: 227-230) ao se referir aos “exemplos clásicos” *com pescoço e mãos velosas* e *o estudo e profissão monástica* citados polos “gramáticos”. Mais a concordancia co substantivo máis próximo do adxectivo posnominal debe ser entendida, desde a nosa perspectiva, como unha escolla estilística, en que non está ausente en moitas ocasións a propia vontade de construír enunciados equívocos, para a cal ten contribuído posibelmente ese carácter de asonancia que posúe a concordancia de xénero nas linguas indoeuropeas.

### 3. Concordancia de xénero e clases de palabras

O modo en que se establecen relacións de concordancia entre os diversos elementos dun enunciado permite apreciar en moitas ocasións a que clase de

palabras pertencen, mesmo cando ás veces a fronteira non é de todo nítida. Así pois, por exemplo, o feito de concordaren ou non cun substantivo delimita con bastante precisión a barreira entre a clase dos adxectivos e a dos adverbios, pois os segundos non posúen flexión xenérica nen de número. Apesar diso, a capacidade de atracción do xénero do substantivo provoca en ocasións na fala popular a flexión do adverbio, que pode chegar a apresentar a aparencia dun adxectivo, o cal demostra ás claras que a concordancia é un mecanismo moi arraigado na nosa lingua, sendo percebido fundamentalmente polos falantes como un fenómeno de asonancia, isto é, asentando dun modo moi especial na repetición dos segmentos fónicas finais das palabras que están próximas no enunciado. Porto Dapena (1977: 153) fai referencia a este tipo de construcións no galego falado na comarca ferrolá, mais ten tamén o seu reflexo na lingua literaria, mesmo en autores procedentes doutras áreas xeográficas:

(6) (a) *chegou o xemido á miña xente medio dormida polo caldo de fungos*  
(Ferrín, AA 39)

(b) *A señora Silvina era unha muller algo triste, sempre contando dun malparto e dun mozo que tivera en Monforte, media romántica*  
(Cunqueiro, XAA 99)

Obsérvese que en (6a) o adverbio criado apartir do adxectivo mantén a forma MAS-SING que o caracteriza como tal, entanto que en (6b) flexiona para concordar co adxectivo que modifica. Aínda que se produza aparente flexión de xénero, e ás veces mesmo de número, estes elementos non perden, é claro, a súa categoría adverbial como modificadores dun adxectivo. Así pois, ao noso parecer, faise necesario recorrer a outro tipo de explicacións para todos estes casos (tanto a atracción flexional do adverbio como a concordancia entre o adxectivo e un só elemento nominal do núcleo da frase, nos exemplos que vimos acima). Estas excepcións responden máis ben a un fenómeno de analogía formal que fai parte do propio desenvolvemento das linguas romances. Pensamos que tamén deben ser considerados desde este prisma todos eses enunciados en que as marcas de xénero son redundantes, sendo así que é dado rexistrar diversas posibilidades canto á combinación de morfes de xénero. Desta maneira, a presenza de VTs ou morfes de xénero en contextos lingüísticos en que o artigo xa é a máis fiable expresión do xénero do substantivo responde, do noso punto de vista, a este mesmo principio. Isto non significa que debamos interpretar a concordancia de xénero como algo diferente dun mecanismo sintáctico, mais parece claro que sendo a súa máis clara representación a repetición de determinados segmentos fónicos, en ocasións existe a tendencia a dissociar esa asonancia do procedemento relacional.

Débense distinguir, portanto, estes exemplos en que o adverbio mantén a súa categoría, doutros onde, tras admitir flexión de xénero e número, fica convertido realmente nun adxectivo:

- (7) *de ceda incontinencia erótica (o "lumeterino", no falar da miña probe avoa)*  
(Blanco Amor, XL 273)

En (7) o adverbio *cedo* pasa a funcionar como un modificador do substantivo *incontinencia*, a concordar con el en xénero e número (*ceda*), producíndose realmente un proceso de transcategorización.

Outro caso notábel en que a concordancia de xénero debe ser tomada en consideración para distinguir entre diversas clases de palabra dáse cos nomes das cores, que nos obrigan a distinguir entre adxectivos e modificadores substantivais, por unha parte, e entre adxectivos e adverbios pola outra. Neste sentido, aos nomes como *branco*, *negro*, etc. únense en galego moitos nomes de flores ou froitos, que son utilizados para designar cores, tais como *rosa*, *laranxa*, *violeta*, etc. De tal maneira que mesmo se toma a característica cromática de diversas realidades para identificar cores doutros obxectos, dándolles o seu nome (*un traxe cor terra*, *cor butano*, etc.). Estes nomes poden funcionar como substantivos ou como adxectivos:

- (8) (a) Unha casa branca.  
(b) Un branco luminoso.

Na primeira frase (8a) *branca* é claramente un adxectivo que concorda en xénero e número co substantivo que modifica, entanto que na segunda este nome funciona como núcleo da FNS tendo un determinante (*un*) e un modificador (*luminoso*). O problema suscítase en FNs en que habendo un substantivo que funciona como núcleo, o nome de cor posúe o seu propio complemento:

- (9) (a) Unha casa azul escura.  
(b) Unha casa azul escuro.

Ambas as frases de (9) son perfectamente posíbeis e non presentan nengunha agramaticalidade na nosa lingua, mais a estrutura sintáctica e a clase de palabra a que pertencen algúns dos seus elementos son distintos, incidindo estas diferenzas tamén, obviamente, no seu significado. En (9a), de acordo coa súa estrutura de concordancia, debemos distinguir un substantivo que funciona como núcleo da FN (*casa*) e dous adxectivos que o modifican (*azul* e *escura*), concordando con el en xénero e número, encanto en (9b) estamos perante un

substantivo que ten como modificador outro substantivo, á súa vez acompañado por un adxectivo que concorda con el, segundo o seguinte esquema:

- (10) (a) [[[Unha casa<sub>N</sub>] [azul<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>] [escura<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>].  
 (b) [[[Unha casa<sub>N</sub>] [[azul<sub>N</sub>] [escuro<sub>M</sub>]<sub>M</sub>]<sub>FN</sub>].

É evidente a diferenza de significado entre unha e outra frase. A primeira reférese a unha casa azul que ademais é escura, e a segunda a unha casa que está pintada dun azul escuro (*Unha casa azul que é escura*, *Unha casa que é de cor azul escuro*). Outra posíbel interpretación de (10b) consistiría en analizar o segmento *escuro* como adverbio modificador do adxectivo *azul*, o cal podería xustificar esa forma invariábel MAS-SING, pois este tipo de concordancia tamén se mantén en plural (*Unhas casas azuis escuras* e *Unhas casas azul escuro*). Mais o certo é que a maioría dos adverbios poden ser substituídos por formas en *-mente*, algo que non ocorre neste caso:

- (11) \*Unha casa azul escuramente.

O carácter substantival de *azul* tórnase evidente tamén polo feito de se manter en singular, sen establecer portanto concordancia de número con *casas*, por ser realmente nese caso un adxunto nominal no segundo dos exemplos que propuxemos antes (*Unhas casas azul escuro*). Doutra parte, como indica Bosque (1998: 114-118), tampouco é consistente a interpretación destas construcións como compostos, xa que, de ser así, ao non existir recursividade neste tipo de formacións, non serían posíbeis enunciados en que se incrementa o número de complementos, tais como *azul escuro apagado* ou *azul moi escuro*. No entanto, talvez si se aproximan do concepto de palabra composta sintagmas do tipo *verde botella* ou *marrón terra*, pois non podemos construír enunciados do estilo \**Ten unha moto verde botella escuro*, ou \**Ten un traxe marrón terra claro*<sup>3</sup>. A conclusión é que en frases como a que apresentamos en (9b) debe considerarse o nome de cor como un substantivo en aposición que pode recibir os seus propios modificadores adxectivos<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Tamén presentan características da palabra composta sintagmas como *azul mariño*: e na cabeza gastan todos unha mesma gorra viseira azul mariño (Ferrín AA 37). Non son posíbeis enunciados como \**unha gorra azul moi mariño*, \**azul pouco mariño*, etc.

<sup>4</sup> Bosque (1998: 116-117) ve a necesidade de interpretar como substantivos apositivos non só os nomes de cores, senón tamén outros de estilo ou de marca: “Lo que parece ocurrir es que esos sustantivos denotan grupos en los que habitualmente clasificamos los objetos con el fin de reconocer sus clases. Las clases en las que distribuimos los objetos con los que nos relacionamos se establecen tomando como criterio el color, la marca, el número, la talla, y el estilo.” As propiedades sintácticas que caracterizan este grupo de substantivos son: a) que se adxuntan ao nome sen nengunha marca preposicional; e b) que o seu complemento tampouco precisa de marca preposicional para ser identificado.

Por último, debemos ter en conta que a importancia da terminación na relación co xénero é esencial, tal e como vimos subliñando, para a interpretación que realizan os falantes das relacións sintácticas entre os elementos, de tal maneira que frases como a que temos analizado parecen ser menos frecuentes con nomes de cor terminados en -o a modificaren substantivos femininos, malia seren perfectamente gramaticais:

- (10) (a) Vive nunha casa branco luminoso.  
 (b) Teño unha gravata vermello brillante.

Finalmente, incluímos neste apartado sobre a capacidade do xénero gramatical para distinguir entre distintos tipos de palabras o caso dos participios adxectivais, que constitúen unha categoría en que están relacionados o aspecto nominal e o verbal. O que lles dá a estes participios o seu carácter nominal é precisamente o feito de concordaren en xénero e número co substantivo que modifican. Doutra parte, como sinalan Hernanz/Brucart (1987: 155), podemos considerar que conservan parte da súa natureza oracional orixinaria:

- (11) *A traición consumada e sabida, a dor apurada até o derradeiro fondal no que navegan escuras dúbidas e disculpas desexadas*  
 (Ferrín, ADA 12)

Débase ter en conta, igualmente, que, a diferenza do que acontece cos outros adxectivos, non todos os participios poden modificar o substantivo que acompañan cando están situados en posición prenominal, polo que, segundo Luján (1980: 49), estes participios non deben ser considerados como verdadeiros adxectivos:

- (12) (a) \*a posta mesa  
 (b) a mesa posta

Un outro caso en que o participio modifica o substantivo que é núcleo da FN, cumprindo unha función adxectiva, é nas construcións tradicionalmente denominadas de participio absoluto, que constitúen moitas veces un trazo estilístico da prosa literaria:

- (13) *Ditas estas palabras, siguen o camiño da dereita*  
 (Valladares, Maxina 70)

#### 4. Concordancia de xénero e orde de palabras

Segundo o que temos subliñado ao falarmos da concordancia entre o núcleo substantivo e os adxectivos que o modifican, a situación, e máis concreta-

mente, a proximidade do adxectivo é importante para o establecemento desa relación, ao ser o substantivo o que proxecta o seu xénero sobre o adxectivo. Isto inflúe igualmente na colocación dos outros complementos do núcleo, polo que a orde de palabras da FN tamén se ve afectada polas relacións de concordancia, que condicionan a contigüidade de substantivo e adxectivo e desprazan, para evitar ambigüidades semánticas, os outros complementos, como por exemplo as frases preposicionais:

- (14) (a) *A forza destrutora dos míseis.*  
 (b) *A forza dos míseis destrutora.*  
 (b) *A forza dos míseis destrutores.*

A posición máis común é, claramente, a de (14a), co adxectivo que modifica o substantivo situado inmediatamente á súa dereita e a frase preposicional a seguir, sendo a que apresentamos en (14b) estraña, se ben posíbel. En (14c) o adxectivo xa non modifica o núcleo da FNS senón o da FP, a concordar con el nos termos MAS-PL. A ambigüidade significativa está presente, no entanto, noutro tipo de enunciados, podendo provocar dúas leituras diferentes:

- (15) (a) *Unha expresión de angustia colectiva.*  
 (b) *Unha expresión colectiva de angustia.*

Na segunda das frases o adxectivo FEM-SING *colectiva* modifica, sen nengunha dúbida, o núcleo da FNS, *expresión*, encanto en (15a) é posíbel considerar este adxectivo como modificador de ambos os substantivos, do núcleo da FN e do núcleo da FP, por coincidiren os dous en xénero e número. Na realidade, esta dupla lectura pode non implicar unha mudanza substancial do significado da frase, polo que en determinados contextos calquer das dúas análises podería ser, do noso punto de vista, perfectamente válida<sup>5</sup>. Noutras ocasións, porén, a ambigüidade provocada por estas análises diverxentes pode ser maior, dependendo en todo o caso o carácter gradual do equívoco das propias características semánticas do léxico implicado e da súa capacidade para seleccionar argumentos idénticos:

- (16) (a) *Unha noite escura na cidade.*  
 (b) *Unha noite na cidade escura.*

<sup>5</sup> Fóra do caso, é claro, de que se lle asigne ao sintagma *angustia colectiva* un significado moi específico, por exemplo nunha linguaxe técnica como a psiquiátrica, sendo entón preciso que o adxectivo vaia inmediatamente despois do substantivo, sen calquer outra posibilidade combinatoria, para o mantimento dese valor semántico. As diferenzas entre ambas as frases dependerán, portanto, fundamentalmente de aspectos pragmáticos.

O significado da frase (16a), que fai referencia á escuridade da noite, está presente tamén en (16b), se ben aquí esta é resultado dunha segunda lectura, pois sempre é preferíbel para os falantes aquela que atribúe o modificador ao substantivo situado inmediatamente á súa esquerda. Doutra parte, debemos ter en conta que calquer das interpretacións da segunda frase pode ficar perfectamente clara nunha emisión oral do enunciado, mediante os recursos postos ao noso alcance polos trazos suprasegmentais, tais como a entoación, o reparto das pausas, etc.

## Conclusiones

A concordancia de xénero gramatical, onde este fenómeno é esencial para a propia definición da categoría (pois só existe xénero onde se dan relacións de concordancia), non en todas as ocasións ten incidencia semántica. Doutra parte, ao se basear fundamentalmente na repetición de certas terminacións fónicas, que son as que permiten establecer esa relación, a concordancia de xénero é confundida con frecuencia cun fenómeno de simples asonancia. Desta maneira, do noso punto de vista, é posíbel explicar en virtude dese fenómeno fonético a redundancia na expresión de xénero que se produce en todos os substantivos que xa teñen expresa en modificadores e determinantes a clase xenérica a que pertencen. Así mesmo, esta asonancia explica certos fenómenos de atracción fonética entre as terminacións de elementos que están próximos no enunciado, tais como a aparente flexión do adverbio (como no exemplo que vimos, *meia romántica*) ou a concordancia entre un adxectivo e dous ou máis substantivos de distinto xénero cando o modificador mostra a flexión xenérica propia do substantivo máis próximo. No primeiro dos casos, na aparente flexión xenérica do adverbio, pensamos que non se pode considerar esta atracción analóxica da terminación como unha auténtica concordancia de xénero, por constituír o adverbio unha clase de palabra en que esta categoría non ten incidencia, de maneira que o fenómeno de asonancia que se produce non ten ningún significado gramatical. Coherentemente, podemos supor que algo semellante ocorre no segundo dos casos. Cando un adxectivo que modifica un ou máis substantivos de distinto xénero concorda só co que está colocado nunha situación de maior proximidade, este feito non impede que siga a modificar todo o conxunto. A diferenza co adverbio que adquiría unha terminación fónica determinada consiste en que no adxectivo esta terminación si que se corresponde cun xénero específico, aínda que nesta ocasión o fenómeno da concordancia non ofrece toda a información sobre as relacións sintácticas que se establecen na cláusula. Podémosnos perguntar, portanto, cal é a fun-

ción gramatical da concordancia de xénero, se nen sequer en todas as ocasións este fenómeno consegue facer manifestas as relacións sintácticas entre os elementos do enunciado.

Segundo o que temos visto, a concordancia de xénero (isto é, en consecuencia, a categoría de xénero gramatical) cumpre principalmente dúas funcións importantes: por unha parte, permite distinguir de entre as diversas clases de palabras os elementos nominais, e, pola outra, fai visíbeis as relacións sintácticas entre eses nomes en función substantiva e adxectiva, en virtude da existencia de dúas clases de substantivos, masculinos e femininos. Así pois, a existencia ou inexistencia de concordancia fai posíbel en moitas ocasións distinguir entre un adxectivo e un adverbio ou un participio, precisamente por ser o xénero unha categoría exclusivamente nominal, e mais entre un substantivo e un adxectivo funcionando como modificadores dunha FN. O feito de existiren algúns enunciados ambiguos en que non é fácil discernir o carácter nominal dunha palabra non invalida esta funcionalidade da categoría. Doutra parte, a súa capacidade para facer visíbeis as relacións sintácticas entre os elementos nominais faise patente en enunciados en que se ten violado a orde habitual de palabras do galego. De maneira que o xénero se converte nestes contextos lingüísticos en salvagarda da gramaticalidade do texto, que así se torna comprensíbel.

#### OBRAS LITERARIAS CITADAS

- BLANCO AMOR, XL = Blanco Amor, Eduardo, *Xente ao Lonxe*, Vigo, Galaxia, 1976.  
CUNQUEIRO, XAA = Cunqueiro, A., *Xente de aquí e de acolá*, Vigo, Galaxia, 1979.  
FERRÍN, AA = Méndez Ferrín, Xosé Luís, *Arnoia*, Vigo, Xerais, 1987.  
FERRÍN, ADA = Méndez Ferrín, Xosé Luís, *Amor de Artur*, Vigo, Xerais, 1984.  
VALLADARES, Maxina = Valladares, Marcial, *Maxina*, Edición de Anxo Tarrío, Margarita Neira e Blanca Roig-Rechou, Vigo, Xerais, 1991.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, R. / Regueira, X. L. / Monteagudo, H., 1992 – *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia.  
BOSQUE, I., 1998 – *Las categorías gramaticales*, Síntesis, Madrid.  
CHINI, M., 1993 – “Aspetti teorico-descrittivi e tipologici della categoria del genere grammaticale” in *Lingua e stile*, XXVIII, 3, pp. 455-486.  
CORBETT, G. G., 1983 – “Resolution rules: agreement in person, number, and gender” in G. Gazdar / E. Klein / G. K. Pullum (eds.), *Order, Concord and Constituency*, Dordrecht, Foris, pp. 157-206.  
CORBETT, G. G., 1991 – *Gender*, Cambridge, Cambridge University Press.  
CUNHA, C. / Cintra, L., 1992 – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.  
FODOR, I., 1959 – “The origin of grammatical gender” in *Lingua*, 8, 1-41, pp. 186-214.

- FREIXEIRO MATO, X. R., 2000 – *Gramática da Língua Galega II. Morfosintaxe*, Vigo, A Nosa Terra.
- HERNANZ, M. LL. / Brucart, J. M., 1987 – *La sintaxis. 1. Principios teóricos. La oración simple*, Barcelona, Crítica.
- LAPA, M. Rodrigues, 1984 – *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LUJÁN, M., 1980 – *Sintaxis y semántica del adjetivo*, Madrid, Cátedra.
- PERES, J. A. / Mória, T., 1995 – *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- PORTO DAPENA, J. A., 1977 – *El gallego hablado en la comarca ferrolana*, Santiago de Compostela, Anexo 9 de *Verba*, Universidade de Santiago de Compostela.
- ROJO, G. / Jiménez Juliá, T., 1989 – *Fundamentos del análisis sintáctico funcional*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

# O ACRECENTAMENTO LEXICAL A PARTIR DOS PRONOMES DEMOSTRATIVOS EN GALEGO: Principais resultados nos testemuños literarios do século XIX\*

*Xosé Manuel Sánchez Rei*  
Universidade da Coruña

## 1. Introducción

Dentro dos estudos dedicados ás tipoloxías de palabras, vén sendo clásico distinguir, para alén doutras catalogacións, entre palabras gramaticais e palabras lexicais, aquelas pertencentes a inventarios fechados e estas, contrastivamente, englobadas en repertorios sen límites. Os pronomes demostrativos, como as restantes clases de formas pronominais, organízanse en paradigmas limitados canto ao número de elementos e posibilitan a formación de palabras através dos varios mecanismos existentes na lingua, tais como a transcategorización funcional, a sufixación, a composición, etc. As formas *este* (T1), *ese* (T2) e *aquel* (T3), portanto, corroboran a existencia da maior parte dos procedimentos de que dispón a lingua para xerar novos resultados vocabulares. Hai que ter en conta, como principio básico, que o recurso da formación de palabras con estes elementos pronominais é xa antigo: no propio latín aparece esta clase pronominal en vocábulos como HODIE (< \*HOC DIE), *hoxe*, e adverbios como *agora* e *hogano* proveñen, respectivamente, de HAC HORA e de HOC ANNO. Asemade, os demostrativos, desde unha perspectiva diacrónica, teñen igualmente facilitado en épocas pretéritas o aparecemento de resultados de índole gramatical, como *mesmo* (< MET ISPSIMUS), *estoutro* (< *este* + *outro*), *esoutro* (< *ese* + *outro*) ou *aqueloutro* (< *aquel* + *outro*).

Para a nosa exposición priorizamos os resultados obtidos. Quer isto dicer que tivemos en consideración o tipo de unidade que se obtén, onde distinguimos un primeiro grupo composto por substantivos, un segundo integrado por

---

\* Este traballo realizouse no marco do proxecto de investigación intitulado *A formación da lingua literaria galega no século XIX*, dirixido na Universidade da Coruña polo Prof. Dr. Xosé Ramón Freixeiro Mato e subvencionado pola Secretaría Xeral de Investigación e Desenvolvemento da Xunta de Galiza.

verbos e un terceiro, algo máis heteroxéneo, en que imos encontrar adverbios e conxuncións. Os testemuños que ilustran as nosas impresións están tirados, na súa maioría, da literatura galega contemporánea/, quer de textos de autoría individual, quer daqueles outros de procedencia tradicional ou popular; embora non exclusivamente, a maior parte desta exemplificación provén de obras do século XIX<sup>1</sup>, época en que o galego recupera a escrita literaria após o período comunmente coñecido como Séculos Escuros.

## 2. Formación de substantivos

Asinalouse no anterior apartado que a clase de referenciais precisos demostrativos pode experimentar varios procedimentos de creación de palabras, de que a transcategorización funcional é unha delas. Neste sentido, entendemos por substantivación a mudanza que posibilita que unidades pronominais daquela natureza pasen a facer parte do amplo e ilimitado abano de nomes substantivos de que se conforma a lingua, como os casos que expomos a seguir.

### 2.1. *Aqueste, aquesta*

Sobreira, no século XVIII, explica que o dem. reforzado do primeiro termo da deíxe (T1), *aqueste, aquesta*, era común para citar aquela “cosa que no se quiere o no se acierta, a decir” ou cando se utilizaba tamén para a “calidad de alguna cosa que no se quiere nombrar” (Pensado 1979: 244). Non parece levantar excesivos problemas pensarmos na orixe destas utilizacións como estreitamente relacionadas co progresivo ocaso que desde fins da época medieval viñeron padecendo tais formas pronominais. No entanto, unha pequena dificultade consistiría en podermos concretar en que momento comezaron a se empregar, en cal outro alternaban con outros pronomes en igualdade de condicións con idénticas funcionalidades (momento previo ao seu solpor) e aínda en que período ficaron marxinalizadas ou esquecidas (estadio en que se consuma definitivamente a súa regresión).

Á primeira pregunta semella acaír, non sen problemas, atribuírmos o seu aparecemento aos fins da Idade Media se acreditarmos na información que nos brinda Faria (1849: 165, *s.v.*), quen, a meados do século XIX, encontra que *aquesta*, no portugués arcaico, significaba “acontecimento, suceso, caso”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Para o estudo desta época, e en especial da segunda metade de dito século por corresponder ao período coñecido comunmente por Rexurdimento, véxase Hermida (1992), Freixeiro Mato (1998: 71-81), Mariño Paz (1998: 386-401) ou Monteagudo (1998: 327-380).

<sup>2</sup> En consonancia con este autor, Vasconcellos (1985: 236, *s.v. aquestar*) acha que o significado deste elemento no portugués antigo corresponde a “acontecimento, caso”.

Un problema que de aquí se desprende radica na circunstancia de que os pronomes reforzados de T1 non desapareceron nun breve período de tempo, mais que foron protagonistas dun particular e progresivo esquecemento que, inclusive, chega á época contemporánea; portanto, a emerxencia de *aqueste*, *aquesta* como substantivo polivalente non ten de se separar do proceso inverso, que, devagariño, ía colocando os elementos con funcións puramente pronominais nas marxes da praxe habitual da lingua.

A segunda das cuestións non presenta, en aparencia, dificultades de máis para a respostarmos: á medida outras unidades demostrativas ían penetrando na lingua con funcións de substantivos (*aquel* e *aquela*), perdendo así a súa capacidade referencial, máis se ían marxinalizando *aqueste* e *aquesta*, apesar de que durante un período de tempo relativamente considerábel podían alternar con similares funcións. Repárese en que o facto de se esqueceren os pronomes *aqueste* e *aquesta* como unidades da deíxe debe ter condicionado o desbotamento progresivo de tais formas no desempeño de funcións nominais, non como pronomes mais como “substantivos comodíns”.

O terceiro e derradeiro aspecto ten a ver coa época en que se asina definitivamente a súa etiqueta de recurso “arcaico”. Pódese aventurar, como primeira hipótese, que a comezos do século XIX eran formas ben pouco usadas e que foran suplantadas desde fins da centuria precedente polas máis innovadoras *aquel* ou *aquela*. Así se parece entender a partir da información de Sobreira, quen, acarón de *aqueste*, *aquesta* e *aquestar*, xa recolle *aquelar*. Contodo, existe algún testemuño aparente, certamente bastante serodio en relación aos dados de Sobreira, en que se acha *aqueste* a simples vista cun valor indeterminado; é o caso dun dos poemas costumistas do mindoniense Leiras Pulpeiro, dado a lume nos comezos do século XX: ¡*Non calo; / díamo aqueste primeiro!* (Leiras Pulpeiro, OC 367).

Sexa como for, esta documentación non pode ser sinónimo inequívoco dunha pervivencia xeral en todo o territorio lingüístico galego a termos en conta que desde fins do século XVIII e durante todo o XIX *aquel* e *aquela* se tiñan convertido nas formas maioritarias con tais funcións<sup>3</sup>. Volta a acontecer, máis nunha ocasión, que o desaparecemento de *aqueste* e *aquesta* con estes significados de indeterminación decorreu progresivamente<sup>4</sup> e que, como se ha de ver nalgunhas das seccións seguintes, aínda se rexistan informacións certamente suxestivas canto ao rastrexamento de vocábulos etimoloxicamente emparentados, tais como *aquestar* ou *aquestado*.

<sup>3</sup> *Aquela* xa aparece, por exemplo, no poema de Diego Antonio Cernadas y Castro “Befa do río da Chanca desairado da fonte nova”, datado en 1755: *por máis que andou e andou, / nada fixo coa súa aquela, / que o bispo votou por ela* (SEI 148).

<sup>4</sup> Sobre *aqueste* como sinónimo de *aquel*, véxase tamén Mariño Paz (2000: 44-46).

## 2.2. *Aquel, aquela*

En consonancia co indicado nos parágrafos anteriores, os pronomes reforzados de T1 sufreron un acusado retroceso desde os finais do XVIII até os comezos do século XIX, de tal maneira que na lingua dos nosos días *aquel* e *aquela* son as únicas formas que se poden utilizar en contextos en que se non quer usar ou se non encontra un substantivo adecuado para denotar o elemento do mundo sensíbel a que se fai referencia<sup>5</sup>. A nosa literatura contemporánea proporcionanos abondosos exemplos de tais utilizacións, como as mostras a seguir: *Sempre pó la vila entraba / Con aquel de señorío* (Rosalía, CG 53); *aturuxan que dá xenio / e cantan con moito aquel* (Eladio Rodríguez, FOL 119); *Dille, si queres, ô alcalde / que teña algo máis aquéla* (Eladio Rodríguez, FOL 105); etc.

Ora ben, da existencia de tais utilizacións de *aquel* e *aquela* xorden cuestións que non podemos obviar e que din respecto á súa emerxencia, distribución e consideración desde a perspectiva do galego actual. No que se refere ao seu triúnfo como fórmula polisémica, e en harmonía co apuntado anteriormente, o seu aparecemento semella ter sido proporcional en relación a *aqueste* ou *aquesta*. O que realmente chama a nosa atención é o facto de un pronome de T3, perfectamente vivo, pasar a desenvolver os usos que noutrora lle correspondían a un elemento de T1, en avanzado estado de abandono, como era *aqueste*. É posíbel, neste sentido, que os valores de maior afastamento de T3 primasen na dirección de unicamente canonizar tais unidades, ao paso que o esmorecemento de *aqueste* se ía consumando; nótese que, dunha óptica tradicional, se ten definido en moitas ocasións as unidades de T3 como as máis afastadas tanto do ouvinte como do falante, de aí que a súa concreción a respecto dos protagonistas do acto comunicativo non ficase tan clarificada como os pronomes de T1 ou T2. En todo o caso, o facto de *aqueste* desaparecer tornou necesario habilitar unha outra unidade pronominal capaz de asumir as súas funcións; é posíbel que coadxuvase na emerxencia de *aquel* a proximidade fonética existente entre [a'ke]ste e [a'ke]l, circunstancia que nos parece pertinente para explicar como un pronome de T3 desempeña funcións antes atribuídas a un elemento de T1<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> A escolla entre *aquel* e *aquela* non depende tanto do propio substantivo a que se fai referencia como da liberdade expresiva ou aínda dunha certa distribución diatópica: "Sen embargo, a elección entre *aquel* / *aquela* non está motivada nin depende do xénero do sustantivo a que se elude" (Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 211). Para un repertorio dos seus significados modernos, véxase, por exemplo Alonso Estravís (1986, I: 236, s.v. *aquel* e *aquela*), Navaza Blanco / Lastra Muruais (1994: 73, s.v. *aquel*) ou Carballeira Anllo (2000: 155-156, s.v. *aquel* e *aquela*).

<sup>6</sup> Aínda que se non trate dun caso de substantivo de indeterminación, parécenos pertinente facermos mención ao facto de que no vicentino *Auto das Barcas* aparece, na edición de 1518, o verso 248 coas formas *Ou daquela... quem he... eu so*, encanto que na edición de 1562 o verso correspondente ao anterior, agora numerado co 250, responde á linearidade *Ou daquela... quem he... eu soo* (Cunha 1982: 282) [desenvolvemos para a nosa citación as abreviaturas que se achán no orixinal].

Non é arriscada a afirmación, no tocante á súa distribución xeográfica, de que o seu uso pode documentarse ao longo e largo do territorio lingüístico galego. Cómpre, porén, repararmos en que, segundo o mapa representado en ILG (1995: 260-261), de entre *aquel* e *aquela* é o primeiro o que predomina na Galiza actual, xa que o feminino *aquela* só se atesta en puntos setentrionais da provincia da Coruña e de Lugo; por súa vez, cun carácter aínda máis minoritario, no galego do Bierzo e nas comarcas ourensás orientais é aínda posíbel rexistar a forma invariábel en tal repertorio de funcións, xa que os mesmos estudos dialectolóxicos asinalan a variante *ter un aquilo* nesas terras galegófonas orientais<sup>7</sup>.

Por outra parte, dentro tamén da súa vixencia na lingua moderna, non nos parece descartábel pensarmos que talvez nunha época non demasiado afastada dos días presentes *aquela* abranxese máis espazo do que ocupa na actualidade. O portugués, lingua que non ten favorecido, ao menos na súa norma padrón, os usos de *aquel* e *aquela* con valor de substantivos polisémicos tal e como hoxe se encontran na Galiza, apresentaba hai uns anos o feminino (e en menor medida o masculino) con semellante distribución de usos; así o expuxo no primeiro terzo do século XX Vasconcellos, cando, abordando os principais trazos da lingua setentrional lusitana, apuntaba a súa existencia. Sirvan como exemplo os seguintes casos, en que o estudioso asinalou o que segue<sup>8</sup>: a) na fala popular de Ponte Lima, unha localidade moi perto da Galiza, *aquela* “significa *cousa*. Isto é: *uma aquela* pódese ser *uma tesoura, um dedal, uma festa, uma desordem*, etc.”. E acrecenta: “Na Beira Alta usa-se *aquela* no sentido de *fulana*, ex.: Ó S.<sup>a</sup> *aquela*” (1928: 62, s.v.)<sup>9</sup>; b) máis cara ao sul, tratando a “linguagem vulgar do Porto”, anota que en “flagrante apanhei uma vez esta frase: ‘foi o *aquelle*’, onde o determina mais o pronome” (1928: 141); c) na mesma modalidade dialectal portuense, documenta “*aquella*, Na frase: ‘não me faz *aquella* nenhuma’, isto é, ‘não me faz trastorno, dúvida’” (1928: 146, s.v.).

A teor da súa existencia en falares norteños de Portugal é como se explica que penetrase na lingua literaria, polo menos desde a segunda metade do século XIX, nomeadamente en autores cuxos trazos lingüísticos están certamente próximos da oralidade popular setentrional portuguesa. É o caso de Camilo Cas-

<sup>7</sup> Parece ser forma coñecida en máis áreas do galego oriental, como nalgúns puntos de Asturias, como asinala Fernández Vior (1997: 202). No entanto, os galego-falantes desa rexión tamén coñecen o máis xeral *aquel*, segundo asinala Suárez Fernández (1996: 31, s.v.) a dicir que é unha expresión de sentido impreciso usada para substituír un substantivo.

<sup>8</sup> Véxase, asemade, Sequeira (1958: 142) para a lingua falada na rexión do Baixo-Minho, onde se documentan igualmente *aquele*, *aquela* e o verbo *aquelar*.

<sup>9</sup> Véxase tamén Valladares Núñez (1884: 35) ao falar da utilización de *aquela*: “úsase también de esta palabra para llamar á una señora, cuyo nombre no se recuerda, ó se ignora; y así se dice *Doña aquèla*”.

telo Branco, escritor que apresenta bastantes particularidades idiomáticas do norte, nomeadamente do Minho: *E tem aquela de falar de mim, que fui sempre como as estrelas* (Castelo Branco, FA 80); e *fez-me cá no coração uma certa aquela* (Castelo Branco, FA 182)<sup>10</sup>; etc.

### 2.3. *Aqueloutro, -a, aqueloutriño, -a*

A partir do dem. *aquel* + o pron. identificador *outro* + o suf. apreciativo *-iño, -a*, isto é, combinando por un lado composición (*aquel* e *outro*) con derivación (*-iño*), xurdiu estoutra palabra que presenta, en harmonía cos casos vistos anteriormente, unha considerábel polivalencia de significados deducíbeis a partir do contexto en que se empregar. Cunha certa frecuencia, contodo, *aqueloutriño* aprópriase da significación de (*meu*) *mociño* ou aínda de (*meu*) *amiguiño*. Así o entendeu Valladares Núñez (1884: 36, *s.v.*) ao traducir a palabra para o español mediante o vocábulo *mocito*, como tamén o percebeu o editor de CPG, José Pérez Ballesteros, cando apuntou, acarón do verso correspondente, a mesma palabra castelá para o cantar tradicional que expomos: *Eu bonita non che son, / riqueza non ch'a herdéi; / dime ti, aqueloutriño, / zen qué modo ch'agradei?* (CPG, III 46).

De as impresións de Valladares Núñez e de Pérez Ballesteros seren certas, acharíamonos perante unha mostra de lexicalización, análoga a outras acontecidas na lingua como *xoguete* a respecto de *xogo*, *pandeirola* en relación a *pandeiro*, etc. (véxase Freixeiro Mato 1999: 177 e nota 270). A orixe, pois, cómpre procurármola en *aqueloutro*, pron. dem. composto que, na opinión do mesmo lexicógrafo do XIX, se emprega cando equivale a “Uno cuyo nombre no se sabe o no se recuerda”, isto é, cando alude a unha persoa. A diferenza tanto de *aqueloutro* como de *aqueloutriño* a respecto de *aquel* ou de *aquela* reside na maior determinación semántica que parece caracterizar a súa significación; pouco a ver, en consecuencia, coa inconcreción que connotan estes dous últimos demostrativos.

### 1.4. *A influencia dos demostrativos noutros compostos: o caso do sexto día da semana, sexta feira*

É xa sabido que os nomes dos días da semana no sistema lingüístico galego-portugués, segundo a tradición cristá, son formados dos pronomes ordinais a

<sup>10</sup> Exemplos tamén citados por Sequeira (1958: 142), de onde extraímos a referencia. Por outro lado, merece apuntarse o seguinte exemplo, igualmente lusitano, tirado non xa dun autor do século XIX con evidente proximidade á linguaxe rexional setentrional mais dun lingüista brasileiro: Machado Filho (1957: 247), criticando o emprego abusivo da secuencia *o mesmo*, escribciu que tal fórmula “supre, sem mais aquela, o pronome êle” [a negriña é nosa].

acompañaren o substantivo *feira* (*segunda feira, terza feira, cuarta feira, quinta-feira e sexta feria*). Precisamente un destes, *sexta feira*, tórnase merecente dunhas palabras por o seu primeiro elemento ter sido substituído a favor do demostrativo *esta*. Como indica Pensado Tomé (1965: 25), é posíbel documentar durante o outono medieval exemplos de denominacións para o sexto día como os que seguen, que tiramos do traballo deste estudioso: doc. de 1390: *dia esta feira treze días andados de mayo*; doc. de 1418: *dia esta feira o primeiro dia do mes de jullo*; doc. de 1418: *esta feira vinte dias de mayo*; doc. de 1466: *luus e quartafeira e estafeyra*; etc.

Lonxe do que formal e aparentemente indican as palabras en negra, *esta* non é o demostrativo de T1, mais está aí en lugar do antigo *sexta*. Na opinión do investigador, as causas hai que as ir procurar non ao pron. fem. de T1, senón á crise dun sistema de nomenclatura para os días da semana que provocou que fose sendo esquecido progresivamente. Con efecto, o facto de que xa durante a época medieval tamén se utilizase o modelo romano (*luns, martes, etc.*) levou consigo, en harmonía con Pensado Tomé (1965: 27), que decembrasen os nomes cristiáns até se perder a noción de orde. Neste momento, *sexta feira* participa de dita perda ao faltar a serie completa da semana en certas rexións do país e é aquí cando se bota man do vocábulo máis próximo de *sexta*, pronunciado *sesta*<sup>11</sup>, que non é outro do que *esta*. De aí que, embora non sexa un elemento que faga parte do nome anterior ao sábado, si teña a súa relevancia por pasar, indirectamente, a constituílo; unha queda do *s-* inicial non pode explicar o aparecemento de *esta* en tais contextos porque, entre outros motivos, nada hai que xustifique a súa supresión.

*Estafeira*, sob a forma *estaferia*, tamén se encontra, aliás, no occidente da provincia española de Oviedo, seguíndomos Pensado Tomé (1965: 26), e mesmo nos falares asturo-leoneses máis próximos da Galiza existe o verbo *estaferiar*, ou polo menos existían as dúas formas, o nome e o verbo, nos derradeiros anos do século XIX<sup>12</sup>. Os dous facían referencia aos traballos comunais en que se reunían todos os viciños nas *sextas feiras* para arranxaren os camiños que comunicaban as, na altura, isoladas aldeas das montañas galaico-leonesas.

<sup>11</sup> Repárese no seguinte cantar tradicional, en que se verifica esta pronuncia: *Lus, día de ánimas é, / martes de San Antón, / carta feira San Xosé, / mercado é quinta feira, / sesta feira é da Pasión, / sábado día da Virxe, / e domingo festa enteira* (ESC 161).

<sup>12</sup> A información que proporciona Pensado Tomé foi extraída da obra de A. Rato de Argüelles *Vocabulario de las palabras y frases bables*, publicado en Madrid no ano 1891. En consonancia co que tira deste contributo lexicográfico, por outra parte, tamén nas falas asturo-leonesas podían rexistarse, acarón de *estafeira* e *estaferiar*, uns *sestaferia* e *sestaferiar*.

### 3. Formación de verbos

Unha outra posibilidade que presentan os demostrativos canto á formación de novas clases de palabras é aquela que consiste en acrecentaren as listas de verbos. Xunto á anterior, a que cría substantivos, apréséntase como a máis rendíbel, sendo o procedemento de maior recorrencia o que autoriza a derivación de verbal tomando bases con funcións substantivas<sup>13</sup>. Os verbos xerados a partir dos pronomes demostrativos, tomados no seu conxunto, posúen unha serie de características, algunhas comúns con outros fenómenos lingüísticos máis habituais no galego, que, á marxe dos resultados obtidos, se detecta do confronto das solucións verbais que serán tratadas nas seguintes páxinas. A primeira cuestión está relacionada co resultado unívoco de acrecentar verbos á primeira conxugación<sup>14</sup>; na realidade, tal recurso ten sido o maioritario en toda a historia da nosa lingua, desde os primeiros tempos até a actualidade; nas palabras de Ferreiro (2001: 198), no “galego-portugués, o proceso máis frecuente de formación de novos verbos lévase a cabo coa adxunción da flexión *-ar* da primeira conxugación a un nome”.

O segundo aspecto que cómpre mencionarmos vén dado pola relación existente entre os resultados verbais e os substantivos indeterminados tirados dos pronomes, de forma que o vínculo entre uns e outros é certamente notorio. Exemplificándomolo con dúas mostras, podemos afirmar que a historia do caso de *aquesta* ou *aqueste* como fórmula nominal correu paralela ao solpor de *aquestar*, do mesmo modo que a emerxencia e progresiva utilización de *aquel* ou *aquela* con funcións de substantivo impreciso non se pode isolar dos verbos *aquelar* ou *aqueloutrar*.

#### 3.1. *Aquestar*

Voltamos, máis unha vez, a citar o Padre Sobreira (Pensado 1979: 244) como primeiro lexicógrafo que reparou na existencia de *aquesta* e de *aquestar* como vocábulos con polivalencia de significados e, portanto, cun considerábel abano de utilizacións. A súa orixe está no pron. reforzado *aqueste* + o suf. de verbal *-ar*, fórmula que, como vimos, ten sido especialmente rendíbel para

<sup>13</sup> Estamos a falar, loxicamente, dos pronomes demostrativos cando usados con función substantival e con multivalencia de significados. Véxase Ferreiro (2001: 2000), quen cita o caso de *aquelar* e *aqueloutrar* como exemplos minoritarios: “Aínda que as bases formativas dos verbos son normalmente nomes ou participios, tamén se resistan algúns casos de novas formacións sobre pronomes”.

<sup>14</sup> Coa excepción de *acolofacer*, formado posibelmente desde o dem. dial. *aquelo* + o verbo *facere* através dunha asimilación vocálica do <e> do pron. debido á súa inestabilidade, o que determinou a súa mudanza para [o]. A súa primeira documentación aparece en RAG (1913-1928: 44, s.v.), de onde se proxectou en máis obras lexicográficas do século XIX, como, por exemplo, Franco Grande (1975: 34, s.v. e s.v. *aquelar*).

criar verbos da primeira conxugación. No entanto, alén dos usos que lles confere o eclesiástico e do pontual emprego que fai do participio de *aquestar* Pablo Mendoza de los Ríos no século XVIII (*pois està mais aquestado en essas cousas*; tirado de Mariño Paz 2000: 38), o certo é que aínda foi utilizado literariamente por Leiras Pulpeiro, facto que parece demostrar que, sendo verbo xa marxinal na altura, podía aparecer esporadicamente; repárese a este respecto que a linguaxe do escritor mindoniense non se caracteriza por un propositado afastamento da oralidade popular da época, senón, máis ben, antes o contrario: *que, antes que verme aquestada, l morrer cen veces quixera* (Leiras Pulpeiro, OC 180).

Mais os testemuños contemporáneos do verbo que nos ocupa non se limitan á cita literaria deste autor, pois téñense feito referencias á antecitada entrada lexical en obras de diversa índole. Así as cousas, rexístao Rodríguez na segunda metade do século XIX (1863: 11, *s.v.*) cunha curiosa definición moi probabelmente condicionada pola utilización de *aqueste* e *aquel* como pronomes: “Aquestar. Es lo mismo que, *aquelar*, con sola la diferencia de que, *aquestar* dice mas proximidad”.

Non descartamos que desde aquí pasase a outros dicionarios, os cais recollerían a entrada máis por criterios compilacionistas do que por motivacións lingüísticas reais<sup>15</sup>. É o caso, por exemplo de Valladares Núñez (1884: 36, *s.v.*), quen se inspira de xeito evidente en Rodríguez; por súa vez, a obra da RAG (1913-1928: 208, *s.v.*) manifesta esa dependencia, exemplificando o vocábulo cos versos antecitados de Leiras Pulpeiro; do mesmo modo, Carré Alvarellos (1928, I: 157, *s.v.*) incluí *aquestar* acarón de *aquelar*. O verbo, pois, parece ter ido sobrevivendo nos nosos dicionarios grazas ao empeño dos respectivos autores antes do que a un fenómeno vivo e real no galego contemporáneo. Dentro das obras desta índole que manexamos, convén asinalarmos o traballo de Franco Grande (1975: 107, *s.v.*) por voltar a considerar dito verbo, así como tamén por recoller, e nisto quizá reside o aspecto máis rechamante do seu contributo á sobrevivencia de *aquestar*, a variante con *r* epentético *aquestrar*<sup>16</sup> (1975: 106, *s.v. aquelar*). Para alén destas obras do século XIX e

<sup>15</sup> Facemos nosas as palabras de Mariño Paz (2000: 45) sobre a súa documentación nos dicionarios: “É certo que se detecta a presenza de *aqueste* e *aquestar* en dicionarios máis recentes coma o de Eladio Rodríguez González (1958-1961) e o de Xosé L. Franco Grande (1968), pero sabemos que estes autores recolleron moitas voces de obras lexicográficas anteriores sen as someter á debida crítica, de tal modo que nos seus traballos se encontra mesturado o léxico do galego actual co do galego doutras épocas que hoxe, e desde hai moito tempo, está xa abandonado”. E concluí este investigador da Universidade de Compostela: “Ben claro fala a este respecto o feito de que estes dous autores digan de *aqueste* que “tiene poco uso” (por non diciren “ningún” ou “practicamente ningún”) e que de *aquestar* remitan para *aquelar*”.

<sup>16</sup> Parece ser produtivo en galego o aditamento de *r* segundo se desprende da seguinte afirmación: “a

do XX, temos máis un testemuño dun traballo moderno en que se recupera tanto a entrada como o significado orixinal atribuído por Rodríguez; tal acontece no dicionario de Alonso Estravís (1986, I: 237, *s.v.*), en que se ofrece a seguinte definición: “**Aquestar**, v. tr. Aquelar, indicando meirande proximidade”. Aínda, dispomos doutras fontes de información relativas ao século XIX e mesmo ao XX para este arcaísmo lexical no espazo galego-portugués: nas Beira, concretamente en Castelo Rodrigo, Vasconcellos (1985: 256, *s.v.*) localizou nos albores do XX o verbo *aquestar*, que, en consonancia con seccións precedentes, “parece relacionar-se com o português arcaico *aquesta*, que significa *acontecimento, caso*”<sup>17</sup>.

### 3.2. Aquelar

Desde o dem. de T3 mais a adxunción do sufixo *-ar* xerouse o común *aquelar*<sup>18</sup>, de amplo respaldo na lingua moderna. Como acontecía co caso de *aquesta* e *aquel* ou *aquela*, o chamativo non é tanto a súa formación como o facto de se habilitar dito pronome cando, por volta do século XVIII e durante unha boa parte do seguinte se asinou definitivamente o seu desaparecemento. Sexa como for, o certo é que os tratados lexicográficos máis representativos da nosa lingua, desde a obra de Rodríguez até os últimos contributos modernos da década de 90, teñen recollido este vocábulo reparando nas súas multivalentes posibilidades de uso. Por súa vez, é frecuentemente utilizado na nosa literatura

---

epéntese desta consoante afecta a un número grande de palabras, especialmente no contexto *st* + vocal: *estrela, estropallo, estralar, estraloque, mastro, congostra...* [...]” (ILG / RAG 1996: 75). O problema que se deriva a partir de *aquestar*, ao noso ver, é podermos proporcionar unha explicación coherente que harmonice, por un lado, o paso de *aquestar* > *aquestar* mediante o acrecentamento de *r* cando *aquestar* era xa unha forma absolutamente marxinal na lingua contemporánea e, por outro, cando o recurso aínda permanece vivo na actualidade (repárese na adaptación popular do españolismo *hasta* en *\*astra*). Alén disto, hai que notar que a historia da lingua ten operado en ocasións no sentido contrario, ou sexa, a promocionar e a canonizar quedas da mesma consoante: *arado, padrasto, madраста*, etc.

<sup>17</sup> Non podemos descartar, en relación á vixencia actual de *aquestar*, que en zonas máis ou menos arcaizantes onde se mantivo o demostrativo reforzado de T1 se rexisten outros casos de utilización deste verbo, embora non pareza ser moi discutíbel a termos en conta o absolutamente residuais que son tais formas no espazo lingüístico galego-portugués.

<sup>18</sup> É necesario apuntarmos a forma *aqueliñar*, cuxa xénese ben pode deberse á adxunción ao verbo *aquelar* do sufixo deverbal ou desubstantival *-iñar*, rendíbel en expresivos resultados como *cuspir* > *cuspiñar, chuvia* > *chuviñar*, etc. (Freixeiro Mato 1999: 233). Por outra banda, non nos ofrecendo demasiadas dúbidas a respecto do nivel de linguaxe en que se podería documentar, isto é, nos rexistros populares, só coñecemos a súa documentación por parte de Franco Grande (1975: 106, *s.v.*) e, modernamente, por Alonso Estravís (1986, I: 236, *s.v.*), circunstancia que nos obriga a contemplarmos este verbo cunha certa dose de cautela no que á súa vitalidade moderna se refere. Non rexeitamos, portanto, que, máis do que unha certa sistematización e regularidade de uso como presentan *aquelar*, haxa que pensar nunha aparición esporádica, unicamente rendíbel se explicada a partir dos recursos expresivos que posúe o galego e que foi tida en conta por estes lexicógrafos a lle atribuíren unha produtividade actual, moi seguramente, acentuada de máis.

contemporánea, cuxa constatación decorre en paralelo á case nula, exceptuándose os versos de Leiras Pulpeiro, atestación de *aquestar*. Dentro das mostras que poderíamos expor ao respeito, tórnase preciso clarificarmos que unha boa parte delas obedece aos usos do participio adxectivizado *aquelado*, que até foi introducido nalgúns dicionarios como entrada durante o XIX e o XX, conforme se encontra no de Valladares Núñez (1884: 35, *s.v.*) ou no da RAG (1913-1928: 207, *s.v.*): *Cále, si quer, co-esa hestoria. / Non se me poña aque-lado* (Pérez Ballesteros, FO 130).

No portugués, malia *aqueelar* ser descoñecido na súa variedade padrón, aparece en áreas dialectais, especialmente as máis próximas da Galiza. Así o considerou Vasconcellos nas primeiras décadas do século XX cando o rexista en Ponte de Lima (1928: 62, *s.v.*), para, un bocado máis adiante, anotar que este “verbo usa-se também no Norte de Trás-os-Montes”; os usos que lle asigna redúcese ao seu emprego “tôdas as vezes que falta o termo próprio”. No entanto, non foi este autor o único en o documentar, mais tamén figura como entrada nalgún dicionario moderno lusitano, cal, por exemplo, o de Simões (*s.d.*: 31, *s.v. aqueelar*), en que se lle conceden os valores de “arranjar, fazer, atinar com”. Sequeira (1958: 142), por súa vez, apunta a súa rendíbel utilización na provincia do Baixo-Minho, mesmo a indicar que é empregado polo escritor Hugo Rocha.

### 3.3. *Aqueloutrar*

A partir do pron. dem. composto *aqueloutro*, logo da adxunción do sufixo xerador de verbos *-ar*, xurdiu a palabra de que imos falar a seguir. Este resultado presenta algúns dos valores de imprecisión de *aqueelar*, de modo que é intercambiábel con este nun grande número de ocasións e até hai dicionarios que a inclúen como unha súa variante, quizá máis expresiva, mais con similares contextos de utilización; así as cousas, desde as primeiras obras destas características que se fixeron para o galego (como Cuveiro Piñol 1876: 25, *s.v.*), até os últimos contributos (por exemplo Navaza Blanco / Lastra Muruais 1994: 74, *s.v.*), lévase insistido na proximidade semántica de ambas as entradas, en ocasións facendo os autores uso dun sistema de cruzamentos, ás veces a proporcionaren valores e matices comúns para os dous verbos. Os galego soubo aproveitar este recurso lexical, como se observa nos exemplos que seguen, o primeiro procedente de Leiras Pulpeiro e o segundo tirado dunha escolma de narracións populares: *ando eu, por tralas silveiras, / aqueloutrada, acorando!* (Leiras Pulpeiro, OC 194); *Non te aqueloutres por eso, home* (ESC 212); etc.

*Aqueloutrar*, que, como as entradas verbais comentadas anteriormente, é máis doadamente detectábel en niveis coloquiais e populares de lingua ou en textos que en maior ou menor grao se aproximen destes, non pode considerarse por si só, mais posto en relación coa vitalidade do pron. *aqueloutro*. Do

mesmo modo que coidamos que sería difícil facer un uso regular de *aquestar* tendo desaparecido *aqueste*, achamos que a utilización de *aqueloutrar* está intimamente relacionada coa súa orixe, isto é, co pronome. O caso do portugués pode ser tido en conta aquí para ilustrarmos as nosas impresións, xa que nesta lingua *aqueloutro* ficou limitado aos linguaxares dialectais, comunmente denominados “rústicos” ou “do povo”, que, ao levaren esta marca, non podían ser considerados polos gramáticos e figurar entre as recomendacións que establece a variedade padrón; en consecuencia, non se torna difícil de acreditar-mos en que o progresivo o caso do demostrativo composto de T3 na outra ribeira miñota coadxuvou determinantemente no desaparecemento do verbo correspondente. Convirá lembrar neste sentido que *aquela*, substantivo de imprecisión, e *aquelar*, segundo o visto máis arriba, son hoxe formas residuais na linguaxe corrente lusitana, mais que existe, contodo, un pron. referencial de deíxe de T3 *aquela* nos paradigmas pronominais do estándar, e que *aqueloutro*, polo contrario, non se localiza senón lateralmente en portugués. Precisamente nesta linguaxe secundarizada é onde achou Vasconcellos (1928: 472, s.v.) o verbo *aqueloutrar*, concretamente na localidade setentrional de Arcos de Valdevez, vocábulo que, segundo as súas deducións, corresponde a “aque-lar, arranjar, compôr”.

#### 4. Formacións adverbiais e conxuntivas

Nos dous apartados anteriores fixemos referencia á formación de substantivos e de verbos tomando como elemento protagonista o sistema de demostrativos galego, como, aliás, puidemos tamén verificar que os resultados pertencían á componente lexical da lingua e que son utilizados en vez doutras palabras. Neste a que agora damos principio imos comprobar, por un lado, que as posibilidades criacionais deses pronomes deícticos non se limitan a produciren esas dúas tipoloxías de palabras, mais igualmente adverbios e locucións, e que, por tal motivo, serven como máis un outro mecanismo de acrecentamento a determinados paradigmas de elementos gramaticais. Algunhas das criacións resultantes teñen xa unha longa historia na lingua e cómpre retrotraír a súa orixe ao galego-portugués medieval, ao paso que outras, contrastivamente, parecen ter aparecido no tránsito da lingua antiga á contemporánea, en que non todas se caracterizan pola mesma frecuencia de aparecemento.

##### 4.1. *Daquela*

Desde a prep. *de* + o pron. *aquela* xerouse esta forma, que presenta dous valores principais: o primeiro consiste en ser equivalente a un adverbio de tempo,

tipo *entón*, ou a unha fórmula que funcione como tal, como “naquela época”, “na altura”, etc; nótese que nunha boa parte das expresións equivalentes voltamos a achar frecuentemente un demostrativo de T3 (*naqueles tempos, naquelas datas, por aquel tempo*, etc.): *Non toleo, cando / non toleei d’aquela!* (Lamas Carvajal, SG 43); *Que s’este Adán, d’aquela / Consiteuch’o qu’os homes non consinten* (García Acuña, OR 36); etc.

Noutras ocasións, no canto de se comportar como un elemento adverbial de lugar, desempeña funcións de conxunción consecutiva<sup>19</sup>, e apresenta, deste modo, uns valores que fican moi perto dos das formas “pois”, “entón” con significado consecutivo<sup>20</sup>, “portanto”, etc.: *O vello Lisuarte, d’aquela, matinou o modo de facer seu herdeiro a Tintagil* (Risco, B 42)

Porén, á marxe de se desenvolve funcións de adverbio ou de se corresponde a unha conxunción consecutiva, tórnase preciso tratarmos máis unha cuestión a respecto de *daquela*, cal é o verniz hipergaleguizador que algúns escritores do século XX lle aplicaron. Ao longo desta centuria, as formas dialectais con vogal tónica hipercharacterizada no masculino (*iste, ise e aquil*) foron espallándose polos textos literarios, arrastando os femininos *ista, isa e aquila*; por anaxloxía, algúns autores igualaron a partícula *daquela* a facérena coresponder con semellante regularización e a transformárena, en consecuencia, nunha inexistente forma *daquila*, rexistada nomeadamente na literatura da segunda metade do século XX embora dun modo esporádico<sup>21</sup>:

Canto ao uso de *daquela* na lingua actual, parécenos pertinente facermos un breve comentario. Con efecto, é tan común que mesmo algunhas persoas, cando falan español ou pretenden expresarse neste idioma con diferentes graus de suceso, se apropiarian del como se máis dunha forma do castelán se tratase. Neste sentido, paga a pena citarmos o comentario de Porto Dapena (1977: 164, nota 21) ao afirmar que no galego de Ferrolterra “algunos, hablando castellano, dicen *de aquella* en lugar de *entonces*”.

<sup>19</sup> Afirma ao respecto Carballo Calero (1979: 303): “*Daquela* ‘entonces’ ya se siente hoy como una palabra de tipo adverbial. De la idea de sucesión temporal se pasa a la de causalidad, y así *daquela*, como ‘entonces’, puede convertirse en locución consecutiva”.

<sup>20</sup> É de salientarmos o paralelismo sintáctico e semántico existente entre *entón* e *daquela*, xa que ambos poden comportarse quer como adverbios de tempo, quer como conxuncións de valor consecutivo, sendo intercambiábeis nos dous casos. Contodo, afástanse no momento de se substantivaren, xa que non se pode empregar \**aquela daquela* e si, en confronto, *aquel entón*.

<sup>21</sup> Así se detecta en textos de Ánxel Fole ou Ramon Otero Pedrayo, como os expostos a seguir: *Eu tiña os peitos agromados e meu alento recendía a todas as froles do ermo... Daquila o señorito de Quintairo era un deus* (Otero Pedrayo, FT 172); *Era eu daquila un rillote* (Fole, TB 121); etc. E ao falarmos de variantes, por outro lado, temos de comentar a forma *daquelas*, con -s adverbial (véxase Ferreiro 1999: 252), documentada nalgúns puntos do centro da Galiza (ILG 1995: 366-367, 404-405): *botamos tres viaxes anter de salir o sol, derde onde se deixaban os carros, que daquelas eran carros* (adaptado de Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 133).

#### 4.2. Adesora

A construción *adesora* (< *adessora*), proveniente de AD + IPSA + HORA (Ferreiro 2001: 267), apresenta un caso singular de modificación semántica, xa que desde os valores medievais de “de súbito”, “repentinamente”, etc., se pasou a “a hora inoportuna”, “a hora tardía”, etc. O exemplo seguinte así o verifica: *en este ano sobredito uño a desora et sem sospeyta hũa grãde oste de mouros* (CGC 29); etc. Porén, como asinala Ferreiro (2001: 267), a interpretación de *des-* como un prefixo de negación provocou que desde a forma medieval se reinterpretase esta como a locución *a deshora*, isto é, partindo do nexo prepositivo *a + des + hora* e asignando os novos valores antes citados. Algúns dicionarios e vocabularios do século XX, por súa vez, ofrecendo significados derivados da súa reinterpretación, conférenlle o sentido orixinario, tal como fan RAG (1913-1928: 56, *s.v.*), IF (1933: 225, *s.v. repente*) ou Franco Grande (1975: 377 *s.v. dehora*). Sexa como for, o sentido maioritario que posuí na actualidade non é o tradicional, mais o novo, e con esta significación se atesta nas obras literarias contemporáneas: *¿Onde irá tan á deshora, / N'un-ha noite tan escura?* (Rosalía, FN 106).

#### 4.3. Arestora

Co significado de “neste momento”, “agora”, “no presente”, etc., existe no galego moderno a formación *arestora*, xurdida, seguíndomos Ferreiro (1999: 356), desde a prep. *a* + o pron. *esta* + o subs. *hora* “con cruzamento con *ora* e *agora*” Máis unha vez, a literatura contemporánea reflectiu o adverbio de que falamos, moi frecuentemente coa súa variante máis popular *arastora*<sup>22</sup>, aparecida a partir da oscilación tímbrica da vogal pretónica: *Por eso, com'arastora. / Veu moitas veces d'husmada* (Curros, AMT 41).

#### 4.4. Emporiso

Finalmente, achámonos neste caso perante un outro composto gramatical, dado que todos os seus componentes son elementos non lexicais. Deste modo, a conxunción resulta da unión da prep. *en* + prep. *por* + pron. *iso*. A súa rendibilidade é maior na linguaxe literaria, onde, dito sexa de paso, tampouco se documenta con frecuencia: *Eu tamén digo, emporeso, / que á paso de can, lixeiros, / progesamos con esceso* (Eladio Rodríguez, FOL 83); etc. Repárese que a fórmula conxuntiva resultante é de carácter adversativo, cuns valores moi próximos, subsecuentemente, a “aínda que”, “porén”, “no entanto”, etc<sup>23</sup>:

<sup>22</sup> Convén notarmos, por outro lado, a forma *nestora*, documentada nalgunhas obras de Ramón Otero Pedrayo, en que posuí valores moi próximos de *arestora*: *Nestora miro a praza dos Vosgos, péchome cedo pra gardar a lus violeta das seráns inocentes* (Otero Pedrayo, FT 169); *¡Atinaches nestora! Vouno rexistrar* (Otero Pedrayo, FT 182); etc.

<sup>23</sup> Repárese, contodo, nas seguintes palabras de Vasconcellos (1928: 334) referidas ao portugués dia-

## 5. Conclusións

Os demostrativos, sendo elementos gramaticais, posibilitaron o aparecemento de novas palabras. É pertinente distinguir aquí unha modalidade de formas que máis teñen a ver co léxico do que coas categorías morfolóxicas da lingua, como é o caso de substantivacións como *aqueste*, *aquel*, *aquela* ou *aqueloutriño*, etc., e un outro tipo que deu en xerar elementos de índole paradigmática, cal *emporiso*, *daquela* como conxunción e como adverbio, etc. Non debemos perder de vista que o inventario dos demostrativos compostos (*estoutro*, *esoutro* e *aqueloutro*) xa constitui de por si un mecanismo de creación de palabras, en que ten operado o procedemento da composición. Mais este recurso non é o único, xa que podemos encontrar outras posibilidades, como a transcategorización funcional (*aquel* / *aquela*, pron. → subs.), a derivación por sufixación (*aquel* → *aquelar*, *aquelñar*), etc. En moitos destes casos chama a atención a preferencia por T3 para dar orixe a novas palabras, aínda que non sexa exclusiva a termos en conta o hoxe desusado *aqueste* ou aínda a conxunción *emporiso*. Outrosí, algúns dos resultados son máis propios da lingua popular e coloquial do que da culta, cal é o caso do subs. de indeterminación *aquel*, ao paso que outros parecen máis típicos da linguaxe literaria, que posibelmente os tomaría da oralidade espontánea, como o xa citado *emporiso*; e hainos, finalmente, que pertencen ás dúas modalidades de expresión, nas cais posúen un bon testemuño canto a frecuencia e a uso se refere, como *daquela*.

Finalmente, non podemos deixar de apuntar que en moitos dos exemplos de creación de palabras por composición aparece o substantivo *hora*. Isto ten a súa particular relevancia de repararmos no facto de que xa se retrotrai á época protorromance a súa recorrencia como elemento formativo de novos elementos, como se comproba co adverbio *agora*, o que semella corroborar a súa rendibilidade xa antiga neste tipo de solucións romances: pensemos, pois, en resultados sistemáticos, como *adesora*, *outrora*, *arestora*, ou en casos máis minorarios, cal *nestora*, en que se acha o antecitado substantivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

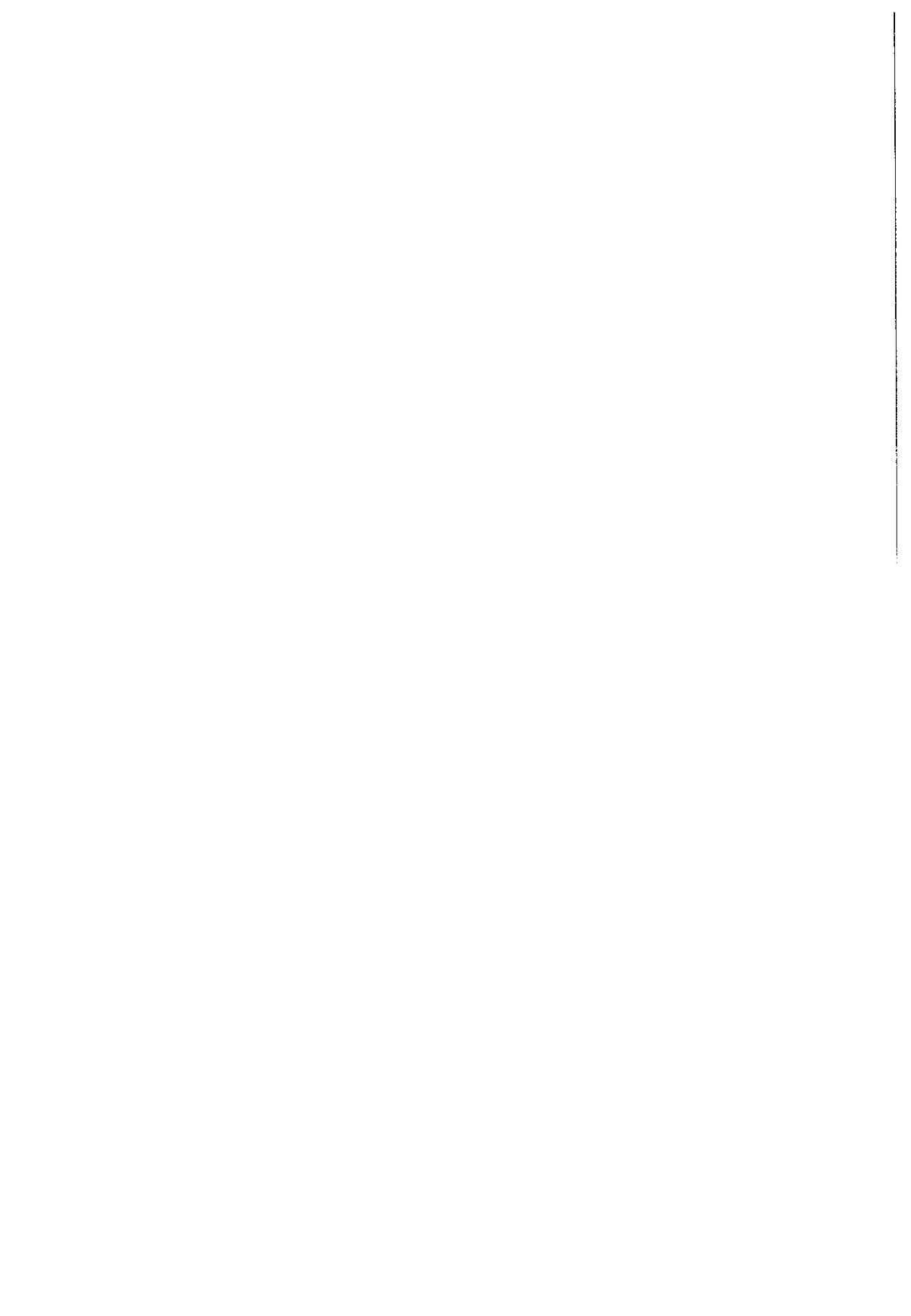
- ALONSO ESTRAVÍS, I. (dir.), 1986, *Dicionário da língua galega*, 3 vols., Madrid, Alhena.  
 ÁLVAREZ, R. / Regueira, X. L. / Monteagudo, H., 1993<sup>4</sup>, *Gramática galega*, Vigo, Galaxia.

---

lectal e popular das provincias setentrionais: "Ouvi uma vez em S. Gregório esta frase: 'Aquele guarda [...] é mau, em por isso, ainda que o levara o Demo, pouco se perdia'. O sentido é de 'por isso'; mais como *emporeso* em galego corresponde a *empero* em castelhano, no sentido de 'sem embargo', talvez ali *em por isso* tenha a significação do *ainda que*, que se lhe juntou, e que será pleonástico, isto é, sinónimo. A locução será pois: *em por isso ainda que* (sem vírgula)".

- CARBALLEIRA ANLLO, X. M. (coord.), 2000, *Gran diccionario Xerais da Lingua*, Vigo, Xerais.
- CARBALLO CALERO, R., 1979<sup>7</sup>, *Gramática elemental del gallego común*, Vigo, Galaxia.
- CARRÉ ALVARELLOS, L., 1928, *Diccionario galego-castelán*, 2 vols., A Cruña, Edicións Lar.
- CASTELO BRANCO, FA = Castelo banco, C., 1977 (1ª ed.: 1856), *A Filha do Arcediago*, Sintra, Livros de Bolso Europa-América.
- CGC = LORENZO, R. (ed.), 1975, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario*. Vol. I. *Introducción, texto anotado e índice onomástico*, Ourense, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo".
- CPG = PÉREZ BALLESTEROS, J. (ed.), 1979 (1ª ed.: 1885-1886), *Cancionero popular gallego*, 3 vols., Madrid, Akal.
- ESC = BLANCO, D. (ed.), 1996, *A Nosa Literatura*. Vol. 8. *Escolma de literatura popular galega*, Vigo, A Nosa Terra.
- FARIA, E. de., 1849, *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*. 2 vols., Lisboa, Typographia Lisbonense.
- FERNÁNDEZ REI, F. / Hermida Gulías, C. (eds.), 1996, *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*, Santiago, Consello da Cultura Galega.
- FERNÁNDEZ VIOR, J. A., 1997, *El habla de Vegadeo (A Veiga y su concejo)*, Uviéu, Academia de la Llingua Asturiana.
- FERREIRO, M., 1999<sup>4</sup>, *Gramática histórica galega*. Vol. I. *Fonética e morfosintaxe*, Santiago, Laiovento.
- FERREIRO, M., 2001<sup>2</sup>, *Gramática histórica galega*. Vol. II. *Lexicoloxía*, Santiago, Laiovento
- FOLE, TB = Fole, A., 1997<sup>4</sup>, *Terra brava*, Vigo, Galaxia.
- FRANCO GRANDE, X. L., 1975<sup>2</sup>, *Diccionario galego-castelán*, Vigo, Galaxia.
- FREIXEIRO MATO, X. R., 1998<sup>3</sup>, *Lingua galega: normalidade e conflito*, Santiago, Laiovento.
- FREIXEIRO MATO, X. R., 1999, *Gramática da lingua galega*. Vol. III. *Semántica*, Vigo, A Nosa Terra.
- FREIXEIRO MATO, X. R., 2000, *Gramática da lingua galega*. Vol. II. *Morfosintaxe*, Vigo, A Nosa Terra.
- HERMIDA, C., 1992, *Os precursores da normalización. Defensa e reivindicación da lingua galega no Rexurdimento (1840-1891)*, Vigo, Xerais.
- ILG / RAG [Instituto da Lingua Galega / Real Academia Galega], 1996<sup>15</sup>, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, A Coruña, ILG / RAG.
- ILG [Instituto da Lingua Galega], 1995, *Atlas lingüístico galego*. Vol. II. *Morfoloxía non verbal*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LEIRAS PULPEIRO, OC = Alonso Montero, X. (ed.), 1983, *Manuel Leiras Pulpeiro, Obras completas*, Santiago, Sálvora.
- MACHADO FILHO, A. da Mata, 1957, "Uso e abuso da expressão 'o mesmo'", in *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula. Em Comemoração do Centenário de Rui Barrosa*. Vol. II, pp. 245-257, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- MARIÑO PAZ, R., 1998, *Historia da lingua galega*, Santiago, Sotelo Blanco.
- MARIÑO PAZ, R., 2000, "As liñas en galego do *Theatro Moral y Político de la Noble Academia Compostelana (1731)* de Pablo Mendoza de los Ríos", in *Revista Galega de Filoloxía*, 1, pp. 35-65.
- MONTEAGUDO, H., 1999, *Historia social da lingua galega*, Vigo, Galaxia.
- NAVAZA BLANCO, G. / Lastra Muruais, X. (coords.), 1994, *Diccionario Xerais da Lingua*, Vigo, Xerais.

- OTERO PEDRAYO, FT = Sánchez Rei, X. M. (ed.), 1999, *O fidalgo e o teatro. Tres textos dramáticos de Ramón Otero Perayo*, A Coruña, Biblioteca-Arquivo Teatral “Francisco Pilado Mayor” / Departamento de Filoloxías Francesa e Galego-Portuguesa da Universidade da Coruña.
- PENSADO TOMÉ, J. L., 1965, *Estudios etimológicos galaico-portugueses*, Salamanca, Unversidad de Salamanca.
- PENSADO, J. L., 1976, *Contribución a la crítica de la lexicografía gallega. I. El Diccionario Gallego-Castellano de F. J. Rodríguez y su repercusión en la lexicografía gallega*, Salamanca, Universidad de Salamanca.
- PÉREZ BALLESTEROS, FO = Pérez Ballesteros, J., 1888, *Foguetes*, A Cruña, Andrés Martínez, Editor.
- PORTO DAPENA, J. A., 1977, *El gallego hablado en la comarca ferrolana*, in Anexo 21 de *Verba*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- RAG [Real Academia Galega], 1913-1928, *Diccionario gallego-castellano*, A Coruña, RAG.
- RISCO, B = Risco, V., 1928, *O bufón d’el-Rei*, A Coruña, Edicións Nós.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, FOL = Rodríguez González, E., 2001 (1ª ed.: 1894), *Folerpas. Poesías Gallegas*, Vigo, Galaxia.
- RODRÍGUEZ, F. J., 1863, *Diccionario gallego-castellano*, A Coruña, Imprenta del Hospicio Provincial.
- ROSALÍA, CG = Pociña, A. / López, A. (eds.), 1993 (1ª ed.: 1863), *Rosalía de Castro, Poesía galega completa. I. Cantares gallegos*, Santiago, Sotelo Blanco.
- SEI = Freixeiro Mato, X. R. (ed.), 1996, *A Nosa Literatura. Vol. 7. Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía*, Vigo, A Nosa Terra.
- SEQUEIRA, F. J. Martins, 1958, *Apontamentos acerca do falar do Baixo-Minho*, Lisboa, Edição da *Revista de Portugal*.
- VALLADARES NÚÑEZ, M., 1884, *Diccionario gallego-castellano*, Santiago, Imprenta del Seminario Conciliar Central.
- VASCONCELLOS, J. Leite de, 1928, *Opúsculos. Vol. II. Dialectologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra.



# SOBRE AS PERÍFRASES VERBAIS EN GALEGO (DO SÉCULO XIX À ACTUALIDADE) \*

Xosé Ramón Freixeiro Mato  
Universidade da Coruña

## 1. Introducción

Existen na lingua construcións compostas por un verbo en forma finita e outro en forma non finita (infinitivo, xerundio ou participio) que dan orixe a complexos verbais con dous verbos como base. Uns conservan a súa propia significación diferenciada e outros teñen unha significación conxunta; neste segundo caso é cando falamos de perífrase verbal (PV)<sup>1</sup>. Esta diferenza entre PV e complexo verbal non perifrástico garda certo paralelismo coa que se dá entre palabra composta e sintagma libre: *augardente* non significa “auga” + “ardente” como no caso de *auga quente*; así, Barroso (1994: 58) afirma que o significado funcional (gramatical) dunha PV “não deriva da soma dos significados de cada um, tomados individualmente, mas da conjunção dos dois, globalmente considerados”, de forma que a PV “compara-se ao ‘sintagma fixo’, porque significa um conceito simples, e ao ‘sintagma livre’, visto que apresenta em comum a sua natureza morfo-sintáctica evidenciada na autonomia morfológica dos seus termos”.

A significación conxunta conséguese através da gramaticalización do primeiro elemento da PV, que se afasta do significado que ten como verbo inde-

---

\* Este traballo realizouse no marco do proxecto de investigación *A formación da lingua literaria galega no século XIX* subsidiado pola Secretaría Xeral de Investigación e Desenvolvemento da Xunta de Galiza.

<sup>1</sup> Para unha revisión da terminoloxía utilizada (*voz* en Lenz ou Carballo Calero, *frase verbal* en Seco, Gili Gaya, Barrenechea ou Manacorda), véxase Rojo (1974: 26-27), quen considera que a denominación que mellor se axusta ao fenómeno é a de “perífrase verbal”, xa consolidada nos estudos lingüísticos galegos (Santamarina 1974: 139, Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 404, Costa / González / Morán / Rábade 1988: 222); por outra parte, no ámbito luso-brasileiro Vázquez Cuesta / Mendes da Luz (1971, II: 86, 213) falan de “conjugación perifrástica” e “formas perifrásticas”, Matoso Câmara (1989: 143) de “conjugações compostas, ou perifrásticas” e Barroso (1994: 55) de “perífrases verbais”.

pendente para se integrar nas características semánticas do conxunto tras un proceso de debilitamento e perda do significado propio até se converter nun índice gramatical, como explica Rojo (1974: 28), quen precisa que dentro dos usos considerados auxiliares existe unha gradación relacionada coas características semánticas da forma auxiliada, de modo que “entre *botar a rolar*, *botar a andar* y *botar a chorar*, por exemplo, parece evidente que, en el primer caso, el auxiliar conserva su contenido semántico propio en mayor medida que en el tercero”. É a existencia dese proceso de gramaticalización o que fai posible a adquisición dun valor conxunto para toda a construción perifrástica. Mais, para alén da unidade semántica, as PVs diferéncianse do resto dos complexos verbais por apresentaren un comportamento sintáctico unitario, que se manifesta na adopción dunha estrutura de verbo en forma persoal + infinitivo, xerundio ou participio e nun funcionamento en bloque perante a transformación interrogativa e pasiva. O complexo verbal ten significación disxunta, as transformacións pasiva e interrogativa actúan unicamente sobre un dos membros que o integran e non aparece necesariamente unha forma infinita como segundo elemento.

Se os complexos verbais son en xeral fenómenos sintácticos que no caso das PVs se converten nun recurso morfolóxico máis ou menos fixado segundo as construcións, isto lévanos a considerar o verbo auxiliar como máis un morfema pertencente á clase dos verbos con capacidade de expresión modo-temporal e número-persoal. Neste sentido, as PVs son recursos morfolóxicos que, aínda non totalmente integrados no sistema conxugacional, ocupan unha posición moi próxima das formas do paradigma verbal e posibilitan a expresión das modificacións da idea central que non poden ser conseguidas mediante a conxugación verbal en sentido estrito; isto é, as PVs amplían as posibilidades de matización do lexema verbal que non achan expresión dentro do marco conxugacional. Desta forma, o sistema perifrástico é unha especie de paraconxugación que serve para expresar unha serie de valores que non poden ser cumpridamente resaltados por procedimentos conxugativos, enchendo así un baleiro existente na conxugación, segundo puxeron en relevo tanto Rojo (1974: 68) como Santamarina (1974: 139).

As PVs, como unha clase especial dos complexos verbais, son secuencias constituídas por dúas formas verbais, unha como verbo auxiliar en forma finita e outra como verbo auxiliado en infinitivo, xerundio ou participio, que se achan en tal relación de interdependencia que constitúen unha unidade de carácter sintáctico e semántico. Costa / González / Morán / Rábade (1988: 222), porén, restrinxen dunha maneira talvez non suficientemente matizada o catálogo das PVs ao excluíren os casos de *andar*, *estar* e *levar a + infinitivo* ou *xerundio*, *acabar* ou *rematar de + infinitivo* e *tornar*, *voltar* ou *volver a + infinitivo* polo feito de o segundo constituínte poder ser substituído por un subs-

tantivo (*anda a berrar = anda aos berros, acaba de traballar = acaba o traballo, volve a traballar = volve ao traballo*). A idea préstase a algunhas confusións: *Anda a falar mal de ti* (que non consideran PV)= \**Anda á fala negativa de ti* (?) / *Botouse a rir* (que consideran PV) = *Boutouse ao riso* (?) ou *Deu en beber* (PV) = *Deuse á bebida, Deu na bebida* (?). O decisivo semella ser esa unidade sintáctico-semántica, co conseguente proceso, máis ou menos avanzado, de gramaticalización do verbo auxiliar: *Xoán andou a falar mal de ti os sete meses que estivo encamado*. Este criterio de comportamento sintáctico unitario e significación conxunta é o que define as PVs fronte a outras secuencias verbais, por riba mesmo dos constituíntes morfolóxicos.

O sistema verbal galego caracterízase por posuír un reducido número de formas conxugacionais, feito que concede maior importancia ao seu variado e rico sistema perifrástico, xa moi presente na lingua desde a época medieval, como afirma Oro (1991), quen inicia o estudo da documentación correspondente ao convento de Santo Domingos de Viveiro nos dous últimos séculos da Idade Media chamando a atención para a importancia das PVs.

Segundo o criterio significativo, isto é, de acordo co valor verbal expresado (aspecto, temporalidade ou modalidade da acción), as PVs clasifícanse en temporais, aspectuais e modais; por súa vez, as aspectuais poden ser incoativas, imperfectivas, perfectivas, reiterativas e terminativas; e as modais, obrigativas e hipotéticas. Existe a posibilidade de acumulación de auxiliares, con incidencia duns sobre outros, para constituíren PVs complexas en que se amalgaman dous ou os tres valores indicados, sempre suxeitos á orde seguinte: temporal + modal + aspectual<sup>2</sup> (*Vas ter que te pór a traballar*): *E non hay que poñerse a renegarse* (AGG 51). A seguir, farase un repaso polos principais tipos de PVs de acordo con esta clasificación semántica, na procura de certas particularidades, algunhas producidas por interferencia castelá, presentes xa nos textos literarios decimonónicos.

## 2. Consideracións a respeito das perífrases temporais

Todas as PVs temporais existentes en galego indican posterioridade a respecto dun determinado punto de orixe. A expresión da futuridade foi evo-

<sup>2</sup> A tal acumulación de auxiliares Rojo (1974: 72-74) chámalle *sobreauxiliación* e aos tres valores citados engade en último lugar o diatético, por considerar a existencia de PVs pasivas: *Ha ter que volver a ser feito* (temporal + modal + aspectual + diatético). Sobre a complexidade da caracterización da auxiliaridade e da delimitación dos auxiliares, véxase Rojo (1974: 27-54). Santamarina (1974: 139), pola súa parte, afirma que os verbos auxiliares poden ser permanentemente auxiliares (*haber, ser, estar*) ou baleirárense ocasionalmente do seu significado habitual para se converteren “en un mero utensilio gramatical”. Véxanse tamén os criterios de delimitación dos auxiliares en Barroso (1994: 61-65). É de interese para o concepto de verbo auxiliar e de locución verbal E. Pontes (1973).

luíndo desde o latín clásico (véxase Rojo 1974: 75-78), mais debemos ter en conta que o futuro sintético galego xa é resultado da evolución romance dunha PV latina (*amare habeo, amare habes*), logo evoluída a unha forma novamente sintética (*amarei, amarás*) con perda do matiz obrigatorivo inicial (Ferreiro 1999: 301), o que deu pé para novas formacións perifrásticas en que este e outros matices fosen recuperados e con eles se fixese novamente patente a intencionalidade do falante con relación á acción, a se repetir así o proceso levado a cabo anteriormente no latín. Estas PVs de futuridade no galego moderno teñen unha alta frecuencia de uso. Rojo (1974: 85-86), a se basear na análise dalgúns textos galegos modernos, tira en conclusión que o futuro sintético non é excesivamente utilizado (só na obra teatral de Castelao achou que a porcentaxe superaba lixeiramente o 50%), encanto que a PV *ir + infinitivo* posúe unha notábel frecuencia de uso e *haber (de) + infinitivo* aumenta a súa presenza na medida en que a lingua se aproxima máis da realidade falada e se fai menos literaria.

Vemos, pois, que os meios de expresión da categoría de futuro en galego, en sintonía co que acontece nas demais linguas romances, están en constante renovación, pois cando unha fórmula se desgasta semanticamente polo seu uso frecuente é substituída por outra con maior carga intencional. Neste sentido, actualmente o galego apresenta unha serie de PVs que poden indicar ben futuridade en xeral ou futuridade inmediata, sempre co infinitivo como forma auxiliada, pois é este, coa súa máxima tensión, o que ofrece unha perspectiva de realización futura (Alarcos 1984: 105). Entre as PVs que expresan futuridade en xeral está *ir + infinitivo*, que ten na actualidade maior frecuencia de uso do que o futuro, fundamentalmente na lingua falada (Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 405; Rojo 1974: 91) e indica maioritariamente intencionalidade (Santamarina 1974: 146); xa estaba moi presente nos textos decimonónicos: *vouille amostrear unhas gorriñas novas* (MA 38); *¡Vou morrer e non vén o meu ben!* (AMT 83). O galego distingue entre a perífrase temporal de futuridade *ir + infinitivo* e a perífrase aspectual imperfectiva *ir a + infinitivo* (*Ía ler / Ía a ler cando se produciu o accidente*), tal como acontece en portugués. Mais a interferencia do castelán fixo posíbel tamén a aparición dun *a* como elemento de relación no primeiro caso, tanto na lingua escrita anterior ao actual período de estandarización do idioma como na lingua falada; tal castelanismo estaba plenamente instalado na lingua do XIX, onde alterna coa construción autóctona: *A nora que vas a traguér [...]* / *o curato vas comer* (AC 116); *Con Técola vou facer / un casamento cagado* (AC 127); *Ti vas a ser un cornudo* (AC 129); *porque vai á ridimirse á Israel* (COM 74); o *Verbo Divino á naser vay / quedando sempre Virxen á sua nay* (COM 75).

Este uso de *a* como elemento de enlace é considerado como incorrecto e portanto non contemplado pola gramática (Álvarez / Regueira / Monteagudo

1986: 405, Costa / González / Morán / Rábade 1988: 227 e Freixeiro 2000: 439; tamén Hermida 1998: 622). Para Rojo (1974: 89, 91) o uso de *a* é un castellanismo salvo se os dous verbos van distanciados, caso en que considera “corriente la construcción con preposición”. Para Santamarina (1974: 147), aínda que o máis frecuente é que aparezan os dous verbos sen nexo prepositivo, podería “admitirse de todos modos, sin violencia, la preposición en algunos casos”. Porén, Valladares (1970: 108) xa indicaba a fins do XIX que ás veces se suprimía o *a* indebidamente en casos como *vóu ver quèn chama*, o que ratifica o avance do proceso de interferencia. Por outra parte, en portugués Vázquez Cuesta / Mendes da Luz (1971, II: 89) falan de *ir + infinitivo* con valor de futuro, mais engaden que con “el presente, imperfecto y futuro imperfecto del verbo *ir* y un infinitivo precedido de *a* o *para* se expresa una acción apenas iniciada”, pondo exemplos como *Já ia a ir-me embora quando a vi* e *Vou a sair quando ouço o telefone*. Ora ben, como norma xeral no sistema lingüístico galego-portugués a PV de futuridade con *ir* e infinitivo non leva preposición, debéndose considerar o seu uso no caso galego como un caso de interferencia do castelán.

Outra PV de futuridade moi habitual en galego e con grande frecuencia de uso nos textos do século XIX é *haber + infinitivo*. A variante desta mesma PV con *de* como elemento de enlace (*ha vir / ha de vir*) ten así mesmo grande frecuencia de uso e os seus mesmos valores (Rojo 1974: 96), pasando tamén da expresión de obrigatoriedade á de futuridade e a resultar igualmente difícil en ocasións diferenciarmos ambos: *¡Alma que te ha de cebar, / puta que te ha de parir!* (AC 119); *asmas de jardar como bo pastor* (COM 80); *¿Como m'hei d'ir si te quero? / ¿Como m'hei d'ir e deixarte?* (FN 29); *hei facer unha cancela* (CPG II, 166); nos exemplos que nos fornecen os textos decimonónicos semellan predominar os casos coa preposición de enlace: *Eu hei d'ir, eu hei de vir, / hei de vir, hei de tornar: / eu hei d'ir, eu hei de vir, / e d'unha t'hei de levar* (CPG III, 16); *-¿Qu'hei de ter? Deita eses nenos* (FN 187). Co verbo auxiliar en pretérito esta PV pasa a indicar acción que estivo a punto de se realizar no pasado, mais que non chegou a ocorrer: *pillache unh'enfermedá / que t'houbou levar á cova* (AMT 118).

Para a expresión de futuridade inmediata existe a PV *estar a / para + infinitivo*, que indica acción a punto de suceder: *Xâ estiven o outro dia / a decirlle o que lle quero* (AC 130).

### 3. Algunhas particularidades das principais perífrases aspectuais

De entre os meios de que o galego dispón para a expresión do aspecto, o

procedimento perifrástico é o que representa o máis alto grau de sistematicidade pola función instrumental desempeñada polo verbo auxiliar, capaz de simultanear as funcións gramaticais de tempo, modo, voz, persoa e número e de el propio funcionar como un morfema do paradigma verbal que modifica a acción expresada polo verbo conceptual a que vai unido. Barroso (1994: 55) entende o conxunto sintagmático *verbo auxiliar + verbo auxiliado*, con ou sen preposición de enlace, como “una unidade paradigmática que se opõe às respectivas formas simples que caracterizan a conjugación fundamental”; e acrescenta que a chamada conxugación perifrástica “veio suprir, de forma inequívoca, a deficiencia das formas verbais simples no tocante à expressão de certas modalidades (diatéticas, temporais, modais e sobretudo aspectuais) do verbo português, em particular, e do verbo românico, em geral, demonstrando também a tendência analítica, tão característica das línguas românicas, da flexão verbal, principalmente no que diz respeito à expressão da categoria aspecto”. As PVs aspectuais poden indicar aspecto incoativo, imperfectivo, perfectivo, reiterativo ou terminativo.

Entre as PVs incoativas débense incluír aquelas en que o verbo auxiliar posúe por si propio valor incoativo (*comezar, principiar, empezar a + infinitivo*) por a construción manter os criterios de unidade sintáctica e semántica, para alén de *botar(se) a + infinitivo, pórse (poñerse) a + infinitivo, dar en + infinitivo, tirar a + infinitivo* ou *romper a + infinitivo*, todas elas moi presentes nos textos decimonónicos: *¡inda empezo hoxe á pasar!* (CPG II, 168); *A probe da formiga botou a andar lixeira* (AMT 172); *puxose a chorar tamen os seus pecados* (COM 79); *e logo dou en medrar* (AC 129); *din en berrar: -¡Meus amigos!* (AMT 121); *rompo triste a suspirar / por cousas dun mal ausente* (QP 166); *-Eso si, meu compañeiro, tiremos a andar, andar* (CPG I, 92)<sup>3</sup>.

As PVs aspectuais imperfectivas teñen como forma auxiliada un xerundio, forma verbal xa caracterizada polo seu aspecto imperfectivo, ou a construción equivalente *a + infinitivo*, o infinitivo xerundial (Freixeiro 2000b), de procedencia dialectal mais xa incorporado con ese valor ao galego común: Fernández Rei (1991: 104), tras sinalar que a significación da PV con xerundio “é idéntica á que leva preposición *a* e infinitivo”, afirma que esta “ten unha xeografía compacta nos falares pontevedreses do bloque occidental, se ben non é

<sup>3</sup> Cita tamén Rojo (1974: 144) a construción *pasar a + infinitivo*, que só en contadas ocasións se pode converter en PV, con carácter incoativo: *ás carreiriñas me paso / a comer o pan do rei* (AC 121). Así mesmo, *brincar* en moi determinados casos tamén pode funcionar como auxiliar nunha PV incoativa: *Brimcou a correr canto puido* (Rojo 1974: 148-149). Un certo matiz incoativo semella existir tamén nas construcións *dispor de + infinitivo* (*Dispuxo de se levantar*) e *ordenar de + infinitivo* (*Ordenou de facer o almorzo*), mais talvez non implican necesariamente o inicio da acción como acontece coas PVs citadas: *xa que bebemos o viño, / ordenemos de pagar* (CPG I, 92).

exclusiva”. Rojo (1974: 102) fala do “valor durativo, prácticamente equivalente al del gerundio, que posee en parte de Galicia el sintagma *a + infinitivo*”. Como verbos auxiliares as PVs imperfectivas utilizan o verbo de estado *estar*, os verbos de movemento *andar*, *ir*, *vir* ou *levar*, o continuativo *continuar* (e *seguir*) e o atributivo *ser*, único que só forma PV con *a + infinitivo* e non co xerundio.

A PV imperfectiva máis habitual é *estar + xerundio / estar a + infinitivo*. Volpato / Pereira (1997) propoñen para estas a denominación de “construções progressivas”, coa existencia dun “presente do progressivo” (*está a comer / comendo*), dun “imperfecto do progressivo” (*estava a comer / comendo*), etc.; para estes autores “a localización temporal e a extensión durativa do progressivo devem-se à presença do verbo *estar*” (p. 343) e afirman tamén que “a diversidade na realización das construcións progressivas” no portugués europeu (*estar a + infinitivo*) e no portugués do Brasil (*estar + xerundio*) “sustenta un único valor semântico”, acabando por propoñer “que seja aferido ao progressivo un *status* de tempo verbal” (p. 345). Canto ao uso do xerundio ou do infinitivo xerundial, o galego está máis próximo da norma brasileira do que da portuguesa, se ben cada vez máis o uso do infinitivo preposicionado está a gañar prestixio na lingua culta (Freixeiro 2000: 961). Este último acentúa máis a imperfectividade da acción, como apontan Vázquez Cuesta / Mendes da Luz (1971, II: 88) e Rojo (1974: 105, 115), quen, tras coincidir coas autoras da gramática portuguesa en que *estar a + infinitivo* designa unha acción máis momentánea do que o presente de Indicativo e que ese é tamén en galego o valor máis frecuente de tal construción, afirma que con *a + infinitivo* “puede hablarse de un recargamiento de la imperfectividad frente a la más general construcción con gerundio”, sendo para el este o motivo de que apareza con tanta frecuencia na literatura, xuntamente co feito de esta construción non existir en castelán (p. 115); este mesmo autor cita exemplos literarios en que *estar a + infinitivo* expresa unha acción imperfectiva máis estendida no tempo. No século XIX a construción con xerundio como forma auxiliada era a dominante: *¿Que estás facendo rapáz?* (AC 115); *En si mismo estaba o que xa eral / ljosando na sua jrandeses infinita* (COM 63); *están parolando solos* (AMT 14); *qu’están fervendo n-o pote* (CPG II, 167).

A gramaticalización de *andar* como auxiliar en *andar + xerundio*, e portanto a consolidación da construción como perifrástica, xa estaba plenamente desenvolvida na época medieval, como demostran os seguintes exemplos (Rojo 1974: 107): *Citola oí andar-se queixando / de que lhi non davan sas quitaciones* (Afonso X); *Ca mais vos digo que non ha aqui rei nen conde que ja en al ande falando, nen posfaçando senon en esto* (Cronica Troiana); *et que anda nadando en çima da agoa* (General Estoria). No século XIX xa se achán

exemplos do uso da forma preposicionada, ao lado do xerundio: *que andou a ler muito tempo / e non entendeu a carta* (AGG 34); *O piollo e mail-a pulgal/landan n-o monte á cavar* (CPG II, 176); *a cinta d'o meu sombreiro / anda n-o mar á nadar* (CPG II, 243); *o cainzo anda gradando / co-as vacas n-a tua leira* (CPG II, 175). Frente á PV imperfectiva con *estar* como auxiliar, de carácter puramente durativo, *andar* implica unha maior actividade no suxeito e en consecuencia fai máis patente a impresión de duración activa (Carballo 1979: 314), apresentando tamén polo xeral unha maior prolongación temporal da acción, de carácter case iterativo.

Canto a *ir + xerundio / ir a + infinitivo*, apesar de dominar neste caso a construción con xerundio, é tamén posíbel nalgún caso con infinitivo xerundial (Costa / González / Morán / Rábade 1988: 227), diferenciándose da perífrase temporal pola presenza de *a* como elemento de enlace: *Sempre vai a ler no autobús*. Porén, Rojo (1974: 120) non recoñece a existencia da PV imperfectiva *ir a + infinitivo* e Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 410) non a citan ao lado de *ir + xerundio* como noutros casos. Tamén Maler (1972: 257), ao tratar do infinitivo xerundial en portugués, afirma que dos auxiliares *estar*, *andar*, *ir*, *vir* habería que descartar os dous últimos para a construción con *a + infinitivo*, “car on peut dire que la c. p. [conxugación perifrástica] formée avec ces verbes n’a pas changé de ses débuts jusqu’à nos jours, le ger. [xerundio] n’y ayant jamais, ou presque jamais, cédé le pas à l’i.g. [infinitivo xerundial]”; aínda así, en nota cita exemplos tirados da literatura como *Em que vais tu a pensar?* ou *Eu ia a cismar nisto*. De todas as formas non abundan exemplos literarios de *ir a + infinitivo*, e menos no XIX.

A PV *ser a + infinitivo*, singularizada fronte ás demais imperfectivas por nunca admitir a construción con xerundio e polo seu carácter resultativo, é bastante habitual na lingua falada en todo o territorio, apesar do seu menor uso literario; porén, mesmo na obra en castelán de Valle-Inclán se achan exemplos como *Y es siempre a conversar consigo mismo* ou *Eran a me preguntar por mis hijos*, que García de la Torre (1987: 401) intenta explicar “polo afán arcaizante de que dá amosas o escritor”. Xa achamos un exemplo nun vilancico de Nadal do século XVII: *que son tantos a bailare / que cheo vejo o portal* (Freixeiro 1996: 78). E no século XIX tamén se acha rexistrada: *Indo por Oseiro arriba / todos eran á mirar* (CPG II, 221); en Saco Arce (1868: 200) aparece citado e traducido o seguinte exemplo: “O pastor todo era á berrar, el pastor no hacía mas que gritar”.

Polo que respeita ás PVs aspectuais perfectivas, temos de distinguir, en primeiro lugar, entre formas conxugacionais que expresan aspecto perfectivo (*andou*, *andara*) e formas “paraconxugacionais” (PVs) que teñen como función exclusiva a expresión da perfectividade da acción, independentemente de

que sexa pasada, presente ou de que se vaia desenvolver no futuro. Ora ben, para que unha construción de verbo en forma conxugacional + participio constitúa verdadeiramente unha PV (isto é, para que forme unha unidade semántica e sintacticamente), o participio debe ficar inmovilizado en masculino singular, pois en caso de adquirir flexión de xénero e/ou número para concordar con outro elemento da cláusula (xeralmente o CD) tal unidade se rompería, para o participio, como máis un adxectivo, pasar a funcionar sintacticamente como un complemento predicativo: *Teño feito moitas tarefas / Teño feitas moitas tarefas*. Santamarina (1974: 153), tras manter que o participio non é máis do que un adxectivo atributivo semellante formal, funcional e semanticamente ao resto dos adxectivos, e totalmente diferente nisto dos infinitivos e xerundios, afirma que o valor do participio como adxectivo “es visible siempre a no ser en aquellos casos en que se ha inmovilizado por completo. Cuando esto sucede ya no podremos seguir considerándolo participio, sino que todo el sintagma, *aux. + part.*, es un tiempo compuesto de la conjugación. En rigor ésta es la única perífrasis que debíamos admitir”. Tamén di que cando o participio concorda co suxeito estamos perante frases verbais atributivas cuxo núcleo é *ser, estar, ir, seguir, andar, verse*, etc., idea sobre que insiste en páxinas sucesivas. Así mesmo, Álvarez / Monteagudo (1994: 17-18) sosteñen que non se debe confundir a PV *ter + participio* “coa construción non perifrástica en que o participio funciona como predicativo do complemento directo e mantén relacións de concordancia con el”.

As PVs perfectivas presentan a acción como un proceso finalizado. Por carecer o sistema verbal galego de tempos compostos que expresen a perfectividade, como acontece nas linguas romances próximas, a lingua xerou unha serie de PVs que cumpren tal finalidade. Deixando á parte o caso anecdótico de Mirás (COM 16-37), que segue disparatadamente o sistema de tempos compostos con *haber* propio do castelán, Saco (1868: 178-181) e LUGRÍS (1931: 97-98) falan de tempos compostos para se referiren, na realidade, ás PVs, aínda que tamén citan os tempos compostos con *haber* e *ter + participio* (Saco 1868: 88, 92; LUGRÍS 1931: 41, 97); este último afirma que se debe empregar o auxiliar *ter*, mais sen desbotar *haber*, se ben sempre “será mais galego o dicirmos: *eu terei amado*, que *eu haberei amado*”. Carballo (1979: 225, 313-317), pola súa parte, fala de voz perifrástica, conxugación perifrástica e voz perfectiva para o caso concreto de *ter + participio*, negando a validez da correspondencia entre os tempos compostos do castelán e esta última construción, idea compartillada por Rojo (1974: 123) cando di que “no existen ‘tiempos compuestos’ en la conjugación gallega. La perífrasis con *ter* es una construcción destinada a la expresión primordial del aspecto perfectivo con una especial matización reiterativa”.

Xustamente é *ter* + *participio* unha PV importante en galego, mais sobre a que convén facermos algunhas consideracións. En primeiro lugar, non existen tempos compostos con *ter* + *participio* equivalentes aos tempos simples, de forma que non podemos substituír automaticamente estes por aqueles (*\*teño escrito* = *escrebín*), pois *escrebín* mantén o valor do latín *scripsi*, entanto que *teño escrito* conserva o valor primario de *habeo scriptum* (Carballo 1979: 315). Esa falsa equivalencia xa se encontra en Saco Arce (1868: 92). Mais Carballo marcou as diferenzas ao afirmar que a “perífrasis *ter* ‘tener’ más participio, que corresponde a los tiempos compuestos de la conjugación normal castellana, conserva en gallego su carácter de voz perfectiva”<sup>4</sup>. Alén da expresión de perfectividade, a PV adquire en moitas ocasións un matiz reiterativo ou terminativo que o pretérito non ten, como afirma Rojo (1974: 123): “La perífrasis con *ter* es una construcción destinada a la expresión primordial del aspecto perfectivo con una especial matización reiterativa”.

Por outra parte, o verbo *ter* seguido de participio non sempre constitúe unha auténtica PV. Acontece isto, e en consecuencia estamos perante un complexo verbal non perifrástico, cando o participio concorda co CD do verbo *ter*, que neste caso expresa un idea de mantimento próxima á significación orixinal de posesión, funcionando o participio como un complemento predicativo (Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 413); Rojo (1974: 129) considera que este é o primeiro paso cara á total gramaticalización do auxiliar *e*, por conseguinte, cara á conversión do complexo verbal en PV. Para Santamarina (1974: 161) a comprobación de que *ter* + *participio* constitúe unha PV vén dada pola inmovilización do participio, pois a súa mobilidade fai que cada elemento da construción conserve aínda vixente algo do seu valor primitivo; neste sentido só considera plenamente fixadas como PVs as do tipo *Teño lido moitos libros* e non *Teño lidos moitos libros*. Xa Lugrís (1931: 98) facía constar tamén que no caso de *ter* + *participio* “o participio é indeclinable”, dando por válidas *Moitas leiras ten adquirido* ou *Tên feito moitas esmolos*, mais non *Moitas leiras leva adquiridas* ou *Tên feitas moitas esmolos*. Por súa vez, Harre (1991: 154-167), nun estudo comparativo de *ter* + *participio* en diferentes romances, comeza por afirmar a respeito do galego: “Use of *ter* + past participle in Galician is very similar to use in Portuguese. In both languages *ter* + invariant participle forms a durative / iterative perfect, and *ter* + agreeing participle indicates resultant state” (p. 154); para concluír: “The

<sup>4</sup> Sobre os usos incorrectos de *ter* + *participio* véxase así mesmo García / Díaz (1991: 60) e Hermida (1998: 622); tamén fai consideracións a respeito do aspecto verbal perfectivo Noia (1998) cando trata da tradución para o galego do “passé simple” e do “passé composé” do francés. Sobre a translación de *ter* + *participio* aos textos casteláns por Álvaro Cunqueiro véxase Silva (1993) e por E. Pardo Bazán véxase Varela (1997: 116).

situation in Galician is less clear-cut. It seems to be part-way between Portuguese and Asturian Spanish: the invariant construction indicates only repeated or durative events which continue into the present, as in Portuguese; but the agreeing construction can apparently be used to indicate repeated events continuing into the present, as in Asturian Spanish". Nesta mesma liña de comparación afirma Porto (1972: 14) que *teño dito* "non ten somente un puro sentido terminativo ou perfectivo como o castelán *he dicho*, senón que engade á acción un matiz reiterativo: a traducción en castelán sería *He dicho* (ou *dije*) *muchas veces*".

Se o verbo *ter* se achar completamente gramaticalizado como verbo auxiliar e o participio estiver inmovilizado en masculino singular, estaremos perante unha PV en que á expresión de perfectividade se acrecenta o valor aspectual reiterativo. Neste sentido, a propósito de *Os papéis que em sua mão tinha depositado* e *Os papéis que em sua mão tinha depositados* afirma Lapa (1979: 233) que na "primeira frase, *tinha depositado* representa-se-nos como um acto simples, em que os dois elementos do verbo estão intimamente ligados; *depositado* é um particípio sem independência, referido ao sujeito: não tem que concordar com o complemento. Na segunda frase, ao contrário, *depositados* já nos aparece exprimindo um estado, com a natureza de um adjetivo, desligado do verbo, submetido por isso à concordância com o complemento ao qual se refere". Con moita frecuencia o matiz reiterativo é resaltado e reforzado por outros elementos presentes no texto (*Teño dito moitas veces*). Se o verbo auxiliar vai en infinitivo principalmente, ou tamén en futuro, pospretérito, copretérito ou pretérito de Subxuntivo, o valor da PV pode ficar en puramente perfectivo. Nos textos decimonónicos achamos testemuños do uso adecuado desta PV: *Pro muller, ti non-o ves, / o que co-él teño gastado* (AC 120); *¿Pro éla que demos di / mais do que teño falado?* (AC 126); *Agora deseo saber / en que a eu teño ofendido* (AC 130); *s'eu estivera onde ela / xa lle tiña dado catro* (CPG II, 243).

O dito para *ter + participio* a respecto da inmovilización deste vale tamén con carácter xeral para o resto das PVs perfectivas, como *levar + participio* (*Leva lido trinta páxinas*)<sup>5</sup> ou *dar + participio*, moi característica do galego e tamén do castelán falado na Galiza (Álvarez Cáccamo 1983: 436-437; Rojo 1974: 133); nada nos di este autor sobre a orixe ou antigüidade de *dar + par-*

<sup>5</sup> Véxase Rojo (1974: 132). Neste sentido, Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 412) admiten a existencia de PV aínda en caso de concordancia do verbo auxiliado co CD, encanto que Costa / González / Morán / Rábade (1988: 226) a negan e Santamarina (1974: 164) na práctica tamén como norma xeral. Pola nosa parte, consideramos que, apesar da gramaticalización do auxiliar nalgúns casos, se debe manter o dito para *ter + participio* e, por conseguinte, só falarmos de PV cando non se produce concordancia.

*participio*, mais Oro (1991: 79) deixa constancia de que non achou tal PV nos textos medievais examinados por el, talvez debido ao “carácter documental” do corpus, nun estilo legalista “con profusión de fórmulas que se repiten”. Por outra parte, Álvarez / Monteagudo (1994: 18) falan dela como “perífrase *culminativa*, que expresa o termo dun proceso en que se logra realiza-la acción: *non sei se daremos comido todas esas empanadas*”. Só se deben considerar igualmente PVs aquelas en que o participio fica inmovilizado no masculino singular (*Non dá feito as tarefas encomendadas*); mais non cando concorda co CD, se tal construción for posíbel: *Non daba xuntados os cartos; Non deu feitas as tarefas*. Porén, Rojo (1974: 134) e Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 412) si admiten estas construcións como perifrásticas, igual que admiten tamén entre as PVs o caso de *estar + participio*, que non se debe considerar nunca, na nosa opinión, construción perifrástica por non admitir en ningún caso a posibilidade de inmovilización do participio en masculino singular non concertado, o que vén a indicar a falta de unidade sintáctica na construción e, en consecuencia, de funcionamento en bloque como unha unidade, necesarios para a existencia de PV: *A nena está esgotada. Como está a nena? Esgotada; A vella vai acabadiña. Como vai a vella? Acabadiña; Os avós ficaron desamparados. Como ficaron os avós? Desamparados; As fillas víronse perdidas. Como se viron? Perdidas*; en todos estes casos o participio pode ser substituído por un adxectivo que funciona como complemento predicativo. Non é, pois, condición suficiente para a existencia dunha PV a perda da significación orixinaria ou básica do primeiro verbo; máis importante é a unidade funcional. Así, afirma Santamarina (1974: 154) que “sólo consideramos, en rigor, perífrasis a aquéllas en que tal inmovilidad [do participio] se haya alcanzado”; e a se referir a *estar + participio* (e tamén a *ser + participio*) di que “no son más que frases atributivas” (p. 157).

Por outra parte, *acabar (rematar, terminar) de + infinitivo* é unha PV que conserva certo paralelismo coa aspectual incoativa *comezar (principiar, empezar) a + infinitivo*: en ambos os casos o verbo auxiliar conserva o seu significado orixinario, ou un valor moi próximo del, mais o complexo verbal funciona unitariamente a indicar unha modalidade de acción, nun caso o seu inicio e no outro o seu final. Isto demostra, máis unha vez, que o esencial das PVs non é tanto a perda do significado orixinario do verbo auxiliar canto o funcionamento semántico e sintáctico unitario (cfr. *Acaba de rematar os exames*). Tamén en *deixar(se) de + infinitivo* o auxiliar conservar en boa medida o seu significado básico sen perder o carácter perifrástico: *Anque paso e non che falo / non deixo de te querer* (CPG II, 166). Canto a *vir de + infinitivo*, construción paralela coa francesa *venir de + infinitivo*, pode funcionar como un complexo verbal non perifrástico cando o primeiro verbo conserva clara a

noción de movemento físico en dirección ao suxeito (*Vén de visitar os seus pais*) ou ben pode converterse en PV cando o proceso de gramaticalización de *vir* lle dá ao conxunto o valor de proceso recentemente acabado (*Vén de aprobar unhas oposicións*), aínda que coa posibilidade de conservar certa idea de movemento nalgún caso. Álvarez Blanco (1994: 30) mostra prevención contra certo tipo de construcións primadas por “afán de diferencialismo” e cita este caso concreto.

As PVs reiterativas por excelencia en galego son *volver (a) + infinitivo* e *voltar (tornar) a + infinitivo*, onde o auxiliar, como acontece con outras PVs incoativas ou perfectivas, xa contén características semánticas que indican repetición. No caso de *volver a + infinitivo*, apesar de ser esta a súa fórmula xeral de expresión, tanto nos textos literarios como na fala alternan os casos de presenza da preposición de enlace con outros de ausencia da mesma, como se pode ver nestes exemplos do XIX: *volvéu a resucitar* (CPG II, 169); *e vólvese acender* (AMT 113); *héicho de volver á dar* (CPG II, 248). Santamarina (1974: 148) afirma que se pode “usar la perífrasis indistintamente con o sin preposición. Como tendencia general, sin embargo, notamos que se prefiere prescindir de ella cuando el uso no es perifrástico y v.v.”; Rojo (1974: 150), pola súa parte, afirma que a PV se pode dar “con el elemento *a* o sin él”; mais Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 416) só a citan sen preposición. Para *voltar (tornar) a + infinitivo* a presenza do elemento de enlace é polo xeral constante: *sin querer torno a chorar* (CG 65).

A diferenza das PVs terminativas a respecto das perfectivas vén dada pola referencia ao camiño seguido para chegar ao final do proceso. Entre elas temos *chegar a + infinitivo*: *nunca a medrar chegarán* (AC 128); *en tí a chego a conocer* (AC 133); *vir a + infinitivo*, onde ocasionalmente pode desaparecer a preposición de enlace: *cáxeque todo vén a ser o mesmo* (AMT 3); *acabar (rematar, terminar) por + infinitivo* (ou con xerundio como verbo auxiliado): *cantos bailaban sorrindo / acababan por chorar* (AMT 61).

#### 4. As perífrases modais

Así como as PVs aspectuais van referidas ao proceso da acción en si mesmo, as modais relaciónanse con este de maneira indirecta mediante unha modificación conceptual exterior ao mesmo proceso, con matizacións de obrigatoriedade ou de posibilidade logradas por meio de recursos morfolóxicos. Isto é, as PVs modais expresan unha modalidade da acción mediante construcións paraconjugacionais que indican a actitude do emisor perante esa mesma acción, que pode ser de obrigatoriedade (ou necesidade) e de hipótese ou posibilidade. Así pois, teremos PVs modais obrigativas e hipotéticas.

Entre as primeiras está *haber (de) + infinitivo*, que tamén pode ter valor temporal prospectivo, resultando en ocasións difícil a distinción entre ambos: *Non has de ser mal pensado* (AC 126); *que has d'ir a San Pedro Mártir, / mais que bois e vacas venda...* (FN 82). Un caso especial constitúeo *ter de + infinitivo*, que hoxe é xeralmente substituída na fala pola fórmula *ter que + infinitivo*, con que compartilla os valores (Rojo 1974: 160); porén, en Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 407) establécese unha distinción de matiz non fácil de perceber, pois dise que *ter que + infinitivo* “expresa un deber xeral”, entanto que *ter de + infinitivo* indica “unha acción de cumprimento obrigatorio pendente”; en ambos os traballos se resalta o carácter literario da construción con *de* e para Costa / González / Morán / Rábade (1988: 226) “*Ter de* e *Ter que* son sinónimas; a construción con *de* é máis habitual nos rexistos formais da lingua”. O seu uso debeu ser moi alto en tempos pasados, pois así nolo demostra a presenza frecuente en textos decimonónicos de extracción popular, inclusive nos que denotan a hibridación lingüística: *temos d'ir á romaría* (CPG II, 229); *Teño d'aprender á xastre* (CPG II, 233); *qu'estas son as mazarocas / qu'hoxe teño de fiar* (CPG II, 283); *Teño d'ir ô Conde Santo, / que ch'está en Vilanova, / teño de traer d'alí / encaixes d'a moda nova* (CPG II, 292); *teño de seguir adiante* (CPG III, 10); *Tanto teño d'ir e vir, / meniña, ô teu lugar; / tanto teño d'ir e vir / que d'unha t'hei de levar* (CPG III, 21).

Actualmente ten a maior vitalidade nos textos literarios, feito que, unido ao vigor en épocas pasadas e á continuidade de uso no portugués actual, parece aconsellar a súa revitalización e potenciación cando menos no modelo culto de lingua hoxe en proceso de conformación. Opinión distinta é a de Álvarez Blanco (1994: 30), quen, tras constatar que *ter que facer* “nalgún momento do idioma competiu, en galego e en portugués, con *ter de facer*, construción moito máis infrecuente e que non alcanzou entre nós o grao de gramaticalización que ten a outra”, mostra a súa contrariedade porque a *ter de + infinitivo* lle nacesen “algúns valedores que a usan arreo na lingua escrita, erroneamente, en lugar de *ter que facer*” e nega o seu carácter de PV: “Fóra dese uso perifrástico abusivo, e máis ben propio da lingua literaria, actualmente a construción *ter de facer* (non perifrástica, coma *ter por facer, ter sen facer...*) serve para indicar que o suxeito *ten* aínda un feito de necesario cumprimento pendente: *Inda teño de face-las camas (por facer, sen facer)*”, ideas reiteradas en Álvarez / Monteagudo (1994: 17). Isto último non nos convence, pois tamén en *Teño que facer as camas* está incluído o significado de *Teño as camas por (sen) facer* sen iso significar que as dúas construcións sexan equivalentes e portanto non nos parece de nengunha maneira equiparábel *ter de facer* a *ter por facer* ou *sen facer*; nen tampouco podemos estar de acordo en que *ter de facer* fose anteriormente “moito máis infrecuente”, pois, aínda

sen o termos cuantificado, da lectura dos textos do galego medio e do Rexurdimento, boa parte deles do ámbito do galego popular, tiramos a impresión de a fórmula *ter de + infinitivo* posuír un amplísimo uso como PV obrigatoria, uso que se pon de manifesto, por exemplo, no cancionero popular e tamén nos textos galegos trasladados para o castelán. A modo de exemplo citemos só un vilancico anónimo de 1646: *¡Ai!, pois que cheguei a velo, / a el le tengo de cantar / unas cantigas galegas / para o poder alegrar* (Freixeiro 1996: 72). O mesmo Saco (1868: 180-181), apesar de afirmar que a construción só se utiliza na primeira persoa do presente de Indicativo igual que en castelán, cando ten de procurar un exemplo de *ter que + infinitivo* cita este cantar popular: *Veña o pandeiro á ruar, / qu'estas son as mazarocas / qu'hoxe teño de fiar. García / Díaz* (1991: 59), pola súa parte, recóllena como PV que expresa o matiz de “acción por cumprir, de acción de cumprimento obrigatorio pendente”. Aínda convén acrecentarmos que o uso de *que* como elemento de enlace no portugués (*ter que* por *ter de*) se podería considerar unha influencia castelá; téñase en conta que a gramática de Figueiredo (1916: 86) falaba a principios do século XX da conxugación perifrástica con *ter* ou *haber* como verbos auxiliares: *eu tenho ou hei de louvar, tu tens ou hás de louvar; eu tinha ou havia de louvar; etc.* O predominio actual de *ter que + infinitivo* en galego, pois, non debe ser alleo á interferencia ou presión do castelán, que tamén pode afectar o portugués, se ben no galego decimonónico xa tiña unha notábel presenza: *déixeme entrar pol-a porta / que teño qu'ir ô tellado [...]; si me tiras e me das / tes que pagar o derramo* (CPG II, 261). Hai casos en que *ter que + infinitivo* non constitúe propiamente PV, como se pode ver neste exemplo: *Muito que contar che teño, / miña carrapucheiriña* (AGG 34).

Temos tamén exemplos de *deber + infinitivo* como PV obrigatoria no século XIX: *O que debe rifar e sempre cala / alcaíoto se chama nesta terra, / e quen a mata así debe pagala* (AGG 54); *Debo dar gusto a meu pai* (AC 127). Non é raro acharmos exemplos onde a PV obrigatoria *deber + infinitivo* e a hipotética *deber de + infinitivo* presentan os seus valores cruzados: *¡todo ch'è ún, miña filla, / non debes de reparar!* (CPG II, 183). Na realidade xa na lingua medieval se daban as dúas posibilidades (*devia fazer* e *devia de fazer*), xunto a unha terceira con *a* como elemento de enlace (*devia a fazer*), hoxe desaparecida; actualmente estas dúas posibilidades conviven, apresentando unha frecuencia de uso similar (Rojo 1974: 162), aínda que no modelo culto de lingua talvez semelle conveniente distinguirmos *deber + infinitivo* como obrigatoria e *deber de + infinitivo* como hipotética.

A construción *poder + infinitivo* constituirá unha PV modal hipotética só cando, a expresar probabilidade de a acción se levar a cabo, se puider substituír por un adverbio de dúbida seguido do segundo verbo en Subxuntivo

(*Poden ser as doce = Talvez sexan as doce; Pode ter vinte anos = Talvez teña vinte anos*), se ben nun sentido máis amplo tamén se adoitan considerar como tais (Oro 1991: 71, Alarcos 1998: 261-262). A fórmula *haber + infinitivo*, segundo se viu con anterioridade, pode conformar unha PV de carácter temporal e tamén modal obrigatoria; mais pode posuír así mesmo valor hipotético, quizá derivado do de futuridade, pois entre os valores do futuro dos verbos está o de expresaren dúbida ou posibilidade: *Terá doce anos = Ha ter doce anos; Serán as dez = Han ser as dez*. Non sempre resulta totalmente clara a separación destes valores, por veces confundidos entre si. Neste caso a PV non leva por norma a preposición de enlace *de* que pode levar cos outros valores.

## 5. Conclusión

O galego, por posuír un sistema conxugacional relativamente simplificado e sinxelo, desenvolveu en compensación un rico repertorio perifrástico que converte as PVs en elementos lingüísticos de primeira orde dentro do sistema verbal e ao mesmo tempo en recursos de combinación estilística con grande potencialidade expresiva e moita frecuencia de uso tanto na lingua oral como escrita, desprazando por veces as formas conxugacionais normais a posicións subalternas. Esta vitalidade do sistema perifrástico do galego estaba xa plenamente operativa no século XIX, onde se documentan practicamente todas as PVs vixentes na lingua actual, como deixan translucir os textos literarios da época, tanto populares como cultos.

Tamén eses textos deixan ver xa naquela altura a presenza ameazadora do castelán como lingua que estaba (e está) a interferir todo o sistema lingüístico do galego e, por tanto, tamén o seu sistema perifrástico, facéndose aínda hoxe necesaria certa intervención desde o modelo culto de lingua en proceso de construción para desa forma evitarmos un maior afastamento do tronco común galego-portugués e un acrecentamento da perigosa aproximación do castelán, que podería acabar por pór en perigo a propia existencia do galego como lingua diferenciada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AC = FANDIÑO, A. B. – *A casamenteira*. Ourense, Linteo, 2000 [1849].  
 AGG = PINTOS, X. M. – *A gaita gallega*. Pontevedra, Imp. de José y Primitivo Vilas, 1853.  
 ALARCOS LLORACH, E. (1998) – *Gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa Calpe.  
 ÁLVAREZ BLANCO, R. (1994) – “Gramática descriptiva e gramática prescritiva”. *Cadernos de Lingua*, 10, 19-35.

- ÁLVAREZ BLANCO, R. / H. Monteagudo Romero (1994) – “Galegisch: Interne Sprachgeschichte I. Grammatik / Evolución lingüística interna I. Gramática”, in G. Hostus / M. Metzeltin / C. Schmitt (eds.): *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Vol. 6, 2: *Galegisch, Portugiesisch / Gallego, Português*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1-21.
- ÁLVAREZ BLANCO, R. / X. L. Regueira / H. Monteagudo (1986) – *Gramática Galega*. Vigo, Galaxia.
- ÁLVAREZ CÁCCAMO, C. (1983) – “A influencia do galego sobre o sistema verbal e no uso de certas perífrases verbais do castelán de Galiza”. *Grial*, 82, 423-442.
- AMT = CURROS ENRÍQUEZ, M. – *Aires d'a miña terra*. Coruña, Latorre y Martínez Editores, 1886<sup>3</sup>.
- BARROSO, H. (1994) – *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo. Visão funcional/sincrónica*. Porto, Porto Editora.
- CÂMARA, Jr., J. Mattoso (1989) – *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro, Padrão.
- CARBALLO CALERO, R. (1979<sup>7</sup>) – *Gramática elemental del gallego común*. Vigo, Galaxia.
- CG = CASTRO, Rosalía de – *Cantares gallegos*. Edición de A. Pociña e A. López. Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1992 [1863].
- COM = MIRÁS, F. – *Compendio de gramática gallega-castellana*. Santiago, Establecimiento tipográfico de Manuel Mirás, 1864.
- COSTA CASAS, X. X. / A. González Refoxo / C. C. Morán Fraga / X. C. Rábade Castiñeira (1988) – *Nova gramática para a aprendizaxe da lingua*. A Coruña, Vía Láctea.
- CPG = PÉREZ BALLESTEROS, J. – *Cancionero popular gallego* (I, II e III). Librería de Fernando Fé, 1885-1886.
- FERNÁNDEZ REI, F. (1991<sup>2</sup>) – *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo, Xerais.
- FERREIRO, M. (1999<sup>4</sup>) – *Gramática histórica galega I. Fonética e Morfosintaxe*. Santiago de Compostela, Laivento.
- FIGUEIREDO, C. de (1916) – *Gramática Sintética da Língua Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clásica Editora de A. M. Teixeira.
- FN = CASTRO, Rosalía de – *Follas novas*. Habana, La Propaganda Literaria, 1880.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2000a) – *Gramática da Língua Galega II. Morfosintaxe*. Vigo, A Nosa Terra.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2000b) – “Sobre o infinitivo xerundial galego-portugués”, in J. M. Carrasco González / M. J. Fernández García / M. L. T. Madeira Leal (eds.): *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera – 1º Encuentro de Lusitanistas Españoles (Cáceres, 10, 11 y 12 de noviembre de 1999)*. Vol. 2. Cáceres, Universidade de Extremadura, 937-965.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (ed.) (1996) – *Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía*. Vigo, AS-PG / A Nosa Terra.
- GARCÍA CANCELA, X. / Díaz Abreira, C. L. (1991) – *Manual de linguaxe administrativa*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- GARCÍA DE LA TORRE, X. M. (1987) – “O elemento galego na obra de Valle-Inclán. Unha construción característica: a + infinitivo con valor de xerundio”. *Grial*, 98, 395-402.
- HARRE, C. E. (1991) – *Tener + Past Participle. A case study in linguistic description*. London, Routledge.
- HERMIDA, C. (1998) – “Algunhas consideracións sobre o galego da prensa. A morfosintaxe”, in D. Kremer (ed.): *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vol. 2. Vigo, Galaxia, 615-631.
- LAPA, M. Rodrigues (1979<sup>10</sup>) – *Estilística da Língua Portuguesa*. Coimbra, Coimbra Editora.
- LUGRÍS FREIRE, M. (1931<sup>2</sup>) – *Gramática do idioma galego*. A Cruña, Imprenta Moret.

- MA = VALLADARES NÚÑEZ, M. – *Maxina ou a filla espúrea*. A Coruña, Vía Láctea, 1987 [1880].
- NOIA CAMPOS, M. C. (1998) – “Consideracións sobre o aspecto verbal perfectivo na tradución galega do ‘passé simple’ e do ‘passé composé’”, in D. Kremer (ed.): *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vol. 2. Vigo, Galaxia, 823-841.
- ORO, C. (1991) – “La perífrasis verbal gallega según la colección diplomática de Santo Domingo de Viveiro (Siglos XIV y XV)”, in A. Carreño (coord. e ed.): *Actas do Segundo Congreso de Estudos Galegos (Providence, 1988)*. *Homenaxe a José Amor y Vázquez*. Vigo, Galaxia, 69-80.
- PONTES, E. (1973) – *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis, Vozes.
- PORTO DAPENA, X. A. (1972) – “Encol da estrutura do verbo galego”. *Grial*, 35, 13-28.
- QP = PONDAL, E. – *Queixumes dos pinos*. Edición de M. Ferreiro. Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1995 [1886].
- ROJO, G. (1974) – *Perífrasis verbales en el gallego actual*. Anexo 2 de *Verba*. Universidade de Santiago de Compostela.
- SACO ARCE, J. A. (1868) – *Gramática gallega*. Lugo, Imprenta de Soto Freire.
- SANTAMARINA, A. (1974) – *El verbo gallego*. Anexo 4 de *Verba*. Universidade de Santiago de Compostela.
- SILVA DOMÍNGUEZ, C. (1993) – “Trazos lingüísticos galegos na prosa en castelán de Álvaro Cunqueiro”, in *Álvaro Cunqueiro. Actas do Congreso celebrado en Mondoñedo entre os días 9 e 13 de setembro de 1991*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- VALLADARES, M. (1970) – *Elementos de gramática gallega*. Vigo, Galaxia.
- VARELA CABEZAS, R. (1997) – “Galeguismos en *La madre naturaleza*, de Emilia Pardo Bazán”. *Cadernos de Lingua*, 16, 103-129.
- VÁZQUEZ CUESTA, P. / M. A. Mendes da Luz (1971<sup>3</sup>) – *Gramática portuguesa (I e II)*. Madrid, Gredos.
- VOLPATO, A. / I. S. Pires Pereira (1997) – “A construção progressiva em Português: considerações histórico-semânticas”, in I. Castro (ed.): *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. 2. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 341-346.

# ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| Contributo para o estudo da variação contextual e regional<br>das vogais nasais do português europeu                | 5   |
| <i>Lurdes Castro Moutinho   Rosa Lídia Coimbra   Raquel de Castro Lisboa  <br/>António Teixeira   Francisco Vaz</i> |     |
| A conversão em português, com particular incidência na construção<br>de substantivos de adjectivais                 | 19  |
| <i>Margarida Correia</i>  |     |
| Conectores fáticos e construção da relação interlocutiva  | 31  |
| <i>Maria Aldina Marques</i>   |     |
| Perspectivas linguísticas sobre a noção de <i>estilo</i>  | 41  |
| <i>Maria Antónia Coutinho</i>   |     |
| Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas   | 55  |
| <i>Maria Celeste Ramilo   Tiago Freitas</i>   |     |
| Polissemia: a chave de acesso ao sistema conceptual das línguas   | 69  |
| <i>Maria Clotilde Almeida</i>   |     |
| Provérbios e ironia na narrativa de José Saramago   | 83  |
| <i>Maria Helena Sampaio Sereno</i>  |     |
| Estatutos de [j] na aquisição do português europeu  | 99  |
| <i>Maria João Freitas</i>   |     |
| O nariz da língua: um Ponto de Vista Linguístico sobre a Mentira  | 111 |
| <i>Maria José Matos Frias</i>   |     |
| Vocabulário do cancionero de D. Dinis   | 127 |
| <i>Maria Olinda Rodrigues Santana</i>   |     |
| Finalmente será enfim? Contributos para uma análise contrastiva português/francês                                   | 147 |
| <i>Maria Paula Machado</i>  |     |
| As expressões idiomáticas na língua e no discurso   | 159 |
| <i>Mário Vilela</i>   |     |
| O estatuto categorial dos possessivos: Possessivos e adjectivos   | 191 |
| <i>Matilde Miguel</i>   |     |
| O conceito de conector nos diversos estádios do sistema teórico<br>de Ducrot e da sua equipa                        | 203 |
| <i>Miguel Gonçalves</i>   |     |



APOIO:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA



*clup* Centro de  
Linguística da  
Universidade  
do Porto